UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Erick Gabriel Jones Kluck

**O trabalho vai para o brejo:
mobilização, migração e colapso da modernização**

São Paulo

2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**O trabalho vai para o brejo: mobilização, migração e colapso da
modernização**

Erick Gabriel Jones Kluck

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo

2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Erick Gabriel Jones Kluck

Título: *O trabalho vai para o brejo: mobilização, migração e colapso da modernização.*

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Dissertação apresentada ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: Geografia Humana.

Banca Examinadora

Prof. Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em:

Dedico esta pesquisa à Mônica Gama e Luiza

AGRADECIMENTOS

O curto espaço do agradecimento não revela tudo o que foi importante nessa caminhada de pesquisa e estudos. Agradeço assim, mesmo correndo o risco de não ser suficiente para expressar o quanto toda a vivência do estudo em grupo, das festas, dos encontros e desencontros, das viagens, e mesmo das angústias, foi importante para essa reflexão:

Aos meus pais por sempre acreditarem e incentivarem tanto a minha formação como a de meus irmãos.

À Mônica, minha amada companheira de todos os momentos, e sem a qual tudo teria menos sentido ainda, por tudo que compartilhamos, inclusive nossa linda filha Luiza.

À Luiza pela paciência, carinho, motivação e alegria com seu pai.

À minha sogra, D. Maria, por toda ajuda e dedicação com a qual enfrentou essa trajetória conosco. À Quitéria pelas diversas vezes que nos ajudou com a Luiza.

Aos amigos e amigas com os quais compartilhamos dúvidas, angústias, momentos felizes, tretas, viagens, festas, grupos de estudos: Camila, Suelen, Fernanda, Olívia, Zé, Cássio, Carlão, Carol, Daniel, Renatinha, Fabião, Mamá, Sil, Fred, Teresa, Paulinha, Arthur, Roberta, Vicente, Renato, Allan e Caio.

Agradeço em especial à professora Marta Inês Medeiros Marques. Sempre atenciosa e encorajadora, não só pessoalmente, mas coletivamente no grupo *Campo em Movimento*.

Ao professor Dieter pela coragem de me receber como orientando, pela amizade além grupo, além orientação, pela confiança; e ainda: por ter nos ajudado a perceber que sempre podemos desconfiar da realidade posta.

Ao Heitor, Selito, Andrei, Josoaldo, Samarone, prezadas considerações.

Ao Vitor pela amizade e paciência.

À Samira pela providencial ajuda na elaboração do *abstract*.

Ao Ivan pela disposição sempre serena em ajudar os amigos enrolados.

Agradeço aos moradores da Cabeceira do São Gonçalo, Caroeira e Barbosa, em especial seu Antônio Milão, Gilmar, Lindomar, Domingos, à Dona Ernestina, à Benícia, ao Erasmo (falecido), ao Joaquim Rodrigues, ao Juracy, à Creusa, à Laura, ao Mazinho, ao Mateus, à Odenilson, ao Damásio, à Verinha, à Luciene e à todos os outros brejeiros que, com muita hospitalidade e atenção, nos receberam em suas casas e nos ensinaram sobre os Brejos.

Agradeço a todos da Diocese de Barra pela hospitalidade e amizade, sobretudo ao Dom Frei Luis Flávio Cappio, Irmã Irene e Dona Ana.

Ao Carivaldo da CPT e Dona Zefa grandes lutadores.

Ao Geraldo, Secretário do Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio ambiente de Barra, pelas informações prestadas.

E, por fim, agradeço em especial à Carol, Daniel, Cássio, Carlão, Dieter, Renatinha, Fabião, Zé e a todos da “Casa do Morro” pelas festas, estudo, amizade, carinho, futebol, viagens...

Todos foram muito importantes nessa caminhada...

Esta pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Resumo

Este estudo trata do momento atual da modernização dos Brejos da Barra (BA), mais precisamente do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, onde observamos a reprodução do trabalho. Procuramos analisar como essa reprodução é crítica também por ser mediação social de categorias sociais contraditórias, que também aparecem, por este caráter contraditório, como não crítica. Assim, uma pergunta inicialmente elaborada sobre as práticas empíricas dos brejeiros radicalizou-se, tornando-se uma pergunta sobre a modernização de acordo com as categorias de mediação mercadoria, trabalho e dinheiro. O processo de formação de tais categorias é o mesmo que forma historicamente os Brejos, no qual se destacam a mobilidade territorial e a mobilização do trabalho por meio do apossamento de áreas e da produção agropecuária no Vale do São Francisco, para troca ou “consumo próprio”. Este processo acelera-se significativamente com ações, inclusive estatais, que estimulam a migração. A aceleração impõe, contraditoriamente, os próprios termos da crise na reprodução do capital social total. Observamos que todo esse processo diz respeito a uma gestão da crise, dada a profusão da infraestruturação geral, da disponibilidade de dinheiro e de crédito. Ainda assim, não deixa de ser reposição de categorias da modernização em crise e colapso.

Palavras-chave: Modernização, Migração, Vale do São Francisco, Mobilidade do Trabalho, Região.

Abstract

This dissertation deals with the modernization that is currently taking place in Brejos da Barra (BA), more precisely Brejo da Cabeceira do São Gonçalo and in which we observe the reproduction of labour. We seek to observe how critical this reproduction is, especially because it is socially mediated by contradictory social categories that seem non-critical precisely because of this character. So, the initial question about the empirical practice of the inhabitants became a question about the modernization seen through the mediated categories of merchandise, labour and money. The formation process of these categories is similar to the process that historically formed the Brejos region and from which we can highlight the territorial mobility and the mobilization of labour through the possession of the land and of the farming process for the inhabitants own use or to develop a trade system in Vale do São Francisco. This process is accelerated through different interventions (including state intervention) which stimulate migration. However, this acceleration creates a crisis in the reproduction of the total social capital. We observe that this process is tantamount, paradoxically, to the management of the crisis because of the proliferation of the general infrastructure and of currency and credit circulation even if this process can also be seen as the reposition of the modern categories of “crisis” and “collapse”.

Keywords: Modernization, migration, Vale do São Francisco, labour mobility, region.

Sumário de fotos

Fotos 1 e 2 – Vegetação de caatinga nas dunas em dois períodos (fevereiro e outubro)	29
Foto 3 – Domingos, detalhe das roupas: calça <i>Jeans</i> e <i>moletom</i>	151
Foto 4 – Vista geral do <i>baixo</i> com as respectivas plantações e os buritis	191
Foto 5 – Moradores do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo no <i>baixo</i> próximo ao riacho	191
Foto 6 – Vereda de buritis nos brejos entremeados por roças de cana-de-açúcar	192
Foto 7 – Casa de morada no alto	193
Foto 8 – Visão geral do <i>alto</i>	194
Foto 9 e 10 – Chapada e caatinga	195
Fotos 11 e 12 – Engenho de ferro e engenho de madeira.....	198
Foto 13 – Funcionários COELBA conectando a recém instalada rede elétrica	199
Foto 14 – Transporte para o Brejo Cabeceira do São Gonçalo. Barra	201
Fotos 15 e 16 – Estradas de areia e embrejadas.	202

Sumário de figuras

Figura 1 – Dunas e Veredas próximas ao rio São Francisco	25
Figura 2 – Comunidade Ribeirinha entre Fazendas	25
Figura 3 – Fazendas à margem do Rio São Francisco.....	26
Figura 4 – Agricultura irrigada e fazendas	26
Figura 5 – O Cerrado e a Caatinga, processo de desmatamento	27
Figura 7 – Caris, Brejo da Cabeceira do São Gonçalo.	204
Figura 8 – Produção no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Caroeira.	208

SIGLAS

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
MI – Ministério da Integração Nacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
DNOCS – Departamento de Obras Contra a Seca
CVSF – Comissão do Vale do São Francisco
IFOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca
RE MSF – Região Econômica do Médio São Francisco
MSF – Médio São Francisco
PIN – Plano de Integração Nacional
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
SEI-BA – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – Bahia
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
PNDR – Programa Nacional de Desenvolvimento Regional
APL – Arranjo Produtivo Local
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
FNE – Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste
FDR – Fundo de Desenvolvimento Regional
FINOR – Fundo Fiscal de Investimento para o Nordeste
ANA – Agência Nacional de Águas
CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco
FRANAVE – Companhia de Navegação do São Francisco S/A
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
FCA – Ferrovia Centro Atlântica
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 – O PLANEJAMENTO VAI PARA O BREJO	16
1. Caracterização geral do Vale do São Francisco e do <i>Médio São Francisco</i>	18
1.1 O Vale do São Francisco.....	21
1.2 Barra e os Brejos da Barra no Médio São Francisco.....	23
2. Características gerais dos planos e ações de desenvolvimento regional do Vale do São Francisco: o <i>Médio São Francisco</i>	34
a) Infraestruturação da irrigação agropecuária	36
b) Programas e projetos de capacitação da força de trabalho e sua situação atual.....	50
c) Infraestrutura energética e Modal de transportes	55
d) Arranjos Produtivos Locais como síntese das ações de desenvolvimento.....	69
Considerações.....	73
CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DOS BREJOS DA BARRA.....	74
1. O momento de formação dos Brejos da Barra.....	76
1.1 A reprodução do momento de formação	94
2. Uma transformação qualitativa.....	100
a) Tensões sobre a formação de um mercado de terras	102
b) Contradições do modal de transportes: navegação e o rodoviário	107
c) A colonização e imigração.....	114
3. Modernização Retardatária.....	118
Considerações.....	133
CAPÍTULO 3 – A MIGRAÇÃO A PARTIR DOS BREJOS DA BARRA.....	136
1. Caracterização geral da migração a partir dos Brejos da Barra.....	137
1.1 Migração baiana do Médio São Francisco	139
1.2 A migração brejeira da Cabeceira do São Gonçalo.....	147
1.3 Aspectos gerais da mobilidade do trabalho e migração a partir dos Brejos.....	155
2. Considerações teóricas	162
2.1 Campos de estudo da migração	162
2.2 Migração e região: uma discussão geográfica.....	168
Considerações.....	185
CAPÍTULO 4 – A REPRODUÇÃO DO TRABALHO NOS BREJOS	187
1. Características gerais do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo.....	189
1.1 A Reprodução do trabalho, posse e terra de uso comum nos brejos	203
1.2 O crédito estatal e particular nos Brejos: para não colapsar.....	216
Considerações.....	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249
ANEXOS.....	267

INTRODUÇÃO

É quase senso comum a noção de que o fenômeno da pobreza extrema no Brasil está a caminho de ser erradicada. Também, que a modernização (como sinônimo de progresso) finalmente possibilitou a geração de emprego e renda, educação, inclusão digital, disponibilidade de crédito, infraestruturação do setor de transportes e energético, entre outras coisas agrupadas sob o rótulo: “melhoria da qualidade de vida”. Para muitos, não resta dúvida de que o Brasil realmente fincou raízes no grupo de “países em desenvolvimento” e que, ao mesmo tempo, tem gerado políticas de diminuição ou eliminação das desigualdades sociais.

Todos esses discursos configuram práticas decorrentes de políticas públicas aliadas às iniciativas particulares (privadas), que em conjunto, positivam sua própria capacidade de ação, colocando o trabalho como fim último e necessário à reprodução das relações sociais. É ele que permite o acesso ao dinheiro e às mercadorias que compõem o consumo geral: aos meios sociais vinculados à educação, saúde, segurança, moradia, alimentação, além de formação e capacitação técnica laboral.

A crítica aí existente, atuante, deseja (ao que parece) encontrar apenas o que não foi “eficaz”, para rapidamente corrigi-lo, sem se dar conta de que o movimento geral permitiria fazer outras perguntas. Mais precisamente, existe pouca preocupação em questionar se toda essa “eficácia” não é, de alguma forma, responsável pela maleficência geral que a todo o momento deve ser corrigida.

Em 2005, em um dos trabalhos de campo do grupo Estudos do Vale do São Francisco¹, o qual acabava de integrar, conheci os povoados rurais do município de Barra, os Brejos da Barra (BA)², onde me deparei com situações e condições de reprodução que estavam, de acordo com o processo descrito acima, em transformação.

No grupo de estudo, as discussões se pautavam na crítica ao “modelo de desenvolvimento” no Vale do São Francisco proposto, e em parte executado, principalmente pelo Estado. No mesmo período, ainda fazia parte também do grupo de estudos “Campo em Movimento”³, no qual discuti as questões relativas aos costumes, ao modo de vida, às práticas e ao *habitus* de camponeses.

¹ Grupo de Estudos do Vale do São Francisco da Universidade de São Paulo.

² Além do foco escolhido para o estudo, a grande dimensão da área total dos Brejos e quantidade de povoados, não permitiu abarcar toda a complexidade desses lugares. Assim, ao longo desta dissertação, sempre que nos referirmos aos Brejos da Barra de maneira geral, estaremos com o olhar voltado para os seguintes Brejos que pudemos visitar: Brejo da Umburana, Brejo de São Gonçalo, Brejo da Mutuca, Brejo do Saco, Brejo do Campo Alegre, Brejo do Barbosa, Brejo do Mato Escuro, Brejo da Caroeira e Brejo da Cabeceira do São Gonçalo.

³ Grupo de Estudos do Laboratório de Geografia Agrária do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

A partir dessas duas bases de estudos, iniciei uma pesquisa, para observar empiricamente o desdobramento da modernização nos Brejos. As questões, naquele período, se referiam ao trabalho e as formas de apropriação da terra (parcelar e de uso comum) envolvidas nas relações de *ajuda mútua*⁴, *parceria*, trabalho por dia de serviço, nos Brejos. Também foram investigadas as disposições e condições da infraestrutura energética e de estradas, além do “papel” do Estado.

No mesmo ano de 2005, deixei o grupo “Campo em movimento”, e comecei a me dedicar ao estudo da modernização a partir da crítica do valor (momento em que ingressei no grupo o do Labor⁵).

Finalizei aquela pesquisa sobre os Brejos, entendendo-os como um conjunto de comunidades camponesas, onde prevalecia um modo de vida particular e que, pela modernização imposta, principalmente pelas relações de trabalho e de produção de mercadorias, estava transformando, tornando a vida do brejeiro precária.

As contradições dessa conclusão, principalmente por causa da forma dicotômica de análise da realidade, me permitiram, ao menos, elaborar outras perguntas sobre o processo em estudo. Parte delas aparecerá no decorrer desta dissertação: Qual a relação da formação do trabalho com os Brejos? Como o trabalho se reproduz hoje nos Brejos? Que relação se pode estabelecer entre a reprodução do trabalho e a migração?

Hoje, nos Brejos da Barra, ao menos nos estudados – Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Brejo da Caroeira – os moradores afirmam que trabalham muito (“a luta é muita”) pois é difícil produzir nos Brejos, principalmente por causa dos períodos de seca, da baixa fertilidade dos solos, da distância das feiras e mercados, dos baixos preços de seus produtos etc. Mas, que isso é compensado pela sua “independência” (não ter “patrão”), pelo “controle do seu tempo” na execução do trabalho – ao comparar com os filhos ou outros parentes e amigos que migraram para as cidades –, pelas festas, pela *ajuda mútua* e parentesco, por terem a própria terra (posse), entre outros.

Destacam que as “condições de vida” de uma maneira geral estão bem melhores do que há alguns anos (vinte anos), ou seja, reconhecem a ocorrência de mudanças tanto de

⁴ A ajuda mutua aqui é entendida num sentido parecido com o qual CANDIDO (2002) identifica o *mutirão* (CANDIDO, 2001, p. 87). Também Pierson (1972) já identifica formas de relação em alguns povoados do médio São Francisco que chama de ajuda mútua.

⁵ Grupo de estudos do Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, chamado também por alguns de Grupo de estudos sobre os textos de Robert Kurz e a “modernização brasileira”, ou simplesmente: “grupo de Sexta”.

âmbito infraestrutural, quanto relacional. As estradas facilitaram os acessos à sede da cidade, tanto para a venda de suas mercadorias, quanto para a compra de outras, além de permitir (a quem pode) realizar atividade de carreto; as escolas substituíram os professores “leigos” (desde 2001); a energia elétrica (desde 2006) trouxe a possibilidade de se “conhecer o mundo”, de ter bomba d’água, motores (para beneficiamento da cana-de-açúcar e farinha), de iluminar as casas; as aposentadorias, os empréstimos, o “Bolsa Família” aumentaram a circulação de dinheiro (moeda), o pagamento de dia de serviço e o consumo; as casas de *adobe* e alvenaria substituíram a de palha de buriti; agora há festas com bandas (com aparelhagem elétrica) e a cerveja gelada.

Ao mesmo tempo, afirmam que muitas dessas mudanças trouxeram junto consequências não muito agradáveis para a convivência geral entre eles na reprodução da vida. Ressaltam a diminuição da *ajuda mútua* em contraposição ao aumento do trabalho por dia (pago em dinheiro); o aumento das dívidas; o “abandono” da roça própria para trabalhar para os vizinhos (que recebem benefícios e aposentadorias); aumenta o medo de ser roubado, por causa das estradas (mas, também por quem é do Brejo, que identificam como perda do “sentido de comunidade” que associam aos programas de televisão); o aumento das brigas e conflitos entre vizinhos; a sujeira das festas com muito uso de descartáveis; a falta de oportunidade de ganhar dinheiro para comprar “as coisas” que aparecem como possibilidade ao consumo com a chegada da energia elétrica e escola – entre elas, roupas, calçados, aparelhos eletrônicos e celular (para usar em Barra); a diminuição das áreas de plantio devido ao crescimento populacional; sendo essas duas últimas, apontadas por eles, como as geradoras do aumento de pessoas que migram para São Paulo e para Barra⁶.

Todos esses aspectos empiricamente observados nos Brejos foram importantes na evidenciação de certo “conforto desconfortável” com a modernização, o que nos remeteu à busca de uma interpretação mais abrangente desse processo.

Foram observadas também de um âmbito mais processual e geral da reprodução como historicamente determinados as mudanças em relação ao trabalho⁷, à venda de mercadorias (antes produzidas com maior número de pessoas e engenho de madeira, hoje substituída pelo engenho de ferro e motor elétrico), às condições estruturais de energia e estrada (antes

⁶ Muitos deles afirmam que só permanecem como brejeiros porque têm que cuidar do patrimônio (terra e benfeitorias), pois os filhos que migraram os sustentam enviando dinheiro para compra de gado e terra, ou ainda porque tem auxílio de algum benefício ou aposentadoria. Essas informações e as acima destacadas foram conseguidas nos trabalhos de campo aos Brejos em 2005, 2006, 2009 e 2010. Cadernos de Campo 1, 2, 3 e 7.

⁷ Sobre tudo o aumento do trabalho pago por dia ao invés do realizado por membros da família. Isso ocorre devido ao aumento da circulação do dinheiro (moeda) de aposentadoria e “Bolsa Família”, e, mesmo em pequena proporção, também por causa da substituição de alguns trabalhadores por máquinas e motores.

caminhos ou trilhas, e lenha; hoje estradas cascalhadas e energia elétrica), à migração (antes em menor escala, e para áreas próximas; hoje a maior parte é para locais mais distantes, como São Paulo e Brasília), aos costumes (antes era mais comum as conversas em volta da fogueira e a oferta de caça ou algum outro produto entre as famílias; hoje isso pouco se realiza), entre outras. Esses momentos são historicamente determinados, sendo necessário investigar o processo de formação e reprodução das categorias que os compõem.

Nesse sentido é que nos dedicamos no segundo capítulo, a tratar sobre a formação dos Brejos, nos remetendo à modernização; no terceiro, sobre as migrações; e, no quarto, sobre reprodução do trabalho.

Nesta introdução é importante ainda aproximar o leitor de mais alguns aspectos descritivos observados empiricamente os Brejos.

Os Brejos da Barra se situam no município de Barra (Bahia) e são compostos por mais de 70 “povoados” (tabela 1), ocupando uma área de aproximadamente 500.000 hectares (mapa 1), dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco. Mais da metade dos Brejos (cerca de 280.000 hectares) é abrangido pelo *Projeto Distrito Brejos da Barra* da CODEVASF, sobre o qual trataremos mais adiante.

Tabela 1 – Povoados em Fazendas e Brejos. Barra (BA), 2010.

Povoados de sequeiro, lagoas e ilhas da Baixa do Rio Grande

01 – Lagoa do Canto
02 – Lagoa da Joana
03 – Lagoa Grande I
04 – Lagoa João Deodato
05 – Lagoa da Porta
06 – Lagoa dos Vianas
07 – Lagoa do Veado
08 – Lagoa do Junco
09 – Alto dos Pilões
10 – Girau
11 – Canto Grande
12 – Lucas
13 – Quinto
14 – Cajueiro
15 – Jurema
16 – Campo Formoso
17 – Serra
18 – Bom Descanso
19 – Várzea do Boqueirão
20 – Serrotinho
21 – Pedras
22 – Encosta
23 – Fazenda Boca do Ipuera
24 – Lavra
25 – Ilha do Chiqueiro
26 – Ilha dos Cachorros
27 – Cruz das Almas
28 – Jacaré
29 – Ilha das Olarias

Baixa do Rio Grande

30 – Sítio Novo de Fora
31 – Brejo do Paturá
32 – Saquinho
33 – Passagem I
34 – Brejo do Travessão
35 – Brejo da Japira
36 – Brejo Pimentuba
37 – Brejo do Cinzeiro
38 – Tabuleiro

Povoados de Pé de Serra

39 – Mefranjo
40 – Itu
41 – Bandarra
42 – Pé de Serra
43 – Tapera
44 – Pajeú
45 – Tanquinho
46 – Carro Quebrado
47 – Lagoa Grande I
48 – Suçuarana

49 – Ponta D'Água
50 – Vila Nova
51 – Caraibas
52 – Lagoa Grande II
53 – Santeiro
54 – Grotta
55 – Buracão

Eixo do Saco

56 – Brejo do Saco
57 – Riacho dos Olhos
58 – Brejo Sítio Novo de Dentro
59 – Brejo da Cachoeira
60 – Brejo São José II
61 – Brejo Lagoa da Pira

Eixo Olhos D'Água e Mutuca

62 – Brejo Santo Antônio
63 – Lagoa/Brejo do Arrodeio
64 – Brejo Maria Paz
65 – Brejo da Estiva
66 – Brejo da Vara
67 – Brejo do Banguê
68 – Brejo da Ilhota
69 – Brejo da Mutuca
70 – Brejo dos Olhos D'Água
71 – Lagoa de Baixo
72 – Lagoa de Cima
73 – Jacarandá

Eixo dos Brejinhos

74 – São José I
75 – Estreito I
76 – Vereda do Brejinho
77 – Brejinho
78 – Baixa Grande
79 – Boca do Saco

Eixo São Gonçalo

80 – Brejo da Extrema
81 – Brejo do Mato Escuro
82 – Brejo São Gonçalo
83 – Brejo do Canto Fundo
84 – Brejo do Barbosa
85 – Brejo do Tamboril
86 – Brejo da Caroeira
87 – Brejo da Cabeceira do São Gonçalo

Eixo Bonfim

88 – Brejo do Sertão
89 – Brejo da Broa
90 – Brejo do Cajueiro
91 – Brejo do Itapé
92 – Brejo Quixaba

93 – Brejo do Bonfim
94 – Brejo do Ribeirão

Eixo Campo Alegre

95 – Brejo da Fazendinha
96 – Brejo Mundo Novo
97 – Brejo do Rufo
98 – Brejo do Campo Alegre
99 – Brejo da Gamboa

Eixo Umburanas

100 – Passagem das Poças
101 – Brejo dos Pequís
102 – Brejo Caraíba
103 – Brejo Nova III
104 – Brejo Ilhazinha
105 – Brejo Passagem Grande
106 – Brejo Camaçari
107 – Brejo das Umburanas

Eixo Limoeiro e Sucuriú

108 – Brejo do Limoeiro de Cima
109 – Brejo do Limoeiro de Baixo
110 – Brejo Dois Riachos
111 – Dourados
112 – Curral Novo
113 – Gama
114 – Alto Alegre
115 – Saquinho I
116 – Barrinha
117 – Saquinho do Areado
118 – Boa Vista
119 – Sucuriú
120 – Areado

Sequeiro do São Francisco

121 – Retiro da União
122 – Capricho de Fora
123 – Monte Azul
124 – Saquinho III
125 – Escalvado de Fora
126 – Tremendal
127 – Bebedouro II
128 – Saco III
129 – Retiro
130 – Saco II
131 – Extrema II
132 – Sacão
133 – Sapé

Ribeirinhos e das Ilhas do Rio São Francisco

134 – Bebedouro
135 – Pau D'Arco
136 – Bárbara
137 – Palmeiras
138 – São Francisco
139 – Lagoa da Onça
140 – Sambaíba
141 – Boa Esperança
142 – Arrecife

143 – São João
144 – Barreiro
145 – Beleza
146 – São Roque
147 – Canudos
148 – Roça do Barro Vermelho
149 – Barro Vermelho
150 – Wanderley
151 – Roçado Novo
152 – Porto Alegre
153 – Nova II
154 – Pedrinhas III
155 – Caieira
156 – Porto de Palha
157 – Ventura
158 – Mucambo
159 – Geleia
160 – Roçado dos Tucuns
161 – Leonor
162 – Veneza
163 – Lagoa da Caatinga
164 – Umbuzeiro
165 – Varzinha
166 – Nova União
167 – Ilha do Paulista
168 – Paulista
169 – Capanemo
170 – Amarradouro
171 – Roçado da Passagem
172 – Passagem
173 – Saquinho de Baixo
174 – Escalvaldo/ Alto Alegre
175 – Roça do Bebedouro
176 – Lagoa do Meio
177 – Porto do Meio
178 – Praia
179 – Cabeça da Ilha
180 – Ilha Grande
181 – Ilha da Jurema
182 – Ilha da Sambaíba
183 – Ilha da Sambaíba II
184 – Ilha do Wanderley
185 – Ilha do Corona
186 – Ilha do Porto de Palha
187 – Ilha do Miranda
188 – Ilhota da Maralina
189 – Ilha do Gabriel
190 – Ilha da Lama
191 – Ilha do Saquinho

Mapa 1 - Brejos da Barra, Barra-Ba

LEGENDA

- Área urbana município de Barra
- Distrito de Ibiraba
- Limite municipal
- Estradas cascalhadas
- Estradas e caminhos de areia ou embrejados
- Distrito
- Rios e Riachos
- Curvas de nível
- Relevo
 - 800m
 - 600m

- Brejos e fazendas**
- Baixão do Rio Grande
 - Pé de Serra
 - Eixo do Brejo do Saco
 - Eixo dos Brejos Olhos D'Água e Mutuca
 - Eixo dos Brejinhos
 - Eixo do Brejo São Gonçalo
 - Eixo do Brejo do Bonfim
 - Eixo do Brejo do Campo Alegre
 - Eixo do Brejo Umburanas
 - Eixo dos Brejos Limoeiro e Sucuruiú
 - Eixo do Brejo da Vereda do Saco

- Povoados e fazendas**
- Sequeiro, lagoas e ilhas do Baixão do Rio Grande
 - Sequeiro, ribeirinhas e de ilhas do Rio São Francisco

0 5 Km 10 Km

Fonte: croqui Furtado da Barra, Sobrinha, 2006; Google Earth, 2007. Elaborado por Erick Kluck, 2010

O Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e o Brejo da Caroeira são os Brejos que nos aproximamos nos trabalhos de campo. Eles se situam mais precisamente no eixo do riacho São Gonçalo. Conforme as observações realizadas, nestes Brejos a ocupação da terra pelos posseiros se divide em duas porções: *caatinga* e *brejo*⁸. Na porção de *brejo*, há, por sua vez, uma subdivisão em duas outras: o *alto* (porção onde fica a casa de morada, as benfeitorias e algumas roças de sequeiro); e o *baixo* (área embrejada ou semi-embrejada). O *brejo* encontra-se apropriado por diferentes famílias, de forma parcelar (posses de diferentes tamanhos), mas sem cercas aparentes. Aí são cultivadas as roças de arroz, milho, feijão, melancia, pastos, cana-de-açúcar e mandioca, sendo essas duas últimas, transformadas em cachaça, rapadura e farinha de mandioca e polvilho. Nessas porções, cultivam frutas como manga, coco-da-baía, caju e mangaba. E, entre as roças de cana-de-açúcar, no meio das veredas, estão os buritis (palmas de Deus) dos quais se utiliza quase tudo: tronco (para cocho de cachaça, cercas, vigas), folhas (para paredes e cobertura das casas, cestos, peneiras, cordas, vassouras etc.); fruto (para fabricação de saeta, doces, óleos, sabonetes, etc.).

Nas oficinas que se concentram nesta porção são realizadas as atividades artesanais e de beneficiamento por algumas famílias, com instrumentos de madeira (por exemplo, o engenho, o cocho, a prensa, entre outros) e poucos (mas em perceptível aumento) com instrumentos de ferro, movidos ou não à eletricidade (engenhos, bombas de água, motores da roda de farinha, entre outros). Nestas são beneficiadas a cana-de-açúcar, a mandioca, o pequi e a castanheira. A primeira tem como resultado a produção de cachaça e rapadura, através do engenho e oficinas onde se encontram o alambique e os outros instrumentos de produção. A segunda resulta na farinha de mandioca e o polvilho, também com oficinas específicas. Já o pequi e a castanheira são cozidos e deles é extraído um óleo. Salientamos que nem todas as famílias têm em suas posses essas oficinas, sendo seu uso regido por regras, como a da parceria (segundo o qual um trabalha e o outro fornece os meios de produção, dividindo o resultado na meia ou na terça) ou da *ajuda mútua* (reunião para trabalho em uma posse, e depois, em retribuição (obrigação) se reúnem para trabalho na parcela de outro). Tais práticas são importantes pois, segundo eles, resultam na divisão do trabalho, eles se ajudam e todos

⁸ As expressões aqui utilizadas obedecem ao denominado pelos próprios brejeiros. Chamam de *brejo* as porções: *baixo* e *alto*. E de *caatinga*, as porções: caatinga e chapada. As grafias diferentes que utilizamos se referem a distinções feitas pelos brejeiros sobre as áreas em que realizam atividades. Assim, distinguimos Brejo, relacionado ao povoado, de *brejo*, relacionado a uma área ou porção desse mesmo povoado. Também *caatinga*, área geral da criação de gado e extrativismo, de caatinga, porção que se diferencia da chapada pela serventia que o brejeiro faz dela (além de concretamente serem passíveis de diferenciação pela vegetação e morfologia do solo e do terreno aí presentes).

usufruem dos resultados de forma quase igual. Além disso, são necessárias, porque o “brejo é fraco”, “não rende muito”, “precisa de muito trabalho” (labuta ou zelar: moiação, adubação, etc.), e que se “não fosse essa colaboração” alguns não conseguiriam sobreviver: “os que tem, ajuda o outro um poquim, uns tem mais, outro menos, mas tudo é parente”.⁹

No entanto, nos perguntamos: porque se desdobraram essas formas de relação? O que elas nos dizem sobre a modernização hoje? São um modo de vida singular?

Na *caatinga* predomina o uso comum da terra, onde criam o gado, principalmente bovino, e outros animais. É recorrente a atividade de caça (veado, paca, tatu-peba, cotia, aves etc.), extração de madeiras, resinas e mel, ervas medicinais, frutas (mangaba, genipapo, etc), pequi, tucun, entre outros.

Tanto as relações de trabalho como as de apropriação da terra, compõem parte da reprodução. Mas, como já afirmamos, apresentam empiricamente uma negação, dada pelo aumento da monetarização e da circulação do dinheiro (moeda), principalmente oriundos das aposentadorias e de programas de “transferência de renda”, gerando uma ligeira queda na *ajuda mútua*, que dá lugar ao trabalho pago por dia. Será que existem outras negações, talvez mais obscuras, nos confins da parceria ou *ajuda mútua*? Seriam todas essas formas, desde sempre, a tentativa de diminuição dos custos dessa reprodução?

Um aspecto que nos aproxima dessas questões é o da forma cindida da reprodução, presente em todas as relações modernas, em duas esferas: a do *masculino* e a do *feminino* (que inclui a das *crianças*).

Na esfera do *feminino* (mulheres e crianças) executam tarefas diversas, entre as quais se destacam os afazeres domésticos – lavar e costurar roupa, tratar e cozinhar os alimentos, cuidar dos pequenos animais (galinhas, patos, outras aves), buscar a água no riacho para consumo e tarefas domésticas, fazer o fogo, coletar e tratar o buriti (para *saeta* e óleo), ralar a mandioca, ralar o pequi (fabricar o óleo), coletar mangaba e manga, plantar feijão, mandioca, cana-de-açúcar, entre outras atividades.

Na esfera do *masculino* as atividades são a caça, parte do extrativismo (mel, frutas e resinas), a pesca, a lida com os animais na *caatinga* e no pasto, a moagem da cana-de-açúcar, a venda dos produtos no mercado, a negociação de preço¹⁰ e pagamento de dia de serviço.

⁹ As falas são de Antonio Milão, Joaquim, Erasmo (hoje falecido), e refletem um pensamento bastante difundido e praticado no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo. Conversas realizadas em 2005 e 2010, no mesmo Brejo. Cadernos de Campo 1, 2, 3.

¹⁰ Cabe salientar que a mulher tem grande influência nesse sentido, pois em momentos mais reservados e íntimos dos casais, eles discutem em conjunto essa negociação, mas cabe ao homem a “última palavra”.

Existem atividades nas quais as esferas aparecem concretamente fundidas, como as do fabrico da cachaça e da rapadura, da farinha de mandioca, do plantio, a colheita e a construção das casas e oficinas.

A produção efetuada nesses Brejos, a depender do momento e da condição, é em parte consumida pelos próprios moradores, em parte comercializada no próprio Brejo e, por fim, outra parte é levada em longas viagens até os municípios de Barra ou Xique-Xique. O transporte da produção ao mercado é cada vez menos realizado com animais de carga, sendo substituídos por carros pelos quais se paga o frete.

Em geral as mercadorias produzidas são vendidas em locais específicos, mas alguns brejeiros, no entanto, expõem sua produção nas “feiras livres” nas portas dos mercados municipais destas cidades. Outra grande feira é a de Ibiraba, distrito de Barra, às margens do rio São Francisco.

Os deslocamentos para essas vendas são bastante demorado, devido à distância, às condições das estradas e do meio de transporte. De carro, leva cerca de um dia. Quando a opção é o animal de carga e o barco (no caso de ir para Xique-Xique), essa viagem aumenta para dois ou três dias, percorrendo os caminhos da *caatinga* adentro.

A baixa produtividade e o alto tempo de circulação (ambos imbricados) fazem com que os preços de seus produtos na média social dos preços sejam facilmente superados, e sua remuneração (de toda a produção) seja baixa; ou em outros termos, os custos de reprodução sejam altos.

Quase sempre deficitária, a reprodução só parece ser possível, pela solidarização positiva dada pelas relações entre as pessoas, como vimos acima, quando falavam da fraqueza dos Brejos¹¹. Ou seja, em muitos momentos só se realiza, por existir a possibilidade do acesso aos meios de produção (apossamento da terra e fabricação própria dos instrumentos de trabalho), pelo usufruto de parte do produto produzido, pela ajuda mútua e parceria, e a pela família (que apesar de não aparecer na contabilidade, por ser parte cisionada do valor, está permitindo a reprodução da família). Assim, negativamente, todas essas relações são também a tentativa de fazer baixar os custos da reprodução. Este caráter negativo é importante para a análise realizada neste estudo sobre a modernização atual dos Brejos.

¹¹ Lembramos que essa fala “o brejo é fraco” aparece nas diversas entrevistas realizadas nos Brejos da Cabeceira e da Caroeira, e indicam duas situações: uma fraqueza da terra (ser pouco fértil e necessitar de muito trabalho para sua adequação a agricultura); e outra, em relação às coisas em geral ligadas a uma falta de infraestruturação, ou mesmo empresas e trabalho em firmas, também cursos ou capacitação técnica para trabalhos na agricultura. No segundo e no terceiro capítulo trataremos dessas e de outras questões relacionada à “fraqueza dos Brejos”.

Essa forma de relação obscurece, mas não elimina, a reprodução crítica, apesar da evidente positividade que carrega (em termos de solidariedade entre os sujeitos)?

Mas, a negatividade da relação não seria a própria forma de agir e seu desdobramento categorial, presente inclusive nas formas que parecem mais singulares¹²? Haveria alguma relação entre essa “negatividade auxiliar” que mantém, ainda que criticamente, a reprodução de alguns momentos e a importância que ganharam as aposentadorias, os créditos agrícolas, “bolsas” estatais (benefícios, oriundos de políticas de transferência de renda), além dos créditos particulares, nos Brejos?

Essas questões serão mais discutidas no quarto capítulo, após o estudo da formação dos Brejos, da modernização e migração, momento em que a relacionaremos com os conceitos de “subsistência” (FURTADO, 1991; OLIVEIRA, 1977) e “precarização do trabalho” (ANTUNES, 2003; 2008; THOMAS JR., 2004).

Para estabelecer mais algumas relações, sintetizamos alguns aspectos que nos aproximam de uma discussão também relativa à totalidade *não simultânea* (KURZ, 2004) na qual os momentos aparentes das relações sociais de produção são momentos da reprodução social total do capital.

Nos Brejos da Barra, cada família se situa numa área de posse (contíguas umas às outras) tendo, respectivamente, acesso a uma área comum. Nessas porções realizam a criação de gado, a agricultura, o beneficiamento, o extrativismo. São recorrentes, como forma de relação social de produção, o estabelecimento entre si relações de parceria e “ajuda mútua”, além de trabalhos por dia. Para adquirir dinheiro para a compra de produtos que não produzem, além de vender parte da própria produção, vendem a própria força de trabalho, fazem empréstimos, vendem gado ou, ainda, recebem subsídios e benefícios do Estado.

No Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e no da Caroeira, o trabalho realizado na produção da roça com a criação, o beneficiamento e o extrativismo, permite, num momento, a reprodução quase completa do trabalhador. Não só porque usa o que produz, mas porque se desloca para a cidade e troca os seus produtos por dinheiro e, com ele, compra o que não produz. Pode ainda, nesse momento, efetivar uma pequena acumulação pela compra de terra ou gado.

¹² Há muitas pesquisas sobre situações semelhantes, nas quais o cerne teórico é a caracterização dessas relações como um modo de vida camponês – incluindo aí a migração ou trabalho por dia como componentes – subordinado ao capital (MARQUES, 1991, 2000, 2008; OLIVEIRA, 1986, 1988, 1991; MARTINS, 1981, 1988, 1997, 2010; SOBRINHO, 2006; CHAYANOV, 1974, 1981; SHANIN, 1983, 2005; entre muitos outros); ou, em termos de sua singularidade cultural e “regional” muito acentuada, poderia ser qualificada como um Povo ou População tradicional (uma ideia que, aparentemente, mescla o *campesinato* e o *modo de vida*) difundida na antropologia, na geografia e na ecologia.

Num outro momento dessa reprodução, por diversos fatores, esse trabalhador pode não ir a cidade vender o que produziu e consumir apenas o que cultivou ou beneficiou, mas também não acumular. Nos dois momentos da reprodução apresentados como exemplos extremos, está implicitamente incluído o trabalho da mulher e das crianças.

De qualquer forma, todos se referem, ainda que aparente ser diferentes, à mesma mediação social do valor. Mas será que vender, comprar, consumir, acumular, trabalhar, é uma decisão unicamente do sujeito? Em quais momentos e por que aparece como opção trabalhar ou não trabalhar, comprar ou não comprar, vender ou não vender?

A queixa geral nos Brejos estudados é a de que todo esse processo, que inclui momentos de acumulação e de não acumulação, é muito sofrido (pelo trabalho e pela seca) e pouco rentável, chegando a alguns casos ao extremo da fome ou da migração. Mesmo acumulando, na reprodução social total, contraditoriamente se revela uma situação crítica, que é em parte minimizada por relações que permitem a produção do mínimo à sobrevivência. Isso não ocorre só nos Brejos, trata-se da contradição da forma de mediação social geral do trabalho.

Os dois momentos dessa relação de produção são momentos da reprodução das relações sociais de produção?

Queremos investigar a distinção entre os momentos da reprodução das relações sociais de produção (acumulação e não acumulação) e o que isso representa para a reprodução do trabalho nos Brejos.

Ao falar da formação dos Brejos, tratamos da modernização como um processo no qual o próprio trabalho se forma e a produção de mercadorias se generaliza. As nuances dessa dinâmica aparecem como particularidades da relação capital em formação no Brasil, onde a reprodução se coloca como relação entre o proprietário de terra que é, ao mesmo tempo, comerciante e representante do Estado exercendo o monopólio da violência com o agregado e o posseiro. A acumulação para a metrópole, na forma de produto exportado, não deixou de efetivar vagarosamente acumulações dos pressupostos do capital na Colônia. Estes, formados como um uno aparente, separam-se num momento posterior.

Desse momento de formação, longo e conflituoso, dado na Colônia e ainda no Império, os pressupostos em formação, a terra, o trabalho e o capital, vão cada vez mais se

colocando, com a Lei de Terras (1850; 1854), com a imigração e, por fim, com a centralização do poder da violência no Estado, com a destituição da *Guarda Nacional*¹³

Não estanque, mas processual, a modernização foi transmutando de qualidade, chegando ao ponto deste Estado “forte” e “recém nascido”, assumir o processo como se fosse só dele: desenvolvimentismos e militarismos, subsidiando projetos de desenvolvimento e progresso que, em verdade, significaram também a expropriação de trabalhadores do campo (mobilização forçada da força de trabalho¹⁴); a proletarianização e assalariamento nos “centros” industriais que estavam se constituindo; a “tecnificação” ou “mecanização” da agricultura; entre outras ações.

Os Brejos, nesse momento são inseridos numa área de proteção ambiental, e depois alguns deles ingressam no projeto da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) que, entre outras ações, impulsionou a capacitação técnica de agricultores brejeiros; disponibilizou créditos para compra de insumos e sementes; eletrificou algumas posses; abriu estradas; instalou bombas para irrigação; distribuiu (mediante aceitação do projeto) muda de plantas nativas frutíferas para produção em grande escala e instalou uma fábrica para beneficiar essa produção. Nesse processo o brejeiro foi mobilizado, teve sua terra “valorizada” e ficou endividado.

Os dois momentos, apesar de parecerem distintos, são desdobramentos da relação capital. Mas, do último ainda resta um “triste” caminho para seu principal protagonista: o trabalhador. Trata-se da mobilização da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977) que não cumpre [e faz tempo] a sua promessa de inseri-la no processo produtivo, e ainda que cumprisse, não seria menos crítica a relação capital aí posta. Esse processo produtivo, com o desenvolvimento das forças produtivas, já não tem a mesma vitalidade de “sua infância”; apenas a aparenta ter. Promete, mas na hora de realizar, não o faz.

Não estamos afirmando com isso, que deveríamos então lutar para que a mobilidade fosse perfeita, ou seja, encontrasse o fim esperado de empregar quem foi mobilizado. Na verdade, queremos criticá-la, não porque essa mobilização aparentemente não se realiza, mas

¹³ As patentes da Guarda Nacional eram dadas aos coronéis que personificavam também por isso o Estado, com o monopólio da violência (TOLEDO, 2008). O processo de sua destituição coincide com outros, revelando a transição entre os momentos da modernização. Veremos adiante estes aspectos. Por enquanto cabe salientar que se trata de um processo no qual ao menos em aparência o Estado se autonomiza (Marx, 2008a) do *poder local*.

¹⁴ Falar de mobilização do trabalho já é incorrer em complexidades. Trata-se de um processo contraditório, a própria relação capital em sua formação. É um processo no qual o valor é o objetivo, e as mediações sociais são categoriais. Ainda assim aparece mais uma: o Estado, forma do capital que a ela se contradiz. Mas, como personificação da relação capital, aparece como sujeito. O Estado é uma forma de ser do capital e o capital forma de ser que depende entre outras mediações, da mediação estatal. Ver mais sobre isso em KURZ (1995; 2004).

porque, ao ser colocada em curso, realiza-se mesmo que negativamente (ou seja, sem inserir de fato trabalhadores no processo produtivo). O processo não se move só mobilizando trabalhadores para empregá-los todos, mas também para que uma parte deles fique pronto e atento esperando sua vez.

Se a tendência do *desenvolvimento das forças produtivas* é a de expulsar mais trabalhadores, a cada momento, do processo produtivo, ao mesmo tempo em que, relativamente, para ter uma sobrevivência deve mobilizar cada vez mais *força de trabalho*, se está diante de uma contradição nos próprios termos.

Com tanto trabalhador sobrando, mobilizados, os salários diminuem bastante. Os direitos conquistados num momento, com árduas lutas, não sem sentido (apesar de, no limite, defenderem a própria exploração do trabalho), são moeda de troca para políticas que visam mantê-la (*força de trabalho*) mesmo enferma, como uma das mediações sociais. Mas, tudo isso sem uma discussão categorial radical, e sim por sua própria lógica de ser. Porque é assim que se procede para “resolver” as crises: com crítica e prática (KURZ, 2007). Mas, que logo precisam outra vez de mais crítica.

Garantir essa mediação social (mesmo que crítica) é o que tem sido feito, mascarando, como possível, numa sobrevivência artificialmente criada e gestada pelo Estado, mas praticada por todos.

O Médio São Francisco, com as ações da CODEVASF na área de irrigação, como veremos no primeiro capítulo, mostra bem esse processo. Os Brejos da Barra, que participaram do projeto da CODEVASF, não escaparam desse “vexame” (poderiam?) e estão envoltos em outros mais constrangedores (só eles?), como endividamento, busca por trabalho e formação de expectativas. Retornaremos a isso no terceiro e quarto capítulos.

Por fim, os Brejos estudados, da Cabeceira do São Gonçalo e da Caroeira, como já destacamos, apresentam nuances, relacionadas aos momentos da reprodução. Aí o trabalhador é mobilizado por se ter a possibilidade (ainda que nem sempre consiga) de vender sua força de trabalho num mercado nacional do trabalho. Migra, mesmo sem ser expropriado da terra, ou ter meios de produção “próprios”.

Mesmo quando isso não se efetiva, ou seja, quando, por diversos motivos, as relações imbricam-se, negativa e positivamente, e a reprodução nos Brejos ocorre concretamente, não significa que essas categorias são formas de mediação fora do processo da modernização nacionalmente posto.

A complexidade parece residir no seguinte fato: nacionalmente (lembrando que o nacional é forma *não simultânea* da relação total) o processo como um todo não se move mais por categorias *unas* (sem aparência de separação), como no *momento regional* (TOLEDO, 2008; BOECHAT, 2009; LEITE, 2010), mas sim por categorias aparentemente separadas (trabalhador, meios de produção, proprietário da terra). No entanto, nos Brejos, elas aparecem fusionadas, como categorias *aparentemente não separadas* em vários momentos, como qualidade da modernização.

Por tudo isso, essa crítica à modernização e ao trabalho, não poderá ser feita sem a interpretação do seu processo de formação e sua relação com outras interpretações já realizadas sobre o fenômeno. Por não termos condições de abarcar todo esse cabedal, nos relacionaremos, sempre com risco de reducionismo, com algumas teorias sobre a modernização, principalmente do Brasil e mais particularmente do *Médio São Francisco*.

No primeiro capítulo, apresentamos o momento atual da modernização com destaque para os planos de desenvolvimento regional e territorial proposto e executado no Vale do São Francisco, compondo o contexto da modernização dos Brejos da Barra.

No segundo, tratamos da formação dos Brejos da Barra, apresentando e estabelecendo relações entre os momentos da modernização, balizadas na formação do trabalho e mercado de terras, como conjunto dos pressupostos categoriais do momento atual (apresentados no primeiro capítulo).

No terceiro, nos voltamos aos processos migratórios, entendidos como mobilidade e mobilização do trabalho e sua imbricada relação com os momentos qualitativamente diferentes da modernização dos Brejos.

Por fim, munidos desses elementos históricos de formação e informado sobre seus desdobramentos como modernização, voltamos a análise empírica da reprodução do trabalho no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo.

Esse percurso tentou evitar a sucessão como caminho de apresentação, focalizando os momentos contraditórios do processo, com idas e vindas à realidade e à teoria, sem positivar nenhum dos dois aspectos, ao mesmo tempo tentando negá-los.

CAPÍTULO 1

O PLANEJAMENTO VAI PARA O BREJO

– Vocês já viram as máquinas do Saldanha Marinho [barco a vapor] trabalhar? É ferro, fogo e água. Se botarmos uma em nossa barca, ela andarà tão veloz como um peixe. Compreendeu!

– Sim, tudo como o trabalho – adiantou Zé Bocado, já agastado. – É o progresso... Só um animal não é capaz de compreender isto.

– Feitiçaria!... Bem dizem que você, Zé Bocado, é um bebe molhos dos republicanos e dos maçons. Não sei porque você aprendeu a leitura. O cônego disse que botaram o progresso na bandeira de D. Pedro II para melhor venderem o Brasil e os nossos filhos!

(Osório Alves de Castro, *Porto Calendário*, 1945).

[Em Barra-BA] falta uma empresa de fruta... uma firma pra colher a manga, pra fazer o suco... empregaria muita gente... fábrica pra fazer polpa de fruta, saeta... muita coisa, a mangaba... porque, vamos supor, um pai tem dez filhos e os meninos forem crescendo... onde eles vai sobreviver com um pedacinho pequeno de terra? Eles vão crescendo e depende de ganhar dinheiro... como é que eles vão ganhar dinheiro? Ai eles pensam de sair pra fora, pra ganhar dinheiro... ir pra São Paulo, ganhar dinheiro... e a vida lá não é fácil, né? Então, eu acharia bom a Barra investir mais nisso, em indústria que vem pra jogar o jovem para ter um serviço pra ele, por que aqui não dá pra sobreviver... eu acho importante os deputados e os vereadores, o prefeito da cidade se organizarem...

(Odenilson, Brejo da Caroeira, 2010).

Neste capítulo apresentamos de maneira geral alguns aspectos relativos à modernização do Vale do São Francisco¹⁵ e do *Médio São Francisco*¹⁶ evidenciando o momento atual como desdobramento histórico categorial e territorial de outros momentos.

¹⁵ O termo Vale do São Francisco, aqui utilizado, equivale ao proposto pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Trata-se de uma delimitação fisiográfica e territorial administrativa, que funde dois aspectos: área de bacias e sub-bacias do rio São Francisco; e, área territorial administrativa dos municípios dessas bacias ou sub-bacias. Durante o estudo pretendemos problematizar tal delimitação.

¹⁶ O uso dos termos *Médio São Francisco* ou *Região Econômica do Médio São Francisco* (RE MSF), servirão, sempre que aparecerem, aos propósitos deste estudo para situar a área territorial e administrativa compreendida pelos seguintes municípios baianos: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Buritirama, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Iuiú, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Paratinga, Serra do Ramalho, Sítio do Mato e Riacho de Santana. Tal recorte escalar é proposto pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA). No entanto, no decorrer do estudo, esta proposição de divisão será problematizada quanto ao caráter de forma e abrangência que lhe é atribuído, ou seja, o de “região econômica”. O IBGE, em seu Sistema de Importação de Dados Relativos da Amostra (SIDRA) não reconhece códigos para os municípios de Muquém do São Francisco e Brejolândia, ficando estes de fora da somatória de dados que compõe a RE MSF. Não podemos deixar de colocar outra problemática relativa à delimitação da área que em diversas obras aparece como Médio São Francisco. Trata-se de sua abrangência em termos fisiográficos e hidrográficos, ou seja, que comporta uma delimitação por características naturais, por bacias hidrográficas e por divisão territorial e administrativa, na qual o Médio São Francisco é parte do Vale do São Francisco, abrangendo municípios baianos, mineiros e até mesmo goianos. Essa é uma delimitação utilizada pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Já para o IBGE, tal denominação não é válida, situando-se os municípios da RE MSF, na categoria *Mesoregião Vale São Franciscano*, excetuando-se os municípios de Iuiú, Matina e Riacho de Santana. Esta delimitação fisiográfica aparece em grande parte dos estudos e pesquisas históricas, antropológicas, sociais. Por fim, destacaremos, sempre que necessário, quando a utilização do termo *Médio São Francisco* se referir ao adotado pela CODEVASF em outro estudo.

Este capítulo dialogará com os outros três capítulos, nos quais são abordados a formação e os seus desdobramentos empíricos na reprodução das relações sociais de produção dos Brejos da Barra.

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO E DO *MÉDIO SÃO FRANCISCO*

As políticas de desenvolvimento para o Vale do São Francisco e *Médio São Francisco* incluem a delimitação fisiográfica (natural) de áreas e as ações propostas e efetivadas por instituições públicas, como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) ou particulares na formatação e implementação de planos, projetos, programas e outras diretrizes. Estes se vinculam como momentos historicamente determinados da modernização do país.

Antes mesmo que o leitor suspeite da veracidade de que o Vale do São Francisco (incluindo o *Médio São Francisco*) pode ser considerado uma totalidade, manto sob o qual se colocam todas as particularidades, “diferenças”, “especificidades” (corriqueiramente atribuídas aos aspectos naturais e culturais), buscamos justamente a crítica a essa noção (mapa 2).

Mapa 2 – Localização do Vale do São Francisco (CODEVASF) e Região Econômica do Médio São Francisco (SEI-BA).

Porém, privilegiando neste momento um enfoque mais quantitativo que qualitativo de análise, essa parte do estudo tentará uma aproximação geral e contextual da modernização, para estabelecer relações vindouras, como a crítica aos planos e programas dessas instituições.

Salientamos ser fora de nosso alcance, e que teria pouco sentido, realizar uma monografia totalizante sobre Vale do Rio São Francisco. Desse modo, tentaremos evitar o caminho de outros estudos que tratam do Vale do São Francisco¹⁷ – descritivos e *duais*, ou seja, que colocam à frente da análise uma divisão da realidade entre progresso e atraso.

Atualmente no Vale do São Francisco os planos, projetos e programas – incentivados e subsidiados pelo Estado – tanto públicos quanto particulares, enfatizam a produção agropecuária, a estruturação energética e *modal* de transportes, o reordenamento fundiário, a formação e capacitação de jovens (força de trabalho), e ampliação de créditos, subsídios e benefícios às empresas (grandes e pequenas) e pessoas físicas. Estas constituem uma trama de relações sociais e territoriais sob a generalidade de “gestão integrada do território”¹⁸.

Desde a década de 1970 a CODEVASF é o órgão estatal responsável pela implementação e fiscalização de políticas públicas de “desenvolvimento” regional do Vale do Rio São Francisco, juntamente com a SUDENE e a CHESF (no âmbito técnico administrativo), além do FINOR e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (no âmbito econômico e financeiro).

No entanto, perguntamos: Haveria alguma mudança qualitativa perceptível nesta atuação como um todo? O que de fato tem ocorrido com os trabalhadores e a propriedade da terra em relação a esse desdobramento?

¹⁷ Os resultados são de maneira geral: ou diretamente positivados, como “desenvolvimento” e “progresso”, ou, por outro lado, são vistos como deficitários, nos quais se salientam a falta de investimentos em infraestrutura, a migração; as estiagens; em geral associadas a um atraso histórico. Sendo, nesse último caso, as soluções quando encontradas devido a mudança de posturas políticas de investimentos e de novos planos de ação. Sobre o primeiro aspecto ver as proposições da CODEVASF, SUDENE, SEI-BA, COELHO NETO (2006), entre outros. Sobre o segundo ponto, ver ainda os estudos de: LINS (1983); FREITAS (1999); ROCHA (1983); MIRANDA (1941); ZARUR (1947), entre outros.

¹⁸ Grande parte dessas ações é de responsabilidade do Governo Federal, principalmente através do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) de 2007 e de 2011; do Ministério da Integração Nacional: com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), CODEVASF, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), com o Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) – que conta com o apoio do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), e do Fundo Fiscal de Investimento para o Nordeste (FINOR) –, além dos Incentivos Fiscais; do Ministério de Minas e Energia com o Programa *Luz para Todos*; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – com o Programa *Bolsa Família*; e, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Programa *Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF). Esse conjunto extenso de “atores” e práticas tem parcerias com o setor privado, afirmando e reafirmando a modernização e o desenvolvimento.

Em alguns estudos¹⁹ sobre o desenvolvimento e a modernização da Macrorregião Nordeste (IBGE) o que fica evidente é que esse processo revelou:

- a ocorrência da “reestruturação fundiária” e a formação do “mercado de terras”: com a implantação de políticas de colonização agrícola e irrigação (MARTINS, 1973, 1994, 1999; OLIVEIRA, 1986, 1988, 1991);
- o deslocamento forçado de pessoas imposto principalmente pela “reestruturação fundiária”, com os projetos acima destacados (OLIVEIRA, 1986, 1988, 1991);
- o papel dos incentivos fiscais e subsídios às indústrias (FURTADO, 1991; OLIVEIRA, 1977) e às agroindústrias, associados à ampliação do alcance dos créditos agrícolas para empresas do ramo;
- a estruturação viária e energética com a ampliação das estradas de rodagem e a construção de barragens e represas ao longo do Vale (PIERSON, 1972; ANDRADE, 1983, 1984, 2005);
- a implementação de cursos para capacitação técnica e formação de trabalhadores em diferentes ramos: agrícola, extrativista, pesqueiro, comercial, agenciamentos, entre outros;
- o estabelecimento de áreas de conservação e “reservas” florestais e extrativistas;
- o incentivo a ramos como o de turismo e de desenvolvimento sustentável;

Veremos como tais se mostram principalmente aos trabalhadores discutindo outros aspectos imbricados ao processo, contextualizando a sua atuação e seus resultados.

1.1 O VALE DO RIO SÃO FRANCISCO

Em linhas gerais, o planejamento é o conjunto de ações, articuladas ou não, estatais ou privadas, de políticas de desenvolvimento que têm como uma de suas práticas a delimitação de áreas de atuação com base nos critérios político-administrativos, fisiográficos e sócio-culturais.

O Vale do São Francisco, segundo a CODEVASF, abarca toda a área de bacias e sub-bacias do rio São Francisco (com extensão de 2.700 km) e tem cerca de 640.000 km². Ele é dividido em quatro porções: o Alto São Francisco, o Médio São Francisco, o Sub-Médio São Francisco e o Baixo São Francisco. Estas abrangem 504 municípios em seis estados do Brasil – Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Goiás, Bahia, Minas Gerais –, além do Distrito Federal (mapa 3).

¹⁹ Diversos autores trataram dessa questão como *formação brasileira*, no tocante à economia, ao desenvolvimento, à modernização. Entre eles, pode-se destacar: PRADO JR. (2002), FURTADO (1991), MARTINS (2010), OLIVEIRA (1977), entre muitos outros.

Mapa 3 – Divisão Fisiográfica do Vale do São Francisco, CODEVASF, 2010.

Fonte: CODEVASF, 2010.

Conforme a mesma Companhia, o *Médio São Francisco*, se estende “de Pirapora (MG) até Remanso (BA), incluindo as sub-bacias dos rios Paracatu, Urucuia, Carinhonha, Corrente, Grande, Pilão Arcado a oeste (margem esquerda), e do Verde Grande, Paramirim, Jacaré, a leste (margem direita); situa-se nos estados de Minas Gerais e Bahia” (CODEVASF, 11/2010).

E, segundo o relatório do Plano Decenal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Rio São Francisco (PDGRHSF), elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) em 2004:

A Bacia está dividida em quatro regiões fisiográficas, Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco que, por sua vez, foram subdividas, para fins de planejamento, em trinta e quatro sub-bacias [...] Essa divisão procurou adequar-se às unidades de gerenciamento de recursos hídricos dos Estados presentes na Bacia. Adicionalmente, a Bacia do rio São Francisco foi subdividida em 12.821 microbacias, com a finalidade de caracterizar, por trechos, os principais rios da região (CBHSF, 2004).

Todo esse conjunto parcelar refere-se a uma proposta de regionalização baseada na divisão por bacias hidrográficas que extrapolam áreas territoriais dos municípios, como “unidades de gerenciamento territorial”, delimitando áreas de planejamento e atuação.

Desde o século XVIII foram realizados estudos e pesquisas sobre o Vale do Rio São Francisco, ressaltando as possibilidades de modernização do seu uso como recurso para pesca e agricultura, produção de energia e transporte.

Esses estudos e pesquisas eram em sua maioria descritivos, técnicos ou de engenharia²⁰; outros pautados por perspectivas geográficas, antropológicas ou sociológicas²¹; além de outros críticos ao planejamento e ao desenvolvimento²².

Todo esse conjunto, positiva ou negativamente, mostra o quanto o planejamento trata de uma realidade aparente do processo social, ao se utilizar dos aspectos naturais ou fisiográficos, históricos, culturais, sociais ou antropológicos, e até mesmo de dados sobre transporte, emprego, estrutura fundiária e distribuição de renda que os envolvem.

A seguir analisaremos algumas dessas práticas concretas em seus próprios termos, no Médio São Francisco, Barra e Brejos da Barra. E, uma pergunta ficará em aberto nesse momento: Não seria esse processo social mais que sua aparência concreta?

1.2 A BARRA E OS BREJOS DA BARRA NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

O conjunto de observações empíricas e de dados revela parte dessa concretude que por hora apresentamos referentes ao município baiano de Barra (onde estão os brejos da Barra). Este se situa, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-

²⁰ Nesse conjunto se destacam entre outros os estudos de HALFELD (s/d); ROBERTS (1860); ROCHA (1993); MIRANDA (1941); SAMPAIO (2002), da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), da CODEVASF, da CHESF e da SUDENE.

²¹ Dentre eles salientamos os estudos de: ZARUR (1947); LINS (1983) e PIERSON (1972).

²² Aqui se sobressaem os estudos de: ANDRADE (1983; 1984); UNGER (2001); ESTRELA (2003); BLOCH (1996); SIGAUD (1992); SOBRINHO (2006); entre outros.

BA), na Região Econômica do *Médio São Francisco* (ver mapa 2)²³ e tem 1.133.300 hectares de área. Conforme o Censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, havia, neste município 49.342 habitantes. Desses, um total de 26.881 habitantes são residentes na área rural – mais de 16.000 são moradores dos Brejos – e 22.641 residentes na área urbana. Portanto, mais da metade de sua população encontra-se na área rural, exercendo atividades extrativistas e agropecuárias, além de outras ligadas aos ramos de comércio e serviços.

Por sua área administrativa ser abrangida pelo domínio morfoclimático da *caatinga* (AB’SABER, 2003) com clima semi-árido – altas temperaturas e pluviosidade irregular concentrada nos meses de verão – ele foi incorporado ao *Polígono das Secas*²⁴. Seu principal rio é o São Francisco, e os afluentes perenes à margem esquerda são os rios Grande e o Icatú.

Há na sede de Barra: uma agência dos Correios, do Banco do Brasil, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), além de lojas de móveis, de ferramentas, de celulares e de “alimentos”, prédios públicos, tais como a Prefeitura, o Mercado Municipal, escolas, Secretarias (entre outros), a Rodoviária e a Diocese de Barra.

Mais recentemente (há cerca de cinco anos) nota-se um maior número de pessoas no município vendendo mercadorias industrializadas nas calçadas ou em praças (os chamados ambulantes), e ao mesmo tempo, o aumento de lojas que vendem artigos diversos (de “utilidade” doméstica) a “baixos preços” e de casas de “empréstimos pessoal”.

Com a ajuda de imagens de satélite²⁵, e somando a isso outros dados, inclusive os coletados em trabalho de campo, esboçamos um panorama da ocupação da terra neste município. Destacamos a feição geral das dunas e veredas, a nordeste do município, onde se encontram alguns dos Brejos estudados (figura 1). Em seguida, apresentamos os povoados ribeirinhos que ocupam terras limitadas por grandes fazendas às margens do Rio São Francisco (figuras 2 e 3). Às margens do Rio Grande e ao sul do município observa-se a presença de estabelecimentos com agricultura irrigada (figura 4). Ao Sudoeste e Noroeste,

²³ Utilizaremos os dados fornecidos pelo IBGE e pela SEI-BA. Salientamos mais uma vez que as duas instituições propõem diferentes abordagens e perspectivas para a interpretação e mesmo a divisão administrativa da “região”. Para a SEI-BA, além da proposta de uma Região Econômica, há inclusive outra, de delimitação, que converge para uma noção denominada “territórios de identidade”. Estes sobrepõem e mesmo extrapolam as chamadas “regiões econômicas”, buscando em sua caracterização critérios sociológicos, como identidade social sobre o espaço e a história vivida.

²⁴ O polígono das secas foi instituído em 1936, pelo então governo Getúlio Vargas, pela Lei 175 de 07 de janeiro de 1936. Hoje é chamado de *Semi-Árido*, teve sua área ampliada chegando a um total de 962.857,3 km² de área segundo a SUDENE (2011), onde somente na Bahia situam-se 256 municípios. Essa delimitação serviu para a facilitação da captação de recursos do governo Federal, principalmente através do DNOCS, e posteriormente da CODEVASF.

²⁵ Extraídas do site *Google Earth* (2007), em 2009.

situam-se grandes áreas de cerrado e caatinga, entrecortadas por estradas vicinais, delimitando talhões, em processo de desmatamento para fabricação de carvão (figura 5).

Figura 1 – Dunas e Veredas próximas ao rio São Francisco, Barra – BA. Fonte: *Google Earth*, 2010.

Figura 2 – Comunidade Ribeirinha entre Fazendas, Barra – BA. Fonte: *Google Earth*, 2010.

Figura 3 – Fazendas à margem do Rio São Francisco, Barra – BA. Fonte: *Google Earth*, 2010.

Figura 4 – Agricultura irrigada e fazendas, Barra – BA. Fonte: *Google Earth*, 2010.

Figura 5 – O Cerrado e a Caatinga, desmatamento, Barra – BA. Fonte: *Google Earth*, 2010.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo de Barra, não existe um mapeamento oficial dos Brejos, mas apenas alguns levantamentos parciais realizados pela CODEVASF (elaborados durante os estudos de viabilidade do Projeto Distrito Brejos da Barra) e pelo IBAMA, para implantação da Área de Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco. Na sede da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), no município, existe um croqui produzido pelos seus funcionários. Para o nosso estudo foi importante o contato com essas instituições que, além de nos auxiliarem na busca do entendimento sobre a reprodução das relações sociais de produção nos Brejos, disponibilizaram esse material para que pudéssemos elaborar um croqui. Abaixo, apresentamos esse croqui de ocupação do solo.

Barra croqui de ocupação do solo

Fonte: IBGE, 2006; Google Earth, 2007; Estudos de campo, 2005-2009. Elaborado por Erick Kluck

Nos Brejos da Barra os moradores se autodenominam e são denominados *brejeiros*²⁶. A área correspondente aos Brejos é de aproximadamente 500.000 hectares, e desses, cerca de 280.000 hectares pertencem à Área de Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco. Os Brejos são limitados fisiograficamente pelos terrenos de serras (formadores da Serra do Estreito e do Boqueirão) e margeantes do rio São Francisco e rio Grande, apresentando características geomorfológicas e hidrográficas bem particulares. Segundo os estudos (ainda que divergentes sobre as origens dessa feição) de BARRETO *et. al.* (1999) e AB’SABER (2006), são formações geomorfológicas de dunas (com 100 a 150 metros de altura) constituídas de sedimentos arenosos e com superfície total de 700.000 hectares – área que extrapola os limites do município.

Nas porções mais aplainadas dos terrenos – as chamadas chapadas ou tabuleiros – e nos sopés das serras, predominam os solos latossólicos, com vegetações típicas do cerrado. Nas dunas formadas por acúmulo de areia, estão os solos arenosos onde predomina a caatinga (fotos 1 e 2).

Fotos 1 e 2 – Vegetação de caatinga nas dunas em dois períodos: à esquerda, fevereiro de 2009; à direita, outubro de 2010. Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA. Autor: Erick Kluck, 2009 e 2010.

²⁶ Os moradores dos Brejos se autodenominam, e são denominados pelos moradores da sede municipal ou também pelos ribeirinhos, de brejeiros. Adotaremos essa denominação para nos referirmos a eles. Isso inclui uma discussão sobre suas atividades de reprodução, caracterizadas pelas atividades que executam nas roças, nas oficinas e na caatinga. A primeira é ligada agricultura: a plantação, o zelar e a colheita. O segundo, a transformação ou beneficiamento em pequenas oficinas artesanais, como engenhos ou casas de farinha, de parte da produção agrícola – comprada, recebida como rendimento, trocada, ou produzida – em produtos para consumo próprio ou venda. A terceira, refere-se as atividades ligadas ao ramo da criação, principalmente a lida com o gado, e ao extrativismo. Mas, não é só que caracteriza o brejeiro. Haveria uma infinidade de outras relações possíveis de serem elencadas para tal tipologização e, portanto, seria sempre incompleta ou levaria a uma generalização absurda. Mas, para particularizarmos algumas das relações que acreditamos serem importantes na discussão, colocaremos mais uma que se refere ao brejeiro: o reconhecimento de pertencimento ao Brejo, dado pelos outros moradores. Portanto, reconhecendo que definir brejeiro é desde já uma incompletude, e tem relações com outras mediações que trataremos adiante, ainda assim partiremos dessas premissas para uma aproximação do *sujeito sujeito* (KURZ, 1993; 2004) em questão.

Nos “vales” que entremeiam as dunas se encontram as nascentes e riachos, alguns intermitentes, onde estão as veredas de buritis nas quais predominam os solos hidromórficos. Essa feição de vereda nesse lugar é denominada *brejo*.

Os Brejos da Barra são constituídos por mais de setenta “povoados” (ou Brejos) que, ao se perfilarem contiguamente às margens dos riachos ou veredas, constituem diferentes Eixos – São Gonçalo; Icatú, Mutuca, Olhos D’Água, Sacão, Brejinhos, Umburana, Limoeiro, Sucuruí, Campo Alegre e Bonfim. Os Brejos da Cabeceira do São Gonçalo e da Caroeira situam-se no *Eixo São Gonçalo* (mapa 4), composto por outros seis Brejos (Boca do Saco, Extrema, Mato Escuro, São Gonçalo, Barbosa e Tamboril) que se situam nas margens do riacho São Gonçalo, com aproximadamente 40 km de extensão.

Mapa 4 – Barra e Brejos da Barra: Eixo São Gonçalo

Nesta área, devido ao clima e à composição dos terrenos, em sua forma e estrutura, prevalecem as porções secas e arenosas, com vegetação de caatinga e cerrado, recobrando os “morrotes” de areia – excetuando-se as pequenas áreas de veredas.

Alguns estudos foram realizados por geógrafos e geólogos sobre esse conjunto dinâmico constituído por dunas e veredas, entre eles destacamos os de Aziz Ab’Saber:

note-se que o corpo principal das paleodunas estende-se principalmente desde os sopés da Serra do Estreito até a margem esquerda do São Francisco, descaindo diretamente para o leito maior do alongado curso d’água, de tal maneira que o rio, além de cruzar as caatingas baianas interiores, cruza lateralmente um remanescente inconfundível de desertos localizados do passado. Nesse sentido, é possível dizer que as grandes massas de areias ali depositadas, e retrabalhadas por processos eólicos, foram trazidas de montante (rio acima), por um lento comércio de sedimentação fluvial, em um certo período do Quaternário Superior (Pleistoceno) (AB’SABER, 2006, p. 301).

Uma constatação recorrente nas conversas com moradores dos Brejos é a que: “o Brejo é fraco”, no sentido de garantir a reprodução da família brejeira. Várias questões decorrem dessa assertiva: Seriam os Brejos dotados de pouca “capacidade produtiva” do solo onde para se produzir há necessidade de investir muito trabalho para a produção dos meios de produção: solo, ferramentas, entre outros, para garantir a reprodução? Como os Brejos se formaram, ou como o trabalho vai para o Brejo? Em que contexto?

Por enquanto, destacaremos os aspectos mais gerais e atuais referidos aos planos estatais de desenvolvimento, ou seja, o desdobramento das relações sociais de produção nesses Brejos.

A partir do ano 2001 as principais ações do Governo Federal (através da CODEVASF), voltadas ao município de Barra e aos Brejos da Barra, eram os projetos de estruturação dos transportes, de capacitação da força de trabalho, de ampliação de créditos e microcrédito, de turismo e desenvolvimento sustentável. Estes foram colocados como prioridades para reversão de uma situação, entendida pelos políticos e comerciantes de Barra, como atraso²⁷.

A CODEVASF atua principalmente na infraestruturação de transportes, na agricultura irrigada e na capacitação da força de trabalho. Atualmente: “todas as iniciativas da Empresa visam à geração de emprego e renda, à redução dos fluxos migratórios e dos efeitos econômicos e sociais decorrentes de secas e inundações e, ainda, à preservação dos recursos

²⁷ Conforme o discurso disseminado principalmente pela “elite” barrense a partir dos anos 1950 este município passou por um longo período de “isolamento” e “estagnação” devido a perda de importância da navegação. Somente em 1998 o município foi interligado por rodovias estaduais a outras áreas: a rodovia (BA-161) ligando Xique-Xique a Feira de Santana e rodovia (BA-160) ligando Barra a Ibotirama. Restabelecendo, segundo essa mesma elite, as esperanças de um desenvolvimento.

naturais dessas bacias hidrográficas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes das regiões” (CODEVASF, 16/03/2010).

Além disso, estimula a implantação de Arranjos Produtivos Locais (APL)²⁸:

Reconhecendo a importância dos APLs no desenvolvimento econômico e social do país, a Codevasf tem identificado linhas de ação que visam à exploração das potencialidades e vocações regionais, organização dos processos produtivos e de comercialização, valorização do capital humano e da governança local. A Codevasf entende que esses são fatores importantes para a valorização dos atores locais, responsáveis pelo desenvolvimento endógeno, que possam reverter em melhoria das condições de vida da população, geração de emprego e renda, exploração racional e sustentável dos recursos naturais (CODEVASF, 16/03/2010).

Nos Brejos da Barra, o Arranjo Produtivo Local iniciado pela CODEVASF, *Projeto Distrito Brejos da Barra*²⁹ voltou-se à fruticultura irrigada. Para essa articulação contou ainda com o apoio do Exército Brasileiro, de ONGs como a Distrito Brejos da Barra e Fundação para o Desenvolvimento do São Francisco (FUNDIFRAN). Segundo o CONVIVER (Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido), a estruturação do Arranjo Produtivo da Fruticultura nos Brejos incluiu a colocação em operação da fábrica de processamento de polpa de frutas – *BARRAFRUTOS* – tendo para isso R\$ 400.000,00 de investimento em 2004.

No entanto, tal fábrica nunca funcionou, e os produtores que se arriscaram (ou seja, pediram empréstimos, contrataram mão-de-obra, compraram sementes e terra, não plantaram o de costume), ainda hoje, 2011, esperam recuperar ao menos parte dos investimentos.

No bojo desse plano de desenvolvimento foram realizadas a delimitação de diversas posses, como ação prévia para a demarcação da terra.

Se contrapondo a isso, aparece a Comissão Pastoral da Terra (CPT) atuando nos Brejos da Barra. No ano de 2005 suas atividades centraram-se na realização de reuniões e um conjunto de atividades, nas associações comunitárias de diversos Brejos, inclusive o da Cabeceira do São Gonçalo. Tratava-se das “*missões ecológicas*” que envolviam a sensibilização, problematização e ação direta de preservação do meio ambiente e regularização da propriedade da terra.

²⁸ Segundo o roteiro básico do Projeto Competir (que veremos adiante), “um APL é uma concentração de indústrias do mesmo ramo, ou de ramos estreitamente ligados, num determinado lugar, que pode ser um município ou uma micro-região geográfica (COMPETIR, s/d).

²⁹ Cabe aqui uma ressalva importante sobre o *Projeto Distrito Brejos da Barra*. Trata-se de um projeto que se vinculava ao perímetro irrigado de Barreiras, ocupando, segundo a CODEVASF uma área de 4.300 (ha). No entanto, desde o ano de 2005, não se encontra mais em funcionamento, e mesmo na Companhia não se encontram mais dados sobre esse projeto. Este fato será base de uma discussão do quarto capítulo deste estudo quando tratarmos mais diretamente das ações da CODEVASF em Barra (BA), mais especificamente nos Brejos da Barra.

Essa última era pautada no incentivo ao cadastramento para a titulação da área correspondente ao uso comum da comunidade, sob a forma de *fundo de pasto*³⁰. Para isso se estimulava reativação das associações de moradores para reivindicar o cadastramento da terra, que segundo a CPT serviria como meio de “proteção” legal frente a eventuais grilagens ou busca de financiamentos. Essas ações, no entanto, não foram suficientes para a sua efetivação, fazendo com que em 2009 e 2010 fossem colocados em discussão os motivos de sua inviabilidade e a proposição de outras alternativas.

Como possíveis motivos da inviabilidade a CPT destacou a desconfiança do brejeiro diante das propostas externas e que se relacionam à sua propriedade, e, portanto a falta de ações práticas dos moradores, como a prévia demarcação das áreas com piquetes, e organização entorno dessas associações para que fosse levada adiante, em Salvador (no INCRA) uma reivindicação comum.

A alternativa da CPT foi propor em assembléia com moradores, na qual estavam presentes representantes da Fundação Chico Mendes, do Ministério do Meio Ambiente, que se fosse constituída na área dos Brejos que é a mesma da Área de Proteção Ambiental (APA), uma Reserva Extrativista (Resex)³¹.

As Resex tornam-se uma opção política e econômica buscada no momento atual do capital, pois permitem receber auxílios do Estado para sua reprodução inicial principalmente voltada ao desenvolvimento econômico de seus integrantes, com atividades tradicionais. Além disso, no caso dos Brejos, segundo a CPT, isso possibilitaria a manutenção da reprodução do brejeiro em “seu lugar”, com financiamento estatal e a garantia da posse da terra.

Essas são algumas questões que permeiam a realidade brejeira relacionadas com a reprodução do brejeiro no momento atual da modernização do Vale do São Francisco a qual nos aproximaremos melhor agora.

³⁰ Segundo GERMANI, “as Comunidades de Fundo e Feche de Pasto são formações sócio-econômicas que configuram um modelo singular de posse e uso da terra, cuja expressão social vai além de sua importância produtiva. Construíram, historicamente, um modo de vida particular no semi-árido baiano, onde os costumes, alicerçados nas relações de parentesco e compadrio, criaram regras consensuais e orientam o uso comum de terras para criação de gado de pequeno porte articulado ao uso individual de parcelas dispersas, onde plantam e residem” (GERMANI, G. I., 2007).

³¹ Ser posse de terra devoluta, Fundo de pasto ou Reserva Extrativista, difere bastante em forma e função, principalmente do ponto de vista jurídico e financeiro, mas também no que se refere à questão do uso. Como terra devoluta, a posse se garante pelas benfeitorias, e essas são ressarcidas caso o governo queira vendê-las. Como fundo de pasto, segundo a legislação baiana, essa terra passaria ao usufruto da comunidade tradicional, e assim teria sua demarcação realizada – parcelas individuais e a terra comum sem divisão – e não seria passível de venda. Por fim, nos termos da Reserva Extrativista, a terra seria considerada área de conservação de uso permitido, mas com restrições, principalmente relacionadas à forma de reprodução mais comum nos Brejos: agricultura e criação de animais.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PLANOS E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO: O *MÉDIO SÃO FRANCISCO*

Neste item analisaremos parte da ação estatal referida como planos de desenvolvimento, suas práticas, objetivos, alcances e limitações no Vale do São Francisco (que inclui o Médio São Francisco, a Barra e os Brejos da Barra) e que, de alguma forma, se relacionam com as mudanças no trabalho e na situação do trabalhador.

Os estudos técnicos e diagnósticos costumam apresentar a objetividade dos dados coletados por meio da divisão em temas. Utilizando-se desse método, para estabelecermos uma crítica interna (em seus próprios termos) dividimos a atuação das políticas de desenvolvimento em: infraestruturação agropecuária, de transporte e energética; capacitação da força de trabalho; ampliação do crédito; subsídios e incentivos fiscais.

É necessário apresentar um contexto geral referente a questão da terra no *Médio São Francisco* pois, essa é intimamente relacionada aos processos desdobrados e em desdobramento que apresentaremos a seguir. Assim, apresentamos alguns dados relativos à população e ocupação da terra.

Diferente do total da população do estado da Bahia, a maioria da população do *Médio São Francisco* encontra-se alocada na área rural (IBGE, Censo 2010), exercendo principalmente atividades ligadas à agropecuária, pesca, caça e extrativismo, ou ainda, são aí aposentados. Este é um traço significativo da localização da população dos municípios dessa Região Econômica. Por outro lado, não quer dizer que a concentração fundiária seja pequena.

Ao tratar da questão da terra, cabe a seguinte observação sobre os critérios adotados na coleta e disponibilização dos dados. Conforme o geógrafo Paulo Alentejano, em uma entrevista em 2010 (Junia, 2010), deve-se relativizar o uso dos dados tanto do IBGE quanto do INCRA, para uma análise sobre a da terra:

A concentração da propriedade da terra no Brasil é algo não apenas persistente como crescente. O Brasil está entre os países com maior grau de concentração, seja pelos dados do IBGE, seja pelos dados do INCRA. O IBGE trabalha com a categoria de ‘estabelecimentos agropecuários’, que leva em consideração a unidade gestão, enquanto o INCRA leva em consideração o documento de propriedade, trabalhando com imóveis. Pelo IBGE, a comparação é que a parcela dos maiores estabelecimentos, com mais de mil hectares, que são menos de 1% do total, tem 44% das terras, enquanto os menores estabelecimentos, que são 47% do total, somam apenas 2,36%. Ao se tomar como base os dados do INCRA de imóveis rurais no cadastro de 2003, isso não é muito diferente – a grande maioria dos imóveis tem menos de 10 hectares, mas ocupam a menor área. Pelo INCRA os dados mostram que propriedades com menos de 10 hectares são 31,8% do total e ocupam só 1,8% das terras agrícolas. Os imóveis com mais de cinco mil hectares são apenas 0,2% do total e tem 13% das terras – grifos do autor (Junia, 2010).

Concordando com ele, afirma-se em a “Análise da Estrutura Brasileira”:

A avaliação da estrutura agrária brasileira, tanto sob a ótica do INCRA que, como anteriormente ressaltado, identifica a distribuição do espaço agrário segundo seus detentores, como sob a visão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cujo dado reflete a ocupação deste espaço pelos produtores, evidencia o elevado grau de concentração da terra em ambas as situações, ainda que pesem as diferenças conceituais (CARDIM; Vieira; Viégas, s/d).

Essa problematização explicita que interpretações diferentes sobre uma realidade processual permitem construir diferentes realidades de planejamento³². Como nosso intuito não é o planejamento, utilizaremos apenas um deles para a aproximação da ocupação da terra, já que ambos trazem questões relativas à concentração fundiária.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, que versa sobre os *estabelecimentos agropecuários*³³, no *Médio São Francisco* é elevada a predominância em números absolutos da *pequena* (que inclui os *minifúndios*) e da *média propriedade*. Porém, quando são observados os dados totais de área relativos ao total de estabelecimentos, fica evidente que as poucas *grandes propriedades*, ocupam próximo a 85% da área total compreendida por todos os estabelecimentos apurados (tabela 2).

Tabela 2 – Estabelecimentos por área ocupada no RE MSF, 2006.

Total de estabelecimentos por área ocupada na RE do Médio São Francisco em 2006						
Médio São Francisco	Minifúndios e pequenas propriedades			Média Propriedade		Grandes propriedades
	Menos de 10 (ha)	10 a menos de 100 (ha)	100 a menos de 200 (ha)	200 a menos de 500 (ha)	500 a menos de 2000 (ha)	2000 (ha) e mais
Número de estabelecimentos	9.798	17.674	4.410	9.997	353	61
Total da área em hectares	33.954	547.095	164.066	187.603	328.699	334.010
Média de área (ha) por estabelecimento	3,5	31	37	19	931	5.475,5

Fonte: IBGE Censo agropecuário 2006. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

No Censo agropecuário de 1995-1996 (IBGE) os dados disponíveis sobre a propriedade da terra não informavam a área total por grupos de estabelecimento, mas apenas

³² Há que se problematizar o fato, conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira (em diversos estudos e pesquisas), de que a maioria das propriedades ou estabelecimentos no Brasil foi constituída por meio da grilagem de terras, tendo validade documental passível de questionamento.

³³ Os estabelecimentos são divididos por área (em hectares) da seguinte forma: pequenas propriedades – incluindo minifúndios – (até 500 hectares), médias propriedades (de 200 a menos de 2000 hectares) e grandes propriedades (2000 ou mais hectares).

os estabelecimentos totais por grupos de áreas (anexo 01). Isso mais esconde que revela a concentração, pois parece que a grande quantidade de pequenas propriedades significa a também uma ocupação de grandes áreas (anexos 02 e 03), o que não é verdade.

Não queremos com isso positivar a pequena propriedade em face da grande, nem o contrário, mas sim captar um momento importante da modernização que é a concentração da renda da terra.

Mesmo que esses dados não dêem conta de todo o universo realmente empírico, eles nos ajudam a ter uma noção do processo geral. Em Barra (tabela 3), a realidade não é diferente da observada no *Médio São Francisco* e do Estado da Bahia (anexo 04).

Tabela 3 – Estabelecimentos por área ocupada (ha), Barra (BA), 2006.

Total de estabelecimentos por área ocupada em Barra (BA) em 2006				
BARRA (BA)	Minifúndios e Pequenas propriedades		Médias propriedades	Grandes propriedades
	Menos de 10 (ha)	10 a menos de 500 (ha)	500 a menos de 2000 (ha)	2000 (ha) e mais
Número total de estabelecimentos	2.483	1.083	23	7
Total da área em hectares	5.398	57.105	21.389	57.303
Média de hectares por estabelecimento	2	52	930	8.186

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2006. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

Essa concentração como parte da dinâmica de ocupação no município não ocorre diretamente nos Brejos (onde predominam as posses de pequenas parcelas em *terras devolutas*), restringindo-se às áreas limítrofes, das margens do rio Grande e rio São Francisco, além dos tabuleiros da Serra do Estreito³⁴.

A formação inicial dessa ocupação concentradora será em parte estudada no segundo capítulo. Por enquanto, vejamos as relações existentes entre essa concentração e as ações dos programas e projetos de planejamento e desenvolvimento na modernização.

a) Infraestruturação da irrigação agropecuária

As ações estatais e particulares para o Vale do São Francisco, referentes aos projetos de colonização e/ou irrigação, e seus desdobramentos no Médio São Francisco (destacando

³⁴ A CPT-BA neste momento encampa uma luta contra a desapropriação de 70.000 ha da Fazenda Boqueirão, às margens do Rio Grande, onde mais de 100 famílias de posseiros estão a mais de 150 anos.

Barra e os Brejos da Barra) sofrem transformações em suas formas de financiamento e gestão nos momentos da modernização.

Desde a segunda metade da década de 1940 se “fortaleceram” os investimentos em infraestruturas voltadas à geração de energia e agricultura irrigada no Vale do São Francisco. O discurso da falta de estrutura para produção em geral e a ocorrência de secas motivaram grupos empresários e proprietários de terra a pressionar o Governo Federal no sentido de efetivar a infraestruturação da agricultura irrigada³⁵. Um pouco antes, em 1936, o Governo Federal já havia instituído a delimitação do *Polígono das Secas*³⁶ pela Lei 175 de 07 de janeiro de 1936, caracterizando um marco político importante para captação de recursos federais principalmente através do DNOCS e, posteriormente, da CODEVASF e da SUDENE.

Tratava-se de um conjunto de ações paliativas centralizadas pelo Governo Federal, que visava a expansão da fronteira agrícola e desenvolvimento das forças produtivas balizados por empréstimos no exterior.

Em 1948 foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) pela lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, diretamente subordinada ao Presidente da República, responsável por elaborar e executar:

o plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco, que vise a regularização do curso de seus rios, melhor distribuição de suas águas, utilização de seu potencial hidro-elétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização dos seus transportes, incremento da imigração e da colonização, assistência às exploração de suas riquezas (CODEVASF, 20/04/2011).

Já no artigo 12, dessa lei de criação da CVSF: “Nas áreas compreendidas no plano de irrigação e outras obras, o Governo Federal, por intermédio da C. V. S. F., poderá promover a desapropriação de terras destinadas à colonização e, especialmente, à fixação de populações deslocadas por necessidades do plano geral adotado” (CODEVASF, 20/04/2011).

Mais tarde, pela lei de nº 6.088 de 16 de julho de 1974, foi criada em seu lugar a CODEVASF, como empresa pública vinculada o Ministério do Interior (MINTER). Sendo o motivo destacado no artigo 4 da sua lei de criação:

A CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas,

³⁵ Veremos no decorrer do estudo que outras ações já estavam em prática, principalmente as efetivadas pela Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) que depois se torna o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

³⁶ Hoje está área é denominada de *Semi-Árido*, e teve em alguns momentos sua área ampliada chegando a um total de 962.857,3 km² segundo a SUDENE (2011), nessa caracterização, somente da Bahia situam-se 256 municípios.

promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infra-estrutura, particularmente de captação de águas para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes (CODEVASF, 20/04/2011).

Em todas as formas de ação destacadas se sobressai a meta de estabelecer transformações nas técnicas de produção e compra de insumos a partir de investimentos estatais e privados e, principalmente, a reestruturar a propriedade da terra (formação de um mercado de terras). Esses são fatores diferenciais de qualquer outra ação até então estabelecida no âmbito federal, no que diz respeito à política integrada de modernização³⁷.

Mas, além disso, outra diferenciação na ação é o incentivo fiscal (na forma de isenção de impostos) à particulares (em geral grandes empresas) que se apropriam de grandes áreas devolutas, onde em geral habitam os pequenos posseiros. O Estado financia a formação de um mercado de terras, pois, em geral, para se comprar essas grandes áreas ou para delas se apropriarem, são feitos vultosos empréstimos por programas de incentivo a agropecuária.

Esses dois processos articulados permitem que o empresário se beneficie duplamente, pois tem o poder de monopolizar o trabalho ligado à terra dos pequenos posseiros que, de repente, se tornam agregados e, logo após executarem a tarefa de formação das fazendas, são retirados da área que habitavam. E ainda, com essa fazenda e seus títulos em geral fraudados (grilo), ganham os benefícios dos subsídios estatais de incentivo a agropecuária, ainda que nunca produzam nada. Esses e outros procedimentos escusos foram estudados, dentre outros autores, por OLIVEIRA (1986; 1988; 1991) e MARTINS (1975; 1981; 2010).

Parte disso se evidencia no 11º artigo da criação da CODEVASF, no qual se destaca o poder de: “promover a desapropriação de áreas destinadas à implantação de projetos de desenvolvimento agrícola, agropecuário e agroindustrial, inclusive de irrigação, bem como aliená-los na forma da legislação vigente” (CODEVASF, 20/04/2011).

A irrigação não é novidade na realidade “nordestina”. Conforme a publicação de 2008, “A Irrigação no Brasil: situação e diretrizes” do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e do Ministério da Integração Nacional, desde os anos 1960 a irrigação é tratada como parte de um plano geral de políticas de desenvolvimento. Antes disso, como se sabe, a atuação da Inspeção Nacional de Obras Contra a Seca (IFOCS) em 1909 e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) em 1916, trataram a temática,

³⁷ Veremos no segundo capítulo, por exemplo, as chamadas “soluções hidráulicas” do IFOCS e DNOCS.

mesmo que estivessem relacionadas a um contexto no qual prevaleciam ações pontuais denominadas de “soluções hidráulicas” (OLIVEIRA, 1977). Assim,

em 1968, o Governo Federal instituiu o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA), que, em 1970, lançava os delineamentos de uma política de irrigação para o Brasil, através do Programa Plurianual de Irrigação (PPI). A maior parte dos investimentos do PPI foi destinada à região Nordeste, por se considerar a irrigação como um instrumento de promoção do crescimento econômico, tendo o DNOCS e a SUVALE (depois CODEVASF) como agências implementadoras (IICA, 2008, p. 09).

Novidade é a atuação direta desses órgãos na questão fundiária. Nos anos 1970, o Governo Federal, através da lei nº 6.662 de 26 de junho de 1979, estabeleceu algumas diretrizes para o desenvolvimento dos planos programas e projetos de irrigação do país. Em seu sétimo artigo, destacava a forma concentrada da ação: “os programas de irrigação serão consolidados e coordenados, a nível regional, pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional” (CODEVASF, 20/04/2011). Mais adiante, no que se refere às desapropriações, a lei estabelecia em seus artigos 28 e 29 que:

Art 28 – Por ato do Presidente da República serão declaradas de utilidade pública ou interesse social, para fins de expropriação, as áreas de terras selecionadas para a implantação ou expansão de projetos públicos de irrigação, aplicando-se, no que couber, a legislação sobre desapropriações.

Art 29 – Publicado o ato declaratório de utilidade pública ou interesse social, havendo concordância do proprietário com o valor do laudo de avaliação, o expropriante poderá proceder de forma amigável, exigindo, do expropriado, além da prova de propriedade, a de inexistência de ônus sobre os bens.

Parágrafo único – As normas sobre a liquidação amigável dos processos de desapropriação de que trata este artigo serão aprovadas pelo Ministro de Estado do Interior³⁸.

Antes disso, já existiam ações e instrumentos jurídicos para tais empreendimentos, utilizados pelo DNOCS e pela CODEVASF. Mas, mesmo entre eles as diferenças de atuação eram grandes. Enquanto o DNOCS implanta pontualmente a infraestrutura de estrada e açudes, a CODEVASF participará de um plano mais geral de desenvolvimento regional e modernização, atuando não só nessa implantação infraestrutural, mas também, na capacitação técnica da força de trabalho e reestruturação fundiária, com programas e projetos de colonização agrícola de irrigantes.

De certo modo isso revela que o Estado tem um papel importante na transformação da renda da terra, ao ligar-se ao processo de ampliação das fronteiras agrícolas e formação de um mercado nacional das terras e das águas. Quanto a esse último, segundo o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco

³⁸ Artigos da lei nº 6.662 de 26 de junho de 1979. Retirados do site: www.jusbrasil.com.br/legislacao/109399/lei-6662-79, em 15 de abril de 2011.

(CBHSF), outras leis contribuíram para esse processo, estabelecendo os rumos da política de irrigação:

A Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, combinada com a Lei nº 9.984/00, que criou a Agência Nacional de Águas, constitui o lastro da gestão dos recursos hídricos no Brasil, pautada em aspectos inovadores que buscam efetivar a gestão integrada, descentralizada e participativa da água (CBHSF, 2004, p. 36).

A atuação da CODEVASF, atrelada a esse “sistema”, comporta algumas diretrizes destacadas abaixo:

A **agricultura**, principalmente a **irrigada**, constitui-se na **principal vocação da Bacia**, razão que torna estratégico o uso da água para irrigação. O **Pacto da Água** deve orientar o **desenvolvimento dos projetos de irrigação** de forma **compatível com a disponibilidade hídrica** na Bacia, estabelecendo limites de vazões a serem utilizadas pelo setor agrícola através da negociação com os outros interesses como da geração de energia.

As **ações** na área de **irrigação** deverão direcionar-se no sentido de **melhorar a tecnologia aplicada e reduzir os consumos** específicos, de forma a **aumentar a eficiência**, e, **integrar e articular a irrigação** em seu sentido mais estrito com as estratégias econômicas e comerciais que sobre ela repercutem (CBHSF, 2004, p. 112). (grifos do autor).

O contexto geral atual, no que se refere à adoção de políticas públicas de desenvolvimento, tem se pautado por estudos diagnósticos de abrangência multifacetada e combinada, direcionada às áreas de atuação especificamente escolhidas. Segundo o IICA, nos anos 1990, isso ocorreria num contexto, segundo o qual:

hoje não tem o Poder Executivo Federal a força centralizadora nem os recursos financeiros para investir que detinha na década de 1970. Tanto é que o desenvolvimento da nossa agricultura, inclusive da irrigação, nos últimos anos, decorre muito mais da iniciativa privada, da visão, vontade e determinação do próprio setor agrícola do que de políticas públicas a ela direcionadas (IICA, 2008, p.17).

Diferente, portanto, de um programa de abrangência regional amplo com os diagnósticos e as diretrizes gerais centralizadas em Superintendências, o “novo modelo” de implementação das políticas busca uma ação articulada de projetos em módulos de execução. São investimentos em ações empresariais (particulares) com parceria do Estado, conformadas em determinados territórios, selecionados por apresentarem particularidades econômicas de interesse social (investimentos).

O caráter anteriormente centralizador da atuação Federal que vai até meados dos anos 1990 no país foi identificado neste estudo como impeditivo ao desenvolvimento:

Um dos postulados mais evidentes da forma como foram implantados os projetos de irrigação no País é a falta de compromisso com o planejamento integrado nos níveis regional, estadual e municipal. Os projetos, excetuando-se aqueles atualmente em implantação por meio de convênios com os governos dos estados, sempre foram planejados pelo governo federal, sem que, necessariamente, estivessem integrados

com os planos de governo de estados e municípios e, ainda mais, sem qualquer consulta às populações afetadas (IICA, 2008, p. 43).

Outro estudo diagnóstico, realizado em 2008³⁹ por uma equipe de economistas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (São Paulo e Ribeirão Preto), denominado grupo *PENSA* (do centro de Conhecimentos em Agronegócios), afirma a necessidade de uma atuação por “sistemas de cadeias produtivas”, como parte do Plano Integrados de Negócios Sustentáveis (PINS)⁴⁰ – do Governo Federal, através da CODEVASF – de ação para o Vale do rio São Francisco. Fazendo coincidir diversos interesses, estabelecem que os objetivos atuais do desenvolvimento,

são a “geração de emprego e renda, a redução dos fluxos migratórios dos efeitos econômicos e sociais de secas e inundações frequentes e, ainda, a preservação dos recursos naturais dos rios São Francisco e Parnaíba, visando melhorar a qualidade de vida dos habitantes dessas regiões”. [Nos perímetros irrigados do Médio São Francisco] o destaque é a fruticultura irrigada por meio do cultivo de banana e manga, bem como a produção de grãos em Barreiras do Norte. Além disso, a região está desenvolvendo fortemente a aptidão para a bioenergia por meio do etanol e do biodiesel (Grupo *PENSA*, 2008).

Essa forma de ação configura uma mudança em relação às proposições e práticas anteriores (décadas de 1960 e 1990). Elas são inseridas por suas características no bojo das políticas públicas de modernização, dadas também como planejamento, mas agora mais vinculadas à escala territorial, aproximando-se da ideia de lugar (SANTOS, 2004). Tal imbricação norteia as políticas que se realizam pela disponibilização de créditos a projetos não só estatais, mas, também empresariais e os não-governamentais, configurando ações nas quais predominam as parcerias público-privadas e constituindo elos da produção e circulação do capital.

Atentamo-nos a três aspectos: a desapropriação da terra, a situação do trabalhador e a importância que adquire o crédito como parte dos desdobramentos empíricos dessas atuações, suas transformações e características em relação a irrigação.

A CODEVASF atualmente administra no Vale do São Francisco alguns perímetros irrigados, num total de nove “Pólos irrigados”: Norte de Minas, Guanambi,

³⁹ Ao menos dez estudos foram realizados pelo grupo *PENSA* em 2008, divididos em quatro grupos: Grupo 1: Fruticultura (Abacaxi; Banana; Frutas secas e Desidratadas; Limão); Grupo 2: Agroenergia (Dendê e Pinhão Manso); Grupo 3: Vegetais Semi-Processados (Abóbora e Cenoura), Grupo 4: Zootecnia (Apicultura, Avicultura, Ovinocaprinocultura e Piscicultura). (CODEVASF, 2011).

⁴⁰ Segundo a CODEVASF, o “PINS englobou a análise da viabilidade econômico-financeira de 10 cadeias produtivas nas condições dos perímetros irrigados da CODEVASF. Os estudos foram realizados considerando a participação de empresas-âncoras agrícolas e de produtores rurais integrados. As empresas-âncoras são os agentes coordenadores da cadeia produtiva, garantindo assistência técnica e remuneração mínima ao pequeno produtor rural. Dessa forma, o modelo de negócio combinou a sustentabilidade econômica com o conseqüente benefício social”. (CODEVASF, 2011).

Formoso/Correntina, Barreiras, Irecê, Juazeiro/Petrolina, Baixo São Francisco. Estes conformam um total de 29 projetos, sendo que seis estão em fase de implantação e 23 em fase de operação/produção. A dinâmica executiva da irrigação no Vale comporta as fases potenciais (projeto, desapropriação, estruturação) e fase de operação (produção). É notória a disparidade entre a área de operação e a área potencial (tabela 4).

Tabela 4 – Pólos Irrigados, CODEVASF, 2010.

Pólos irrigados	Total	Operação		Potencial*	
	Hectares (ha)	Hectares (ha)	(%)	Hectares (ha)	(%)
Norte de Minas	171.559	46.075	27	125.484	73
Guanambi	96.660	3.055	3	93.605	97
Formoso/Correntina	176.436	12.436	7	164.000	93
Barreiras	7.214	7.214	100	–	–
Irecê	60.758	2.099	3,5	58.659	96,5
Juazeiro/Petrolina	169.122	52.825	32	116.297	68
Baixo São Francisco	50.341	10.507	21	39.834	79
Total	732.090	134.211	–	597.879	–

* Consta de estudos de viabilidade e projeto concluídos.

Fonte: CODEVASF, dados atualizados em 2010. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

Diferente do que se propõe seria essa atuação mais atrelada à formação de um mercado de terras e imposição de mudanças na dinâmica do trabalho, do que relacionada à produção de alimentos?

Destes Pólos, cinco situam-se completamente no Médio São Francisco (CODEVASF)⁴¹: o Pólo de Barreiras, o Pólo de Formoso-Correntina, o Pólo de Guanambi e o Pólo de Irecê⁴².

⁴¹ Aqui a denominação Médio São Francisco relaciona-se a divisão fisiográfica proposta pela CODEVASF, por isso a inclusão do Pólo de Barreiras. Destacamos, no entanto, que apenas neste caso, estamos desconsiderando a delimitação da SEI-BA do Médio São Francisco (como uma “Região Econômica”) e utilizando a noção de região fisiográfica proposta pela CODEVASF. Mais adiante, após a consideração sobre os projetos de irrigação, voltaremos a considerar a delimitação da SEI-BA, para comparativo e problematizações futuras de outros dados.

⁴² *Pólo Barreiras*: Este pólo, constituído pelos perímetros São Desidério/Barreiras Sul, Riacho Grande, Nupeba e Barreiras Norte e, segundo a CODEVASF consta de uma área total de 7.214 ha em produção e operação, destacando-se como importante produtor de soja. A água utilizada é de um dos principais afluentes do rio São Francisco, o chamado rio Grande. Outra parte da produção agrícola é a fruticultura, principalmente de coco verde, banana, manga e limão, além de grãos como feijão e milho. As empresas deste pólo são: Riger-Helmut (extrato de tomate), a CEVAL - Alimentos S/A e a CARGILL - Agrícola S/A (óleo de soja), EMAPE - Alimentos da Ibiapaba S/A (ovos comerciais), Novo Horizonte Comercial Agropecuária Ltda. (arroz, feijão e

A grande quantidade de terras desapropriadas implica, em geral, em mudanças de âmbito estrutural, no que se refere à questão fundiária e, além disso, na situação do trabalhador que, em muitos casos teve de deixar suas terras e por consequência, deixa de trabalhar na terra. Apesar disso, por fazerem parte de “políticas de desenvolvimento” – ou seja, práticas e discursos que tem como central a disponibilidade de crédito, a tecnificação da produção – a geração de emprego e renda à população, todas essas ações parecem ser só positivas. Concordando com essa visão, ALCOFORADO (2003) ressalta que

é preciso destacar a importância do vale do rio São Francisco devido a disponibilidade de água para irrigação e do papel da CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco no desenvolvimento do Semi-Árido. A expansão econômica experimentada na região de Barreiras nos últimos anos, com a produção de grãos, e nas regiões de Juazeiro, Petrolina e Bom Jesus da Lapa com a fruticultura irrigada, poderia ter sido, também, levada a todo o vale do rio São Francisco pelo governo do Estado da Bahia aproveitando-se da disponibilidade de um insumo lá existente e fundamental à agricultura que é a água (ALCOFORADO, 2003, p. 304).

Assim, ao positivar a atuação da Companhia e os resultados alcançados para o Vale do São Francisco até o momento, destaca como problema apenas o fato dessa atuação não ser mais abrangente, a ponto de “atender melhor” o Médio São Francisco. Entende que a falha não é do Governo Federal e da política da CODEVASF, mas de uma falta de investimentos por parte do governo do estado da Bahia. Esse seria o motivo, segundo ele, para esta área não ter alcançado um crescimento da mesma maneira que o restante do Vale. A solução que aponta é sugerida quando afirma que,

para desenvolver o Médio São Francisco, deve-se contemplar iniciativas que contribuam para elevar os investimentos em agricultura irrigada e agroindústrias a ela associadas, a articulação do Médio e Baixo Médio São Francisco ao Oeste da Bahia com a implantação de uma infraestrutura de transporte hidroviário e o desenvolvimento do turismo e da pesca (ALCOFORADO, 2003, p. 218).

soja). *Pólo Formoso/ Correntina*: Este pólo, no Médio São Francisco baiano, abarca os perímetros Formosinho e Formoso A/H, totalizando, segundo a CODEVASF, uma área de 12.436 ha já em operação, produzindo principalmente frutas e grãos, entre elas, a banana, o milho e o feijão. As empresas SAHAN – Indústria e Comércio (milho e derivados), a Nelson Nilter Pereira de Almeida (polpa de fruta), a RAK - Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios e Iogurte Oeste, a Algodoeira Salinas - Alfredo Magalhães e Filho Ltda. (algodão), Bahia Solo – Agropecuária (sementes de feijão), e a Fazenda Buzato (produção de algodão e beneficiamento), além do Projeto Amanhã (doces, defumados e polpas) e de produtores familiares: Renato Flores Alves, Aziel Borges de Almeida, João Batista Pereira da Silva, Alcides José Rosa, Waldina Alkmim Leão, Valter Oliveira Laranjeira Barbosa (rapadura e aguardente). *Pólo Guanambi*: O Pólo de Guanambi comporta os perímetros de Estreito e Ceraíma, num total de 2.511 ha em operação. Sua principal produção é a banana. Além disso, destaca-se o algodão, o leite e derivados, e, a piscicultura. As empresas presentes são: ICOL (Indústria e Comércio de Óleos Vegetais Ltda.), a MERCAL (Mercantil Algodoeira Ltda.), a Cooperativa Agropecuária de Candiba, a Responsabilidade Ltda., e a Fazenda Granja e Carinho Ltda. *Pólo de Irecê*: Abrange os perímetros de Mirorós com 2.099 ha em operação, e Baixo de Irecê, com 58.659 ha em implantação e projeto. A produção principal é de banana e pinha, além da goiaba, manga e coco.

Nesta mesma pesquisa, o autor afirma ainda que a “teoria dos pólos de crescimento” de François Perroux foi aplicada pela CODEVASF, permitindo um desenvolvimento integrado de toda a região por eles abrangida:

de acordo com Perroux (1967), o pólo é o centro econômico dinâmico de uma região e o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento regional estaria, assim, sempre ligado ao do seu pólo. Como o pólo é sempre um ponto ou uma área que exerce influência sobre uma região, ela tem de ser canalizada por estradas, por caminhos que liguem a área polarizada ao pólo (ALCOFORADO, 2003, p. 305).

Desse modo, as áreas consideradas por ele como dinâmicas teriam relação direta com os perímetros irrigados e seus respectivos pólos. De fato, se observamos os dados referentes à área abrangida pelos perímetros e pólos de irrigação para o Vale do São Francisco, em operação e potencial, em relação às que não os possui, nota-se certa disparidade como a ressaltada pelo autor. Como a base de sua pesquisa se pautou pela noção de “região econômica” da SEI-BA, considerou a existência de somente dois Pólos de crescimento no Médio São Francisco⁴³. Trata-se dos Pólos de Formoso/Correntina com uma área relativa de ocupação em operação, menor que 10% se comparada com o total implementado e em operação no restante do Vale.

Para COELHO NETO (2006), essa mesma “região econômica” também recebe poucos investimentos para sua estruturação e implantação da agricultura irrigada. Segundo ele,

O pequeno e localizado alcance da irrigação pública no Médio São Francisco produz uma seletividade espacial, distanciando os dois espaços irrigados [Formoso A/H] da realidade rural regional [...] pequena prioridade conferida a este recorte regional pelas políticas de irrigação no Vale do São Francisco. Considerando a superfície implantada, o número de beneficiários e a recente implantação destes perímetros, pouca contribuição pode ser notada para efeito da promoção do desenvolvimento regional, apesar dos estudos e investimentos remontarem à década de 1950 (COELHO NETO, 2006, p. 118).

Porém, diferente de ALCOFORADO (2003), esse é um dos motivos que o faz problematizar a adoção da “teoria dos pólos de crescimento” como norteadora das políticas de irrigação da CODEVASF. Para ele,

A política de irrigação adotada para o Vale do São Francisco fundamenta-se, entre outros pressupostos, na concepção de pólos de crescimento, originalmente desenvolvida pelo francês François Perroux. Santos (2003) elabora uma crítica que pode contribuir para explicar os resultados e problemas que envolveram a maciça aplicação destas formulações no Brasil, fazendo um alerta sobre o uso

⁴³ Isso difere da delimitação da CODEVASF que, no Médio São Francisco, localiza cinco dos nove Pólos de crescimento.

indiscriminado nos países subdesenvolvidos de concepções elaboradas para os países desenvolvidos ocidentais desconsiderando as diferenças estruturais entre as duas realidades (COELHO NETO, 2006, p. 115).

Essa crítica tem como central a ideia de que o crescimento estaria concentrado nos pólos, pouco influenciando sua área contígua, dessa forma, haveria uma espécie de “seletividade espacial” pautando essas políticas de irrigação.

Os perímetro públicos de irrigação constituem-se em espaços selecionados para construção de infra-estrutura técnica e social, na tentativa de viabilizar a prática da agricultura irrigada, cuja existência vincula-se à função do Estado enquanto agente de planejamento e intervenção no território, orientado por diretrizes, objetivos e interesses específicos (COELHO NETO, 2006, p. 116).

E, ainda, nota que o *Médio São Francisco*, particularmente, tem sido o maior prejudicado por essa concentração ou seletividade efetivada pela CODEVASF. Para que isso deixe de ser o centro das ações políticas, o autor propõe a retomada crítica da noção de “região” (planejada), considerando a “dimensão territorial”. Assim, “a valorização da concepção de território como dimensão de análise e planejamento, perpassando a intervenção estatal em todas as suas esferas e setores de atuação, pode ser uma perspectiva colocada para superação das desigualdades regionais” (COELHO NETO, 2006, p. 124).

A crítica fundamentada sobre a teoria do crescimento dos pólos propõe, como apontamos, uma atuação política diferenciada sobre o desenvolvimento regional. Trata-se das políticas de gestão integradas do território que, atualmente, são colocadas como centrais pelas instituições de âmbito estatal ou mesmo *não-governamentais*.

Portanto, ao estabelecer a crítica sobre os pólos de desenvolvimento da CODEVASF, afirmando serem pautados em uma noção de região ultrapassada (tendo em François Perroux, seu maior representante) coloca a importância de uma análise territorial para o estudo e planejamento. Isso se deve à influência da crítica proposta por Milton Santos, citada pelo autor, afirmando ser o território a dimensão mais próxima da empiria, segundo a qual a atuação alcançaria os objetivos desde o lugar da identificação do não desenvolvimento.

Essa crítica material repõe a busca de uma ação política modernizadora mais ajustada aos objetivos propostos territorialmente de geração de emprego e renda através da produção agrícola irrigada. No entanto, aparentemente, não considera outros aspectos da implantação dessa mesma irrigação, como desapropriação e mobilização da força de trabalho.

Nesse sentido, CAMELO FILHO (2005), em seu estudo sobre a dinâmica política, econômica e social do Vale do rio São Francisco, ao analisar comparativamente os pólos irrigados de Juazeiro e Formoso A/H na Bahia, afirma:

O dinamismo da cultura vinícola e de outras frutas em terras sertanejas do Submédio São Francisco nos primeiros 15 anos de sua atividade é algo espetacular, além da produção realizada em Pirapora, no Alto Vale. Entretanto, os benefícios proporcionados continuam limitados a um reduzido grupo social local e o espetáculo do “crescimento” só tem lugar para uns poucos. Com isso, os críticos deste processo lembram que essa estrutura pode até gerar riquezas, mas distribuir renda jamais, mesmo empregando um considerável número de pessoas no conjunto das atividades diretas e indiretamente ligadas aos projetos de irrigação, principalmente aqueles situados no Submédio São Francisco (CAMELO FILHO, 2005, p. 86).

O que lhe surpreende é que, mesmo onde há a implantação dos pólos, a contradição é aparente. Isso é trazido por ele através dos seguintes dados:

entre 1960 e 1996 ocorreu um espetacular crescimento da População Economicamente Ativa no pólo de irrigação de Petrolina. Trata-se de uma elevação em torno de 543%. Em 1960, Petrolina contava com 10.478 habitantes e passou para 67.388 em 1996, enquanto Juazeiro passou de 19.248 para 57.519 no mesmo período. Nestes 36 anos foram criados 102.181 novos empregos no pólo de irrigação. [...] as pessoas diretamente empregadas no perímetro de irrigação tinham um salário médio de R\$ 254,00, equivalente a dois salários mínimos da época ou a US\$ 86,69, em 2004 (CAMELO FILHO, 2005, p. 90).

Em 2011, Roberto Malvezzi, da Comissão Pastoral da Terra - BA (CPT-BA), também percebe o aumento do processo migratório em Juazeiro “onde 30 mil pessoas se aglomeram para trabalhar como mão de obra barata nos projetos de irrigação da cana, manga e uva” (MALVEZZI, 2011). Antes, em 2007, no “Seminário Olhares sobre a revitalização da bacia do São Francisco”, esta questão esteve presente:

A remuneração dos trabalhadores nos projetos de irrigação é baixa, o trabalho é feito em condições degradantes, na maior parte das vezes. Em 1998, as pessoas empregadas nos projetos de irrigação tinham um salário, em média, equivalente a dois salários mínimos. Os projetos de irrigação estão concentrados em Juazeiro e Petrolina e no Oeste da Bahia e no Norte de Minas Gerais (SIQUEIRA, 2007, p. 19).

E ainda,

Má qualidade dos empregos gerados na irrigação: próximos aos perímetros de Juazeiro e Petrolina formaram-se bairros inteiros (quem conhece Juca Viana sabe) onde as populações empregadas na irrigação aglomeram-se para sobreviver. Paga-se mão-de-obra sazonal e barata. Ora morando nos bairros periféricos ora morando do lado de fora, como estranhos em terras que já foram suas (caso da comunidade de Conchas, Juazeiro, no Projeto Curaçá. Nestas “favelas rurais” são altíssimos os índices de criminalidade, prostituição e violência. Segundo me confirmou a Dra. Ana Rúbia, Promotora de Petrolina, continua a média de cinco homicídios por semana nas duas cidades (SIQUEIRA, 2007, p. 20).

Todas essas passagens mostram a contradição das políticas modernizantes e o discurso do desenvolvimento. Essa é a condição a que se chega o trabalhador na modernização. Ao mesmo tempo em que há mais regularidade na remuneração, com o assalariamento, e com isso se consegue ter acesso ao crédito, não significa que não tenha que trabalhar muito mais e

ter ainda baixos rendimentos salariais, isso quando consegue ser parte útil no processo produtivo.

A expansão da irrigação, como política de desenvolvimento, modifica a estrutura fundiária e transforma a reprodução do trabalhador. Essa realidade provoca diariamente manifestações dos movimentos sociais em tensão com tais políticas.

Quando observarmos a grande quantidade de terras que, apesar de terem sido desapropriadas, não estavam em operação nos pólos de irrigação, isso revela que houve grande mobilização de terras, associadas à uma imposição de deslocamento e mudança de função da força de trabalho. Essa parca utilização dos lotes leiloados⁴⁴ aliada a esse não acesso de produtores de baixa renda contribui para uma “liberação” de *força de trabalho* (antes vinculada à agricultura e criação na terra) e sua não total absorção como *força de trabalho* mobilizada (GAUDEMAR, 1977), revelando uma das negatividades do processo. Veremos que não se trata de uma questão local, mas sim processual.

Um caso empírico exemplar foi o vivenciado pela população da área do projeto do *Baxio de Irecê* (do Pólo de Irecê). Lá, os moradores foram desapropriados de suas terras, onde viviam como posseiros (inclusive das terras de uso comum), com indenizações muito baixas. Na busca pela sua reprodução, alguns procuraram as empresas beneficiadas com essas terras, na tentativa vender sua *força de trabalho*. No entanto, dos 58.659 hectares do projeto que, na prática, são as terras desapropriadas, apenas 2.099 hectares estão em operação (empregando a *força de trabalho*). O resultado foi catastrófico, conforme apresenta a CPT de Juazeiro no artigo “Projeto de irrigação no Baixio do Irecê expulsa pequenos produtores”:

o que se pretende fazer com as 18 comunidades afetadas, que perfazem um total aproximado de 800 famílias e 5.000 pessoas, que já estão na insegurança, e não só quanto ao futuro? Este futuro é a mão-de-obra barata nas empresas agrícolas, a marginalidade econômica e social? Quais as compensações para os tamanhos impactos sociais, econômicos e ambientais? Quem responde? São as questões de sempre sobre o “nosso desenvolvimento”, que continua para poucos, a um alto preço para muitos (CPT, 2008).

Noutra área desse *Vale*, no município de Ponto Novo, o conflito se refere ao *projeto de irrigação de Ponto Novo*, onde sessenta famílias ocupavam terras que foram desapropriadas, mas não estavam sendo utilizadas pelo projeto.

Ocupando a área desde junho de 2008, as famílias vivem do cultivo de mandioca, milho, feijão, hortaliças, frutas e criam pequenos animais [...] De acordo com Rita de Cássia Pereira, do MPA, a terra é pública e foi subsidiada pelo Estado a empresas

⁴⁴ Os baixos preços pagos pela desapropriação estão em contradição com a “valorização” subsequente, ou seja, “valorização” que alcançam no momento dos leilões dos lotes. Só há essa “valorização” porque há a possibilidade de obtenção de acesso a créditos devido à possível infraestruturação por parte do Estado.

particulares para que fossem cultivadas. “Mas isso não aconteceu e nós, enquanto movimento, queremos continuar na região”, explicou. Lúcio Cardoso, sócio da empresa Liz Agrícola, que entrou com o pedido de reintegração, disse que a primeira tentativa de reaver a terra adquirida em concorrência pública foi em agosto de 2008. A área ocupada pelos agricultores é de 34 hectares e faz parte do Projeto de Irrigação de Ponto Novo, do governo do Estado, com lotes para médios empresários para a exploração agrícola (CPT, 2011).

Tais constatações⁴⁵ nos impulsionam a buscar maiores detalhes principalmente relativos à geração de emprego e ocupação da população. Isso porque se tornou comum encontrar nos planos e projetos de desenvolvimento – seja ele de turismo, ambiental, revitalização, agronegócio – as palavras mágicas: “agregação de valor”, “geração de emprego e renda”, “ampliação das oportunidades de investimentos”, “melhoria da qualidade de vida” (com complemento ambiental e social), entre muitas outras.

Só para citar um exemplo, podemos ver o que diz o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do “Projeto de Integração da Bacia do São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional”⁴⁶ sobre um dos *impactos negativos* identificados: “deverá haver também uma pequena perda de empregos e renda nas áreas rurais, em função de desapropriações de terras e retirada da população rural localizada na área onde serão construídos os canais” (MI, 2004, p. 78). Em seguida, como solução, aponta algo que nos parece mais negativo ainda, pois se pretende: “divulgar as oportunidades de emprego entre os moradores locais; recomendar às empreiteiras que contratem, ao máximo, mão-de-obra local durante a construção; discutir e divulgar de forma ampla os critérios para aquisição de terras e recolocação de pessoas” (MI, 2004, p.78). Mas, num momento em que a incorporação dos trabalhadores é temporária, assume sua incapacidade diante de um processo que não domina:

O primeiro momento da queda do emprego e da renda ocorrerá com a desapropriação de terras para o início das obras. Estima-se a perda de 2.300 empregos diretos, principalmente nas zonas rurais [...] O segundo momento de queda no emprego deverá acontecer ao final das obras [...] Priorizar a contratação de mão-de-obra local no início das obras, para facilitar a reintegração social dos dispensados ao final delas (MI, 2004, p. 82).

Portanto, a relação entre a proposição de políticas de desenvolvimento e o seu alcance revela-se limitada. Os trabalhadores são colocados em situações nas quais, ou terão baixos salários (e como recompensa a possibilidade de, ao menos, se endividar); ou migrar e “tentar a sorte” noutro lugar, no qual dificilmente as possibilidades serão menos negativas.

⁴⁵ Evidenciadas também por outros diversos estudos como os de SOBRINHO (2006); SIGAUD (1992), BLOCH (1996); UNGER (2001), ANDRADE (1983; 1984; 2005), BURSZTYN (2008) entre outros.

⁴⁶ Antes chamado de “Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco” (MI, 2004).

Ao mesmo tempo em que desapropriam grande parte da população das terras públicas, ocupadas na condição de posseiros alguns casos há mais de duzentos anos⁴⁷, separam as pessoas de seus meios de produção (instrumentos e terra) mobilizando-as em busca de novas áreas para sua reprodução, sejam em terras arrendadas, novas posses, propriedades particulares ou mesmo como assalariados nas cidades.

Esse processo coloca-se empiricamente de maneira diferente (expressão de momentos) nas diversas áreas do vale do São Francisco. No caso em estudo, dos Brejos da Barra, a atuação da CODEVASF mostrou-se vinculada a um conjunto imbricado de ações que inclui a capacitação de força de trabalho, a difusão de técnicas agrícolas, a delimitação de propriedades, a eletrificação rural e energética, entre outras. Veremos isso no último item deste capítulo. Cabe apenas ressaltar que, mesmo sendo a forma assumida pelo momento aparentemente diversa de outras áreas, não significa que o processo não esteja em curso, como possibilidade e, portanto, como referência de políticas de desenvolvimento.

Segundo o professor Roberto Marinho Alves da Silva (citado por SIQUEIRA) haveria diante das questões identificadas duas concepções diferentes de “desenvolvimento regional”: “1ª – aumentar a produção e a produtividade econômica na região, sobretudo com base na irrigação; 2ª – conviver com o Semi-Árido e com o Cerrado, combinando a produção apropriada de bens necessários com a qualidade de vida da população local e com a sustentabilidade ambiental” (SIQUEIRA, 2007, p. 20).

Em seu argumento dá preferência à segunda concepção. No entanto, tal oposição, como momentos do mesmo processo que, aparentemente apontam para soluções de crise diferentes, perfaz na totalidade o movimento da modernização. Isso porque a produção apropriada de bens é algo que não se desvincula de uma produção inapropriada de bens que, na relação social, se mostra contraditoriamente imbricada como trabalho, dinheiro, crédito, mercadoria.

Salientamos que não estamos sentindo falta de uma modernização “melhor” ou “mais abrangente”. Ela é esse processo em curso, contraditório a cada momento, do qual problematizamos seu desdobramento.

O foco no Estado não deve esconder que se trata de uma contradição em processo, dado que as esferas estatais e particulares não são radicalmente separadas como parecem. Sua imbricação está no próprio processo que envolve a dívida pública e o capital fictício. Falaremos disso mais adiante no estudo.

⁴⁷ Ver ALCÂNTARA (2002); GERMANI (2006; 2007); SOBRINHO (2006), entre outros.

Reconhecemos que não se pode tratar de tudo isso de uma só vez. Por isso, observaremos, separadamente, ao menos outras três problemáticas relacionadas ao trabalho e a produção de mercadorias: capacitação técnica da força de trabalho e sua situação de ocupação; a estruturação modal de transportes e a formação dos “arranjos produtivos locais”.

b) Programas e projetos de capacitação da força de trabalho e sua situação atual

Começaremos as observações sobre os projetos de formação técnica e capacitação da *força de trabalho* destacando algumas das políticas destinadas ao Vale do São Francisco. Apesar de não entrarmos em detalhes sobre a tecnificação, ou mesmo sobre o desenvolvimento das forças produtivas nos projetos de irrigação – ainda que isso seja importante para a análise –, buscamos alguns dados sobre as admissões e desligamentos efetivados na área e em ao menos um dos ramos ligados aos pólos de irrigação de mais expressão no Vale.

Algumas das principais mudanças nos últimos anos no que se refere às formas de atuação estatal revelaram práticas, como as observadas anteriormente, que fizeram surgir no mercado de trabalho uma grande quantidade de trabalhadores. Esses foram também o motivo do desenvolvimento de políticas públicas de treinamento e capacitação.

O discurso corrente sobre o trabalho coloca quase sempre como um problema à existência de uma falta de capacitação técnica e de formação dos trabalhadores, direcionando milhões de reais aos cursos de capacitação técnica e “reciclagem laboral”. Segundo o IICA (2008),

A escassez de profissionais técnicos qualificados vem complicando o funcionamento da economia do país. Tomando como exemplo o setor de construção no País, que até o fim de 2007 deverá receber investimentos públicos e privados da ordem de US\$ 11,2 bilhões, na área de infraestrutura para projetos de energia, petróleo e gás, saneamento, telecomunicações, logística, navegação e transportes, há uma visível carência de profissionais qualificados na área de engenharia. (IICA, 2008, p. 103).

A CODEVASF, nesse processo, apresentou para o *Vale do São Francisco* um projeto de capacitação técnica e formação de jovens denominado *Projeto Amanhã: capacitação de jovens no Vale*. Segundo a Companhia, “o objetivo é prepará-los [jovens] para atuar com autonomia e competência em empreendimentos agropecuários e agroindustriais, proporcionando alternativas para sua inserção no mercado de trabalho e geração de oportunidades de melhoria de qualidade de vida” (CODEVASF, 20/04/2010).

Mais adiante, falando ainda dos propósitos, alcances e resultados do projeto, mostra algumas relações entre os projetos de irrigação, que tiveram ou não como base a desapropriação dos trabalhadores, e a necessidade de capacitá-los:

Contribuiu para isso o desenvolvimento que a região passou a apresentar com os impactos da agricultura irrigada na produção de alimentos, na criação de empregos e no aumento da renda regional. Nas décadas de 80 e 90, houve maior liderança do setor privado, através da organização dos empresários, motivado pela necessidade de competição nos mercados nacionais e internacionais, que passaram a pressionar o Governo pela ampliação da infraestrutura (CODEVASF, 20/04/2010).

Parte do resultado dessa política, no entanto, parece entrar em contradição com o observado, principalmente quando o foco se relaciona à rotatividade entre criação de “emprego” e sua rápida “destruição”.

Os dados relativos ao emprego e ocupação formal, coletados pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), ajudam a entender em parte a empregabilidade e o desemprego. No entanto, isso pouco revela sobre as características relativas aos rendimentos ou direitos, e menos ainda, sobre as contradições implícitas a própria categoria trabalho (a qual se tratará adiante). Além dessas reduções, há ainda outra: o fato dos dados aqui estudados tratarem apenas do chamado “trabalho formal”, ou seja, aquele cadastrado nos termos da lei vigente (CLT). Por isso, falar sobre o trabalho, em termos de “admissões” e “desligamentos”, como trata o MTE⁴⁸, se faz necessário apenas como aproximação e nos próprios termos do planejamento que aqui nos propomos a criticar. Foram observadas a situação atual do *emprego formal* e sua dinâmica nos últimos dez anos, considerando os dados gerais fornecidos pelo IBGE, pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e SEI-BA.

Devido a grande variedade de dados, reduziremos as análises e a coleta dos mesmos aos municípios da RE MSF (SEI-BA) e dois outros municípios do Vale do São Francisco, Barreiras e Juazeiro⁴⁹ (entre outros aspectos, por apresentarem em seus limites territoriais os perímetros irrigados).

⁴⁸ Ministério do Trabalho e do Emprego que, em sua coleta e disponibilização de dados sobre o emprego formal, descreve como admissão o ato de se iniciar um trabalho com carteira assinada ou ao menos com as normas legalizadas pela CLT. Por outro lado, o desligamento é dado pela sua condição de encerramento da atividade ou trabalho numa empresa particular ou pública.

⁴⁹ Os municípios de Barreiras e Juazeiro foram escolhidos por dois motivos: a) Apresenta índices de “crescimento econômico” altos, vinculados principalmente a agropecuária irrigada, onde se constitui pólos da CODEVASF; b) Através de um estudo da SEI-BA, intitulado “Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia” estes pólos de crescimento foram salientados como dinâmicos, ainda que concentrados, e por isso, segundo eles, serviriam de parâmetro para elaboração de práticas de desenvolvimento a serem colocadas para a RE MSF na perspectiva territorial. SEI-BA. Série Estudos e Pesquisas (SEP): Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia, número 73. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2006.

Antes de abordar diretamente a questão do trabalho, cabe reconhecer a dinâmica de crescimento populacional em algumas áreas (tabela 5).

Tabela 5 – População residente de 1970 a 2010.

População residente: Bahia, região MSF e outros municípios de 1970 a 2010						
Estado, região e municípios	Ano					
	1970	1980	1991	2000	2010	Percentual total de crescimento (%)
Bahia	7.493.437	9.455.392	11.867.991	13.085.769	14.021.432	98%
RE MSF*	187.912	240.817	292.197	319.693	339.364	80%
Barra	46.330	51.563	39.806**	44.203	49.342	–
Barreiras	20.864	41.454	92.640	131.849	137.428	300%
Juazeiro	61.648	118.175	128.767	174.567	197.984	300%

*Inclui o município de Barra; mas não inclui os municípios de Brejolândia e Muquém do São Francisco.

** A queda de população nesse caso se refere à emancipação do município de Muquém do São Francisco, em 1989 à partir de Barra.

Fonte: IBGE, 2000. Elaborada por Erick Kluck, 2011.

A tendência de crescimento populacional do Estado da Bahia e RE MSF, de quase 100% em quatro décadas, esteve próxima da observada para o país⁵⁰.

No entanto, os municípios de Juazeiro (BA) e Barreiras (BA) apresentaram um crescimento populacional que ultrapassou os 300%. Isso pode ter relação com as atividades ligadas ao *agronegócio*⁵¹ e a irrigação que cresceram em investimento e ocupação de áreas nestes últimos 40 anos, gerando um afluxo de pessoas mobilizadas para estas áreas.

A população residente de um município, do ponto de vista de sua propensão ao trabalho, é classificada em *ativa* e *não ativa*. Isso, para fazer algum sentido deve ser associado ao seu grau de ocupação. A população economicamente ativa e ocupada se apresentava assim, a semana de referência do Censo demográfico do ano 2000⁵² (tabela 6):

⁵⁰ Quanto ao município de Barra (sobre o qual os dados estão alterados devido à emancipação de Muquém do São Francisco) não conseguimos estabelecer um padrão.

⁵¹ OLIVEIRA (1986; 1988; 1991); ALVES (2006), entre outros.

⁵² Os dados referentes a esse aspecto não foram ainda disponibilizados em nível municipal pelo censo populacional de 2010 do IBGE.

Tabela 06 – População economicamente *ativa e ocupada*, 2000.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativa e ocupada, 2000			
	Total	Economicamente Ativa	Ocupada
Bahia	10.389.119	5.613.079	4.581.594
Barra - BA	32.035	14.556	12.893
RE Médio São Francisco*	241.057	114.090	98.409
Barreiras e Juazeiro	365.352	237.748	111.311

*Inclui o município de Barra (BA).

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000. Elaborada por Erick Kluck, 2011.

Em todos os casos observa-se que muitas pessoas em idade *economicamente ativa* não estavam *ocupadas*. Portanto, ou eram trabalhadores *informais*⁵³ ou estavam realmente desempregadas. Em anexo, apresentamos uma tabela na qual se mostra, relativamente, a relação entre a população economicamente *ativa e não ativa* nessas áreas (anexo 5).

Quando observados os dados sobre os dois municípios baianos “dinâmicos” na produção agropecuária vinculada a irrigação e produção de grãos e algodão, Barreiras e Juazeiro, os dados de população *ativa* superaram os de *não ativa* em cerca de 25 mil pessoas⁵⁴. Esse perceptível aumento da população economicamente *ativa* mostra certa tendência do processo em curso, segundo o qual as pessoas são mobilizadas, ou seja, tornam-se prontas para entrar em atividade. Isso não implica, no entanto, que conseguirão essa inserção, como vimos antes na questão da sua ocupação.

Os pormenores desse processo geral precisam ainda de outras aproximações. Assim, analisaremos a situação (com as limitações dos dados) de ocupação do trabalhador *formal* (critério utilizado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE), ainda que este caracterize somente os cadastrados no regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Numa amostra geral para os últimos dez anos (2000-2010) destacamos a dinâmica de *admissões e desligamentos*, sobre os quais se baseiam as análises de geração ou eliminação de empregos (incluindo os postos de trabalho) nos seguintes municípios: Barra, Barreiras e Juazeiro. Antes, vejamos a dinâmica no Estado da Bahia em sua totalidade (tabela 7):

⁵³ Entre outros autores que tratam desta temática destacamos: POCHMANN (2000); FASSIN (1996); NORONHA (2003); THOMAS JR. (1996; 2004); ANTUNES (2003; 2005; 2009).

⁵⁴ Esse aumento está atrelado a um aumento populacional vegetativo, por migração, e ainda pela mudança de uma situação *não ativa* (domésticas ou aposentados) para situação *ativa*.

Tabela 7 – Total de admissões e desligamentos na Bahia, 2000 a 2010.

Demonstrativo por Período: Estado da Bahia 01/01/2000 à 31/12/2010	
Total de Admissões	3.275.848
Total de Desligamentos	2.968.783
Variação Emprego Absoluta de 01/01/2008 à 31/12/2010	307.065

Fonte: MTE, CAGED, 2000 a 2010. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

Podemos ver que nos últimos dez anos houve um saldo positivo total de mais de 300.000 admissões em relação aos desligamentos no mesmo período. Aparentemente isso indica que houve um crescimento em números absolutos na oferta de emprego. Porém, se observamos os dados absolutos de admissão e desligamentos, no período, perceberemos que relativamente a rotatividade⁵⁵ foi muito alta, com valores que ultrapassam os 2.900.000 empregos criados e eliminados.

Para os municípios em estudo, a variação de 2000 a 2010 foi a seguinte (tabela 8).

Tabela 8 – Total de admissões e desligamentos nos municípios baianos 2000 a 2010.

Admissões e Desligamentos: Demonstrativo por período 01/01/2000 à 31/12/2010				
Categoria de análise	Barra	Barreiras	Juazeiro	Total
Total de admissões	1.201	111.551	150.632	263.384
Total de desligamentos	863	106.299	144.000	251.162
Variação total 01/01/2000 à 31/12/2010	338	5.252	6.632	12.222

Fonte: MTE CAGED 2000 a 2010. Elaborado por Erick Kluck.

Percebe-se que houve um aumento absoluto das *admissões*, porém, se observamos os dados em sua relatividade, no mesmo período (de 2000 a 2010), fica evidente que muitas das admissões efetuadas foram seguidas de perto por uma grande quantidade de desligamentos, revelando uma dinâmica na qual o que se sobressai é o grau de rotatividade. A dinâmica observada para o Estado se repõe apenas mudando as proporções também para estes municípios.

Todo esse conjunto evidencia uma negatividade: a de que não se sustenta durante muito tempo o emprego criado, ou ainda, que enquanto algumas empresas contratam mais trabalhadores, outras os desligam quase na mesma proporção⁵⁶.

⁵⁵ Esse grau de rotatividade é a variação comparada entre dados absolutos totais de admissões e desligamentos num período. Quanto menores forem as diferenças entre os números de admissões e de desligamentos, maior é o grau de rotatividade.

⁵⁶ Isso pode ter relação com o desenvolvimento das forças produtivas ou com o aumento da jornada de trabalho.

No que se refere aos dados relativos à agropecuária, extrativismo, caça e pesca – escolhidos por se tratarem de municípios que têm nestes setores sua maior expressividade econômica – percebe-se o seguinte arranjo entre admissões e desligamentos (tabela 9).

Tabela 9 – Admissões e desligamentos por ramos em municípios baianos, 2000 a 2010.

Admissões e desligamentos na agropecuária, extrativismo, caça e pesca: Demonstrativo por período 01/01/2000 à 31/12/2010*			
Categoria de análise	Barreiras	Juazeiro	Totais
Total de admissões	47.315	70.541	117.856
Total de desligamentos	48.586	67.314	115.900
Variação total 01/01/2000 à 31/12/2010	- 1.271	3.227	1.956

* Os dados sobre Barra (BA) não estavam disponíveis.

Fonte: MTE, CAGED, 2000 à 2010. Elaborado por Erick Kluck.

No ramo tido como o mais dinâmico (e talvez até por isso seja essa a situação) o grau de rotatividade foi expressivo em Juazeiro, e seu saldo baixo (frente ao que proporcionou no processo). Já em Barreiras, o saldo ficou negativo. Isso fica mais “dramático” se observarmos que, comparativamente nos últimos dez anos a população de Barreiras e Juazeiro aumentaram em mais de trinta mil pessoas⁵⁷, aumentando o desemprego – o que contribui para o rebaixamento dos salários, evidenciado, por exemplo, quando tratamos da irrigação.

Portanto, a pergunta sobre o crescimento ou criação de emprego, pode ser problematizada em seus próprios termos. Tudo isso mostra que, ou se criou e se eliminou muitos empregos, ou o trabalhador foi mobilizado, empregado e desempregado muitas vezes. Assim, se o processo “falhou” ou se foi “promissor”, apenas se cumpriu um papel: o de ser altamente rotativo (variação entre admissão e desligamento) no qual o trabalhador se insere (ou é inserido). O tempo todo ele está à mercê de uma situação quase tão crítica quanto a que vive por ser trabalhador, ou seja, à de submeter sua força de trabalho à exploração, – predominando a dessa exploração de baixos salários.

Por tudo isso, o processo não pode ser positivado.

c) Infraestrutura energética e Modal de transportes

Após apresentarmos essas questões sobre a situação da produção irrigada e do trabalho, passaremos agora a investigar o aspecto relacionado à circulação de mercadorias,

⁵⁷ Para esse período, de 2000 a 2010 não se tem o dado de quantas dessas trinta mil pessoas estavam classificadas como ativas. No entanto, se tomarmos como parâmetro a década anterior podemos considerar que cerca de 30% dessas seriam ativas. É uma aproximação arriscada, porém o que queremos mostrar é a grande quantidade de pessoas sem emprego ou em empregos não formais em nestes municípios.

mais detidamente analisadas pelas ações de estruturação dos modais de transporte. Antes, caberá também uma rápida observação sobre a estruturação energética. Salientamos que as imbricações dessas ações, por mais que pareçam distantes ou não relacionadas diretamente entre si, e com o que foi visto até o momento, são partes concorrentes dos planos de desenvolvimento para o Vale do São Francisco.

A partir dos anos 1940, o Governo Federal, com sua política de “desenvolvimento nacional”, estabeleceu algumas metas, como a implantação de indústrias de Base (por exemplo, a siderurgia), alimentação, estruturação viária e energética do país. Segundo o Plano Diretor para Vale do São Francisco (PLANVASF) de 1986,

as primeiras ações governamentais para aproveitamento da bacia do rio São Francisco, segundo uma concepção ampla de desenvolvimento, datam de 1948, a partir da criação da Comissão do Vale do São Francisco – CVSF, Órgão executivo multisetorial da administração federal. Desde então, uma série de programas e projetos foram executados na região pela CVSF e Órgãos que a sucederam com o mesmo caráter multisetorial: a Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE (autarquia federal), criada em 1967, e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF (empresa pública federal), instituída em 1974 (CODEVASF/PLANVASF, 1986, p. 07).

Nesse contexto, no Vale do São Francisco, entrou em cena também a Companhia Hidro-elétrica do São Francisco (CHESF), em 1948 e, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A construção da represa de Paulo Afonso no Rio São Francisco em 1954 foi o primeiro empreendimento hidroelétrico da CHESF. Em seguida, em 1962, por intermédio da Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CVSF), foi implantada a represa de *Três Marias* à montante no Rio. As represas de Sobradinho⁵⁸ e Xingó foram respectivamente inauguradas em 1979 e 1994, sendo ambas construídas e administradas pela CHESF. Além dessas, há muitas outras barragens voltadas à produção de energia elétrica em suas sub-bacias. Os “impactos ambientais” e os deslocamentos de populações por esses empreendimentos são pautas constantes dos movimentos sociais do Vale.

Grande parte dessa estruturação energética dividiu-se em dois grandes ramos: o do suprimento energético urbano industrial, principalmente das grandes cidades e capitais dos

⁵⁸ Cabe salientar os grandes deslocamentos forçados necessários à sua implantação, inclusive com a re-fundação de várias cidades e constituição de outras: “O Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho foi implantado, em 1975, para abrigar a população atingida pela construção da usina hidrelétrica de Sobradinho, nos municípios de Carinhanha e Bom Jesus da Lapa, tendo sido emancipado e constituído como município em 1989. Este foi o último projeto de colonização do Estado da Bahia, em uma área de 258.483,39 ha, organizado em 23 agrovilas, com lotes para moradias e parcelas rurais e, em 1985, haviam 5.180 famílias contabilizadas” (GERMANI, 2006, p.10).

Estados nordestinos; e para implantação dos projetos de colonização agrícolas voltados à irrigação, estabelecidos pela CODEVASF.

Atualmente, os investimentos do Governo Federal se voltaram à implantação das redes de distribuição, em âmbito municipal, nos bairros, tendo como principal objetivo atender à demanda de energia elétrica das habitações. Ou seja, ampliar o acesso a energia elétrica à população nos bairros rurais e urbanos, com o programa do Ministério da Integração denominado “Luz para Todos”.

Todo o conjunto articulado, entre disponibilidade energética e ampliação da capacidade produtiva dos lugares por ela atendida, além da demanda por produtos eletroeletrônicos possibilitou também a ampliação geral da circulação de mercadorias. Estas só completam seu curso porque, juntamente à essas medidas, foi disponibilizado dinheiro (em moeda e em sua forma desdobrada: o crédito), através de programas de transferência de renda e subsídios estatais.

Vejamos agora como ocorreu parte da estruturação modal de transportes e sua relação com a produção de mercadorias e o trabalho.

Desde meados do século XIX, há uma preocupação em relação ao desenvolvimento dos transportes de mercadorias e de pessoas no Vale do São Francisco. Por influência de políticos locais, comerciantes e proprietários de grandes porções de terras, que muitas vezes eram as mesmas pessoas, buscava-se atrair investimentos para esse fim. Podemos dividir parte da atuação do Governo Federal no Vale do São Francisco em relação aos transportes, através de seus diversos planos de desenvolvimento, em três grandes ramos: o hidroviário, o ferroviário e o rodoviário. Primeiramente trataremos da navegação fluvial, e depois mais brevemente dos transportes ferroviários e rodoviários.

Modal hidroviário ou da navegação

Em meados do século XIX, muito antes do Governo do Estado da Bahia assumir a “tarefa” de efetivar a navegação pelo São Francisco e seus afluentes principais – algo que começou a se constituir através de iniciativas público-privadas – a mesma já se desenrolava, proporcionando um meio de contato entre pequenos povoados, vilas e mesmo núcleos rurais, para troca de mercadorias. As barcas, paquetes, ajoujos, canoas a remo ou à vela conformavam um circuito muito procurado para o estabelecimento das trocas de mercadorias até meados do século XIX.

A conexão entre a área das minas de ouro, da pecuária e das lavouras de açúcar do “nordeste”, juntamente com uma infinidade de outras produções policulturais (feijão, arroz,

óleos, fibras e resinas, rapaduras, frutas, pequenos animais, entre outros), ocorreu por caminhos que se ligavam a dinâmica do rio São Francisco e de sua navegação.

Em fins do século XIX e início do século XX a navegação no rio São Francisco e afluentes, como o rio Grande e rio Corrente, tornou-se cada vez mais o caminho para o transporte de mercadorias entre Minas Gerais e Bahia, além de Goiás (Bacia do Araguaia). Essa demanda fez os comerciantes e proprietários locais buscarem o apoio do Estado para a “racionalização”, custeio e estruturação da navegabilidade nessas bacias. Isso aconteceu primeiramente de maneira pontual e esporadicamente, conforme solicitavam os *coronéis*⁵⁹.

No entanto, em 1887, o Governo Imperial concedeu permissão às empresas de capital misto para realização da navegação subsidiada entre Sabará e a Barra do rio das Velhas (confluência com São Francisco) e de lá até Sobradinho. Mais tarde, em 1889, foi fundada a *Companhia Viação Central do Brasil*, com atuação nesse trecho. Por fim, em 1893, esta se tornou a *Empresa Viação do Brasil*, e em 1894 teve sua área de atuação ampliada com a abertura da filial *Viação dos Afluentes do São Francisco*.

A aparente opulência de atuar num circuito promissor de transporte de cargas e passageiros escondia suas constantes crises – déficits orçamentários – “superadas” apenas com subvenção estatal constante.

Durante seus quase cinquenta anos de existência essa situação não mudou. E, em 1955, a partir dos resultados do Plano Geral de Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco foi proposto, pela Lei 2.599 (de 13 de setembro de 1955) em seu *Artigo 12*, que fica “o Poder Executivo autorizado a organizar, por intermédio da Comissão do Vale do São Francisco uma sociedade de economia mista para exploração do tráfego fluvial do São Francisco, sob a denominação de Companhia de Navegação do São Francisco S. A.”⁶⁰. Isto foi realizado, mas o processo durou quase dez anos, entrando em funcionamento somente em 1963.

De 1963 até o ano de 2007 a *Companhia de Navegação do São Francisco S.A.* (FRANAVE) foi a responsável pela navegação fluvial do rio São Francisco e Afluentes. Ela foi constituída pela incorporação do Governo Federal de três empresas: A *Navegação Mineira*

⁵⁹ O *coronel* aqui é entendido no mesmo sentido que TOLEDO (2008). Em geral proprietário de terra, comerciante, político, as vezes representante do poder jurídico e policial (Guarda Nacional), a qual muitos se remetiam em sinal de consideração, respeito, agradecimento, pagando tributos, rendas como deveres do costume, este representava de maneira resumida *poder local*. Sobre isso ver também: LEAL (1975); FAORO (2000), LINS (1983), PANG (1979), entre muitos outros. PIERSON (1972) utiliza a expressão “fazendeiro” que identifica no Vale do São Francisco, tendo essa certa semelhança com o que foi dito para o coronel. Afirma ser tal indivíduo, grande criador de gado (principalmente bovino), agricultor, comerciante, e chefe político, ou tudo isso ao mesmo tempo (PIERSON, 1972, p. 298).

⁶⁰ Lei retirada do site: <http://www.soleis.adv.br/valesaofranciscoaproveitamento.htm>, em 20 de abril de 2011.

(do governo de Minas Gerais), a *Companhia de Navegação Bahiana* (da Bahia) e a empresa particular *Companhia Indústria e Navegação de Pirapora*.

Em 32 anos de funcionamento, nos quais apesar do caráter empresarial dependeu sempre de subsídios estatais em grande escala, a FRANAVE era deficitária ou se mantinha num limiar aparentemente eficiente por estar justamente “garantida” por estas subvenções estatais. Por exemplo, “para o ano de 2006, o Orçamento Geral da União consignou para a FRANAVE dotação orçamentária no montante de R\$ 5.848 mil, dos quais R\$ 5.052 mil são recursos do Tesouro Nacional para cobertura de gastos correntes e apenas R\$ 795 mil com receitas próprias” (MP, 2008, p.01). Esse e outros dados mostram o quanto se tornou, ou sempre fora, deficitária a Navegação Fluvial no São Francisco.

Conforme nos mostra CAMELO FILHO (2005), a quantidade de mercadorias transportadas pela FRANAVE passou por diversas inconstâncias, alternando-se momentos de altas com de baixas. Para ele, isso se deveu à concorrência com as rodovias e aberturas de novas “fronteiras agrícolas”.

Em 1993, 1995 e 1999 o Governo Federal tentou privatizar a Companhia, mas não obteve sucesso e a situação crítica ficou mais evidente. Em 2003, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial que “pela Portaria nº. 2 de 08/12/03 recomendaram a elaboração de um Plano de Fomento Hidroviário com a montagem da Cadeia Logística Intermodal do São Francisco, no sentido de estimular e orientar a iniciativa privada na construção de terminais, operação de frotas e captação de cargas” (MI, 25/04/2011). Porém, naquele período isso não foi concluído.

Então em 2005, foi instituído outro Grupo de Trabalho Interministerial – composto pelos Ministérios dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República – para analisar as condições da Empresa de Navegação do São Francisco – FRANAVE (tabelas 10 e 11).

Tabela 10 – Desempenho econômico e financeiro da FRANAVE, 2000 a 2004.

INDICADORES	EXERCÍCIOS				
	2000	2001	2002	2003	2004
Liquidez Corrente	0,44	0,30	0,39	0,55	0,83
Liquidez Geral	0,47	0,35	0,41	0,57	0,85
Endividamento Geral (*)	1,18	1,27	0,91	0,99	0,73
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	(500,9)	(531,8)	296,3	42,4	1.404,8
Lucro/Prej. do exercício (R\$ mil)	(1.395,7)	(832,3)	(238,6)	(255,2)	50,4
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	961,6	574,8	813,8	563	731,8
Despesas (R\$ mil) (**)	(5.665,3)	(3.366,7)	(3.125,6)	(3.511,0)	(6.514,6)
Outras Receitas (Inclusive Subvenção Do Tesouro) (R\$ mil) (***)	3.882,9	2.164,2	2.754,9	3.399,5	6.107,9

(*) O endividamento da FRANAVE é todo de curto prazo

(**) Despesas Administrativas + Outras Despesas + Custo de Mercadoria e Serviços

(***) Conforme lançado nos Balanços

Fonte: Secretaria de Planejamento do Governo Federal, 2008.

Tabela 11 – Finanças e transferências do Tesouro Nacional à FRANAVE, 2000 a 2005.

R\$ mil		
ANO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREIRO NACIONAL
2000	(6.462)	3.854
2001	(832)	1.942
2002	(239)	2.641
2003	(255)	3.328
2004	50	5.731
2005	(757)	1.003

Fonte: Secretaria de Planejamento do Governo Federal, 2008.

As conclusões foram apresentadas num documento denominado “Proposta de dissolução da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE”, no qual se evidenciou, entre outras coisas, que os serviços da empresa não interessavam mais à União e que haveria a

necessidade da liquidação da empresa, uma vez que a mesma tornou-se incapaz de gerar os recursos necessários para custear suas atividades com a total perda do seu objeto empresarial. A FRANAVE carrega uma dívida onerosa e prejuízos acumulados próximos a R\$ 7,8 milhões. O contencioso judicial registra valores da ordem de R\$ 8,6 milhões (MP, 2008, p. 01).

Isso se concretizou pelo Decreto 6.020, de 22 de janeiro de 2007. Consta no documento de “liquidação” dessa Companhia, que “a FRANAVE, desde a sua origem, no desempenho do seu objeto social, apresentou déficits operacionais, cobertos com transferências do Tesouro Nacional, a título de subvenção econômica, repassadas por intermédio do Ministério dos Transportes” (MT, 2008, p. 02).

No dia 27 de janeiro do mesmo ano, o Governo Federal lançava o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) que, para surpresa de alguns, ao invés de instituir a retomada da FRANAVE, revogando sua liquidação, destinou uma parte do orçamento, indicado pela Medida Provisória 346/07 de 22 de janeiro de 2007, para sua liquidação final, juntamente com a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). O montante destinado a isso foi de R\$ 59.628.739,00⁶¹.

Segundo MEIRA (2008), um crítico dessa decisão Federal, seria necessário o montante de R\$ 9.441.000,00 para recompor o capital de investimentos e de giro, para manutenção da empresa, incluindo o pagamento das dívidas. No entanto, a avaliação realizada pelo GT considerou que os custos de manutenção subvencionada seriam muito onerosos ao governo.

Os trabalhadores vinculados à FRANAVE, em 31 de janeiro de 2007, numa manifestação nas ruas de Pirapora (sede da Empresa) contestaram essa decisão de liquidação e fechamento da empresa propondo soluções de manutenção das atividades, incluindo a formação de uma cooperativa. Eles alegam que sua liquidação e fechamento é parte de uma longa política de “sucateamento” iniciada nos anos 1990, que visava sua total privatização, ou seja, sua dissolução e a automática passagem da outorga a empresas particulares. Esse “sucateamento” se refere à redução dos investimentos em infraestrutura, e pela redução da sua atuação, já que desde 2001 a empresa atuava no trecho baiano de Ibotirama a Juazeiro, e não mais em Minas Gerais, deixando de atender a grande demanda de mercadorias transportáveis no Médio curso do Rio São Francisco.

O Senado também nota o sucateamento, marcado pela falta de investimentos

A Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE, empresa pública de navegação então subordinada ao Ministério dos Transportes, que operava, até recentemente, o transporte fluvial no rio São Francisco em escala comercial, foi, nesse processo, progressivamente reduzindo suas atividades. Com a extinção da

⁶¹ Retirado do site: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/434428.pdf>, em 25 de abril de 2011.

PORTOBRÁS, ficou ligada à Companhia Docas do Estado da Bahia. Sua situação agravou-se ainda mais nos últimos anos, com o aguçamento da crise econômica e a conseqüente carência de recursos para manutenção/ modernização de sua frota, além de investimentos na via navegável, tais como sinalização e desassoreamento. Esses fatores, aliados à inexistência de uma política adequada de captação de cargas, levou a empresa a um crescente sucateamento dos seus equipamentos e redução dos serviços de transporte. Assim, o volume transportado, que chegou a atingir 120 mil toneladas em 1987, caiu para 26 mil em 1994, paralisado nos dias atuais; a FRANAVE arrendou, inclusive, recentemente, algumas embarcações - um empurrador e oito chatas - de sua propriedade, a uma operadora privada (CEDVSF, 1995, p. 60).

Mansur completa, afirmando ainda que o PAC, além de não “salvar” a empresa, priorizou os investimentos em rodovias, ferrovias e portos:

Na área de obras públicas, o governo federal decidiu priorizar até 2010 os investimentos em logística (rodovias, ferrovias, aeroportos, portos e terminais), energia e saneamento. O governo quer resolver os possíveis 'gargalos' para o crescimento e a competitividade. O governo espera investir, junto com estatais e iniciativa privada, R\$ 503,9 bilhões até 2010 (MEIRA, 2008).

O próprio Ministério dos Transportes reconhece que tais alternativas para o transporte de mercadorias seriam, comparativamente, mais custosas que as hidrovias.

Com o PAC II, de 2011, a Hidrovia São Francisco e os terminais intermodais para o transporte de mercadorias do Vale do São Francisco são colocados na lista de orçamento.

Para cumprir a atribuição principal de uma administração hidroviária, se torna imprescindível o trabalho de pessoal técnico qualificado e especializado, que possua conhecimentos em áreas como: engenharia civil, engenharia civil hidroviária, engenharia mecânica, hidrologia, meio-ambiente, morfologia fluvial. Além de pessoal para realizar o apoio administrativo às tarefas operacionais, com conhecimentos das leis federais e em especial daquelas do setor de transportes, processos licitatórios, contabilidade de órgãos públicos, dentre outros.

O assunto Hidrovia é de grande relevância para a bacia do rio São Francisco, tal a importância das hidrovias como fomentador do desenvolvimento econômico e da expansão de fronteiras agrícolas no interior do país. Porém torna-se difícil a realização de todas as obras, serviços de manutenção e estudos necessários à efetiva implantação da Hidrovia do São Francisco, como importante modal de transporte que representa, contando com os poucos recursos disponíveis, que não são sequer próximos aos valores necessários para a transformação da hidrovia em um forte atrativo para investimento privado e a sua franca exploração comercial.

Em razão dessa dificuldade identificada no parágrafo anterior, o Governo Federal, ao anunciar a continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento, denominado PAC II, introduziu a Hidrovia do São Francisco entre as ações prioritárias, e está alocando R\$ 420 milhões para serem aplicados nos próximos quatro anos – 2011 a 2014. Recursos esses que deverão ser aplicados em estudos e projetos, inclusive de Viabilidade Técnica Econômica, bem como obras de desassoreamento, derrocamento de pedrais e sinalização náutica⁶².

Não deixa de chamar a atenção esta longa passagem sobre os motivos encontrados para o fracasso do transporte de mercadorias e as soluções buscadas. Também, torna-se uma

⁶² Retirado do site: <http://www.ahsfra.gov.br/?op=conteudo&id=129&menuId=163>, em 25 de abril de 2011.

questão interessante: como tais demandas atuais e potenciais de transporte não permitiram realizar investimentos em transporte hidroviário?

Importantes pólos econômicos floresceram ao longo daquela via navegável, como Juazeiro/Petrolina, Barra, Xique-Xique, Pirapora, Remanso, B. J. Lapa, Carinhanha, Januária, entre outros, transportando uma gama variada de produtos regionais, como couros/peles, borracha de maniçoba, carnaúba, peixe seco, milho, feijão, etc, para os mercados consumidores, inclusive do sul do País e exterior, trazendo produtos industrializados nas viagens de retorno (sal, farinha de trigo, querosene, biscoitos, tecidos, etc.) (CEDVSF, 1995, p. 19).

Segundo o mesmo relatório o potencial navegável da bacia do São Francisco, representado principalmente pelos rios Corrente (110 km), Grande (370 km) e São Francisco (1.371 km), mesmo com a ampliação da demanda por transportes, pelos grãos, minerais e frutas, da “região”, não garantiu em vários momentos um funcionamento auto-suficiente da empresa que, como apontamos sempre necessitou da subvenção estatal.

O processo de ocupação econômica do Vale do São Francisco está se refletindo na geração crescente de cargas transportáveis, para mercados internos e externos. Tais fluxos estão a exigir a implantação de esquemas de transporte mais eficientes, baseados na intermodalidade, nos quais a hidrovia terá papel crucial. Atualmente, segundo estimativa da FRANAVE, com base em levantamentos junto a empresas que atuam na região, existe uma demanda insatisfeita de carga hidroviável, na região, da ordem de 1,4 milhão de toneladas/ano [...] Além disso, tudo aponta no sentido de uma expansão considerável de fluxos hidroviáveis na região, para os próximos anos. Os grãos agrícolas do Oeste da Bahia destacam-se nesse cenário, principalmente a soja, embora o milho, feijão e arroz apresentem, também, grande potencial de geração de fluxos (CEDVSF, 1995, p. 67).

Por que, num momento de “abertura de fronteiras agrícolas”, com a soja no oeste e a fruticultura irrigada em Juazeiro, como vimos nas atuações da CODEVASF, a empresa responsável pelo transporte hidroviário da bacia é fechada?

Uma empresa que sempre dependeu de subsídios num contexto no qual os interesses privados se colocam como independentes e necessários à uma sociabilidade em crise, é uma contradição que só pode ser entendida pelo seu desdobramento atual: fim da empresa. Diriam os sindicalistas: primeiro sucateou, “desestatizou” e depois investiu para vender.

No entanto, argumentamos que a dificuldade da reprodução (dada pela produção de mercadorias) está posta pela sua própria lógica e desdobramento. Não basta uma grande produção de mercadorias, e nem mesmo um grande sistema de navegação, se essa produtividade (dado seu tendencial e desenvolvimento) não puder repor ao menos custos de reprodução. Chega uma hora em que até a “galinha dos ovos de ouro” do crédito parece parar de botar. Ou, isso é só ilusão, e ela apenas só mudou de ninho!

Modal ferroviário

A proporção de mercadorias que circulava pelo rio aumentou sua importância e influenciou a busca pelo Estado, na tentativa de sempre dinamizar essa circulação. Como vimos a navegação foi um foco de investimentos, mas nem sempre se garantiu pela demanda produtiva. Juntamente com a navegação se desenvolveram as ferrovias.

As principais linhas implantadas datam de meados do século XIX e início do XX, na Bahia, ligando vilas e cidades litorâneas ou próximas ao litoral (Salvador, Caravelas, Cachoeira e São Félix) às áreas do interior baiano em três direções: a) *Estrada de Ferro Bahia São Francisco*, sentido noroeste até Juazeiro; b) *Estrada de Ferro Central da Bahia*, sentido oeste até a Chapada Diamantina, e depois até Monte Azul-MG e Pirapora-MG; c) *Estrada de Ferro Bahia Minas*, sentido sudoeste até Arassuaí-MG. As principais cargas nesse início de operação eram minerais, madeiras, couros e peles, cacau, borracha, fumo, açúcar, cachaça, sal, óleo combustível, entre outros.

As duas ligações principais com o Vale do São Francisco eram a primeira e a última das estradas descritas acima. A *Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco*, inicialmente constituída e concedida a um engenheiro, se chamava Estrada de Ferro Calçada à Juazeiro. Depois passou a um grupo inglês e, por fim, foi retomada ao “patrimônio brasileiro”, tornando-se a *Viação Férrea Leste Brasileiro*, até ser incorporada pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) em 1957. A outra, *Estrada de Ferro Central da Bahia* ligava as cidades de Cachoeira e São Félix, na bacia do rio Paraguaçu (de onde se tinha o acesso por barco até Salvador), primeiramente à Monte Azul-MG (bacia do rio São Francisco) e depois à Pirapora-MG que, como vimos, tratava-se de um porto terminal da “hidrovia” São Francisco. Essa estrada de ferro, em 1957 foi incorporada também pela RFFSA.

A RFFSA, por sua vez, foi responsável pelo transporte e ampliação da quase totalidade da rede ferroviária brasileira⁶³ durante quarenta anos.

⁶³ A RFFSA foi criada mediante autorização da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, pela consolidação de 18 ferrovias regionais, com o objetivo principal de promover e gerir os interesses da União no setor de transportes ferroviários. Durante quarenta anos prestou serviços de transporte ferroviário, atendendo diretamente a dezenove unidades da Federação, em quatro das cinco grandes regiões do País, operando uma malha que, em 1996, compreendia cerca de 22 mil quilômetros de linhas (73% do total nacional).

Em 1992, a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, ensejando estudos, promovidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que recomendaram a transferência para o setor privado dos serviços de transporte ferroviário de carga. Essa transferência foi efetivada no período 1996/1998, de acordo com o modelo que estabeleceu a segmentação do sistema ferroviário em seis malhas regionais, sua concessão pela União por 30 anos, mediante licitação, e o arrendamento, por igual prazo, dos ativos operacionais da RFFSA aos novos concessionários. Em 1998, houve a incorporação da Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA à RFFSA, ao que se seguiu, em dezembro desse ano, a privatização daquela malha.

A RFFSA foi dissolvida de acordo com o estabelecido no Decreto nº 3.277, de 7 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 4.109, de 30 de janeiro de 2002, pelo Decreto nº 4.839, de 12 de setembro de 2003, e pelo

Atualmente ambas as estradas citadas foram concedidas (por 30 anos prorrogáveis por mais 30), mediante leilão, de acordo com o plano de desestatização, à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) que as administra hoje⁶⁴. Esta, por sua vez, em 2003, passou a ter seu controle acionário e de investimentos em poder da empresa VALE (antiga Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997):

Em setembro de 2003, autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Vale assumiu o controle acionário da FCA, com 99,9% de ações, fortalecendo nosso processo de gestão e recuperação. Entre 2004 e 2006, a Vale destinou cerca de US\$ 488 milhões à FCA, possibilitando a modernização de nossos ativos e da gestão, com resultados imediatos em produtividade e segurança para empregados e comunidades. Voltada exclusivamente para a operação ferroviária de cargas, [...] logística focada, principalmente, em grãos como a soja, derivados de petróleo e álcool combustível (FCA, 20/04/2011).

O Estado, com a empresa pública de capital por ações chamada VALEC⁶⁵, é responsável por introduzir a infraestrutura e gerir os projetos, a exemplo da Antaq⁶⁶, que se responsabiliza pela infraestrutura aquaviária. Ela é a concessionária de empresas como a VALE.

Como podemos perceber, o mesmo movimento que ocorreu com a FRANAVE não foi muito diferente com a RFFSA, sendo inclusive o mesmo dispositivo de liquidação, como vimos mais acima.

Logo após a venda e a liquidação das empresas, o Estado reformulou políticas de investimentos, garantindo a infraestrutura e gestão de projetos enquanto as empresas privadas parceiras realizam as atividades concessionárias. Essa forma de gestão público-privada, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, porém, no qual uma grande parcela das

Decreto nº 5.103, de 11 de junho de 2004. Retirado do site: <http://www.rffsa.gov.br/principal/historico.htm>, em 25 de abril de 2011.

⁶⁴ Segundo a empresa, “a malha operada pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA) é originária da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). Incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), por meio do Decreto nº 473/92” (FCA, 20/04/2011).

⁶⁵ A VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., “uma empresa pública federal, concessionária de serviço público, vinculada ao Ministério dos Transportes, é uma sociedade por ações, de capital fechado do, com 8.090.009 milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a União detentora de 100% das ações [...] destinada a administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária, nas ferrovias a ela outorgadas; coordenar, executar, controlar, revisar, fiscalizar e administrar obras de infraestrutura ferroviária, que lhe foram outorgadas; desenvolver estudos e projetos de obras de infraestrutura ferroviária; construir, operar e explorar estradas de ferro, sistemas acessórios de armazenagem, transferência e manuseio de produtos e bens a serem transportados e, ainda, instalações e sistemas de interligação de estradas de ferro com outras modalidades de transportes” (VALEC, 2010), entre outras atividades.

⁶⁶ A ANTAQ é a “Agência Nacional de Transportes Aquaviários, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, é entidade integrante da Administração Federal indireta, submetida ao regime autárquico especial, com personalidade jurídica de direito público, independência administrativa, autonomia financeira e funcional, mandato fixo de seus dirigentes, vinculada ao Ministério dos Transportes”. Retirado do site: Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/2181/1/Transporte-Fluvial/pagina1.html#ixzz1KgLY4Jym>, em 25 de abril de 2011.

empresas foram vendidas a baixos preços, ganha um tom mais “equilibrado” com o governo Lula, no qual, como dissemos, o Estado é o parceiro financeiro e as empresas seus agentes práticos empreendedores.

Por isso, destaca-se outra vez a empresa Vale (já que essa mesma empresa investe agora em modais de transporte – porto-ferrovia), com a maior parte das ações da Ferrovia Centro América (FCA). Isso vincula a ferrovia com a navegação da parte mineira da antiga FRANAVE, para o transporte de mercadorias, principalmente minério de ferro.

A segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) prevê um investimento de R\$ 43,9 bilhões em ferrovias para a expansão da malha, em mais de 4,5 mil quilômetros, e para a construção de bitola larga, entre 2011 e 2014.

O objetivo do governo é incentivar a construção de um moderno sistema ferroviário para integrar áreas de produção agrícola e mineral aos portos, indústrias e mercado consumidor. Outra mudança que tem sido estudada é a alteração do modelo regulatório do setor, para criar um ambiente mais competitivo e estimular novos investimentos no transporte de cargas.

De acordo como o diretor executivo da Associação Nacional de Ferrovias (ANTF), Rodrigo Vilaça, é necessário dobrar a extensão da malha atual de ferrovias para comportar as demandas dos próximos dez anos. Vilaça ainda afirma que esse investimento vai aumentar a participação das ferrovias na matriz de transportes, o que contribui para diminuir os custos logísticos da movimentação de carga (LARA, 2011).

Não sem motivos, parte dos investimentos previstos pelo PAC II dirigiram-se à Hidrovia São Francisco, complementando esse plano de ação.

Portanto, todo esse conjunto, que aparecia sempre crítico, do ponto de vista de sua realização, teve (e ainda tem) o suporte do Estado. Essa “parceria”, iniciada desde os primórdios da República, com intensificações nos momentos “desenvolvimentistas” e “militares” foi a base da infraestrutura modal de transportes. Montada essa estrutura, e passado esses momentos, em que vigoravam as empresas de capital misto, o atual gerenciamento da logística e efetivação da circulação das mercadorias é realizado por concessionárias que atuam principalmente com capital por ações, garantindo retornos aparentemente lucrativos, ainda que de “capital especulativo”.

Com o fim da FRANAVE e da RFFSA poderia se comemorar o corte de gastos a milhares de trabalhadores, direta ou indiretamente ligados a elas. Na verdade, essa reprodução crítica, para não ruir como um todo se desfaz dos seus entraves, ainda que estes sejam causados pelo próprio processo de modernização.

Modal Rodoviário

Ao falar propriamente do transporte rodoviário, gostaríamos de sintetizar mais algumas ideias ressaltadas sobre a navegação e a ferrovia, a partir da seguinte questão colocada pela *Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco*, do Senado, em 1995. Segundo a comissão, uma notória precariedade no transporte de mercadorias, apresenta-se nas

duas mais importantes regiões produtoras do Vale, o Oeste da Bahia e a área polarizada por Juazeiro/Petrolina, que não dispõem de conexões adequadas com os mercados consumidores e portos marítimos de embarque, considerando, ainda, que parcela representativa dos produtos aí gerados destinam-se à exportação, como é o caso da soja baiana e das frutas da região de Juazeiro/Petrolina (CEDVSF, 1995, p. 09).

No entanto, para essas “queixas”, estariam encaminhando soluções, por parte de instituições do Governo Federal, como a construção da ferrovia Oeste-Leste e a revitalização da Hidrovia São Francisco, ambas iniciadas e com investimentos garantidos pelo *PAC 2*. Segundo ainda a mesma comissão, essas obras privilegiariam ao menos o escoamento dos grãos e do algodão do Oeste baiano – Barreiras e Luis Eduardo Magalhães.

O Oeste baiano conecta-se com o resto do país basicamente via rodoviária, sendo o principal eixo a BR-020/242, que liga a região aos portos marítimos de embarque, atualmente Ilhéus, e centros de consumo, na própria região Nordeste e no Sudeste/Sul do Brasil [...] Outra rodovia federal importante é a BR-135, que integra Barreiras (e Brasília) com o Nordeste Ocidental (Piauí e Maranhão), embora não se tenha, até agora, logrado concluir sua pavimentação (CEDVSF, 1995, p. 64).

Fica evidente que, apesar de já existir uma rodovia interligando essas áreas, coloca-se a necessidade de outras. Pensamos que esta busca por um estabelecimento concorrencial, também nos meios de transporte, é uma tentativa de barateamento da mercadoria. Para tanto, como em outras ocasiões, o Estado é chamado a realizar tal estruturação.

Para André Silva Pomponet, em seu artigo “Caminhos para o Oeste: perspectivas para a infra-estrutura de transportes da Bahia”, o fato de não se ter até a década de 1990 grandes investimentos em infra-estrutura de transportes no Oeste da Bahia está relacionada com a pouca atratividade das atividades agropecuárias realizadas até então no semi-árido.

Nos anos 1940 surgia o Departamento de Estradas e Rodagem da Bahia (Derba) e o Brasil ganhava o Plano Rodoviário Nacional. Começa a construção de rodovias importantes, como a Rio-Bahia (BR 116), a então BR 028, ligando Salvador e Feira de Santana a Lençóis e Porto Nacional (no então estado de Goiás, atual Tocantins) e rodovias domésticas relevantes, como a Salvador-Paulo Afonso (BR 110) e a Feira de Santana-Euclides da Cunha (a Transnordestina). Na década de 1950 construíam-se uma nova ligação da Bahia com o Rio de Janeiro, esta através do litoral (a BR 101). Mais retardatário é o desenvolvimento do Oeste da Bahia, cujo isolamento só foi efetivamente quebrado já na década de 1960, quando se concluiu a BR 242 (Bahia-Brasília) e a BR 135, ligando Barreiras ao Piauí (POMPONET, 2007).

Essa aparente preferência pelo litoral e áreas próximas a Salvador tem relação direta com a forma como o capital, como relação social de produção, se territorializa a partir dos anos 1950, com as políticas de “desenvolvimento regional”, do Governo Federal, postas em ação pela SUDENE e CODEVASF. Segundo o mesmo autor, isso contribuiu para acentuar a centralização do capital nessa área. Ou seja, a “instalação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), o Centro Industrial de Aratu (CIA), que iniciou suas operações em 1966 e, na década seguinte, o Pólo Petroquímico de Camaçari” (POMPONET, 2007).

Mas isso muda na década de 1990, com a

expansão de atividades econômicas em outras regiões do estado, como o cultivo de grãos no Oeste, a fruticultura irrigada e a agroindústria no Vale do São Francisco e a indústria de papel e celulose no Extremo Sul. O Estado buscou também estimular a desconcentração, atraindo empresas do setor calçadista (que se distribuíram por diversas cidades do interior) e incentivando o turismo e os já citados agronegócios de grãos e da fruticultura irrigada. [...] Essa dispersão evidentemente não foi acompanhada pelos necessários investimentos em infra-estrutura de transportes (POMPONET, 2007).

Como vimos, parece que o problema é de circulação, mas ao mesmo tempo, se essa produção não pode diminuir, torna-se paradigmática a situação de se ter ou não transporte não lucrativo.

Com o segundo mandato do chamado “Governo Lula”, em 2007, foi anunciado um novo plano de ação relativo aos transportes para a Bahia. Segundo o mesmo autor, “um dos caminhos apontados é a construção da ferrovia Bahia-Oeste, que além de permitir o escoamento de grãos da região Oeste com custos menores, vai favorecer o semi-árido e dotar o interior da Bahia de uma alternativa modal além da BR 242” (POMPONET, 2007).

O autor não coloca em questão a produção como fator contraditório da relação:

O que existe de inovador é a preocupação em combinar crescimento econômico com inclusão social sob uma abordagem espacial, que implica em incorporar a região semi-árida no circuito produtivo baiano. É o que se propõe com o plantio de oleaginosas por agricultores familiares residentes no semi-árido para a produção do biodiesel, entre outras iniciativas. A compreensão de que o êxito da atividade depende da existência de uma infra-estrutura adequada, com rodovias combinando-se a outros modais é um avanço em relação ao planejamento do estado (POMPONET, 2007).

Observamos, no entanto, que há um constante aumento da demanda por transportes, ao mesmo tempo em que se aumenta a produtividade em determinadas áreas. Essa situação evidencia um processo mais amplo, o do desenvolvimento das forças produtivas, que tendencialmente crítico na forma, aparece empiricamente como incapacidade gerencial de determinados governos (que de fato ocorre: quem consegue gerenciar uma crise estrutural por muito tempo?). Ou seja, a produtividade aumentada pelo desenvolvimento das forças

produtivas, no qual a circulação como parte do processo de produção, revela-se imbricada aos meios de transportes, traria os limites, que segundo MARX (1998), seria dado pela *queda tendencial da taxa de lucro*.

A contradição do planejamento e suas ações para o desenvolvimento do Vale do São Francisco, estabelecida em seus próprios discursos e ações, pode, por diversos fatores imbricados (dos quais nos aproximaremos melhor na sequência de estudo), obscurecer a faceta negativa de não ser capaz de gerar uma autogestão, mas sim, cada vez mais, uma constante dependência do Estado. Isso é próprio da relação, na qual o Estado é a forma negativa do capital, a “outra face de uma mesma moeda” (KURZ, 1995; 2004).

d) Arranjos Produtivos Locais como síntese das ações de desenvolvimento

Por fim, resta tratar de um aspecto a mais sobre o planejamento e desenvolvimento do Vale do São Francisco. Trata-se dos projetos de estruturação produtiva, com a destinação de incentivos fiscais e subsídios estatais, proporcionados com maior intensidade a partir da criação da SUDENE e da CODEVASF. Estes foram iniciados, primeiro como infraestruturação regional, no qual o Estado executava as obras e disponibilizava técnicos na capacitação técnica da agropecuária irrigada, entre outros. Agora atuam na infraestruturação e gestão territorial, licitando obras e disponibilizando subsídios e créditos a organizações não governamentais, empresas de ramos e tamanhos diversos, além de movimentos sociais.

Segundo a CODEVASF, sua atuação é responsável pelo

desenvolvimento que a região passou a apresentar com os impactos da agricultura irrigada na produção de alimentos, na criação de empregos e no aumento da renda regional. Nas décadas de 80 e 90, houve maior liderança do setor privado, através da organização dos empresários, motivado pela necessidade de competição nos mercados nacionais e internacionais, que passaram a pressionar o Governo pela ampliação da infraestrutura (CODEVASF, 16/03/2010).

Na Bahia, as iniciativas de infraestruturação modal de transportes e produtiva aparentam ter certa imbricação inclusive com os *Arranjos Produtivos Locais* (APL). De fato, essa constatação corrobora com o que vimos sobre as práticas da CODEVASF nesse Estado. Segundo FERREIRA JR. et. al. (2010) isso deriva uma imbricação prática positiva do processo, dado como uma necessidade real.

Além dos projetos relacionados à infraestrutura de transporte, é possível destacar outros que poderão beneficiar as regiões onde estão localizados os APLs baianos. Por exemplo, os projetos de irrigação Salitre e Baixio de Irecê, previstos no PAC, que são fundamentais para a produção no Semi-Árido. Tais projetos beneficiarão fortemente os APLs de fruticultura e caprinovinocultura. As Plataformas Logísticas de Juazeiro, que estão na fase de estudo da sua viabilidade, também provocarão externalidades positivas para o APL de fruticultura, visto que facilitará a distribuição da produção. Também os projetos sociais, como o Programa Água para Todos, e os

da área de Educação, previstos no PAC, poderão gerar impactos nas regiões onde estão inseridos os APLs apoiados na Bahia. Concluindo, uma política pública estruturante para APLs é importante para justificar e complementar o projeto de infra-estrutura e logística para o Estado da Bahia. Ou seja, uma política estruturante para APLs significa adensar a produção e a circulação de produtos que irão para fora do Estado e que se encontram entre as ilhas de desenvolvimento, fazendo com que a infra-estrutura implantada ganhe escala e viabilidade social e econômica (FERREIRA JR. et. al., 2010, p. 11-12).

Todo o conjunto de práticas resumidas nessa passagem mostra que a atuação pela organização e execução de APLs apresenta apenas uma única novidade em relação a todas as outras iniciativas já efetivadas por estas instituições estatais de desenvolvimento: a maior disponibilidade de créditos a curto prazo e territorialmente direcionados.

Concordando e complementando essa noção, surge no debate político e nas práticas tidas como inovadoras de “desenvolvimento” a noção de “gestão territorial” local, como uma “nova” forma de “desenvolvimento regional”. “Tais considerações vêm estimulando o desenho de modelos de desenvolvimento mais abrangentes e adequados às especificidades e heterogeneidade, e que valorizem as questões regional, social, cultural, ambiental, tecnológica, organizacional e de inovação, próprias ao caso brasileiro” (MDIC, 20/05/2011).

A pretensão inovadora diz respeito, principalmente, ao fato das políticas de desenvolvimento do Governo Federal terem se voltado para a disponibilização de créditos e incentivos direcionados aos arranjos produtivos “favorecendo” os micros e pequenos empresários (claro, sem deixar de financiar os “médios” e os “grandes” também). Mas, a questão, nem mesmo de maneira superficial é “arranhada” pois, ao se buscar tais inserções, o que se coloca negativamente como pergunta é: o por que se torna necessário utilizar desse jogo imbricado de ações pautadas em créditos estatais aplicados de forma empresarial e local?

Tal tendência é cada vez mais estimulada pelo Estado, como uma ação de ordenamento territorial e “desenvolvimento regional”, nesses *Arranjos Produtivos Locais*.

Seriam esses “arranjos” uma das formas encontradas pelo Estado, junto com o capital privado, para administrar o caráter crítico, como vimos anteriormente, da reprodução?

Há uma aposta generalizada em várias instâncias governamentais e particulares de crédito e de produção nesse caminho de modernização. Tanto que, para a região Nordeste, foi criado o *Projeto Competir*⁶⁷ com o objetivo de realizar a “a promoção e a organização do diálogo entre os agentes locais e regionais relevantes, em cooperação com as EPPs [Empresas

⁶⁷ O Projeto Competir é fruto de um Acordo de Cooperação Internacional entre o Brasil e a Alemanha. Tem como objetivo maior articular a mobilização de empresas de pequeno porte (EPPs), nos nove estados da Região Nordeste do Brasil, no sentido de se inserirem dinamicamente em processos de desenvolvimento regional, de forma integrada e sistêmica, por meio de um conjunto de ações de cooperação técnica entre o SENAI, o SEBRAE e a Agência Alemã de Cooperação Técnica – GTZ (COMPETIR, s/d).

de Pequeno Porte], atores da esfera pública e privada, apoiando, dessa forma, o desenvolvimento produtivo regional, tendo em vista a sinergia entre fornecedores, prestadores de serviços, entidades de apoio, produtores finais e o comércio” (COMPETIR, s/d).

A passagem a seguir, que marca um exemplo aplicado em Alagoas, mas que podemos associar como práticas que estão sendo propostas a diversas áreas do Vale do São Francisco, principalmente em Juazeiro, revelam sinteticamente as facetas estruturais desse sistema pautado no arranjo:

Um dos grandes desafios para a economia alagoana consiste em transformar os recursos federais em oportunidades de negócios com potencial de crescimento sustentável no tempo. Esse processo de endogenização produtiva competitiva dos recursos provenientes da “economia sem produção” requer uma política de desenvolvimento focada na articulação de três sistemas: o de inovação, o produtivo e o financeiro.

Assim, a política de fomento a APLs pode contribuir de maneira significativa para a efetivação do desenvolvimento, desde que não se constitua na única política de desenvolvimento, mas numa ferramenta que promove uma visão sistêmica, capaz de mobilizar meios e instrumentos para o desenvolvimento. Este deve ser visto como um processo de mudanças estruturais, gerando dinamismo econômico, sustentabilidade ambiental e inserção e empoderamento social (BNDES, 10/04/2011).

Com isso, pode-se perceber que o Estado deve participar financiando ou subsidiando créditos que são aplicados em APLs, colocados à disposição – o que fora chamado de maneira interessante de “economia sem produção” – para empresas privadas que antes eram “produtivas”. Médias e pequenas empresas se favorecem com os APL, pois o aumento da circulação de dinheiro é notório e favorece o giro das mercadorias produzidas. Isso leva a tal reordenação do território de maneira negativa, pois incentiva a competitividade fazendo com que aqueles que não são “empreendedores”, fechem suas empresas, deixando de atuar nesse ramo e ampliando o desemprego que faz baratear os salários.

É o Estado com as políticas de transferência de renda, incentivando e gestando a produção em parceria com o poder privado. Cabe agora realizar algumas observações sobre situações relativas às condições do trabalhador. Um exemplo é o do arranjo produtivo coureiro-calçadista da Paraíba, a qual se percebe o que LEMOS e PALHANO (2000) chamaram de “precarização do trabalho”:

Da mesma forma, os principais fatores apontados como determinantes da capacidade competitiva de seus produtos foram também a qualidade e custo da mão-de-obra. As firmas e o aparato institucional do arranjo apontam o preço como o principal atributo do calçado local. Muitas firmas, sobretudo as que trabalham com material sintético, relegam a qualidade a segundo plano, por objetivar na sua estratégia comercial, atingir os nichos de mercados com baixo poder aquisitivo, fazendo da busca do melhor preço, um traço comportamental que tem que ser seguido à risca, para a sobrevivência no mercado. Esta competição quase que exclusivamente via preço não permite uma agregação de valor expressiva, tendo como uma de suas

consequências a adoção de políticas que incentivam baixos salários, altos índices de rotatividade de mão-de-obra e a precarização do trabalho (LEMOS; PALHANO, 2000, p. 14).

Essa “precariedade” será também retratada como uma contradição entre a ideologia e a prática do sentido dado pelo SEBRAE, quando se refere aos Arranjos Produtivos Locais:

O sentido de existência de um APL, segundo o SEBRAE, é construir um ambiente favorável para que empresas do mesmo segmento, localizadas geograficamente próximas, trabalhem juntas para obterem melhores resultados para os seus negócios, e para isso trabalhem com a idéia da coopetição, que une cooperação com competição. No entanto, o que observamos foi a existência de um cooperativismo desequilibrado, mantenedora das grandes empresas capitalistas do ramo de confecções, utilizando-se na maioria dos casos dos serviços dos arranjos familiares. Estes últimos continuam sob condições precárias de trabalho e alienadas da sua condição de subalternidade e exploração pelas grandes empresas. Parte dessa condição se deve à ideologia propagada no discurso da autonomia, atrelada à idéia do ‘próprio negócio’, elemento central na prática empresarial ‘empreendedora’. E a qualificação profissional está diretamente ligada a essas questões. A noção de competência vem atender ao princípio da adaptabilidade individual do trabalhador sujeito às mudanças sociais econômicas do capitalismo e assim conformá-lo às imposições das empresas, isto é, reforça a responsabilização do indivíduo quanto a sua qualificação para o desenvolvimento da chamada “empregabilidade”. A diferença está no modo de apropriação desse discurso: para as empresas representa uma nova forma de gestão da produção e das vendas; para os arranjos familiares, uma alternativa de trabalho ‘autônomo’ (OLIVEIRA; COSTA; AMARAL, 2008).

E, por fim, mais adiante, coloca uma problemática central para a realidade atual, há uma tendência em se transformar todos em “empresários da própria miséria” (KURZ, 2003).

A ideologia implícita na idéia da autonomia diretamente vinculada à idéia de ‘ser o próprio patrão’ parece-nos problemática. Isso porque neste arranjo produtivo, como dito anteriormente, a maioria dos trabalhadores vinculados à produção de vestuário é informal; prestam serviços sem alguma relação contratual, não têm acesso à proteção trabalhista, e trabalham por sob precárias condições, muitas vezes por mais de 8 horas diárias. A idéia de trabalhar por conta própria, nesta realidade, não desvincula o pequeno produtor das grandes empresas, ao contrário, subordina-o às suas demandas, não garante mudança efetiva das condições de trabalho e não altera sua condição de dependência, ocultada pelo discurso da inclusão e cooperação que caracteriza um arranjo produtivo (OLIVEIRA; COSTA; AMARAL, 2008).

Esse último aspecto revela a negatividade a que chega a reprodução das relações sociais de produção no momento atual.

No município baiano de Barra, mais precisamente nos Brejos da Barra, o arranjo produtivo local iniciado pela CODEVASF, se voltou à fruticultura irrigada. No próximo capítulo apresentamos algumas características da formação desse município e dos Brejos, para posterior discussão (no terceiro e quarto capítulo) sobre as contradições da modernização.

CONSIDERAÇÕES

Ao tratar de maneira geral das políticas planejamento e desenvolvimento, notou-se o quanto elas são práticas de modernização, que têm por base a estruturação do mercado de terras e de trabalho. Seus resultados mostram bem a contradição do processo: o fato de serem sempre necessárias novas mediações e planos, um gerenciamento para não ruir o processo.

A ação planejada é a modernização que aparece como desenvolvimento e progresso, obscurecendo seu caráter crítico e que hoje, além disso, gesta seu colapso, sob a forma de dívidas. Afirmando isso não positivamos o momento anterior e sim percebemos nele os pressupostos negativos do atual. Também não ignoramos a realidade concreta, sofrida, vivida pelas pessoas, trabalhadores brejeiros, nas condições atuais da reprodução.

Este planejamento significa endividamento geral (estatal e particular), ou seja, sua faceta modernizadora esconde, mas não muito bem, essa sua frágil forma de ser da modernização, esconde seu fracasso constante em mentirosas virtudes virtuais que, por vezes, aparecem como realmente são nas crises. Ao expulsar trabalho mantém-se a reprodução. Mas ao expulsar trabalho também se destitui como prática. Por isso a imbricação à outras formas, dinheiro e crédito, mantendo-se, perpetuando-se, mobilizando também a terra, não por produção somente, mas por especulação, por ter a chance de se endividar um pouco mais.

Todo esse contexto revela-se imbricado na realidade dos Brejos, porém concretamente é pouco aparente. Ainda assim, por contradição é momento da formação de um mercado nacional do trabalho e da terra, da disponibilização de infraestruturas e créditos. Os Brejos não são algo a parte, isolado ou atrasado, mas compõe esse momento da modernização, não só por existirem ações concretas e diretas de infraestruturação e projetos, mas também por participarem do complexo desdobrar das formas mercadoria e trabalho.

E isso é historicamente constituído. Veremos a seguir os aspectos de sua formação no caso dos Brejos da Barra.

CAPÍTULO 2

MOBILIDADE DO TRABALHO E FORMAÇÃO DOS BREJOS DA BARRA

Américo Vespúcio, dando o seu depoimento sobre o que viu no Novo Mundo, disse apenas: 'Não tem nada que se aproveite'.

(O Médio São Francisco, Wilson Lins, 1952.)

[Nos Brejos] “engenhocas primitivíssimas suprem de rapadura, cachaça e mascavo os sertões do Piauí. Seus canaviais desafiam os séculos. Nasceram com o Brasil e ainda vivem pelo Brasil, no silêncio do esquecimento em que jazem.

(O Médio São Francisco, Wilson Lins, 1952)

Com muita frequência, por exemplo, as funções de lavrador e criador combinam-se no mesmo homem, bem como as de pescador e lavrador, recorrendo-se habitualmente às formas mais simples de coleta apenas quando faltam, ou estão na iminência de faltar, outros meios de subsistência em épocas de secas severas quando o homem é conduzido pelos caprichos da fortuna.

(O Homem no Vale no São Francisco, D. PIERSON, 1972)

No primeiro capítulo enfatizamos de maneira descritiva e contextual alguns aspectos das políticas de desenvolvimento do Médio São Francisco, da Barra e dos Brejos. Naquele momento, mais que problematizar conceitualmente e historicamente o processo, enfatizamos um caráter transitório dos momentos e as políticas de desenvolvimento implementadas, como parte das ações estatais e empresariais nestas áreas.

Tudo o que se mostrou ali foi parte do processo concreto e seu desdobramento atual, com intuito de apresentá-lo, sem positivá-lo. Não trouxemos, portanto, elementos sobre a sua formação e ficamos diante de questões que tentaremos desdobrar a partir de agora.

Dentre elas, cabe lembrar a do Estado e sua prática de intervenção (poder aparente de financiamento da modernização) através de planos regionais de desenvolvimento e “regionalização” em articulação com a esfera particular, compondo arranjos nos quais se intensificam a ocupação da fronteira e a formação do mercado de trabalho (com incentivos estatais ou particulares, tanto da indústria como da agricultura, comércio e construção civil).

Mas, por que isso se torna uma questão, se nada mais é que o progresso econômico em curso, com a ampliação da circulação do dinheiro e do crédito; geração de emprego e renda; ampliação do consumo; disponibilização de estruturas modernas, entre outros? Teriam essas aparentes virtudes relação com uma infinidade de mazelas, como a fome, o desemprego, a degradação ambiental, entre muitas outras?

A sociabilidade geral estabelecida tem como uma de suas centralidades a mediação pelo dinheiro, pelo trabalho, pela mercadoria, aparentemente separados de outras, cultura, amizade, família, educação, política. No entanto, pode haver muito mais em comum entre elas do que entre a “carne e a unha”. Principalmente se o foco percorrer a objetividade concreta e formal das relações mediadas pelo valor.

Veremos a partir de agora os pressupostos desse momento e as articulações que permitiram o seu desdobrar. Para tanto, este capítulo tratará histórica e empiricamente o processo de formação dos Brejos e de Barra, no Médio São Francisco, que poderá nos auxiliar na apreensão de alguns fenômenos observados, relacionados à reprodução do trabalho e à migração⁶⁸.

1. O MOMENTO DE FORMAÇÃO DOS BREJOS DA BARRA

Parece que desde sempre o *sertão*⁶⁹ baiano configura-se como um problema, tanto para o estado da Bahia, quanto para o Brasil. O discurso do atraso, da ingerência, do tradicional, do subdesenvolvimento, número de retirantes (da seca ou de enchentes), das desigualdades sócio-econômicas e formas de apropriação da terra, ganhou força, se elevou e, a partir disso foi delimitado. Manuel Correia de Andrade, em seu estudo “A terra e o homem no Nordeste” acentua um caminho de delimitação, pois

sendo muito complexa a origem das paisagens geográficas, ninguém ousaria admitir a exclusividade da ação de um elemento na elaboração dos quadros paisagísticos, até mesmo a dominância dificilmente poderia ser comprovada de forma científica. Entretanto em cada região se nota que um elemento se sobressai, levando o homem

⁶⁸ Esta parte do estudo se balizou nas pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado da Bahia e no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) através de sua publicação os Cadernos dos CEAS, entre outras fontes. O estudo também percorreu, apesar de não aprofundar em suas nuances, as obras que de alguma forma tocam numa discussão corrente sobre a *formação brasileira* e o *Nordeste*, além das categorias trabalho e mercadoria destacando: Caio Prado Jr., Fernando Novais, Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, José de Souza Martins e Francisco de Oliveira, dentre outros. Todo esse conjunto se situa em constante diálogo com a crítica proposta por MARX, referente a categoria trabalho, revista por Jean Paul de Gaudemar, e da qual Robert Kurz e Moishe Postone ressaltam a questão da necessidade de se problematizar e negar seu caráter ontológico ou transhistórico. No tocante aos estudos realizados a partir dessa perspectiva, destacamos os desenvolvidos num dos grupos de estudos do Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo que apresenta conjunto crítico de proposições e análises da realidade brasileira em seu processo de formação e modernização. Estes estudos se encontram em forma de textos de congressos ou síntese de ideias do grupo, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Destaque para os textos de TOLEDO (2001; 2008; 2010); BOECHAT (2009); LEITE (2006 e 2010); ALVES (2006). ALFREDO (2005; 2009). Também através do grupo de estudos sobre o *Vale do São Francisco (Chico Velho)*, nos aproximamos das questões que permeiam grande parte das referências ao sertão baiano do Médio São Francisco.

⁶⁹ Neste caso, propositalmente a palavra *sertão* indica, sem aprofundar na extensa bibliografia que a define, uma dicotomia, no mesmo sentido posto por Euclides da Cunha no livro “*Os Sertões*”. Manuel Correia de Andrade (2005) define o *sertão* através de caracteres geográficos, sem afirmar ou negar tal dualidade.

prático que moureja na terra a citá-lo, sempre que quer distinguir as várias áreas que compõem o mosaico regional (ANDRADE, 2005, p. 37).

Delimitar o que se sobressai objetivamente numa área é efetuar uma regionalização. No decorrer do século passado (e por que não até hoje), como vimos no primeiro capítulo, isso foi muito utilizado para a adequação de propostas ou formulação de políticas públicas, com o direcionamento de uma grande diversidade de projetos e programas a partir das instituições de planejamento e desenvolvimento⁷⁰.

A realidade dual, de um sertão interiorano atrasado e uma capital centralizadora progressista, estava presente na prática e no discurso comum de alguns “coronéis”, do Estado e de planejadores, gerando um sentimento de um precário pertencimento aos auspícios da modernização. Assim, como *poder local*⁷¹, legitimando um “atraso”, alguns tomaram como “missão” estabelecer ações “modernizantes”.

Na realidade, esse *poder local* aparecia como personificação do Estado, exercendo o *monopólio da violência* (TOLEDO, 2008), direcionando as ações também à chamada “contenção” dos flagelos da seca e da falta de infraestruturação viária, energética ou de abastecimento. No entanto, na observação geral desse processo, nota-se que suas ações privilegiavam suas propriedades, e que esses flagelos eram por eles entendidos como naturais (seca) ou falta de fé, para que, ao mesmo tempo, pudessem aparecer dotados de mais poderes, quase divinos.

Numa posição dualista, para LINS (1983), assim como para ANDRADE (2005) o sertão nordestino era “uma civilização *sui generis*” (ANDRADE, 2005, p. 187).

Já para FREITAS (1999), na Bahia, até o início do século XX, predominava o coronelismo que configurava uma espécie de “cultura dos currais” entrelaçada a uma “cultura do catado”⁷². Ainda ele, afirma que para os coronéis o poder propriamente do Governo do Estado era uma abstração, predominando, por isso, uma “Bahia em pedaços, uma regionalidade ainda por ser consolidada” (FREITAS, 1999, p. 64). Portanto, por esse mesmo motivo é que o coronel era o Estado.

⁷⁰ Salientamos que Manuel Correia de Andrade, apesar de partilhar desse método, sempre se mostrou crítico às formas de implementação das ações das instituições de desenvolvimento.

⁷¹ Entre essas relações que configuram esse poder local do coronel, destaca-se o poder sobre a terra e o trabalho, através de uma imbricada trama que envolve violência, pagamento de favores, domínio sobre a produção de mercadorias. Ver mais sobre isso nos estudos referidos na nota do primeiro capítulo sobre o coronel.

⁷² Segundo Freitas, o *catado* era constituído por um conjunto “oposto da especialização: uma multiplicidade de produtos agrícolas, uma pecuária de pequeno porte e seus derivados, além da atividade extrativa, com destaque para a exploração da cera de carnaúba. Claro, sem esquecer tudo o que pescavam nos rios, sendo que, em várias localidades, o beneficiamento (salga de peixes) era uma atividade sempre presente”. FREITAS (1999, p. 63). Além disso, o autor destaca também os seguintes produtos que fazem parte do catado: rolos de fumo, panos de toucinho, mantas de jabá, montes de cebolas, fardos de rapadura, sacos de sal, amarrados de peles silvestres, pilhas de resinas e cascas de angico.

Wilson Lins enfatiza alguns desses aspectos no Médio São Francisco, centrando sua análise nas disputas entre os “chefes locais” (*poder local*), na organização do comércio, da produção e sobre o controle de áreas cultiváveis, além de destacar o seu *monopólio da violência*. Na passagem a seguir, apresenta uma expressão concreta da indistinção entre o *poder local* e o Estado:

Largados no enorme vale, aqueles homens rudes construíram com suas próprias forças a sua própria civilização. Para isso foi de fundamental importância a existência de chefes locais, geralmente chefes de famílias mais numerosas – logo, mais poderosas – nos vários lugarejos que iam surgindo. Isolados a ermo (...) Cada fazendeiro era o chefe da sua gente, mantinha a ordem em suas terras, dispozo da vida e dos bens (quase nada) dos seus agregados; para cada grupo de fazendas, um fazendeiro mais forte, mais valente, impunha sua autoridade como chefe. Quando as vilas surgiram esse sistema já estava consolidado em suas bases, de maneira que, ao ser conquistada a Independência do país, o poder no vale foi entregue aos senhores [patentes da *Guarda Nacional*] que por lá já imperavam, através de várias gerações (LINS, 1983, p. 38).

Cabe ressaltar que, mesmo diante de tamanha limitação à própria particularidade, consegue-se perceber os prelúdios de um desdobramento que só ocorreria de fato mais de cem anos depois, com o fim da *Guarda Nacional*. As patentes da Guarda legitimavam o poder desses coronéis, mas ao deixarem de ser distribuídas, tal poder, marcado pelo monopólio da violência, se centralizou no Estado, que se desdobrava concretamente desse *poder local*. Mas, como se constituíram essas relações?

No livro “Os Sertões” CUNHA (2002) mostra uma forma de ocupação, ou o “método” de ocupação do Médio São Francisco. Este teria ocorrido com o fim das missões jesuítas, onde o povoamento do sertão do São Francisco foi estimulado pela derrocada do indígena frente os negros fugidos e lusitanos.

A fundação de Barra (BA), em fins do século XVII, seria um dos marcos desse povoamento. Segundo ele, “toda essa população perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada (...)” (CUNHA, 2002, p. 264). Além disso, identificou duas causas desse “insulamento”. A primeira relacionada à própria dinâmica de concessão de sesmarias, centrada nos herdeiros da Casa da Ponte e da Casa da Torre. A segunda, no qual os sujeitos sociais dessas relações se particularizavam, aparecendo como que “entregues à vida pastoril, a que por índole se afeiçoavam... envolveram, adquirindo uma fisionomia original” (CUNHA, p.265).

Diferente dele, PRADO JR. (2002) tratará essas relações de aparente “insulamento” como processuais. Uma *territorialização da forma regional* (ALFREDO, 2005) do capital, principalmente através do regime das sesmarias, pela qual porções de terras eram

disponibilizadas pela coroa a pessoas que tinham a pretensão de exercer alguma atividade, desdobrando também territorialmente a profusão do *poder local* no Médio São Francisco.

É a territorialização, que em seus aspectos concretos e abstratos, como modernização, se coloca como formação de seus próprios pressupostos a partir da colonização. Esse processo é o desdobramento da produção e exportação de mercadorias para a metrópole. Conforme PRADO JR.,

dos seus focos, cujo principal é a Bahia, as fazendas, e com elas o povoamento, vão se espalhando paulatinamente para o interior. A sua expansão é por contiguidade e as populações fixadas no sertão conservam um contato íntimo e geograficamente contínuo com seu centro irradiador. Da Bahia, tomemos este exemplo, o movimento da dispersão, começando já em fins do século XVI, alcança o rio São Francisco em meados do seguinte; sobe-lhes as margens tanto direita como esquerda, povoando todo o curso médio do rio com tantas fazendas que provocam em 1711 a admiração de Antonil (PRADO JR., 2002, p. 32).

O intuito e o impulso dessa ocupação corroboraram o expansionismo europeu com base mercantilista, dotando a colonização de um sentido, o qual chamou de *sentido da colonização*:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO JR., p. 08).

Nesse processo, partes das áreas pertencentes hoje ao Nordeste brasileiro (IBGE) tiveram a sua ocupação-exploração centrada em duas atividades econômicas de maior relevância: a produção da cana-de-açúcar e a pecuária. A primeira dotada de maior importância para economia da metrópole e a segunda *subsidiária* interna da primeira.

Porém, não se pode descartar a existência de outras, nas quais predominavam os agregados às fazendas de cana-de-açúcar e de gado, ou posseiros estabelecidos contigualmente a seus limites, produzindo arroz, feijão, milho, mandioca, frutas, além de rapadura, cachaça entre outros. Estes produtos (e outros) e as relações particulares de sua produção, utilizando por vezes *terra de uso comum*, e a *parceria*, a *ajuda mútua*, e mesmo o trabalho por dia (pagos em trabalho, produto ou dinheiro) compunham, no Médio São Francisco, o denominado *catado*. Este se vinculava à produção subsidiária, permitindo sua reprodução.

O *monopólio da violência* pelo *poder local*, era a forma dominante da relação marcada por pagamento de renda em produto ou trabalho, como *favores* (obrigações). Não havia distinção nítida entre propriedade da terra, trabalho e lucro, ou seja, essas categorias não apareciam na relação com aparência de autonomia, e sim constituía um processo único não desdobrado. Veremos mais adiante o quanto isso nos ajuda a entender esse momento.

A partir do século XVIII houve maior profusão de sesmarias. As fazendas e algumas áreas de ocupação (posses menores, subsidiárias) ficavam, por diversos, meses sem o mínimo contato entre si e com as áreas de comércio. Desse modo, a produção dos pequenos posseiros (agregados ou não à fazenda) não era disponibilizada em feiras, mas consumida pelos próprios produtores ou, em algumas ocasiões, trocadas ou cedidas entre vizinhos. Nem por isso, podemos afirmar que não participavam do mercado ou do *sentido da colonização*.

Isso, por vezes, configurava situações nas quais a falta de dinheiro (moeda) e de outros produtos os levava também a migrarem para outras áreas (PIERSON, 1972; LINS, 1983; FREITAS, 1999). Mas nem sempre, pois, pela própria relação de favor e obrigação (que obscurece o poder sobre a terra e o trabalho) estabelecida com o fazendeiro (coronel), este posseiro deveria permanecer disponível para pequenas ou grandes empreitadas na fazenda⁷³.

Este é um dos aspectos que nos faz entender essas particulares relações não como isoladas ou autônomas do processo, mas sim como pressupostos em formação da complexa relação capital. Mesmo que aí estejam presentes relações nas quais as categorias postas pela modernização se encontram em desdobramento formal, ou seja, onde a mediação pela *forma-mercadoria* está em generalização, tais mediações efetivadas pela produção objetivada e pela troca de mercadorias levam à centralização do trabalho como nexo de mediação social.

No Médio São Francisco, essas relações se territorializam como expressão desse complexo que engloba tanto produtores diretos de mercadorias para a metrópole, quanto produtores indiretos, ou seja, aqueles que, localmente (devido sua produção em menor escala, voltada às vezes para o próprio consumo), estabelecem pequenos “circuitos de trocas” somente capazes de subsidiar os produtores maiores. Esse é o característico da *cultura do catado* (FREITAS, 1999), onde a forma-valor (e seus desdobramentos formais: mercadoria, trabalho e dinheiro) está em desdobramento.

Essa territorialização das formas particulares do capital revela-se em *formações regionais* (ALFREDO, 2005) ou configuram o *momento regional* (TOLEDO, 2008). Segundo ALFREDO,

deve-se considerar que dada uma realidade já mundializada, as nossas formações regionais expressam, portanto, uma divisão internacional do trabalho, pois que o capitalismo, como formação global, estabelece uma interface de modo que regionalizar implica numa forma de territorialização (...) o sentido da colonização põe a nossa formação como que determinada pela lógica da mercadoria, universalizando, portanto, as nossas realidades regionais particulares e territorializadas seja pelo poder metropolitano, seja local (ALFREDO, 2005, p. 02).

⁷³ Ver isso em FURTADO (1991); OLIVEIRA (1977); MARTINS (1994; 2010); TOLEDO (2008) entre outros.

Esse processo não existia antes da colonização. Desdobra-se com ela, como processo repleto de contradições as quais são pressupostos da modernização.

O sistema de sesmarias revelava concretamente expansões de fazendas (canavieiras e de gado) pelo Baixo e Médio rio São Francisco, como partes integrantes do processo iniciado ainda na Europa. Em sua esfera de relação, além de “trabalhadores escravos”, existem os vaqueiros, artesões, posseiros (“livres” ou agregados) – pagos em dinheiro ou produto. Todo esse conjunto serviu, processualmente, à “Acumulação Primitiva” européia:

em outras palavras, a nossa modernização se especifica tanto pela sua gênese, desde o princípio moderna e, portanto, sem pré-modernidade, como pelo seu aspecto de gerar a acumulação primitiva do capitalismo europeu. Isto implica, necessariamente, em uma mobilização muito particular do trabalho em território colonial (...) (ALFREDO, 2005, p. 03).

As sesmarias foram instituídas em Portugal por Dom Fernando, pela lei de 26 de junho de 1375, e nas *ordenações afonsinas, manuelinas e filipinas*, entre o século XIV e o XVII, primeiramente com o intuito de estimular o uso da terra, como os *baldios* e *maninhos*, sendo esses redistribuídos em caso de comprovação de sua não utilização (LIMA, 1991). Caso as terras de particulares estivessem nessa condição de não uso, seriam essas “devolvidas” (daí a origem do termo *devolutas*) a Ordenação, que a redistribuiria, como forma de repovoar, pois isso permitia a doação do direito de uso a quem pudesse ocupar e cultivar a terra, estimulando a ampliação de áreas produtivas em Portugal.

Entre outras definições, as “sesmarias são propriamente as dadas de terras, casaes, ou pardieiros, que foram ou são de alguns Senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são” (LIMA, 1991, p. 25).

Na colônia, é Martim Afonso, em 1532, que distribui as primeiras sesmarias, juntamente com a divisão em capitanias. Após o sistema de capitanias não ter atingido os objetivos, ganha força na colônia o sistema de sesmarias, regido pelas ordenações portuguesas de concessão de terras a quem nelas estabelecesse atividade produtiva.

Porém, diferente da metrópole, as terras não eram colocadas em produção apenas por iniciativa da coroa em incentivar a produtividade, mas sim por iniciativa particular de empreender um negócio. Aqui o processo se deu, inicialmente, com a produção canavieira, o escravismo e o poder sobre a terra (possibilidade de arrendamento):

Assenhorar-se de um pedaço de terra e cultivá-lo, além de tudo, devia, para os nossos colonizadores, ser preferível a correr a hierarquia da administração até ao governador e, depois, até ao rei, a fim de obter uma concessão de sesmaria. As concessões de sesmarias, na maioria dos casos, restringiam-se, portanto, aos candidatos ao latifúndios, que, aos afeitos ao poder, ou ávidos de domínios territoriais, jamais, no entanto, poderiam apoderar-se materialmente das terras que desejavam para si (LIMA, 1991, p. 41).

Estes latifúndios são fazendas, passíveis também (a partir de 1695) de pagamento de foro. Coincidindo com os períodos de maior opulência tanto da cana-de-açúcar na Bahia e em Pernambuco, Alagoas, quanto do ouro em Minas Gerais, aumentava-se a criação para suprir de força animal e carne os mercados. Para LIMA (1991), isso coloca acento no caráter “dominalista” do dispositivo de sesmarias na colônia, diferente do empreendido em Portugal, onde o *Mestrado de Cristo* exercia a cobrança do dízimo e não mais que isso. Para KRUSCHEUWSKY (1968), no caso do Brasil,

Tendo por motivação a necessidade de produzir e povoar – colonização – eram requisitos fundamentais para a aquisição de terras concedidas em sesmarias: o aproveitamento efetivo em prazo certo, a verificação e a demarcação. O processo administrativo da sesmaria tinha, por isso, duas fases distintas e essenciais à sua conclusão: a da concessão e a da confirmação (KRUSCHEUWSKY, 1968, p.27).

Cabe salientar que, em muitos casos, ainda segundo o autor, somente a primeira etapa (a de concessão) era realizada. Pela segunda ser mais rígida e pouco executada, ficava quase sempre invalidada. Ou seja, os papéis de concessão de sesmarias, sem a posterior confirmação, não tinham validade permanente.

No caso do estado da Bahia, destacaram-se duas famílias de sesmeiros que implantaram uma dinâmica de ocupação balizada nesse caráter “dominalista”, abrindo diversas fazendas por meio da criação de gado, desde Salvador até as margens do Rio São Francisco. Uma foi a sesmaria dos Guedes Brito (sucédida pela Casa da Ponte). A outra, iniciada por Garcia D'Ávila, denominava-se Casa da Torre (anexo 6), com seus criatórios de gado nas margens do rio São Francisco em seu vale Médio e Baixo.

Garcia D'Ávila, apossa-se das terras em 1573, sendo mais de 70 léguas entre o rio São Francisco e o Parnaíba no Piauí. Alguns ditam que, residindo na Praia do Forte, próximo a Salvador, e possuindo uma Carta de Sesmaria, pois era fidalgo, o Senhor Garcia D'Ávila avançou em direção ao São Francisco, construindo a determinadas distâncias um curral e uma choupana, e aí deixava 20 novilhas e um reprodutor e, para cuidar do rebanho, um casal de escravos (VSF, 10/05/2007).

A histórica ocupação do Médio São Francisco materializou-se em fazendas de gado e uma profusão de outras posses menores, em áreas contíguas e internas a estas sesmarias, tanto que rio São Francisco ficou conhecido como “rio dos currais”, onde imperou o “trabalho livre” (agregado, vaqueiro, morador) e, em menor proporção, o escravo, ambos direta ou indiretamente relacionados às fazendas.

Para FURTADO (1991), isso ganhou força principalmente quando a economia do açúcar acentuou seu caráter de “especialidade produtiva”, não deixando margem internamente às fazendas e exercerem outras atividades econômicas rentáveis. Daí a separação da criação de gado que prosseguiu, com os pastos no sertão nordestino onde “os rebanhos penetraram no

interior, cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins e, para o norte, o Maranhão nos começos do século XVII. É fácil compreender que, na medida em que os pastos se distanciavam do litoral, os custos iam crescendo, pois o transporte do gado se tornava mais oneroso” (FURTADO, 1991, p. 58).

Nesse processo observa-se ainda uma emigração de pessoas para trabalhar com gado nessas áreas do nordeste, devido a sua forma de quarteação (vaqueiros). Representam, em outros termos, características que nos remetem à generalização dos pressupostos do capital, como renda da terra e trabalho, ainda que particulares.

A produção canavieira e a pecuária são parte da generalização da produção de mercadorias, imbricadas no processo dessa ocupação, onde “cabe considerar que o engenho realizava certo monte de gastos monetários, principalmente na compra de gado (para tração) e de lenha (para as fornalhas). Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamento existentes no país” (FURTADO, 1991, p. 44).

Para Caio Prado Jr. diferentes formas de atividades e ocupação são encontradas, também nesse processo

a agricultura era praticada subsidiariamente em pequena escala para subsistência das próprias fazendas. Existem, no entanto regiões de populações. Mas são raras... formou-se aí um verdadeiro oásis no deserto agreste das caatingas... o gênero de vida nestas regiões provam um povoamento mais adensado. Acresce nelas o comércio, pois são todos pontos de contato e de trânsito de certa importância. Também no São Francisco encontram-se outras atividades que não a pecuária (PRADO JR, 2002, p. 43).

Essas relações constituíam o “sentido da colonização” (PRADO JR., 2002) e, assim, não eram isoladas ou autônomas do processo, mas constituíam uma complexa relação contraditória do capital.

A essa ocupação canavieira e pecuária, também se somaram as chamadas *Bandeiras*, que buscavam ouro e indígenas para escravizar. A cada incursão “vitoriosa”, a *Coroa* doavam-lhe, no sistema de sesmarias, grandes porções de terras no Médio São Francisco. Conforme PIERSON (1972), LINS (1983), CUNHA (2002), isso levou muitos paulistas para as margens dos rios São Francisco, Grande, Corrente, entre outros.

O Médio São Francisco, já no século XVII, era povoado por paulistas em busca do ouro, escravos fugidos, indígenas e criação de gado. Segundo CUNHA (2002), retirando tais constatações de Taques, “foram numerosas as famílias de São Paulo que, em contínuas migrações, procuraram aqueles rincões longínquos [...] O meio atraía-os e guardava-os” (CUNHA, 2002, p. 260-261). E Donald Pierson coloca que,

outros paulistas se fixaram no Médio São Francisco e, na verdade, as migrações de São Paulo para a área entre Carinhanha e Juazeiro finalmente chegaram a tal ponto que este trecho veio a ser, nas palavras de João Mendes de Almeida (Notas Genealógicas, 1886), uma ‘verdadeira colônia de São Paulo’. Em princípios do século XVIII refere-se que havia arraiais fortificados em Manga, Santa Rita (hoje Carinhanha) e Barra, onde as famílias paulistas amplamente dispersas se reuniam, de vez em quando, vindo de suas fazendas de criação (PIERSON, 1972, p. 280).

Todo esse processo se referia à dinâmica das atividades comerciais que se tornavam mais opulentas a cada momento.

A Barra, na Bahia, tinha no comércio sua principal atividade. Isso era facilitado por sua localização na confluência de dois grandes rios (o rio Grande e o São Francisco), os mais procurados para o escoamento das mercadorias produzidas em diversas áreas. Oriunda da ocupação pecuária do Vale do São Francisco, ela era o principal entreposto comercial que conectava tanto áreas interioranas do atual Tocantins (bacia do Araguaia) e bacia amazônica, quanto às vilas do alto e baixo São Francisco, com as áreas do nordeste setentrional e litoral.

o desenvolvimento da cidade de Barra está diretamente ligado ao avanço pelo Sertão adentro das tropas de comerciantes e fazendeiros de gado que, utilizando-se da imensa potencialidade de navegação do Rio São Francisco, implantaram grande arraiais e fazendas ao longo do Rio. No encontro entre as águas escuras do Rio Grande e as águas barrentas do São Francisco, que, ao não se misturarem, geram um espetáculo natural belíssimo, surgiu o arraial da Barra do Rio Grande do Sul, formado em 1698, por Garcia D’Ávila. Com o desenvolvimento e a intensificação das trocas comerciais entre o Norte e o Sul do país, principalmente após as descobertas das primeiras minas de ouro nas Gerais, a região de Barra foi ganhando importância econômica e política, em grande parte devido a sua posição estratégica no médio São Francisco, passando, a partir disso, a condição de vila em 1752 e a cidade em 1873. O rápido desenvolvimento da cidade de Barra durante este período deu-lhe o título de cidade florescente da Barra do Rio Grande, símbolo ostentado de forma grandiosa até hoje pelas elites locais (GIROTTI, 2005, p. 03).

Apesar de suas origens se vincularem à expansão das grandes fazendas de gado, mais tarde foi também devido à exploração do ouro e diamante, em Minas Gerais e Chapada Diamantina, que sua importância cresceu. O comércio aí se fundamentava no que era produzido a partir de áreas produtoras de mercadorias da região. Segundo José de Sousa Sobrinho, citando a fala de um morador da Barra:

por força desta posição geográfica, a Barra se tornou um entreposto comercial. Porque o comércio era feito todo por base de embarcações. As embarcações traziam mercadorias de outras regiões como Juazeiro, Petrolina, que na época estavam surgindo, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, traziam para Xique-Xique, traziam para Barra e também subiam o rio até Pirapora em Minas Gerais, essas embarcações em Bom Jesus, Ibotirama, Paratinga, Carinhanha, etc. e aqui na Barra se fazia os grandes negócios comerciais. Se traziam as coisas que dependiam da indústria, querosene e sabão, soda que na época se usava muito, etc. que se trazia daqui e da região e de outras regiões, do sul do Piauí e do Leste de Goiás descia para Barra, peles, a maniçoba, que na época era a borracha vegetal, que teve um papel importante na indústria do Brasil no final do século XIX e início do século XX se tornou uma fonte de riqueza, e a famosa cera de carnaúba, era um produto de exportação (SOBRINHO, 2006, p. 65).

A dinâmica posta pela forma mercadoria em desdobramento juntamente com o trabalho, compõe o processo social, ainda que nesse momento apareçam como pressupostos categoriais do capital isolados, estagnados ou imobilizados, só o são em aparência (como parte de um processo em curso) do qual por vezes participam positivamente, mas nunca deixam de participar negativamente, por ser a contradição algo formal do capital. Logo que se impõe por motivos diversos, em outros momentos de aparente opulência na região, os sujeitos sociais retomam as práticas que pareciam ter esquecido. E assim, a civilização *sui generis* mostra-se como a mais geral possível. Portanto, tanto positiva como negativamente, participam, como bem identifica Caio Prado Jr. e Fernando Novais, da *acumulação primitiva* da metrópole, através da forma social da mercadoria e do trabalho.

Para LINS (1983), os grandes proprietários de terras teriam no Médio São Francisco enfrentado também as “agruras do sertão”, principalmente com o deslocamento das atividades econômicas das “Minas” com o ouro, para o “Sul” com o café. O autor aponta para a pobreza dos grandes proprietários, quase igualando à situação do “caatingueiro” ou do “brejeiro”⁷⁴. No entanto, esquece que entre eles existem relações de poder marcadas num monopólio da violência.

As fazendas instaladas nessa dinâmica territorial da *formação regional* impunham as relações de trabalho, ocupação por posses ou arrendamentos, no interior ou no entorno de seus limites: a parceria, o agregamento e o trabalho por dia. Nestas produziam o arroz, feijão, milho, mandioca, e criavam gado, caçavam e efetuavam o extrativismo.

As posses também eram formadas por grupos obrigados a se deslocarem conforme a dinâmica de abertura de novas fazendas, inclusive os ex-escravos que fugiam das fazendas.

Tudo isso tem relação com a forma de ocupação. Conforme LIMA (1991) esse era o “regime latifundiário” dado pelas sesmarias, assim,

o cultivador independente, o lavrador livre é economicamente asfixiado, vê-se, então, o apossamento pelos colonos dos tratos de terreno, deixados entre os limites das grandes propriedades, e assiste-se à migração dos mais audazes, para as paragens distantes dos núcleos de povoamento, em demandas de terras que, de tão remotas, ao senhor de fazendas lhe não valha ainda a pena requerer de sesmaria (LIMA, 1991, 47).

Portanto, seja por fuga ou expulsão, nada garantia a escolha das terras para o estabelecimento dessas posses. Nem sempre, mas geralmente, elas ficavam distantes das

⁷⁴ Entendemos que esse discurso, em verdade, busca chamar à atenção às políticas de desenvolvimento, dado o contexto histórico em que escreve, sugerindo uma retomada da opulência dos produtores e criadores do rio São Francisco.

feiras e com os piores solos, dado pela localização longe dos rios e riachos – no clima semi-árido, significa ficar sujeito a grandes estiagens, o que dificulta a produção agrícola.

A formação dos Brejos da Barra é um momento desse processo onde se nota alguns aspectos característicos: grandes distâncias das feiras, a baixa qualidade do solo (arenoso e com necessidade de muitas correções) e os efeitos da seca e das cheias. Porém, não se pode negar que o cultivo é possível e, por isso, ali se estabeleceram os brejeiros.

A configuração da área que corresponde atualmente aos Brejos era a seguinte até 1822: algumas sesmarias e grandes posses (as fazendas), nas proximidades do rio São Francisco e rio Icatu (seu afluente) e pequenas posses que, reunidas, configuravam alguns Brejos. Estas eram agregadas ou estavam no entorno das grandes posses e sesmarias. Além disso, contiguamente a elas havia sempre uma grande área comum que usavam para criação de gado solto.

Apesar de as áreas ocupadas pelos brejeiros não serem todas diretamente sesmarias ou grandes posses, não significava que, no decorrer das transformações na legislação da terra, essas não seriam cobiçadas como fonte de rendimentos.

Segundo LIMA (1991), com o fim das sesmarias (1822), aumentou o número de posseiros e grandes extensões de terra continuaram a ser apossadas, “cujas divisas os posseiros marcavam de olho nas vertentes, ou onde bem lhes aprazia” (LIMA, 1991, p. 58). Assim, cada posse abrangia fazendas inteiras, não mais se relacionando com a área de cultivo efetivamente utilizada por um lavrador.

O limite jurídico desse apossamento deu-se com a instituição da Lei 601 de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras de 1850 onde foram abertos, em sua regulamentação pelo decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854, prazos para os registros de posses⁷⁵, declaratórios, onde cada posseiro declarava as terras que já havia ocupado, sendo impedido pela Lei de efetuar novas ocupações a não ser pela compra direta. Para Erivaldo Fagundes Neves, o objetivo dessa Lei era “viabilizar a transição do trabalho escravo e restringir os efeitos do costume social fundamentado na formação de patrimônio, sobretudo fundiário, e ampliar as condições de mercadoria da terra, com a fluidez da dinâmica capitalista” (NEVES, 2005, p. 26). Porém, até a regulamentação, e durante os sucessivos prazos para registros, grandes porções de terras foram irregularmente apossadas e declaradas como propriedades.

⁷⁵ Os registros eclesiais são também conhecidos como registros paroquiais ou registro do vigário. Essa forma prevaleceu antes e pouco depois da Lei de Terras de 1850. Veremos adiante seu desdobramento e importância.

Nos *registros eclesiais de Barra* (Freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande), conseguimos alguns dados sobre essa iniciativa que nos permitem perceber o sentido desse processo. As solicitações dos registros das posses nos Brejos foram feitas em 1858 pelos próprios requerentes, ficando uma cópia com a paróquia e outra com o declarante⁷⁶.

Além das fazendas às margens do rio Grande e São Francisco no município de Barra, foram registrados em nome de “influentes moradores” da sede municipal (juízes, sócios comerciais, portadores de patentes da Guarda Nacional, proprietários de terras) grande parte das terras dos Brejos. A maioria dos registros apresentava-se constituído por posses de 9 léguas quadradas (o que em medidas atuais equivaleriam a 32.000 hectares), sendo, portanto, mais do que o previsto pela “Lei de Terras”, que era de três léguas quadradas (o que equivalia a uma sesmaria); outras tinham ainda maior extensão, chegando a 24 léguas quadradas (aproximadamente 64.800 hectares).

Como se pode notar, os pequenos posseiros, que não eram influentes e sim agregados ou posseiros vizinhos às grandes posses e sesmarias, não realizaram esses registros, e suas terras foram envolvidas por essas gigantescas posses, tornando-os todos agregados.

Em anexo apresentamos uma tabela realizada a partir das informações de alguns desses *Registros Eclesiais* de Barra (anexo 7). Eles nos revelam que foram registradas muito mais posses do que havia a possibilidade se comparados à área total dos Brejos, ou seja, ocorreu evidente superposição das grandes posses. Como salienta SILVA (2008) “as superposições, as quais tornaram possíveis as brechas e sobras na análise da propriedade da territorial brasileira, como prática agrário-espacial, permite-se também constituir quando da mobilização da terra a formar os negócios da terra, negócios diferentes numa mesma propriedade, contudo, negócios e mobilizações sobrepostas” (SILVA, 2008, p. 78).

O mapa abaixo apresenta algumas dessas posses em seu tamanho aproximado registrados na época, relativas à área dos Brejos, apenas para percebermos as dimensões comparativas com a área dos povoados brejeiros existentes hoje⁷⁷ (mapa 5).

⁷⁶ Primeiro e segundo prazos de Registros: Freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande em 1858. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa). Arquivos Coloniais. Caixa 4659.

⁷⁷ Para melhor comparação, consultar o mapa 1 dessa dissertação, na p. 7.

Mapa 5 – Registro de posses nos Registros Eclesiais de Barra, 1858.

Como salientamos, no caso das ocupações nos Brejos, o registro serviu mais para o estabelecimento ou manutenção do poder sobre a terra do que para efetiva produção, haja vista que as terras têm o acesso dificultado e não apresentavam, frente a outras áreas, a mesma fertilidade ou bons pastos naturais.

O *poder local*, com o *monopólio da violência* e munido desse poder sobre a terra marcado no *registro*, preparava-se para as “novas” condições que se apresentavam politicamente, como o processo e juridicamente acenava para o fim da escravidão (Lei 581 de 04 de setembro de 1850), e para a regularização fundiária, com a implementação da *Lei de Terra* também de 1850.

Apesar de esses registros serem apenas declaratórios e não demarcatórios, eles serviram, aos que os detinham, para mobilizar algumas famílias que tinham pequenas posses ao pagamento de rendas, prestação de favores (trabalho mesmo), ou mesmo, em caso de disputas quaisquer, a sua expulsão da área.

Os Brejos eram então as áreas de piores terras – no sentido que MARX (2008a) atribui na discussão da *renda da terra* – dada também pelas condições climáticas e distância dos corpos d’água, mas não de maneira natural e sim como parte da dinâmica sócio-econômica de ocupação. Ainda assim, servia de área subsidiária da reprodução dessas fazendas, devido a sua produção de mercadorias, mesmo que não muito expressiva. Os moradores brejeiros produziam cachaça, rapadura e farinha de mandioca para “consumo próprio” e para feiras e mercados públicos do seu raio de conexão como Ibiraba, Xique-Xique, Barra, Buritirama, Altamira, vilarejos de Irecê e Gentio do Ouro.

Para ANDRADE (2005) e AB’SABER (1999) a feição espacial ou paisagística denominada brejo (em geral) é “oásis” ou “celeiros de alimentos” no Sertão, ou seja, em meio a áreas secas e com solos pouco férteis, encontrar-se-iam os brejos como redutos de umidade e fertilidade.

Os brejos são fundamentais para a produção de alimentos no domínio dos sertões, como mostra qualquer apanhado sobre a origem dos produtos comercializados nas feiras locais ou nos agrestes. De certa forma, o vigor e o sucesso das feiras nordestinas são o próprio termômetro da produtividade dessas áreas, cujos solos de mata deram origem à formação dos primeiros celeiros fornecedores de alimentos baratos e de uso tradicional no amplo espaço sertanejo. O transporte a baixo custo, feito no lombo de jegues, aliado à baixa expectativa de lucro dos camponeses brejeiros, garantiu a comercialização com níveis toleráveis de preços para as populações. A carne verde de gado ou de animais de pequeno porte é quase sempre proveniente de todos os sertões, mas o restante do necessário à alimentação do povo sertanejo provém dos pequenos espaços, muito férteis, dos brejos que pontilham os sertões. Dali saem a mandioca e a farinha, o feijão, uma parte do café, um sem-número de frutas, além da rapadura e da aguardente, subprodutos de pequenas plantações de cana-de-açúcar [...] O certo é que as serras úmidas e os brejos funcionam como oásis produtivos em determinadas

situações locais, que pontilham as territorialidades básicas dos sertões secos. (AB'SABER, 1999, p. 20-30)

Apesar de essa constatação ser em parte verdadeira para as áreas brejeiras em geral⁷⁸, cabe ressaltar a particularidade dos Brejos da Barra, principalmente os do eixo São Gonçalo.

Uma primeira observação é o fato de os Brejos da Barra (em sua maioria) serem constituídos por veredas de buritis no entremeio de áreas dunares (de areia), sendo seus solos não muito férteis. Para BARRETO et al. (1999),

as areias deste campo de dunas seriam provenientes do Rio São Francisco e da Serra do Estreito que, como barreira topográfica, limitou a expansão do campo para W. No fim do último estágio glacial, do hemisfério norte, teria ocorrido uma umidificação do clima, propiciando a modificação da drenagem endorreica para exorreica. Deste modo, as dunas teriam sido colonizadas pela vegetação, ficando estabilizadas, porém dotadas de equilíbrio muito frágil (BARRETO et. al., 1999, p. 203).

E VELLOSO *et al.*, 2002,

As dunas são formadas por extensos depósitos eólicos, podendo ultrapassar 100 m de altura. Os solos são arenosos e profundos, de areias quartzosas, com fertilidade muito baixa. Existem elevações residuais de solos litólicos e afloramentos de rocha. Nas depressões interdunares existem veredas com características hídricas mais favoráveis. Os únicos recursos hídricos provêm das escassas chuvas e dos riachos efêmeros que nascem na região. A altitude varia de 450-500 m na área das dunas propriamente ditas, e de 150-700 m no resto da ecorregião (VELLOSO et al., 2002, p. 28).

Portanto, dessas características, sem discutir os pormenores das afirmações, cabe salientar o fato de os brejeiros (da Barra), em sua reprodução, terem acesso a solos e áreas de difícil produção agrícola. Isso gerou sempre uma demanda maior de “trabalho” do trato do solo, se comparada às áreas ribeirinhas do São Francisco e Grande, onde se situam as fazendas de gado e povoados de beiradeiros, ribeirinhos e vazanteiros – retirada da mata, adubação, molhação – sendo necessária ao brejeiro a “produção do solo”. Esse processo,

⁷⁸ No mesmo estudo referido, AB'SABER (1999) retoma o conceito de brejo, onde afirma ser o brejo ou área abrejada uma definição que vem do conhecimento popular do sertanejo e que designa em geral, as áreas mais úmidas nos entremeios de áreas mais secas. Mas com peculiaridades: “Propus em 1955 (Garanhuns, PE) a primeira tipologia de sítios de brejos para o Nordeste seco, que destacava: brejos de cimeira ou de altitude (Triunfo, Garanhuns e Serra Negra, PE); brejos de encostas ou vertentes de serras ou maciços antigos (sudeste da Borborema, AL e PE; Baturité oriental, CE); brejos de *piemonte* ou de pé-de-serra (Frecheirinha, CE; Alagoa Grande, PB; Buíque, PE; Oliveira dos Brejinhos, BA); brejos de vales úmidos ou de ribeiras (vales úmidos do Rio Grande do Norte e do Ceará; Ribeira do Pombal, BA); brejos de olhos d'água, em situação coalescente (Cariris Novos e Baturité oriental, CE; Borborema oriental, entre Areia e Alagoa Grande, PB)” (AB'SABER, 1999; p. 17). Dentre esses tipos de brejos, o que mais se aproximaria em termos de sua feição morfológica, seria o brejo de vales úmidos ou de ribeiras. No entanto, por ser os Brejos da Barra constituídos em solos extremamente arenosos, entre vales de dunas de areias, que o próprio autor em outro trabalho (AB'SABER, 2006) identifica como paleodunas de Xique-Xique, acreditamos que os brejos de Barra são formações de brejo particulares.

muito antigo segundo Joaquim (do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo) foi necessário ao Brejo, para que fosse possível realizar a agricultura.

Joaquim: – Cê sabe esse coro [couro de boi] aí, foi carregada esta terra daqui, ó... molhado agente bota ela lá. Cê não viu aquela água lá? Aí agente vai botando entuio, bagaço de cana, pati, quando tá embrejado aí nós carrega...

SOBRINHO: – O que é pati?

J: – Pati é desse pé de buriti aí, ó. É desse pé de buriti. Aí nós vai calocano ali, onde tá aquela lagoa, nós vai calocano um pau, um garrancho de pau, uma palha de coco e botano a terra pro cima...

SOBRINHO: – Quer dizer que isso aqui era tudo um brejão? Aí vocês foram carregando a areia...

J: – Era... não, quando eu já plantei meu pai já tinha feito mais da metade, né? Meu pai morou, que chegou aqui o jeito aqui era mata. Mata de luitá mermo, com muito buriti, pau, né não? Quando eu cheguei aqui já tava feito os terreno, né não? Aí foi... veio o imbrejo traveiz, tornou imbrejá. Choveu muito...foi. E hoje tá no jeitim de prantá. Graças a Deus, aí tá no jeitim de prantá (grifos nossos).⁷⁹

Ao mesmo tempo em que esta fala reflete um momento particular, talvez só ocorrido nos Brejos da Cabeceira do São Gonçalo e outros do eixo São Gonçalo (onde pudemos evidenciar essa prática), não se pode descartá-la do processo geral.

Pelas características gerais da ocupação de fazendas – nas áreas férteis próximas aos rios com os criatórios de gado e seus agregados – o que restou para o contingente populacional nessa dinâmica de mobilidade territorial do trabalho foram as tais formações dunares, onde estes Brejos⁸⁰ se formaram. Ou seja, mesmo em áreas onde a reprodução pela atividade agropecuária e extrativista, comparadas com outras, era mais dificultada (solos fracos, longas distâncias do mercado, entre outros).

SOBRINHO (2006) discorda dessa afirmação, percebendo os Brejos da Barra como um *oásis* de fertilidade. Sua contestação, dentro de seus termos é pertinente, devido ao sentido que dá à produção agrícola e criação. Para ele, são práticas positivas, de reprodução da vida, de um *modo de vida camponês brejeiro*. Entende este subordinado ao capitalismo, mas com potencial resistência a ele, pelo fato de sua produção ser realizada com trabalho familiar, em sua maioria para o próprio consumo. O trabalho aí é entendido em sua dimensão concreta, (separada da abstrata) constituindo uma totalidade possível.

Para nós, essa assertiva apesar de bastante importante por revelar a materialidade da relação, deixa de problematizar seu caráter abstrato (apenas relegado às relações que estariam

⁷⁹ Essa entrevista no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA), foi realizada em julho de 2005 por José de Sousa Sobrinho e Erick Kluck. Caderno de campo 1.

⁸⁰ Falar que as áreas de brejo, ou seja, áreas úmidas do semi-árido, não são de todo propícias à agricultura é quase um devaneio. Porém, o que buscamos com essa afirmação é destacar que no caso particular dos Brejos da Barra, os solos são extremamente arenosos, por se tratar de uma formação de dunas, dificultando tanto o acesso aos mercados, como a própria agricultura, apesar dessa ser opulente, e a busca do mercado ser efetivada. Ver sobre a geomorfologia e hidrografia dessa área os estudos já citados de AB'SABER (2006); BARRETO et al. (1999).

“fora” dessa dimensão do modo de vida). Assim, deixa de criticar o capital como relação, ficando com sua crítica à distribuição dos resultados do capital.

Portanto, ao contrário de SOBRINHO (2006), percebemos nos Brejos uma reprodução na qual o trabalho concreto é já uma abstração, porque é uma forma categorial dos momentos do capital, que não se desvincula de outras como a forma mercadoria, dinheiro, entre outras.

Desse modo, a fraqueza⁸¹ ou fertilidade do Brejo e do trabalho brejeiro não podem ser atribuídas somente ao que nele se produz, mas sim ao fato de essa produção – ainda que apareça só como produção para “consumo próprio” – ser já produção social⁸². Nem pode ser atribuído somente em relação a sua potencialidade físico-química, mas às condições materiais da produção e essas com relação ao capital social total, na comparação dos preços que alcançam seus produtos, e a reprodução possibilitada a partir disso.

Essa relação é importante ao se analisar o caráter ressaltado pelos próprios brejeiros sobre as “suas fraquezas”. Vimos o quanto modificam o Brejo para que esse seja minimamente produtivo – com o aterro das margens embrejadas e sua adubação. Além disso, existem as longas distâncias e dificuldades de acesso às feiras e mercados públicos.

Os Brejos da Barra são assim constituídos, em meio a mobilidade territorial do trabalho e da apropriação da terra por grandes fazendeiros, ambas como imbricação da generalização e desdobramento categorial do capital.

Portanto, ainda que as posses de grandes extensões tenham sido declaradas nos registros eclesiais como propriedades por grandes fazendeiros, nem todas foram efetivamente ocupadas por eles, e sim por pequenos posseiros, agregados ou não, permanecendo nessas áreas até hoje. Toda essa área, seja ela fazenda declarada ou pequena posse, pelo seu uso e pela sua não demarcação constitui hoje posses em *terras devolutas*.

⁸¹ O caráter de “fraqueza” do Brejo, empiricamente identificado, não seria por isso um “equilíbrio precário” tornado “desequilibrado” pela relação desse “modo de vida” (caipira paulista) com o contato com as “modernas técnicas de civilização urbana” (CANDIDO, 2001). A fraqueza do Brejo é a expressão da relação como um todo, que se alterna entre momentos de aparente, aí sim, “equilíbrio precário” e outros de aparente “desequilíbrio”, ambos não menos negativos do que outros, ou seja, ambos como a reprodução crítica do brejeiro.

⁸² Além dos nossos trabalhos de campo e outras referências mais recentes, como os estudos de GIROTTI (2005) e SOBRINHO (2006), HALFELD (s/d) no fim do século XVIII, afirmava que: “Do que posso colligir das observações feitas e das informações obtidas, induz-me a julgar que a agricultura naquella municipalidade é ainda atrasada, e em escala mui diminuta, e não chega ao que necessita o commercio; ocupando-se todavia seus habitantes somente com a plantação de mandioca, canna, de algum arroz, feijão, pouco milho, e minera-se o sal de terras salíferas, não ha salgema, que não existem nessas paragens do Rio de S. Francisco” (HALFELD, s/d, p. 89-90). Essa atribuição de atraso diverge de nossa perspectiva. E, não é o fato de ser fraco que remete diretamente à parca comercialização. Ainda assim, esta descrição evidencia um aspecto empírico interessante daquele momento: a opulência comercial de Barra, que o próprio autor reconhece em outra passagem, parece se contrastar para ele com essa situação de parca produção para o mercado, a partir dos Brejos. No entanto, o que ele chama de “necessário” num contexto de desdobramento da forma mercadoria, não significa que os Brejos eram isolados ou constituíam um modo de vida à parte.

Portanto, mesmo as terras dos *registros eclesiais* do agora município de Barra (onde hoje se situam os Brejos) que no início foram declaradas (em virtude do interesse em “guardar” a terra como reserva de valor e poder) ainda hoje não foram demarcadas, ou seja, não se finalizou sua legalização completa. O último prazo para isso foi o ano de 1946, e depois disso, pelos termos do artigo 12, decreto 13.986 de 1946, todos os registros se tornaram caducos.

Conforme KRUSCHEUWSKY (1968), a constituição de 1967, entre outros aspectos definiu que “todo o território nacional pertence originalmente ao Poder Público. E toda propriedade particular, em consequência, é dele derivada, operando-se pelos meios hábeis de transmissão prescritos em lei; assim deve ser provada, incumbindo o ônus da prova a quem alegue ser dono” (KRUSCHEUWSKY, 1968, p. 29).

Isso corrobora com o que nos foi afirmado pela titular do *Cartório Ofício do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Barra*, Maria Heridan Azevedo Lemos, sobre os Brejos da Barra. Trata-se de *terras devolutas*, constando que são apenas de pequenos posseiros⁸³. Isso ocorreu com 60% das terras do estado da Bahia, especialmente as da margem esquerda do rio São Francisco: “São assim, destituídas de valor as escrituras e os registros de posse antigos em que os cessionários fundaram o seu pretensão domínio das terras arroladas” (KRUSCHEUWSKY, 1968, p. 42).

Por fim, hoje nos Brejos encontram-se um grande número de posseiros nessas áreas, que não tem assim a propriedade legalizada da terra. Suas posses possuem entre 1,5 a 4 hectares.

Daí a seguinte complexidade referente à propriedade da terra nos brejos, onde se tem a seguinte configuração de amplitude da área ocupada:

- a) Grandes posseiros que têm terras registradas apenas nos Registros Eclesiais, mas não atualizadas, passando em 1946 à condição de terras devolutas;
- b) Pequenos posseiros brejeiros que realmente efetivam a ocupação com benfeitorias, criação, e atividades agrícolas em posses de 1,5 a 4 hectares, na área de posses maiores registradas nesses Registros Eclesiais;
- c) Pequenos Posseiros brejeiros que não estão em áreas de terras registradas nos Registros Eclesiais;

⁸³ Esta afirmação foi realizada em 2010, na sede do Cartório. Caderno de Campo 7.

d) Pequenos Posseiros brejeiros em terras cadastradas por particulares no INCRA, mas que não foram desapropriados. Alguns desses pagam ainda hoje renda em produto ou trabalho, como favor aos proprietários;

e) Pequenos proprietários que legalizaram as posses no Brejo junto ao INCRA;

Cada família, independente da condição destacada, compartilha áreas de terras devolutas, denominadas terras de uso comum (ou terras soltas). Registradas ou não, trata-se de uma forma de uso e ocupação que, apesar das mudanças qualitativas da modernização desde a colonização, permanece ainda hoje⁸⁴.

Essas componentes colocadas como processo de formação, conformam os aspectos importantes para o entendimento da própria formação dos Brejos da Barra como parte do processo que impôs o trabalho e a generalização da *forma mercadoria*. Salientamos ainda que, nessa formação, talvez esteja parte da resposta sobre a reprodução dos brejeiros destacada hoje por eles como uma “fraqueza dos Brejos”. Essa questão será mais abordada adiante com outras três: a da *subsistência*, a das transformações nas relações de trabalho e a da migração.

1.2 A REPRODUÇÃO DESSE MOMENTO

Portanto, na Bahia, primeiramente se constitui uma ocupação litorânea, onde logo se destacou a produção de açúcar. A expansão do gado, formação das vilas interioranas com suas particulares formas de produção e reprodução (que inclui mediações culturais e sociais), contribuiu para generalização e o desdobramento contraditório da produção de mercadorias. Esse caráter contraditório da formação territorial colocou-se em curso concomitantemente à colonização moderna.

Ao estudar esse aspecto, Fernando Novais, a partir de Marx, entendeu que a produção na colônia ao se desenrolar necessariamente como um *exclusivo colonial* colocou para a metrópole, negativamente, a realidade da acumulação. Isso fica mais evidente quando se retoma seu argumento de uma *Acumulação Primitiva* na metrópole (NOVAIS, 1979).

A acumulação na metrópole, por sua vez, em sua generalização e diferenciação em relação à colônia, determina as regras e decretos, impulsionando e sendo impulsionada por tal generalização. Esse processo não se desdobra de maneira positiva e progressista, mas é contraditória e crítica, materializando (ora constituindo, ora desfazendo) seu particular movimento de ocupação-generalização ou, mais precisamente, a territorialização da forma

⁸⁴ Vimos no primeiro capítulo as ações da CPT no sentido de garantir ao brejeiro o cadastramento da terra de uso comum, primeiro como fundo de pasto e depois com a iniciativa de constituir uma Reserva Extrativista.

regional do capital. Assim, no decorrer desse processo, as regiões vão se constituindo como forma *não simultânea* da relação capital total em formação.

Como se viu, naquele contexto originou-se um mercado não oficial de terras, no qual elas eram vendidas e compradas ou arrendadas. Os Brejos da Barra surgem num duplo processo: como lugar buscado para reprodução das relações de produção agrícolas, ao mesmo tempo em que era o único lugar daquela área de ocupação para onde iam aqueles que não tiveram outra opção: mobilizados pela cerca e pela seca, ou seja, sua força de trabalho é posta negativamente em mobilidade pela produção de mercadorias.

Os grandes posseiros se diferenciam dos pequenos principalmente pela sua capacidade de *monopolizar a violência* – garantindo as melhores terras e comando sobre o trabalho (ainda que mascarado como renda em produto).

Quem não era agregado ou parceiro, e estava no “caminho” de tal expansão foi retirado, alojando-se cada vez mais em áreas como as dos Brejos (no caso da Barra). Ou seja, a formação regional colocava negativamente a existência do Brejo como particularidade da modernização. Tal particularidade, presente também em outras regiões da modernização, tanto positiva como negativamente, constitui a reprodução particular das relações sociais de produção neste momento.

Para autores como Celso Furtado, José de Souza Martins e Francisco de Oliveira (apesar de suas diferenças), isso constitui uma economia *não-capitalista*, neste caso, *economia de subsistência*, necessária ao desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista.

Para nos aproximarmos mais dessa questão, apresentaremos como entendemos a reprodução da *região* dos Brejos da Barra relacionando-a com a dinâmica de outras regiões e como isso foi entendido por esses autores, na tentativa de um diálogo crítico.

Ao tratar de sua formação, alguns aspectos implícitos dessa reprodução foram destacados. Entre eles, a produção de mercadorias, como “sentido da colonização” (PRADO JR., 2002). Isso se relacionou a territorialização através da formação das fazendas, com seus escravos e agregados – posseiros internos ou limítrofes – ou seja, as relações de trabalho em formação em desdobramento.

Na região dos Brejos da Barra o que vincula o grande proprietário da terra (que pode ser também comerciante, juiz, etc.) e o posseiro (parceiro ou agregado) é, aparentemente, a terra. E o que os vinculam a outras regiões e à metrópole é a mercadoria. Porém, se quisermos negatizar toda a relação à inflexão é o que une isso tudo: o trabalho.

As fazendas ou sesmarias arrendadas pela *Casa da Torre* (anexo 6) colocavam a generalização da forma mercadoria e do trabalho como parte de sua reprodução. Isso porque nesse sistema, mesmo tendo a criação de gado como central, ocorriam formas de produção acessórias (subsidiárias) dentro ou fora delas, marcadas por trabalhos particulares, como a parceria e o trabalho por dia, a quarteação (no caso do vaqueiro sertanejo).

O agregamento permitia a reprodução da fazenda sem custo ao fazendeiro, pois este recebia, na forma de renda em produto ou trabalho, um pagamento feito pelo agregado pelo uso da terra. A parceria, realizada com o fazendeiro por posseiros externos à fazenda, também deixa como renda o produto. O pagamento por dia, nas fazendas de gado eram bem mais raros que nas fazendas de cana-de-açúcar. Já a quarteação era a forma de pagamento mais comum, segundo a qual o vaqueiro recebia um bezerro a cada quatro que nasciam, podendo constituir um rebanho próprio, que poderia criar nas “terras soltas” da caatinga (terras de pouco interesse ou sobrantes da fazenda, dentro ou fora das imediações da fazenda).

Todas essas formas de trabalho e seus rendimentos caracterizavam a particular forma do trabalho na região. Não eram formas tipicamente assalariadas, mas pressupunham a existência da objetivação do valor dada à cisão entre as esferas de relação: proprietário da terra e do *monopólio da violência* e o proprietário da força de trabalho ainda que com acesso aos meios de produção.

Os vínculos estabelecidos entre essas relações e as relações na cana-de-açúcar e as com a metrópole ocorreram pelo trabalho produtor de mercadoria, no caso, gado vivo, carne e couro, e as outras relativas ao *catado*. As formas descritas que subsidiam a criação de gado, como a produção de mandioca, milho, feijão entre outros, e permitem sua existência, se mantém as trocas com as áreas produtoras da cana-de-açúcar.

Já num período onde as oscilações entre crise e opulência na cana e na pecuária são mais frequentes, pelos idos do final século XIX e início do XX, nos momentos de crise ocorre que essas áreas diminuem e se fecham um pouco mais, permitindo apenas um comércio mais localizado e um aparente crescimento da *subsistência*. Esse aparente crescimento da *subsistência* ocorre, conforme FURTADO (1991), porque, entre outros elementos, a terra aparece ainda como fator abundante.

Pelo fato de não ser disponível a todos, já que fora concentrada pelo sistema de sesmarias, não é só a subsistência que existe, pois “não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça” (FURTADO, 1991, p. 120). Portanto, para ele há a *subsistência* e “misto” (trabalho por dia ou por empreitada) como um

fator importante para o proprietário de terras que tinha essa mão-de-obra a seu dispor e, assim, poder político e econômico.

No entanto, a mão-de-obra aí latente e não utilizada para fins produtivos nos momentos de crise significava, ainda segundo Furtado, o atraso, próprio da relação mantida por esse *poder local*.

OLIVEIRA (1977) e FURTADO (1991) comentam sobre a dinâmica em que o agregado é solicitado, como foreiro (pessoa que paga renda para permanecer na fazenda), ou expulso da terra e dos serviços. Se o preço da cana está em “alta” no mercado, a fazenda aumenta a produção extensiva, transformando a maior parte das terras em canaviais, e o trabalho do agregado (morador) é solicitado. Mas ao mesmo tempo, por isso, este deve deixar de morar na fazenda ou pagar um foro (renda) mais alto para permanecer com sua posse nesta fazenda. A condição de *subsistência*, ou seja, produção de alimentos para “próprio consumo” deixa de ser central nesse momento, pela diminuição ou supressão do espaço para sua roça (do foreiro) e este passa a receber em dinheiro pela atividade de plantio e colheita da cana, que realiza para o fazendeiro. Também, quando consegue se manter na posse fora dos limites da fazenda, recebe pela venda de seu produto, a cana, plantada nessas áreas, de onde consegue obter os rendimentos de sua reprodução.

Por outro lado, em caso de “baixa” nos preços da cana, este agregado volta para a fazenda e efetiva a plantação de cana, junto com produtos para a subsistência sua e da fazenda, pagando ao fazendeiro o arrendamento.

O posseiro (vizinho) nos momentos de alta da cana procura se aproximar mais das fazendas, oferecendo serviços. Nos momentos de baixa, recolhe-se e aumenta sua produção para “consumo próprio” de alimentos.

Tanto o agregado como o posseiro são por essas características, considerados por OLIVEIRA (1977) como “proletário semi-camponês”, afirmando que “somente encontra saída para defender-se do rebaixamento constante do seu nível de vida, na tentativa de aumento de suas ‘culturas de subsistência’” (OLIVEIRA, 1977, p. 80).

Essas formas aparentemente alternadas representavam ao mesmo tempo um “fundo de acumulação” dos proprietários de terra. Oliveira aborda esse fenômeno como um sistema “algodoeiro-pecuário” e “açucareiro-têxtil”, no qual o primeiro fornece força de trabalho temporária, entressafras, ao açucareiro; depois, este segundo, recriará, na propriedade ou ao lado dessas, o “seu” próprio trabalhador, que busca a *subsistência* em momentos de entressafra.

Incentiva-se esse sistema por ser mais flexível, diminuindo as perdas para o proprietário e, além disso, como não se assalaria “corretamente”, estimula a subsistência, diminuindo o investimento no desenvolvimento das forças produtivas (já que garante uma mão-de-obra constante), mas podendo ampliar a fazenda, realizando uma exploração extensiva ao invés de intensiva. Isso, para FURTADO (1991) era considerado atraso.

Toda essa gama de relações que aparecem como desconexas e como independentes, ou ainda como um modo de produção *não capitalista*, revela-se negativamente parte da reprodução geral do capital. O que aparece positivamente como uma condição ímpar do lavrador de a todo o momento de crise deslocar suas forças produtivas para ao menos efetivar a sua *subsistência*, torna-se às vezes impedida, justamente por ser a dinâmica da produção dominante, no caso a cana, a norteadora da apropriação e uso da terra. Assim, mesmo que quisesse num momento de alta de preço da cana não disponibilizar sua força de trabalho para o fim da produção da mesma, mas continuar realizando sua subsistência, seria forçado pelo *monopólio da violência* instituído na relação de poder sobre a terra e o trabalho, pelo proprietário da terra. Isso que aparece como estratégia do lavrador, na verdade é uma imposição da relação. E, de forma mais abrangente, mesmo que “viver só da *subsistência*” pareça ser algo isolado, positiva e negativamente ela é momento do mercado.

Para Celso Furtado, falando dos altos e baixos do açúcar e de sua relação com a pecuária no interior nordestino, descreve que “se a procura de gado na região litorânea não estava aumentando num ritmo adequado, o crescimento do sistema pecuário se fazia através do aumento relativo ao setor de subsistência” (FURTADO, 1991, p. 63).

Isso tem coerência com o processo de formação das áreas comerciais no Vale do São Francisco, ou seja, sua ativação nesses momentos de “crise” e também com a economia do *catado* já existente. Chama-se a atenção, no entanto, para um conceito: *involução econômica*, caracterizado pela migração do litoral canavieiro para o interior pecuário, nos momento de crise do primeiro e que gerava pelas condições de reprodução abaladas por tal crise, numa inflexão para a “subsistência”. Conforme este autor, “dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir” (FURTADO, 1991, p. 64).

A decadência e diminuição do capital (que para ele se refere ao investimento lucrativo de dinheiro e não só relação social) favorecem o surgimento da *subsistência*.

Esse aspecto fora ressaltado como central para os autores na identificação dessas relações como atraso ou “captura do Estado pelo *poder local*”, sendo importante para o

reconhecimento de algumas das contradições da modernização. No caso de FURTADO (1991), o Estado deveria atuar permitindo que essa mão-de-obra ou força de trabalho não ficasse sob este poder, mas que pudesse ser utilizada ou mobilizada ao trabalho em frentes de trabalho ou projetos governamentais de desenvolvimento regional, retirando-os do atraso.

Porém, o desenvolvimento em contraposição ao atraso não revela a superação, apenas a aceleração da dinâmica pela qual o trabalhador passa da condição de sujeito do coronel, para a de sujeito do “próprio trabalho” e do dinheiro, mesmo parecendo ser totalmente livre.

Ao entender as relações desse trabalhador como relações *não capitalistas*, em que o produto do trabalho estava sempre subordinado a uma lógica capitalista, apropriada pelo proprietário da terra e comerciante, não se colocava em questão algo que é central à crítica da modernização: a subsistência, ao invés de representar a opulência do lavrador e atraso da modernização, é a própria modernização negativamente posta na reprodução crítica desse lavrador, que não se separa da relação total do capital⁸⁵.

O trabalho sem mercado nacional do trabalho só ganha sentido pela sua formação. Falar de *subsistência* como um aspecto total pode levar ao erro de querer encontrar uma totalidade num processo que se move pela colocação e destituição da totalidade.

Para esse trabalhador, se o seu produto não encontra preço que pague os custos de produção, ou se seu rendimento não encontra produto nos preços que possa pagar, sua saída é “subsistir” e/ou migrar. Não só como complemento necessário, que positiva a relação com a terra, mas como necessidade crítica de uma relação mais total que o coloca como produtor de sua própria miséria em condições às vezes de extrema dificuldade, entre elas: distância de mercados; de corpos d’água; sob clima seco; solos pouco férteis. Por fim, mesmo a venda do excedente, se podemos assim entender a produção para a venda, pode não ser constituída apenas de excedente, mas de produtos necessários que são colocados no mercado mesmo com risco de não serem comercializados; ou ainda, produtos armazenados que esperam os preços aumentarem ou que não são mais produzidos e sim só comprados.

Assim, revela-se o deslocamento em busca de produtos que não são possíveis de produzir na agricultura (ou são de “onerosa” produção comparada a produtos semelhantes industriais); ou trabalhar por dia, porque a reprodução de famílias grandes não é possível em pouco solo; entre outras.

⁸⁵ Essa aparente “involução econômica” é um caráter crítico do próprio processo em desdobramento e não a falta dele. Torna-se evidente que sua crise instigava a formulação de outras formas de relação, mas não foi tão radical. O máximo que alcançou foi uma aparente superação, permanecendo em seus próprios termos, apenas ganhando um fôlego a mais para seu desdobramento, ou se autonomizando o Estado.

Todo esse conjunto de relações apresentado refere-se a um momento abrangente que podemos, com TOLEDO (2008), denominar de *momento regional*. Suas características são implícitas e explicitamente a indistinção entre o *poder local* e o Estado dado pelo *monopólio da violência* e poder sobre o trabalho e sobre a terra; generalização da forma mercadoria; relações de trabalho particulares, como as dadas pela *parceria* e *ajuda mútua*.

Isso configurou até o fim da República Velha (ou um pouco depois) uma particularidade em que o trabalho, em desdobramento, se formava na região pelas relações com o proprietário de terra – que era ao mesmo tempo o comerciante, o juiz, o que tinha a patente da *Guarda Nacional*, exercendo um papel de polícia – pautadas pela opressão dos “favores” ou da força, travestida como *compadrio*.

2. UMA TRANSFORMAÇÃO QUALITATIVA

Ao se apresentar com essa conformação no que tange as formas materiais, essas regiões encontram-se, como particularidades se referindo à forma de ser do capital. Nas diversas leituras⁸⁶ sobre esse processo, quase sempre se evidencia a forma fenomênica dessas formações como atrasadas, do ponto de vista das áreas onde a concentração de capital, mesmo negativamente, permitiu a autonomização entre trabalho e capital (dados pela separação entre o trabalhador e meios de produção). De fato, a aparência de atraso remete-se também ao fato de as atividades de produção não serem visivelmente assalariadas. Esse observável conjunto sócio-econômico leva muitos estudiosos e políticos a supor a existência de “tipos humanos” ou grupos sociais, caracterizados por essas formas particulares de se relacionar, como *camponeses*⁸⁷.

A modernização em seu *momento regional* era assim marcada principalmente pela generalização da forma mercadoria e do trabalho. Logo, a contradição exige mudanças nos processos revelando as nuances que, em conjunto, qualificarão a modernização. A contradição neste caso era a do desenvolvimento geral das forças produtivas e a generalização dos nexos sociais de relação (mercadoria, trabalho, dinheiro) que não permitiam mais a reprodução do *poder local* sem que esse recorresse a outras esferas autonomizadas, como o Estado. Isso é processual e evidentemente contraditório.

⁸⁶ Por exemplo: LINS (1983); ANDRADE (2005); FREITAS (1999); CUNHA (2002); SAMPAIO (2002); PIERSON (1972), entre outros.

⁸⁷ Desse conjunto de autores que podemos associar como estudiosos do campesinato, destacamos: José de Souza Martins; Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Marta Inês de Medeiros Marques; José de Sousa Sobrinho; Margarida Maria Moura.

É nesse contexto que a reprodução das relações sociais de produção, coronelistas e fundamentadas como se fosse o Estado, revelam-se o que sempre foram como particularidade da totalidade, ou seja, formação dos pressupostos do capital. A produção cada vez mais acentuada de mercadorias exigia mais modais de transporte e rapidez no escoamento para acompanhar a ampliação dos mercados consumidores. Junto com essa demanda, havia três outras, constituindo a passagem ou desdobramento entre o *poder local* e o Estado: a demarcação de terras públicas; a implementação de políticas de capacitação técnica agrícola; e as políticas de colonização agrícola. Mas, como essas mudanças são processuais, não se consegue definir com exatidão a ruptura, a não ser como momento, que no caso em questão, poderíamos situar entre os anos de 1909 e 1959⁸⁸.

O desenvolvimento, clamado por “quase todos” e não só por coronéis, aparecia como demanda necessária para o “progresso”, desde que para isso os mesmos não deixassem sua posição de poder, através de atuações apenas pontuais do Governo do Estado.

É também nesse contexto que muitos estudos foram estimulados e fomentados, inclusive com a formação de comitativas de engenheiros nacionais e estrangeiros⁸⁹ com o intuito de verificar *in loco*, as possíveis causas da aparente decadência da agricultura e da pecuária, para uma intervenção direta e financiada (em geral pelo Estado).

Como resultado, tais estudos encontram o que já buscavam, ou seja, evidenciar a tal chamada “falta de modernização”: males da seca; falta de um sistema viário adequado; falta de estímulo ao comércio e à indústria; baixo aproveitamento das riquezas naturais, opressão do coronel, falta de “racionalização” da agricultura e terra, entre outros. Todo esse conjunto que aparece como “falta de modernização”, violência, ingerências, é em verdade um desdobramento até então da própria modernização.

Desse processo ressaltaremos alguns aspectos que ajudam a caracterizar mesmo que superficialmente, a transição processual entre o *momento regional* e outro momento da

⁸⁸ Esse longo período engloba desde a fundação da Inspeção Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) em 1909, até a fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959. Concordamos que as relevantes mudanças políticas e econômicas, de âmbito nacional, a partir dos anos 1930, modificaram significativamente a reprodução das relações sociais de produção do país, como bem destacam OLIVEIRA (1977); FAORO, (2000); TOLEDO (2008); BOECHAT (2009); LEITE (2010), entre outros. Ainda assim, para o caso estudado, entendemos que as políticas se modificaram de maneira também processual, um pouco antes e posteriormente, configurando esse longo período.

⁸⁹ Há uma vasta gama de estudos e relatórios técnicos sobre o Médio São Francisco. Dentre eles destacamos os de ROCHA (1983); MIRANDA (1941); SAMPAIO (2002); COSTA LEITE (1953). Além de outros realizados anteriormente como referência: HALFELD (s.d.); ROBERTS (1860); BORGES (1901), entre outros.

modernização onde os seus paradigmas, dados pelos pressupostos em formação da relação capital em ampliação, ganham um impulso estatal⁹⁰.

A realidade concreta é dividida a seguir apenas para facilitar a interpretação: a) tensões sobre a formação de um mercado de terras; b) contradições do modal de transportes; c) a mobilização do trabalho pela colonização e imigração.

a) *Tensões sobre a formação de um mercado de terras*

Na parte anterior, da formação dos Brejos, evidenciamos alguns aspectos relacionados à questão da terra com suas contradições. Passaremos agora a um momento que entendemos ser transitório entre aquela situação e a formação do mercado de terras, em que o Estado se desdobra e assume a tarefa de mediar a relação de propriedade da terra e, com isso, a Renda da Terra.

Desde a *Lei de Terras* (1850), ou antes, com o fim do sistema de sesmarias (1822) já mencionado, pode-se dizer que o Estado inicia as providências de modernização relacionadas à constituição do mercado nacional da terra. Inicialmente torna ilegal o apossamento de terras públicas, sendo estas todas as que não foram declaradas e demarcadas pelo particular que são áreas de interesse nacional, como fronteiras e costeiras. Segundo KRUSCHEWSKY (1968) isso não inviabilizou totalmente práticas fraudulentas, principalmente de apossamento de imensas áreas e venda a terceiros. Mas, por esse mesmo motivo, torna-se mais evidente o quanto o Estado começa a se colocar como dotado de ação prática na tentativa de limitar a espoliação do bem público pelo particular, como contradição interna que se externaliza, autonomizando um em relação ao outro. Vejamos a seguir outros momentos na Bahia em que isso configura um processo cada vez mais evidente.

Em 1930, num relatório encaminhado à Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria, Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, o relator Engenheiro Arthur de Sá Menezes afirma existir uma situação delicada entre o governo do estado e os proprietários de terras (coronéis), relativa às dívidas destes últimos, acarretando dificuldades na atuação do seu departamento de Terras. Assim, na tentativa de buscar meios para cobrá-las, apela à legislação:

enviei a essa secretaria o officio nº 1016 de 22 de dezembro do anno passado (29), propondo fundamentalmente a revogação do decreto nº 5812 de 30 de agosto de 1928 e o restabelecimento dos preços antigos do decreto nº 19 de 3 de agosto de

⁹⁰ Os dados e as análises relacionam-se às solicitações ao Governo e ações estatais no momento. Esta parte do estudo se baseou nos relatórios e documentos da Secretaria de Agricultura, Comércio, Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, entre os anos de 1910 e 1950 entre outras fontes pesquisadas no Arquivo Público do Estado da Bahia e no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

1897 para todos os processos julgados e a serem julgados, abolidas todas as multas, a fim de animar e incitar os ocupantes de terras ou mesmo os que não forem a adquirirem lotes onde possam dedicar-se ao trabalho rural, de que resultarão, por certo, vantagens para o Estado⁹¹.

Isso se consolidou pelo decreto nº 7162 de 30 de dezembro de 1930, mas que não revelou reais melhorias na arrecadação. No relatório anterior, de 1920, já se lograva a necessidade de uma postura diferenciada por parte do governo do estado, no sentido de ele próprio demarcar as terras (e não o Governo Federal). Para tanto, competiria a esse Estado também valorizá-las, atraindo o interesse dos particulares: “uma das preocupações dos nossos dirigentes deve ser, sem dúvida, a valorização das terras do Estado, não só pelo interesse directo e immediato que tal valorização advirá, como, principalmente, pelos effeitos indirectos decorrentes para a economia do Estado”⁹².

Tais ações seriam:

- o estabelecimento de campos de experimentação e demonstração;
- a vulgarização do exame das terras;
- o estudo de tarifas de transporte;
- a execução de obras contra seca;
- a introdução de imigrantes;
- a conjugação de estradas de rodagem, vias fluviais e férreas, num “plano inteligente”.

Outra questão que o relatório indica se refere à necessidade da demarcação de faixas de terras de maneira racionalizada, contrapondo-se ao que sugere ser uma ação negativa dos posseiros (grandes ou pequenos): “os posseiros estabelecem suas posses onde querem e onde mais lhes convém (...) derrubam, aproveitam as margens dos rios e riachos, ocupam somente as partes mais férteis e deixam as demais para serem, assim desvalorizadas, posteriormente ocupadas pelos que, mais retardatários, pretenderem localização”⁹³. Assim,

só há um meio de atenuar taes inconvenientes: modificação do regimem estatuido pela primitiva lei e a organização de comissões de medição e demarcação das zonas devolutas para, obedecendo ao critério do regimem hydrografico, serem distribuídas em lotes, respeitadas quanto ao possível, as posses existentes ou permutadas estas pelos lotes locados, amigavelmente ou não em beneficio da colletividade⁹⁴.

⁹¹ Pesquisa realizada em julho de 2009 no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2388. Maço 186; 187. Documentos 718; 736. Relatório para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Ano 1930, p. 11.

⁹² Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2386. Maço 178. Documento 634 (747). Relatório para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Anno 1920, p.19.

⁹³ Ibid., p.22-23.

⁹⁴ Ibid., p.23.

Os posseiros com menor quantidade de terras eram considerados ocupantes atrasados, por não pagarem a renda da terra diretamente na forma de imposto. Por outro lado, os grandes posseiros (aos quais se atribui às vezes o caráter de “proprietário”) a todo o momento se esquivavam de diminuir seus rendimentos, colocando-se contra a atuação demarcatória do estado.

Nesse sentido, é relevante para a análise da territorialização que se processou no Médio São Francisco, a observação de que a *renda da terra* aparece aí como forma particular de relação, pois o proprietário da terra é também o que tem a possibilidade de colocá-la em produção e, mesmo que não a coloque, poderá conseguir créditos (hipotecários). No entanto, essas passagens anteriormente marcam a busca pelo controle da *renda da terra*, pelo Estado, em desdobramento, ganhando centralidade na relação.

Em 1935, o responsável pela Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração, Manoel Accioli Ferreira da Silva, em seu relatório referente às terras destacou as dificuldades e entraves provocados pelo latifúndio (grandes propriedades):

os males de que padecem os serviços de terras nos pontos mais afastados da capital. A existencia de imensos latifundios ainda é uma das mais deploráveis aberrações que continua a se registrar. (...) No particular dos serviços de terras ainda é mais chocante a verificação dessa anomalia, por isso que não apresentam os latifundaneos na sua maioria, os documentos incontestáveis sobre que assentam o direito de se proclamarem proprietarios dessas terras. O mais grave do caso já por si bem impressionante, é que as terras mais férteis são preferidas pelos aventureiros, que assim tiram ao thesouro público as melhores possibilidades na venda de terrenos devolutos. (...) A esse propósito (...) a necessidade e as vantagens de um dispositivo legal proibindo a venda de bemfeitorias em terras cuja posse não esteja devidamente legalizada. Como complemento a essa medida a intuição de pesadas multas para o caso das ocupações indébitas.⁹⁵

Todo esse conjunto revela um sentido em geral: o Estado, em sua forma, deve fomentar e balizar a exploração capitalista da terra, passando a incentivar e gerenciar sua ocupação, ou mais precisamente, criar e direcionar o trabalho. Por um lado, isso amplia suas fontes de arrecadação e por outro, permite uma possível monopolização da renda da terra. Mas, ainda resta uma questão: só a arrecadação seria suficiente para garantir todos os gastos do Estado?

A aparente contraposição, tão alardeada entre capital e Estado, revela-se então falseada, quando se colocam frente a frente o discurso e a prática, como mais uma faceta da modernização. As várias formulações e reformulações de leis e decretos relativas à questão das terras do estado da Bahia é notadamente um aspecto fundamental desse processo.

⁹⁵ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2391. Maço 192. Documentos 790; 792; 796. Relatório para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Anno 1935, p. 2-3.

Este mecanismo, nada mais é que a tentativa de se por em prática o estabelecido desde a Lei de Terras de 1850, ou seja, o de tornar a terra um bem a ser adquirido por compra. No decreto nº 10.941, de 27 de agosto de 1938, fica estabelecido os preços das terras:

Terras de primeira qualidade (argilosas; argilo silicosas; silico-argilosas; com matas – existentes ou já derrubadas): máximo – 20.000 réis; mínimo – 15.000 réis;

Terras de Segunda qualidade (silicosas; com matas ou não): máximo – 15.000 réis; mínimo – 10.000 réis;

Terras de terceira qualidade (constituídas por caatingas geralmente destinadas à criação): máximo – 10.000 réis; mínimo – 5.000 réis.

Obs: Os preços máximos se referem aos Distritos e seus respectivos municípios: Mundo Novo, Itaberaba, Jequié, Santarém, Ilheos, Canavieiras, Belmonte, Porto Seguro, Alcobaça, Caravelas, Conquista, Mata de São João, Una e Poções.⁹⁶

A reação dos municípios de Itaberaba e Mundo Novo foi imediata no sentido de rejeitar tal proposta, alegando que não encontram compradores para suas terras, e que se continuarem com elas na categoria de preço máximo, não as conseguirão vendê-las. Em abril de 1939 conseguem reverter o efeito desse decreto por outro, passando então aos preços mínimos. Não sendo possível o pagamento desses valores à maioria dos pequenos posseiros, eles continuam em situação de posse. Portanto duas coisas os mobilizam: a renda da terra e a concomitante imposição do trabalho. Isso porque, a partir dessas articulações, muitas expropriações (legais ou não) passam a ser efetivadas nas terras mais férteis ou mais bem localizadas, restando somente as terras menos férteis.

Em 1948 ocorreu um caso que permite nos aproximarmos da questão já colocada sobre as disputas pela renda da terra travadas entre o *poder local* e o Estado na região⁹⁷. A partir de um telegrama, D. Muniz – Bispo da Barra – solicita à Secretaria de Agricultura providências contra determinação da delegacia de terras para medições *ex-officio*, na tentativa de garantir domínio particular das Fazendas Sucuruí e Fortaleza. Essas medições foram encaminhadas por ordem da Secretaria, ao 15º Distrito (em Xique-Xique), com intuito de analisar a questão das terras que foram desmembradas da antiga Fazenda Genipapo.

Antonio Luis Camandaroba, dono de parte da Fazenda do Saco, num telegrama ao Secretario da Agricultura sobre o mesmo assunto, diz o seguinte: “Ha algum tempo o delegado de Terras do 15º Distrito, Sr. Carlos Moncorvo da Silva Pinto, vem procurando por vários meios e modos, processar a medição de propriedades rurais sitas no Município de Chique-Chique”⁹⁸.

⁹⁶ Ibid., p.2.

⁹⁷ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2374. Maço 141. Documento 436 (541). Documento de processo 3433-48, enviados à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Anno 1948.

⁹⁸ Ibid., p.1.

Afirmam ainda que o delegado busca “não a discriminação das terras públicas, mas a tentativa sistemática de medir terras particulares, auferindo lucros com as respectivas medições”⁹⁹. Camandaroba, tentando confirmar que essas terras são particulares, indica:

As terras da fazenda Saco estão situadas dentro de uma área de conhecida Sesmaria de Antonio Guedes de Brito, amplamente divulgada e publicada, inclusive nos documentos históricos. Como é sabido, as terras das casas coloniais só passaram a proprietários ribeirinhos, nas margens do São Francisco a partir do séc. XIX.¹⁰⁰

E, além disso, afirma ter documentos dessa data com impostos pagos e pede que suspendam as medições e não façam a *vexaminosa* (palavra usada por eles) medição *ex-officio*. Mas, mesmo assim, o delegado insiste, fazendo com que um grupo de proprietários de terras de Xique-Xique e Barra publiquem em diário oficial a seguinte alegação de defesa, em 30 de junho de 1948:

Artigo quarto da Lei NR. 477, doze de setembro de 1902, para medir ex-officio do dominio particular do ano de 1779 quando Antonio Guedes de Brito e Bernardo Vieira Ravasco, como conquistadores dos sertões desta então capitania, as haveriam da coroa portuguesa por sismaria remoneratoria dos relevantes serviços prestados, sendo todas essas terras jah inventariadas em juizos, com imposto territorial pagos todos atos, com benfeitorias feitas, adquiridas de acordo legislação anterior e disposição do codigo civil¹⁰¹.

Em telegrama datado de treze de julho de 1948 o Secretario de Agricultura responde ao telegrama coletivo, no qual os proprietários pedem a não vistoria para demarcação:

Devem todos os signatários, para atender as exigencias do Art.4 lei vigor, apresentar ao delegado terras petição historiando dominio particular de terras indicando fontes onde se encontram documentos respectivos ou apresentando documentos que julguem convenientes. Desde particular faça prova do seu dominio ficará isento exigencia do delegado de terras a qual é fundamentada disposição legal. Já tivemos a oportunidade de adiar seis meses de prazo para atender as exigencias (...) mas aconselho que seja atendida pela forma aqui exposta. Puniremos qualquer abuso dos funcionários do Estado. Atenciosas saudações. Nestor Duarte – Secretario de Agricultura¹⁰².

Como podemos perceber o que parecia uma contraposição radical em seu início, entre o Estado e os “representantes” do *poder local* – grandes posseiros – mostra-se mais amena, principalmente quando, além de ser permitida a prorrogação da vistoria, divulga-se que haverá punição para “qualquer abuso dos funcionários”.

⁹⁹ Ibid., p.2.

¹⁰⁰ Ibid., p.3.

¹⁰¹ Ibid., p.4. Assinam esta nota: Almir Teles Oliveira, Antonio Luis Camandaroba, Avelino de Azevedo Freitas, Monsenhor José Omena pelo Bispo Antonio Muniz, Horacio Dantas, José Pinto de Souza Lima, Otaviano Vianna Filho, Francisco Porto, Pedro Martins, Manoel da Cunha Sobrinho, Manoel Carneiro Cunha, Marcelino Lopes Filho Magalhães, entre outros.

¹⁰² Ibid., p.4.

Isso evidencia, negativamente, um interesse mútuo e objetivado de modernização, pelos quais, progressivamente, se coloca a separação (ao menos aparente) entre o Estado e *poder local*.

A propriedade da terra (e a renda através dela adquirida) é disputada com o proprietário de terra e com o capitalista pelo Estado no mesmo processo. Portanto, ao invés de estagnação sob o rótulo de atraso, ocorre uma “luta” pela renda da terra. Isso fica mais evidente quando tratamos dos transportes e sua infra-estrutura.

b) *Contradições do modal de transportes: navegação e o rodoviário*

Em 29 de maio de 1893, foi apresentado ao Governador da Bahia, pelo responsável da *Empresa Viação do Brazil* (Camerino Teixeira de Freitas), um relatório em que se destaca a importância da navegação nos afluentes do Rio São Francisco. Para ele, por ser pouco exercida, tornava-se urgente seu estabelecimento, além de sua ligação com as ferrovias. Assim, comenta:

O desanimo, a falta de atividade, o marasmo, em suma, que esta sepultada a nossa população interior, a sua emigração para outros Estados, é justamente porque, cansada de vegetar em dolorosa expectativa, não vê chegar o dia em que, consultando-se as suas necessidades imprescindíveis, se lhes dão os fatores do desenvolvimento e consequentemente de progresso, que são sem duvida representados em grande parte centuplicação dos meios sofridos de comunicação. A falta de comunicação de que resente-se inquestionavelmente o Estado, neutraliza o desenvolvimento de inumeras localidades e torna-se um obstaculo insuperável para os que tentam despertar, apropriar e tornar produtivos os recursos naturais daquellas regiões¹⁰³.

Todo esse argumento é parte de um discurso comum relegado a estas regiões, e que visa justificar, no caso da empresa, a necessidade de ampliação de sua área de atuação, como se fosse só demanda efetiva da população que lá reside. Esta ampliação se relaciona com a constituição da filial da *Empresa Viação do Brazil*, denominada *Afluentes do Rio São Francisco*, que será responsável pela navegação nos Rio Grande e Corrente, constituindo um dos elos importantes da circulação de mercadorias denominadas de *catado*.

Para justificar a premente necessidade, descreve a dinâmica de algumas povoações da margem do Rio São Francisco (1893). Inicia por Juazeiro, onde se localiza a sede Viação do Brazil. Fala de sua prosperidade e da construção do terminal da Estrada de Ferro Bahia São Francisco. Logo depois diz que nas margens do São Francisco a carnaúba é muito abundante, e seria extraordinário o resultado sua exploração.

¹⁰³ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2382. Maço 163. Documentos 509 (601). Empresa Viação do Brazil. Ano 1893, p. 6-7.

Descreve em seguida as ilhas próximas a Sobradinho, onde a agricultura, para ele encontra-se em “fase primordial e os habitantes vivem na maior indolência. Criam alguns gados vacuns, carneiros, etc.” Mais acima, no rio, fala de Villa do Remanso: “cujo comércio é muito animado, constando principalmente de cereaes, rapaduras e sal. Criam gado e a industria consiste na preparação do sal”¹⁰⁴. Já sobre a Villa de Pilão Arcado, além do comércio com outros estados, cita-a como o centro mais importante da produção e comércio de sal. Em Xique-Xique, diz que antes era mais próspera, quando do comércio do ouro e diamante, além de cereais e gado, mas que hoje se encontra em decadência.

No relatório de 1894 (escrito pelo mesmo relator), enfoca a inauguração da Viação dos Afluentes do São Francisco como filial importante da *Empresa Viação Brazil*, que atuará nos rio Grande e no rio Corrente. Isso ocorre em março de 1895, e a sede se fixa em Barra. Segundo ele, esta é a principal estação da empresa nas margens do Rio Grande. Destaca que aí “seu commercio já é muito desenvolvido; a criação esta bastante adiantada, a agricultura, porém, que consta para seu desenvolvimento com enorme fertilidade de solo, não atingiu ainda o grau que lhe compete. Minera-se pedra calcarea que existe em grande abundancia”¹⁰⁵.

Ao utilizar-se de um discurso que valoriza as vantagens, mostra a todo o momento as desvantagens como atraso. Assim, “o atrazo que se observa nas localidades banhadas pelo rio Grande, tem por causa principal a falta de população, e, só com a colonisação, poderão ser devidamente exploradas aquelles terrenos de primordial riqueza”¹⁰⁶. Outra vez impera o discurso de necessidade de racionalização técnica, aumento da produtividade e circulação nestes lugares, numa lógica de exploração absoluta e também relativa do trabalho, onde a acumulação da própria força de trabalho é central para a região.

Em 1920, no lugar da *Empresa Viação do Brazil*, sob outra direção, cria-se a *Viação do São Francisco*. Reformulou-se então o quadro de funcionários e dinamizou-se a organização das viagens, recebendo para isso um auxílio do Estado, nas viagens dos trechos: Joazeiro-Pirapora (maior); e Pirapora-Januária (menor). No entanto, no ano de 1924, mostra-se outra vez sua situação crítica.

Em 1933 é apresentado à Secretaria de Agricultura um relatório referente à Empresa Viação do São Francisco (que depois dará origem à *Viação Bahiana do São Francisco*). Neste, o relator Humberto Pacheco de Miranda destaca o tipo de produção predominante e a importância do comércio fluvial nos rios São Francisco e Grande:

¹⁰⁴ Idem., p.18.

¹⁰⁵ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2382. Maço 163. Documentos 509 (601). Empresa Viação do Brazil. Ano 1895, p. 2-3.

¹⁰⁶ Idem, p.5.

a localização dos nordestinos, feita pelo atual interventor da Bahia nas regiões do Rio Grande e Rio Corrente, afluentes bahianos do São Francisco, produziu na economia do Estado uma ponderável participação. Pelas estatísticas das casas exportadoras aqui da região, e pelo movimento das cargas em nossos vapores, apreciamos a produção de algodão, arroz, feijão e rapaduras daqueles afluentes, elevar-se na safra deste ano a cinco vezes mais a média de sua produção nos anos anteriores¹⁰⁷.

Essa localização se refere à implantação de agricultores (colonos) nas margens destes rios, vistas até então como favoráveis à produção e também ao transporte de mercadorias no São Francisco.

Esse momento ligeiro de aparente opulência, parece se vincular diretamente a própria produção e circulação de mercadorias, com certo grau de eficiência, deixando orgulhosos seus executores. Mas, logo o baile de máscaras chegou ao fim e se mostraram os verdadeiros rostos tristes de um empreendimento: por um lado, pela desgraça alheia dos passageiros dos vapores flagelados e desesperados; por outro, cada vez mais dependente do Estado. Sua crise é outra vez posta a mostra.

Se fosse possível prever o que ocorreria alguns anos depois, não se trataria tão positivamente do aumento da produção proporcionado pela implantação de agricultores. Como relata Luís Joaquim Costa Leite: “determinando pontos que nos pareceram dos melhores para a instalação dos núcleos coloniais no vale do São Francisco, não somos porém dos que julgam oportuna a sua colonização imediata” (COSTA LEITE, 1953, p. 22). Com 3.000 toneladas esperando transporte, que por vapores é muito demorado (já que cada vapor transporta no máximo 100 toneladas por viagem), argumenta ser impraticável a instalação de colônias, já que a produção aumentaria e não haveria como escoá-la. Portanto, “instalar colônias agrícolas no Vale do São Francisco sem resolver o transporte é agravar sua situação” (COSTA LEITE, 1953, p. 25).

A cada ano, as viagens dos vapores recolhendo as mercadorias produzidas no Vale, ao invés de se sustentar, tornou-se deficitário, como poderia se esperar de um local onde a produtividade aumenta constantemente. Com medo de perder o poder sobre esse comércio (que, mesmo deficitário, garantia boas somas de dinheiro aos seus monopolizadores, já que o déficit era em geral suprido por subvenções estaduais), os representantes ou mesmo donos de empresas comerciais do São Francisco¹⁰⁸ tomam a seguinte atitude: num ofício de número

¹⁰⁷ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixas 2389 e 2390. Maços 189 e 190. Documentos 760; 762; 771; 775; 778. Relatório para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Ano 1933, p.IV.

¹⁰⁸ São eles: Roszbach Brazil Company, Manuel Joaquim de Carvalho & Cia., Vianna Ramos & Cia., Companhia Brasileira Exportadora, Magalhães & Cia., entre outros. Pesquisa realizada em julho de 2009, no

356, à Secretaria de Governo (do Estado da Bahia) endereçado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Marques de Goes Calmon, argumentam sobre a necessidade de manter a *Empresa Viação do São Francisco*, mesmo em situação financeira longe da desejável, em funcionamento nas mãos dos baianos (ou seja, eles mesmos):

Pensamos que a transferência da Viação do SF para uma firma mineira não é assumpto de pequena monta para os interesses da Bahia. A nosso ver essa transação é um golpe mortal no nosso commercio, que deverá agir pelo seu órgão directo, a Associação Comercial, no sentido de evitar tamanho desastre.

O commercio do S. Francisco e zonas limitrofes será desviado para Minas e para o Rio, que de ha muito são poderosos concorrentes [...] Veremos cidades como Joazeiro definharem pela redução do seu commercio; e aquelas que prosperarem pouco concorrerão para as finanças da Bahia, visto que a importação será de mercados estranhos aos nossos.

Si atualmente minas e Rio já nos levam grande vantagem comercial, si o algodão da zona de Caitité e visinhas segue quasi todo para Pirapora, pelo Porto de Malhada; si o commercio ribeirinho já se supre em grande escala de tecidos mineiros, pela facilidade de transporte, não é licito prever que o visinho Estado, de posse da Viação, tornar-se-ha quasi dono exclusivo do commercio da zona sanfranciscana em toda extensao navegável.¹⁰⁹

Essa situação revela parte da força que tinha o poder local (muito parecido com a força de um Estado autônomo), junto ao Governo Estadual. Isso porque, ao invés de passar a Empresa aos desígnios da Empresa mineira, o *poder local* consegue um acordo de reformulação administrativa e de maquinário, passando em 1934, a se denominar *Viação Bahiana do São Francisco*, continuando ainda a receber importantes subvenções estatais¹¹⁰.

Em 1935, em um relatório para a Secretaria do Governo (Bahia) sobre a *Viação Bahiana do São Francisco* começa a ficar evidente que o intuito pode não ser comercializar mercadorias, mas garantir a continuidade de remessas de dinheiro do Estado. Talvez por isso, comece a confessar que:

a Viação Bahiana do São Francisco, longe como está de corresponder às exigencias mínimas do seu principal 'desideratum', qual seja o de incentivar, com regularidade e eficiencia dos transportes fluviais, o intercambio commercial de uma das maiores zonas productoras do nosso Estado, senão a actualmente mais rica, ao menos a mais cheia de possibilidades, e, onde, pelas dificuldades da propria navegação, inúmeros

Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 1821. Maço 163. Documento número 1935. Ofício 356 de 1924.

¹⁰⁹ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 1821. Maço 163. Documento número 1935. Ofício 356 de 1924.

¹¹⁰ Segundo um ofício encaminhado à sede da Empresa em Juazeiro, em 1937, confirma-se a situação descrita: “O Diário Oficial n 123 de 11 de abril de 1934, publicou um Decreto n 8.816 de 21 de fevereiro de 1934 que industrializou os serviços da Viação Bahiana do São Francisco; o dito n 212 de 4 de agosto de 1935, publicou o decreto 9.611 de 25 de julho de 1935, abrindo um crédito especial de 900:000\$000 para reforma da frota e o decreto 9.561 de 15 de junho de 1935 que foi publicado no mesmo ano, reforma quadro pessoal dessa Viação”. Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2367. Maço 120. Documento número (361) 439. Ofício 235 do dia 30 de junho de 1937.

e complexos problemas, desafiando os mais argutos observadores técnicos, se nos deparam a cada passo.¹¹¹

E, ainda que, de acordo com o relatório da extinta *Empresa Viação do São Francisco*, de 1933, referente ao ano de 1932, os maiores saldos positivos da empresa ocorreram não graças ao transporte de mercadorias, mas ao transporte de passageiros “flagelados” da seca¹¹²:

considerando que o transporte de passageiros em grandes levas, constitui uma das melhores fontes de lucros para qualquer empresa de navegação e atentando-se em que esse transporte atingiu a mais de duzentos contos de réis nos anos de 1932 e 1933, pode-se perfeitamente, pelo anexo 8, em que fazemos o confronto dos saldos líquidos em relação às receitas brutas, aquilatar, a melhoria dos saldos verificados nas viagens ultimamente realizadas, que ainda assim, cumpre-nos dizer, poderão ser melhorados com a realização de viagens mais rápidas e melhor orientação no adquirir e empregar os gêneros alimentícios destinados aos tripulantes e passageiros¹¹³.

Ou seja, o período mais próspero da empresa, não é o de transporte de mercadorias da região, mas o fruto da formação ou imposição (por falta de opção) do trabalho, dado o aumento da ampliação do uso e desapropriação de terras, para garantir o aumento da produção, ou seja, transporte de passageiros retirantes.

Mas isso não foi duradouro, tendo o movimento financeiro do tráfego de cargas e, principalmente de passageiros, diminuídos nos anos subsequentes “não só devido ao estado de nossa frota, como também à paralysação quasi que absoluta da emigração que atingiu os maiores valores nos anos de 1932 e 1933”¹¹⁴. Seria necessário, portanto, como queriam os empresários, uma atuação mais presente do Estado.

E isso deveria ter ocorrido pelo decreto de nº 9.611 de 25 de Julho de 1935, pelo qual o governo do estado abriu um crédito especial de novecentos contos de réis (900:000\$000) para execução de suas atividades, incluindo a reforma de vapores circulavam pelo rio São Francisco, rio Grande, rio Corrente e rio Preto. Mas que, até dezembro daquele ano, só havia disponibilizado de fato 280.000\$000, com os quais abasteceu os almoxarifados.

Esse aspecto crítico da modernização também aparece quando afirma que “a Viação Bahiana do São Francisco, atravessa, actualmente [1935], em que pese o auxílio que continua a lhe prestar, como em annos anteriores, o Governo do Estado, uma quadra terrível de serias

¹¹¹ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixas 2389 e 2390. Maços 189 e 190. Documentos 760; 762; 771; 775; 778. Relatório para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Ano 1935, p. 1-2.

¹¹² Em nosso entendimento, o flagelo da seca é fruto de outras contradições da modernização que vão muito além do aspecto climático. Trata-se da mobilização da terra e do trabalho, pela produção de mercadorias, entre outras nuances.

¹¹³ Idem, p. 21-22.

¹¹⁴ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2391. Maço 192. Documentos 790; 792; 796. Relatório para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Ano 1935, p. 21.

aperturas financeiras”¹¹⁵. Porém, analisando os balanços entre as despesas e receitas nota-se um 'superávit' de 154:300\$397, mas que logo é explicado:

O 'superavit' que se verifica, na importancia de 154:300\$397, origina-se dos auxilios que foram prestados pelo governo do estado, no primeiro e segundo semestres, respectivamente nas importancias de 284:600\$000 e 280:000\$000 e destinados os primeiros a pagamentos em atraso das gestões anteriores e o segundo por conta do credito especial de 900:000\$000, aberto para reconstrução da frota e abastecimento do almoxarifado (...) Resolvendo o anno de 1932, em que houve um saldo de 95:904\$706, por força do serviço de emigração que custou aos cofres do Estado a não pequena importancia de 425:417\$850, verifica-se, pelo anexo 12, que infelizmente, continua a «Viação» em que o mesmo regime deficitário que lhe vem entrando o seu progresso desde o anno de 1929.¹¹⁶

Nos anos subsequentes a situação não era muito diferente, o que leva a crer que a empresa sempre funcionava com receitas negativas. De fato, esse aspecto permaneceu mesmo quando de sua incorporação pela então Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE), empresa de economia mista (em que a maior parte das ações era do Governo Federal), em 1963, que ficou responsável pela Navegação no São Francisco até 2007.

Mas não é modernização a ampliação da produção de mercadorias? E demanda de investimentos em transportes? Mas porque não foi possível garantir a reprodução do ramo de navegação (para o transporte de mercadorias) sem os subsídios estatais?

A situação não era crítica por falta de modernização, mas justamente por causa dela. No mesmo período apresentado, evidencia-se uma demanda partindo dos produtores e comerciantes, referente à falta ou precariedade das vias de circulação e meios de transportes. Eram constantes as solicitações junto ao Estado para que proporcionasse ações que suprissem a demanda produtiva do *catado*.

Em 12 de dezembro de 1935, chegou à Secretaria de Governo um ofício relativo a um pedido, feito por comerciantes de couros e peles, no qual se solicitou a prorrogação de prazos para entrega de peles e couros:

motiva esta solicitação o facto de ser por demais exiguo o prazo concedido, considerando a grande quantidade de mercadoria existente no Interior e que por deficiencia de transporte não pode em absoluto ser remetida em tempo que ainda possa ser embarcada no prazo acima referido o que, desnecessário frisar, representará grande prejuizo para todas as partes interessadas n'este ramo de commercio.¹¹⁷

¹¹⁵ Ibid., p.27.

¹¹⁶ Ibid., p.29.

¹¹⁷ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa2367. Maço 120. Documento 439 (361). Ofícios para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Ano 1935, p. 1.

A produção demanda também de outros meios de transportes como o ferroviário. Num ofício referente a um processo sobre o plantio do caroá, destaca-se que as dificuldades deste empreendimento encontram-se também relacionadas ao parco desenvolvimento nos transportes. Assim, em 11 de janeiro de 1938 foi encaminhado à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, o processo nº 110, sobre o caroá (para fabricação de papel e sacos).

Dr. Herval Ribeiro Chaves que, por motivos de força maior, independentes completamente de sua vontade, deixou de dar início a exploração industrial do caroá, que se referem a Lei 50 de 23 de julho de 1936 e Decreto 9.068 de 03 de agosto de 1936. Com efeito, como é do conhecimento geral, que a Companhia Ferroviária Leste Brasileira não tem material rodante que baste ao transporte ordinário da zona, cujos productos apodrecem nas estações e armazéns particulares, aguardando embarque (...) Acontece que antipatrióticos procuram estorvar de todos os modos, a marcha do projecto, a ponto de obrigar o peticionário a enviar, no dia 07 de novembro último, um telegrama ao Senhor Presidente da República que, com tanto patriotismo, tudo tem feito para solucionar tão magno problema nacional, qual seja, o de fabricar, com matérias primas brasileiras, o nosso papel e nosso saco¹¹⁸.

No mesmo documento onde solicita uma solução para o problema relativo às perdas de safras pela falta de meios de transportes, requer o investimento em máquinas para ampliação da produção de celulose, destacando ainda que isso é tão importante que se apresentam duas considerações imperativas: a) Urgência na solução dos problemas; b) Premente fixação do homem às terras dos sertões brasileiros, para essa produção de fibras têxteis.

Tal contradição não deixa de chamar a atenção. Mesmo com a produção em alta e a relativa falta de transportes, a solução que prevê é a implantação de um maquinário, que refletirá no maior aumento da produção. Isso se torna então um motivo para pressionar o governo, no tocante aos investimentos na modernização tanto dos transportes, quanto do maquinário, para que não se “estorve a marcha do projeto”.

Este exemplo mostra de maneira explícita a incoerência desse processo e o quanto o intuito é a produção, pela produção, não importando as condições e, ao mesmo tempo, essas condições de circulação (que são parte das condições de produção) como dever do Estado, que, com isso, vai ganhando centralidade, ainda que deficitária. Ou seja, esse emaranhado compõe o quadro no qual a produtividade aumenta, assim como a demanda por transporte e novas terras também. O resultado deste momento aparentemente mais positivo, nos revela uma das facetas negativas do processo: a formação ou a ampliação forçada de trabalhadores (passageiros flagelados).

¹¹⁸ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2369. Maço 124. Ofícios para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Anno 1938, p. 1.

c) A colonização e imigração.

Quando tratamos da questão da terra, percebemos uma tendência a uma ocupação que visava à demarcação da terra. Agora trataremos dessa demarcação diretamente efetivada pelo Estado, juntamente com a ocupação, através da colonização agrícola.

No relatório da *Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração*, o relator inicia alertando para importância do povoamento do solo e as “vantagens extraordinárias da colonização quando bem orientada e dirigida”¹¹⁹.

No entanto, afirma que as tentativas baianas até o momento não obtiveram sucesso, principalmente por “falta de estudos completos”. Conclui, naquele momento, pela inviabilidade dessa ação, pois “tem sido o serviço de imigração, aqui, uma série de fracassos (...) melhor será aguardar uma oportunidade mais favorável do que arriscar os créditos do Estado”¹²⁰.

Mesmo assim, sugere que sejam efetivadas as seguintes ações para que se alcance os efeitos desejados:

- a) liberdades dos direitos aos imigrantes;
- b) preparo dos Núcleos de imigração;
- c) facilidade de transportes entre as colônias e os mercados;

Como exemplo a se seguir, fala da colonização em São Paulo, que até então teria sido bem sucedida, porém, com a ressalva de que o Estado não deve arcar com a imigração total, como aquele fazia, mas apenas facilitar seus acessos. Em seguida, o relator sugere que há certo diferencial na colonização e imigração baiana, marcada principalmente pelas condições da colonização e a dificuldade em aceitar diferenças postas nesse sistema onde os colonos teriam ações diversas dos agregados locais, não propiciando aos “lavradores” (no caso coronéis) as vantagens necessárias:

em S. Paulo os lavradores habituaram-se desde longo tempo a lidar com os colonos aprendendo, nas colonias officiaes, o modo de tratá-los e conhecendo-se os hábitos e exigencias, notando-se que o progresso e o desenvolvimento da agricultura offerecem um meio favorável ao immigrante. As condições dos nossos lavradores são em geral, e do nosso meio são completamente diversas¹²¹.

Isso coloca a seguinte questão: por que desse aparente desinteresse pelo colono sugerido pelo relator?

¹¹⁹ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa2386. Maço 178. Documento 634 (747). Relatório para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Ano 1920 (grifo nosso); p.64.

¹²⁰ Ibid., p.65.

¹²¹ Ibid., p.85.

Entendemos que isso se relaciona à particular forma de relação, já destacada, na qual o coronel é, ao mesmo tempo, a personificação do capital, da violência e do poder estatal, ou seja, ele possui a terra, e pela parceria ou agregamento “domina” o trabalho. Assim, qualquer “ameaça” nesta relação torna-se complexa e logo conflituosa, dado que o colono não teria essa relação pressuposta com o “coronel”, mas, estaria vinculado ao Estado.

No entanto, chega em 27 de abril de 1930, a primeira leva de imigrantes, num total de 97 pessoas (26 famílias) teuto-russas. O governo autoriza então a liberação de 355:700\$000 (contos de réis) como crédito especial. Estes foram hospedados em na Hospedaria do Imigrante Mont'Serrat, em Salvador (BA), e depois foram levados ao Núcleo Colonial de Itacarã-BA. Porém, neste núcleo só havia 24 casas disponíveis, mostrando a primeira precariedade. Logo depois, ocorreu uma enchente e com ela doenças como “paludismo” que atingiu os imigrantes. E, por isso, em maio do mesmo ano, os russos foram levados para o Rio de Janeiro. Não houve queixas e nem impedimentos quanto a essa decisão, o que nos leva a pensar que se mostrava um enfrentamento, ainda que sutil, entre o poder local e o Estado.

Os dados ressaltam que as despesas do governo foram avaliadas em mais de 180:000\$000 nessa tentativa de imigração. E, por isso, pelo decreto nº 7098, de 29 de novembro de 1930, foi dissolvida a comissão de estudos e fundação dos Núcleos de Colonização, com a dispensa de seu responsável. A comissão, junto à inspetoria tornou-se a Secção de Colonização e Imigração.

No ano de 1938, pelo Decreto nº 10.827, de 05 de julho de 1938, se “transfere a Secção de Colonização e Imigração da Diretoria de Terras, Minas e Colonização para a Diretoria da Agricultura, Indústria e Comércio e dá outras providências”¹²².

Para eles as tentativas de colonização com imigrantes na Bahia se mostraram sempre muito dispendiosas atingiram pouco os objetivos propostos. Ao contrário, entendemos que, apesar de dispendiosas, ocorreu com sucesso parte de sua realização destinada à modificar as relações de trabalho, separando o trabalhador da terra (renda da terra), mesmo quando não se concluíram os acordos entre as empresas de imigração e o governo.

Essas ações revelam por si o caráter modernizador de peso fundamental: a necessidade de o tempo todo garantir a presença de uma superpopulação relativa a qualquer preço, mesmo que a área beneficiada não seja a que inicialmente se tentou o alojamento. Junto a isso, a questão da terra mostrou-se relevante, pois parte das terras públicas acabaram por ser

¹²² Ibid., p. 89.

demarcadas e passaram a fornecer renda. Desse modo, a participação estatal foi fundamental mesmo com seu aparente “fracasso”.

Vale a pena observar mais um exemplo que sintetiza essa situação. Segundo o memorial da imigração para o estado da Bahia de 1904,

a Lei n 88 de 27 de julho de 1895 autorizou o governo a contractar com quem mais vantagens offerecesse a introdução de 25.000 immigrants, nao devendo entrar em cada exercicio financeiro mais da quinta parte deste numero (mediante certas obrigações de uma e de outra parte contractantes,) e abrindo o governo os créditos necessários para sua prompta execução¹²³.

A proposta foi aceita, mas em seguida começaram os problemas. No dia 6 de julho de 1896, deliberou-se “suspender temporariamente a remessa de immigrants da Europa para este Estado [Bahia], a pretexto de estar grassando a febre amarela e ainda não estar montado o serviço da Hospedaria”¹²⁴. Em virtude disso, a Companhia solicitou ao Governo [União] que deixassem apenas os imigrantes que já estavam à caminho (cinco mil imigrantes de diversas partes da Europa, que já estavam no meio do Oceano Atlântico) desembarcarem e permanecerem. Primeiro, o Governo sinalizou negativamente, mas logo depois de outro pedido, o mesmo permitiu fossem isentos apenas os custos consulares de permanência. A Companhia, por outro lado, achou pouco e pediu indenização de 300:000\$000 pelas perdas e danos.

Ou seja, o Estado não cumpriu a construção da hospedaria e a prevenção necessária a contenção da febre amarela. A empresa não conseguiu por isso cumprir a meta prevista no contrato e então entrou com pedido de indenização, num valor muito mais alto do que o necessário para hospedar esses imigrantes.

O pagamento não foi realizado, e o Governo efetivou o contrato com outra empresa de imigração: A Companhia Mineira. Mas, em 31 de dezembro de 1896, por motivos semelhantes, o mesmo foi rescindido. Esse processo foi arquivado em 19 de abril de 1901, com a seguinte resolução: o governo pagaria à empresa cerca de 2.000:000\$000 por danos e deixaria para ela as terras que ocupa de fato.

Esse pagamento de indenização, tanto em dinheiro como em terra, revela um aspecto importante, pois como vimos a terra foi inserida no mercado, com sua demarcação e passagem à empresa, e o dinheiro na forma de crédito estatal foi disponibilizado. Ambas as

¹²³ Pesquisa realizada em julho de 2009, no Arquivo do Estado da Bahia. Setor - Arquivo Republicano. Caixa 2399. Maço 209. Documento 926. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Imigração. Memorial da Imigração de 1904. p. 1.

¹²⁴ Ibidem, p.1.

situações marcam o aspecto característico da atuação do Estado em “desgarramento” aparente do “poder local”.

O processo aparente não revela por si as nuances contraditórias do momento. O desdobramento apresentado rapidamente sobre algumas tentativas de colonização na Bahia esconde que se tratava, em verdade, em outras regiões inclusive, da formação do trabalho pela acumulação da relação trabalho frente à escravidão. A formação do mercado nacional do trabalho não poderia acontecer sem a participação do Estado, dado o elevado investimento em sua realização. Trata-se de uma passagem importantíssima, mas sobre a qual não nos enveredaremos neste estudo, reconhecendo, no entanto que esta é a inflexão do momento regional ao momento da *modernização retardatária*¹²⁵.

Em todas essas passagens destacadas, divididas nestas três temáticas, que se imbricam momentos da expansão da centralidade do poder no Estado, ainda que aparentemente deficitária, mas funcional caracterizando um momento transitório. Este foi marcado pela tensão de poder e ações contraditórias, no qual o *poder local* personificado como Estado, que “garantia” em parte o funcionamento da circulação de mercadorias oriunda do catado e outras no Médio São Francisco, passa aparentemente a se contrapor ao caráter estatal desdobrado e ao mesmo tempo dele cada vez mais necessita para garantir sua reprodução.

Isso não pode passar despercebido, inicialmente, apenas como uma captura do Estado pelo *poder local* (OLIVEIRA, 1977) e nem, no desdobrar do processo, um conflito puro e simples entre instâncias de poder separadas. Trata-se de uma imbricação de momentos contraditórios do processo, no qual antes o *poder local* era ao mesmo tempo o Estado, e em outro momento estes se autonomizaram.

¹²⁵ O termo *modernização retardatária* deriva de *modernização recuperadora* cunhada por Robert Kurz, ao tratar do desenvolvimento das forças produtivas em aceleração através das ações empreendidas pelo Estado. Segundo ele, “nas condições de um nível de desenvolvimento já relativamente alto do sistema produtor de mercadorias no Ocidente e de uma luta de concorrência já muito avançada no mercado mundial, todo novo impulso de modernização nas regiões ainda pouco desenvolvidas tinha que assumir o caráter de um desenvolvimento *recuperador* particularmente forçado, em que não apenas se repetia o estatismo dos inícios da época moderna, mas que também se apresentava numa forma muito mais pura, conseqüente e rigorosa que a dos originais ocidentais esquecidos há muito tempo” (KURZ, 2004, p. 35). Esta passagem não é nada simples, e revela muito, se aprofundada, sobre a formação do trabalho em âmbito nacional, o que permitiu a inflexão para o momento de *modernização retardatária* afirmado, ou o momento em que há a passagem, segundo alguns autores, do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. No entanto, não teríamos como abordar esse tema tão complexo nesse estudo. Ver sobre isso: MARTINS (2010), BOECHAT (2008); OLIVEIRA (1977), entre outros autores.

3. MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA

O argumento que por hora apresentamos é o de que a modernização é, entre outros aspectos, um processo no qual a realidade aparece sob particulares formas de expressão. As interpretações sobre a modernização brasileira, ao se voltarem para o estudo desse particular *momento regional*, expõem as particulares formas de expressão como disparidades econômico-sociais ou como atraso. Dentre elas, destacamos as proposições de Celso Furtado, Inácio Rangel, Caio Prado Jr. entre outros, têm em comum o olhar dualista para a questão da modernização, mesmo com diferenças entre si.

Como vimos nos discursos políticos de comerciantes e proprietários de terra (quase sempre a mesma pessoa), estava colocada a necessidade de determinadas ações, estatais ou não, em prol da eliminação ou, ao menos, da diminuição de tal disparidade sócio-econômica.

Após observar essa particularidade regional um pouco mais de perto, passaremos ao outro momento, qualitativamente diferente: a *modernização retardatária*.

Esse momento foi interpretado de diferentes maneiras para o caso brasileiro. Podemos perceber nessa passagem de Francisco de Oliveira, ao comentar as propostas de Celso Furtado, uma das balizas críticas à noção de planejamento deste autor:

Contraditoriamente, o conhecimento como planejamento é altamente limitativo na teorização furtadiana, aparecendo como uma necessidade ditada pela obrigatoriedade de acelerar o crescimento – em ausência ou não se podendo esperar pelo nascimento e pela consolidação das formas de mercado – e nunca como um sinal dos próprios processos de concentração e centralização do capital. O planejamento é racional na teorização furtadiana, é uma questão de adequação entre fins e meios (OLIVEIRA, 2003, p. 36).

No primeiro capítulo, apresentamos o planejamento quase como esse sujeito que OLIVEIRA (1977) critica, direcionado pelo Estado e seus Governos. Pretendíamos a crítica nos próprios termos de sua atuação. Com a passagem acima, fica mais evidente, a necessidade de se acentuar a contradição entre Estado e capital na modernização.

Francisco de Oliveira afirma que entre as práticas do desenvolvimento regional realmente implementada no período anterior aos anos 1960 no Brasil,

a SUDENE foi o modelo e a realização mais acabada e ao mesmo tempo mais truncada, são comparáveis ao Poder-Coordenador; não são a mesma coisa do ponto de vista do conteúdo: enquanto o planejamento pós-1930 buscou dotar o estado brasileiro de meios e técnicas para intervir no sentido de acelerar e auxiliar a industrialização, o conteúdo dos clássicos do autoritarismo, em geral, era antiindustrialista (OLIVEIRA, 2003, p. 74).

Desse modo, com um planejamento regional e financiador do desenvolvimento das forças produtivas, o Estado passava a referenciar as políticas de desenvolvimento regional

estabelecendo a modernização, ou seja, forçando a mobilização do trabalho através da criação de postos de trabalho e promoção da criação de um mercado de terras. Contudo, tal ação complexa e contraditória representa: o aumento da grilagem de terras; a expropriação; o desemprego; a formação de uma urbanização crítica; entre outros aspectos.

Nesse sentido, ele depreende sua crítica ao conceito de região, percebendo-a como historicamente formada. Antes de 1930 a “‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência uma forma especial de lutas de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (OLIVEIRA, 1977, p. 29). Isto é diferente do que o Estado pós-1930 fez, que foi forjar uma ideia de região para pautar suas ações como planejamento ou para estabelecer a reprodução do capital.

Como vimos no primeiro capítulo, o planejamento é uma ação conjunta na qual o Estado exerce um papel central e é um dos componentes da modernização.

Precisamente por ser um mecanismo de aceleração da integração é que a intervenção do Estado é ‘planejada’, pois trata-se de deslocar os esquemas de reprodução próprios da economia do Nordeste por outros que têm sua matriz noutro contexto de acumulação: o ‘planejamento’ é, pois, essa forma de transformação dos pressupostos da produção, essa passagem da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1977, p. 99).

Porém, OLIVEIRA (1977), em seu argumento, afirma que o Estado primeiramente fora tomado pelas oligarquias locais, estabelecendo uma espécie de “fusionamento”, o que também entende por “captura”. Segundo OLIVEIRA (1977), o fato de que

a intervenção do Estado sob a forma da ação e dos gastos do DNOCS mantivesse, mais do que transformasse, as condições de reprodução da estrutura econômica e social: conduziu, em suma, uma forma de Estado oligárquico, onde se fusionavam e tornavam-se indistintas as esferas próprias do Estado e da sociedade civil. O Estado foi capturado por esse ‘Nordeste’ algodoeiro-pecuário, e mais do que isso, num mecanismo de reforço, o Estado era esse ‘Nordeste’ algodoeiro-pecuário (OLIVEIRA, 1977, p. 47).

Por outro lado, reconhece que o planejamento seria a “descaptura”: “as proposições da SUDENE para ‘descapturar’ esse Estado, levam, porém, necessariamente à captura pela burguesia internacional-associada do Centro-Sul, através das formas que propõe para reinversão do excedente captado pelo Estado em capital” (OLIVEIRA, 1977, p. 104).

Nesse jogo proposto, onde o planejamento revela a faceta modernizadora, ora aparecendo subordinada, ora aparecendo dominante, há concretamente uma qualidade diferenciada. Mas não nos termos de “captura” e “descaptura”, e sim como momentos nos

quais o *poder local* e o Estado conformam o momento de não indistinção categorial – e não de “fusão” categorial, já que estas não estavam desdobradas no Brasil até 1930 (TOLEDO, 2008) – com outro de *autonomização* (MARX, 2008a), em que o desdobramento categorial está em processo.

A sutil diferença de interpretação não tem nada de sutil na realidade e na imbricação do fenômeno. Principalmente porque o Estado, como o outro do capital (KURZ, 1995), autonomizado, é a modernização, a mobilização do trabalhador.

Uma inflexão no argumento, percebendo este Estado não como sujeito, e sim como o “outro do capital”, autonomizado, e não uma totalidade, permitiria melhor aproximação da concretude das relações analisadas por OLIVEIRA (1977) sobre o planejamento.

A transformação posta em prática com o planejamento estatal em *autonomização* possibilitou a centralidade do Estado no processo em que o “planejamento regional para o Nordeste do Brasil, desde que o Estado foi capaz de transformar uma parte da *mais-valia*, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia como capital, tornou-se capaz de operar uma mudança da forma do excedente que retornou ao processo produtivo” (OLIVEIRA, 1977, p. 24). Não como “desequilíbrio regional”, mas como “divisão regional do trabalho no Brasil”, ou melhor, sob “a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil (...) que acabaria por fazer desaparecer as ‘regiões’, no sentido proposto por essa investigação” (OLIVEIRA, p. 25-27).

De maneira ampla, no caso do Nordeste (IBGE) após os anos 1950¹²⁶, intensificaram-se as ações do Governo Federal. Estas, segundo seus atores políticos, tinham, pelas políticas desenvolvimentistas, planos de desenvolver as potencialidades de cada região (tirando-as do seu atraso secular), contribuindo para que o Estado Nacional como um todo se articulasse de maneira mais equilibrada.

Para tanto, órgãos como a SUDENE e a CODEVASF, entre outros, foram criados e gestados no sentido de implementar tais ações planejadas de desenvolvimento. Suas práticas centraram-se nas desapropriações para implantação de culturas irrigadas, construção de barragens para geração de energia elétrica, abertura de estradas de rodagem; subsídios ou incentivos fiscais para industrialização e para o agronegócio; entre outras.

Muito já se escreveu sobre essas ações no Nordeste (IBGE), colocando-o como um problema ou relegando a essa Macrorregião uma espécie de existência díspare em

¹²⁶ Antes também, mas após os anos 1950 essas ações foram empreendidas pelo Governo Federal através da criação de Coordenadorias, Companhias e Superintendências de Desenvolvimento.

comparação as outras Regiões¹²⁷. O debate sobre as disparidades regionais entre o Sudeste “progressista” (da produção do café e da industrialização) e o Nordeste “atrasado” e oligárquico (da produção de açúcar, algodão e da pecuária) é central à discussão sobre planejamento e política pública no âmbito estadual e federal.

Teóricos atuantes como Caio Prado Jr., Celso Furtado e Francisco de Oliveira (só para focarmos em alguns) colocavam em discussão os pressupostos de tal disparidade na reflexão histórica e econômica pautada em seus estudos a partir da economia política e sua crítica de suas experiências político-sociais.

A formação dessas disparidades, para eles, estava intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento processual do capitalismo no Brasil, apesar de suas contradições nem sempre sejam de fácil verificação. De forma crítica e muito elaborada, esses autores voltaram-se para a análise dos aspectos relativos à formação histórico-econômica e social da Região Nordeste, como as relações de trabalho, “poder” político, constituição do mercado interno, características da estrutura fundiária, infraestruturação estatal – rodovias, ferrovias, navegação –, entre outros. Desse modo, tentavam entender o que ocorria e o que precisava ser feito como medida de reversão desse atraso ou disparidade.

Conforme tratamos anteriormente, no tocante ao *momento regional* do Médio São Francisco, o *catado* (produção e comercialização de couros, peles, rapadura, cereais, borracha de maniçoba e mangabeira, farinha de mandioca, café, açúcar, aguardente, peixe salgado, cera de carnaúba) tinha importância como forma de produção particular. Vimos como o Rio São Francisco, para a Bahia e Minas Gerais era, nos anos 1930 e até antes, uma importante via de circulação de mercadorias e, por isso, alvo de diversas atuações políticas.

Com a aparente separação entre o Estado e o *poder local*, o planejamento potencializou a criação de instituições estatais de desenvolvimento como a SUDENE e CODEVASF.

A função centralizadora da circulação de mercadorias relegada ao Rio São Francisco passou a ser substituída por outra: a rodoviária. FREITAS (1999) destaca que isso caracterizou uma transição no “tripé econômico”: pecuária – agricultura de subsistência – e colheita (exportação), que compunham o *catado* e que tinham na “viagem redonda”¹²⁸ sua

¹²⁷ Autores como ANDRADE (2005); OLIVEIRA (1976; 1977); FURTADO (1991); MARTINS (1994; 2010); BURSZTYN (2008), só para ficar com alguns.

¹²⁸ A viagem redonda refere-se a rota da circulação de mercadorias no Rio São Francisco efetuada pelos vapores entre as décadas de 1920 e 1940, na qual se tinha como ponto de chegada o mesmo ponto de partida. Com uma ou outra modificação, essa rota contava com os seguintes portos: Juazeiro, Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Pirapora. Em Juazeiro e Pirapora estavam os terminais ferroviários, respectivamente, da Bahia - São Francisco (ligada à Salvador) e Central da Bahia (ligada à Salvador).

circulação “garantida”. O “modelo rodoviarista” mudou a configuração territorial do espaço de produção e circulação de mercadorias.

O município de Barra, neste contexto de centralidade do rio São Francisco, era um importante centro comercial, muito procurado para o “pouso de boiadas” e compra e venda de borracha de mangabeira, sal e couros e peles, tornando-se inclusive o palco de disputas entre os poderes locais estabelecidos e os novos moradores migrantes que vieram do Cariri¹²⁹. Este era um período do auge do extrativismo, no qual Barra era um núcleo comercial importante por se localizar na confluência de dois rios (o Grande e o São Francisco) que conectavam duas regiões importantes: o Médio São Francisco à bacia do Araguaia.

Porém, nos anos 1950 começou a perder essa “centralidade”, ao que os poderes locais (políticos, comerciantes, proprietários de terra), ressentidos, chamaram (e ainda chamam) de “isolamento”. Isso principalmente pela adoção, a partir dos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, do “modelo rodoviarista”¹³⁰ de desenvolvimento. Assim, se “durante muito tempo, enquanto não se desenvolviam as estradas de rodagem, o São Francisco foi o grande caminho usado pelos retirantes nordestinos para, pegando o trem em Pirapora, alcançarem o Centro-Sul do país” (GALVAN et al., 1973, p. 12), o que veio a seguir foi esse sentimento de abandono.

Freitas sintetiza e problematiza outro aspecto importante relativo às práticas estatais que seguem aos anos 1950, da seguinte maneira:

a complementaridade prevista no discurso oficial, entre ferrovia, navegação e rodovia, permaneceu restrita às intenções. O rio começava a perder sua vocação histórica de via de comunicação para transformar-se em fonte de energia, através da construção de hidroelétricas cada vez mais potentes (FREITAS, 1999, p. 91).

Salientamos que a “vocação histórica”, em nosso entendimento não deve ser “naturalizada” por se tratar de uma noção historicamente determinada, segundo a qual com ou sem estradas ou meios de circulação, o intuito máximo é a produção pela produção, como observamos na parte referente à navegação.

Nos anos 1950, segundo Nelson Oliveira “o Brasil entrava em um processo de modernização e industrialização” (OLIVEIRA, N., 1987, p. 13), chegando a afirmar que esta década “se constitui em termos regionais, numa fronteira nítida entre uma etapa dita

¹²⁹ Sobre o coronelismo: “A autonomia municipal, consagrada pela Constituição de 1891, criou uma rede de ‘fidelidades’, que começava no chefe político municipal e terminava no Presidente da República, com passagens pelos Governadores dos Estados, as quais eram garantias de proteção, significavam eleições sem nenhum esforço ou programa, permitiam a reprodução social sem a menor contestação. Todos eram ou queriam ser governo” FREITAS (1999, p. 87).

¹³⁰ Este “modelo rodoviarista” é fruto do desdobramento da *modernização retardatária*, que coloca outros paradigmas dos quais não trataremos diretamente neste estudo.

‘imobilista’ e a retomada de expectativas, no que tange a novas alternativas” (OLIVEIRA, N., p. 45). No entanto, não é com a industrialização que se inicia a modernização e sim, desde a colonização. Além disso, mais que um momento positivo isso deve ser problematizado, pois o aparente “imobilismo” é também parte do processo em curso que, na contradição, não está separado das “novas alternativas”¹³¹.

O aparente momento de “imobilismo” é referido a outro, de mobilismo, ou mais precisamente a mobilização e, assim, compõe com esse a contradição da modernização. A mediação social que a coloca como parâmetro é o trabalho, e esse se coloca no processo como tempo médio de trabalho socialmente necessário. O imobilismo aparenta ter mais tempo de trabalho (por isso é “menos eficiente” diante dos mais mobilizados) e, por não ser isolado de outros tempos mais móveis, compõe com eles a média social. Assim, participa e pode, em outro momento, ser mobilizado deixando sua posição aparente de imobilismo.

Por isso a afirmação da modernização pelos planos de desenvolvimento é recorrente. Nelson Oliveira salienta a importância do Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB) do início dos anos 1960. Afirma que este pretendia “vislumbrar mudanças reais que necessariamente deveriam se processar internamente para que houvesse um ajustamento à dinâmica nacional [e uma] articulação dinâmica da região enquanto parte integrante do espaço nacional de acumulação de capitais” (OLIVEIRA, N., 1987, p. 63).

Este aspecto revela em parte a força centralizadora em articulação mas, se positivada, tal ideia de “ajustamento” e de “parte integrante” remete a uma interpretação reduzida da realidade. Como afirmamos, essa integração já existe, contraditoriamente, e uma reforma, como o próprio nome diz, apenas efetivaria outra contradição como forma integrada, reduzindo a crítica necessária a um conjunto de ajustes. E foi isso que o Estado fez.

O PLANDEB aliado a SUDENE tinha como meta estimular a industrialização, que deveria equilibrar as balanças de pagamentos, “como elemento chave da nova etapa de recuperação econômica, estabelecendo taxas de crescimento diferenciadas regionalmente e planos de desenvolvimento regional integrados no contexto de um ‘programa de desenvolvimento nacional’” (OLIVEIRA, N., 1987, p. 65).

O próprio autor conclui, concordando com outros, como RITZ (1972), que não havia de fato um planejamento amplo e que alcançasse a real medida do capitalismo nacional, mas

¹³¹ Ver o processo apenas como atraso ou progresso, separadamente, não mostra que o que aparece num momento como atraso é também o próprio progresso, não ideologicamente, mas concretamente, quando por exemplo, vimos que as relações estabelecidas entre os produtores do *catado* eram pressupostos categoriais da modernização, por trazerem em si a *forma mercadoria*, trabalho e dinheiro como potenciais modernos.

apenas pairavam sob uma “visão instrumentalista do Estado, tomado como reforço institucional de um crescimento equilibrado e harmônico do capital no espaço interno da nação” (FREITAS, 1999, p. 68).

No tocante à industrialização, Armin Ritz, buscando um entendimento desse processo na Bahia em suas fases pré-SUDENE e durante o período de atuação desse órgão, destaca em seu artigo “Fenômenos de Dependência na Economia baiana” que a substituição de importações concentrou divisas nas regiões já pré-industrializadas, como a do Centro-Sul, pelo mecanismo de tarifação alfandegária ainda nos anos pré-SUDENE, entre 1950 e 1960. Com isso, a Bahia, que até então concentrava sua economia nas exportações, viu-se prejudicada.

As políticas de incentivos fiscais da SUDENE significaram a tentativa de estabelecimento de “um centro autônomo de expansão manufatureira e de transformar ao mesmo tempo as estruturas da agricultura tradicional. [De fato] nos 10 primeiros anos da sua existência (1960-1970) os mecanismos da SUDENE levaram mais de 1.600 milhões de dólares para o Nordeste” (RITZ, 1972, p. 28). Mas isso, segundo Ritz, não impediu, senão propagou, “o crescimento rápido da renda e a marginalização da maior parte da população [já que] cerca de 70% dos investimentos aprovados pela SUDENE foram feitos por estabelecimentos que são filiais de grandes empresas localizadas no Sul ou no exterior” (RITZ, 1972, p. 31).

Isso tem relação com a mudança fundamental na política nacional a partir de 1964 com a ascensão de um Governo autoritário (que permaneceu no poder até 1984), quando a SUDENE passou a ter uma função muito mais centrada na abertura de fronteiras agrícolas, por meio da CODEVASF, com os pólos de irrigação e com as construções de barragens.

É possível perceber as inflexões na ação do Estado fazendo recuos na observação dos momentos. No fim do *momento regional*, em que o Estado começa a centralizar ações, ainda com a busca de soluções pontuais para as disparidades econômico-sociais, pode-se identificar um conjunto de ações, denominadas “soluções hidráulicas” (RITZ, 1972; OLIVEIRA, 1977).

Isso significou, politicamente, a colocação do Nordeste como “problema nacional”. Tais soluções se relacionavam com a recorrente afirmativa de que o problema para a falta de desenvolvimento do Nordeste se devia, principalmente, aos fenômenos climáticos, determinando as calamitosas secas; limitando, portanto, a produção agrícola e, por conseguinte, o desenvolvimento industrial. O estopim teria sido a “grande seca” de 1877, quando o governo imperial articulou uma comissão responsável por estudar e efetuar ações

técnicas pontuais para minimização ou contenção dos seus impactos. Assim, foram construídas algumas barragens, açudes e também ferrovias.

A “solução hidráulica” foi priorizada e vigorou até meados dos anos 1950. O marco inicial pode ser dado (ainda que com risco de exagero) em 1909, ano em que institucionaliza suas ações, com a criação, pelo então Governo Federal (República Velha), da Inspetoria Federal de Obras contra a Seca (IFOCS). Em 1945 se torna o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). No período em que o IFOCS atuou, a receita federal destinada à essas obras chegou a 12%, tendo sido diminuída gradualmente até 2%. Porém, este “canal” aberto com o Governo Federal não seria facilmente deixado de lado, criando-se outras estratégias para a sua manutenção.

Uma delas é o chamado “redescobrimento do Rio São Francisco”, pela missão COOKE, em 1943, na qual, aliada às demandas dos poderes políticos locais, se colocou em discussão a criação da Comissão do Vale do São Francisco, com a função de planejar ações de desenvolvimento para esta área. À exemplo do que fora realizado pelo estado americano do Tennessee (Estados Unidos), entre as ações estava a elaboração de um plano de regularização do canal fluvial para controlar as enchentes e permitir a melhor navegação destinada ao transporte de mercadorias e passageiros, feita através da construção de barragens. Nisso, seriam coordenadas as ações para a geração de energia pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Portanto, a centralização das ações e sua abrangência regional, e não mais pontual, marca-se por “superações” qualitativas do ponto de vista do momento anterior, *momento regional*, que caracteriza a centralização das políticas desenvolvimentistas no Estado.

Se as “soluções hidráulicas” foram responsáveis por servir de base para outras soluções que envolveram as noções de planejamento e, com isso, necessitaram de maiores investimentos, podemos também dizer que esse foi um período de muitas denúncias referentes à corrupção e favorecimentos, com significativos desvios de verbas e construções de açudes em áreas particulares (OLIVEIRA, 1977; BURSTYN, 2008).

No primeiro capítulo, observamos em parte o contexto de criação desses órgãos e seus desdobramentos que de forma não sucessiva, mas contraditória, estabeleceram-se como pressupostos do que hoje se configura como modernização.

Com a SUDENE, modifica-se a forma de disponibilização de verbas para tais obras e outras ações, e não só, modifica-se também toda uma qualidade do financiamento, cada vez mais centralizado pelo Estado, e de abrangência regional e não mais “pontual”. Para isso precisava de suporte financeiro. Assim, antes de sua criação, o Governo Federal no Nordeste

criou o Banco de Desenvolvimento do Nordeste (BNDE) e o seu dispositivo prático Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Este último era responsável por fornecer créditos agrícolas e industriais, explicitado “como um órgão para fornecer crédito mais barato e a prazos mais longos e ampliada acessoria para um banco de desenvolvimento regional” (CEAS, s/d, p. 19). Sua atuação prática e técnica permitiam uma execução pontual de ações, muito semelhante às propostas pelas “soluções hidráulicas”.

Entre essas ações, que inclui a da CHESF, é a criação do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) responsável pela elaboração de planos de investimentos no Nordeste. Logo em seguida, já no governo de Kubitschek, ocorre a implantação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, que dará origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e a SUDENE. Os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) balizaram os primeiros planos para o desenvolvimento regional do nordeste. Estes foram primeiramente traçados e implementados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com financiamento do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e se fundamentaram na industrialização e estruturas territoriais que tinham como pano de fundo a promessa de inserir o nordeste numa “nova” racionalidade econômica e de divisão territorial do trabalho.

Sinteticamente, o surgimento da SUDENE resultou, entre outros, dos seguintes impulsos políticos e sociais, conforme destaca o estudo sobre a SUDENE elaborado pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS):

- a) Fortalecimento das “Ligas Camponesas”;
- b) Encontro de Bispos do Brasil;
- c) Criação de órgãos como CHESF e BNB, além do GTDN;
- d) Forte seca de 1958.

Assim, uma das conclusões a que se chegou o GTDN, foi publicada na proposta denominada “Uma política econômica para o Nordeste”, onde se pretendia colocar em prática:

uma política de desenvolvimento em que a seca é vista como parte do problema global que só poderá ser solucionado pela criação de um centro industrial autônomo e por uma política agrária baseada na irrigação, na colonização do Maranhão e na melhor utilização das terras úmidas (CEAS, s/d, p. 24).

Após negociações e ajustes, não pouco tensos e conflituosos, a SUDENE é finalmente criada em 1959. Mas, somente depois de um ano tem seu primeiro plano diretor aprovado,

contando com o apoio do governo norte americano, dos bispos do Brasil e de uma série de intelectuais nordestinos. Estes últimos, no “Seminário para o desenvolvimento do Nordeste” (realizado pela Conferência Nacional da Indústria) em 1961, aprovaram um documento de Celso Furtado denominado “Orientação da política econômica do Nordeste” e outro de José Arthur Rios “Modificação da estrutura Agrária”.

A SUDENE colocava então como pretensão, em seu plano diretor, assumir a “coordenação de todos os órgãos federais (CVSF, BNB e DNOCS) e a execução de uma política integrada” (CEAS, s/d, p. 26) e assim, colocar em prática as conclusões do GTDN, referidas a uma solução industrializante para o Nordeste (IBGE). Isso levou a Superintendência a colocar como prioridade uma política de incentivos fiscais, que propunha “favorecer um fluxo compensatório de capital privado em sentido contrário (do Centro-Sul para o Nordeste) e a inversão de capital local na própria região” (CEAS, s/d, p. 01).

Esses incentivos eram regidos por uma legislação do órgão em seus principais artigos destinavam-se ao incentivo da indústria sendo conhecidos como “34/18”. Conforme a SUDENE, foram assim detalhados:

qualquer pessoa jurídica do país poderá deduzir até 50% (cinquenta por cento) do imposto de renda devido, para investimento ou reinvestimento em projetos industriais, agrícolas, ou de telecomunicações entre comunidades da área de atuação da SUDENE, desde que este órgão, para os fins expressos no artigo citado, declarem serem eles de interesse para o desenvolvimento do Nordeste (CEAS, s/d, p. 02).

Os incentivos tornaram-se logo um grande dinamizador da produção mas, como ressalta Albert Hirshman, dentre outros, isso pouco propiciou a continuidade do trabalho do GTDN, para o qual os incentivos deveriam ser parte de um modelo de desenvolvimento, e não somente agente modernizador pragmático dotado de ações técnicas pontuais.

Como se afirmou, o período desenvolvimentista na região Nordeste teve como principal ação a implementação do Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) – no qual a figura central era o próprio Furtado –, de fundamental importância para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo Freitas, nas palavras de Rômulo Almeida – um dos integrantes do GTDN, que depois assumiria a direção da Petrobrás na Bahia – a solução para uma “agricultura de abastecimento” do interior baiano, deveria passar por técnicas, pois

a agricultura de abastecimento concorria em desvantagem diante da pouca representatividade política e social dos que por ela eram responsáveis; pelas deficiências de transporte, de armazenagem e de crédito; pelas secas sucessivas que atingiam as áreas onde a mesma era praticada; sem esquecer o papel catalisador dos

produtos de exportação, os quais exerciam forte atração sobre fazendeiros e trabalhadores (FREITAS, 1999, p. 66).

A atuação da SUDENE caracterizava-se por um conjunto de políticas estatais direcionadas ao planejamento e à modernização que, em outras palavras, se pautou na identificação do “atrasado”. Nesse sentido, elaboravam planos de ação práticos para solução, quanto ao atraso, fazendo com elas alcançassem um *status* “mais modernizado” comparando-se a outras “regiões” mais progressistas.

Como se viu a SUDENE propôs, como uma de suas primeiras funções “favorecer um fluxo compensatório de capital privado em sentido contrário (do Centro-Sul para o Nordeste) e a inversão de capital local na própria região” (CEAS, s/d, p. 01). Sendo o dispositivo denominado 34/18, o mecanismo utilizado para isso. No entanto, tal dispositivo ampliou a concentração da renda. Isso,

precisamente por ser um mecanismo de aceleração da integração é que a intervenção do Estado é ‘planejada’, pois trata-se de deslocar os esquemas de reprodução próprios da economia do Nordeste por outros que têm sua matriz noutro contexto de acumulação: o ‘planejamento’ é, pois, essa forma de transformação dos pressupostos da produção, essa passagem da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue à grande burguesia do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1977, p. 99).

E, ainda, ao isentar o imposto de renda para empresas que se instalassem e retirassem as matérias-primas da região, tratava-se: “de converter toda a riqueza nacional, especialmente a parte que era captada pelo Estado, em pressupostos da nova produção: um mecanismo típico do capitalismo monopolista e de seu correlato, o Estado monopolista” (OLIVEIRA, 1977, p. 103).

Desse modo, ao se promover o investimento em indústrias ou, mais precisamente, em acumulação (com a extração da mais-valia em termos reais), logo isso começa a baixar os lucros, não sendo capazes de repor os investimentos. Segundo ele, só será possível manter essa produtividade através da utilização de poupanças excedentes ou da expectativa antecipada de lucro. Em outro momento, o mesmo autor afirmará sobre os incentivos do Governo que,

como mecanismo de transferência do excedente do Centro-Sul para o Nordeste, dentro da estratégia geral de ‘homogeneização monopolística’ do espaço econômico nacional. Num momento em que, objetivamente, a capacidade de poupança pode atender aos requisitos da inversão real, a política de incentivos passa a ser uma forma desesperada de manter alta a taxa de acumulação, mediante o expediente de ‘socializar’ a esterilização do excedente, pois que o Governo doa praticamente a metade do capital, reduzindo, com isso, o custo do capital para os investidores, para os quais as taxas de lucros que os novos investimentos possam propiciar poderão continuar sendo altas em relação ao próprio capital investido (OLIVEIRA, 2008, p. 117).

Quanto ao Médio São Francisco, pode-se dizer que a SUDENE pouco atuou diretamente, quando muito apenas nas suas zonas fronteiriças. As duas passagens que seguem, mostram como as particularidades do processo fazem nossos interlocutores ficarem desapontados, com essa situação: “No Médio São Francisco [comparando ao que fora realizado pela CHESF no Alto e Sub-Médio] – pouco se fez a não ser executar a ‘grande política de pequenos serviços’”(GALVAN, C. et. al., 1973, p. 14). E, ainda: “No Médio propriamente dito, algumas zonas com maior potencial agropecuário se desenvolveram (Irecê, Barreiras), enquanto o resto permaneceu preso à sua pecuária extensiva, lavoura de subsistência e extrativismo secular” (GALVAN, C. et. al., 1973, p. 14).

Esse desapontamento revela a positivação do processo como um todo, sem problematizar se as mazelas presentes nessas áreas citadas tiveram relação com o tal “desenvolvimento” alcançado. Em parte, discutimos algumas imbricações desse desenvolvimento no primeiro capítulo¹³².

Em 1964 iniciaram-se os planos e estudos voltados ao chamado desenvolvimento do Vale do São Francisco em sua totalidade, com destaque para o Grupo de Levantamentos e Estudos do Vale do São Francisco que, sob coordenação da SUDENE, Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e CHESF, juntamente com técnicos da *Bureau of Reclamation*, realizaram um estudo sobre os recursos hidráulicos e de solo da bacia do São Francisco. Buscaram três objetivos: treinar profissionais nessas áreas; gerar um plano integrado de desenvolvimento dos recursos hídricos e modificar as instituições de desenvolvimento de recursos hídricos.

Nesse processo político guiado pela SUDENE, frente às ações do DNOCS, se concentrou objetivos que permitiram em 1967 a CVSF tornar-se a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE). Seu papel chave era atuar no desenvolvimento dos recursos hídricos e sobre a terra com autonomia para estabelecer contratos com empresas estrangeiras. Em outros termos, ela era responsável direta pela transformação no trabalho.

Os resultados desses estudos chegam a conclusões basicamente idênticas que se fizeram valer nos reclames e pedidos dos coronéis e elites locais antes mesmo de 1930. Entre essas constatações, destacam que “as técnicas utilizadas são rudimentares tanto pela baixa qualificação dos trabalhadores em grande parte analfabetos, quanto pela falta de sementes selecionadas e financiamentos. Não são usadas praticamente técnicas de irrigação (...) que

¹³² A concentração da terra e a desigualdade econômico-social com seus números alarmantes para essas áreas (como vimos no primeiro capítulo), pode não revelar muito (já que se trata de médias pautadas em cálculos de renda e distribuição igualmente fetichistas), mas nos fizeram ao menos refletir sobre o processo, entendendo-o como um processo dotado de contradições.

poderia elevar em muito a produtividade atual” (GALVAN, C. et. al., 1973, p. 17). Também ressaltam a questão fundiária desigualmente disposta como geradora do “atraso”.

Passado alguns anos, na década de 1970, mais precisamente em 1974, a SUVALE torna-se a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)¹³³. Este é o mesmo contexto no qual se coloca em prática, pelo Governo Federal, o Programa de Integração Nacional (PIN), entre outras ações¹³⁴. Nesse momento, ainda com base nos resultados do relatório do *Bureau* e das ações da PROVALE, coloca-se em execução mais um “projeto-impacto” para o Vale do São Francisco, que fez, segundo CERQUEIRA (1988), com que boa parte do Médio São Francisco continuasse à “margem” do dinamismo econômico nacional.

Entendemos, por outro lado, que a noção “ficar à margem” é em si bastante criticável, já que na modernização a contradição colocada é justamente a da impossibilidade de algo ficar totalmente à margem.

Desse programa resultou a configuração da estruturação viária, na qual o autor destaca que o município de Barra passou de uma posição de centro comercial, com base na navegação fluvial, para a de “centro do vácuo”, pois as rotas das estradas de rodagem não o atenderam ao mesmo tempo em que a navegação do São Francisco tornava-se cada vez mais difícil. Não só por conta do que argumenta, ou seja, devido ao assoreamento e ao aumento dos calados dos barcos conforme a maior necessidade de transporte de mercadorias, mas também pela própria dinâmica da produção, como salientamos anteriormente.

A construção de estradas não constitui a única atuação no sentido de estabelecer as políticas infraestruturais. Nesse sentido, torna-se importante comentar outras ações, como as propostas pela CODEVASF.

Segundo CERQUEIRA, o período da “solução hidráulica” não foi suficiente para a contenção dos flagelos da seca. Com a SUDENE teve início a “fase de desenvolvimento

¹³³ A CODEVASF é um órgão estatal que atua no Vale do São Francisco. Ela foi criada em 16 de julho de 1974, sucedendo a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) fundada em 1946 e a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) em 1967. Vimos algumas das ações e objetivos da CODEVASF no primeiro capítulo.

¹³⁴ São elas: Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra): crédito subsidiado para os latifundiários; Programa de Integração Nacional (PIN): no qual se destacava a função de colonizar áreas próximas às rodovias; Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale), com um intuito parecido; Em 1974, Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste; Polonordeste: que tinha como apoio os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI). O Projeto Sertanejo de 1976 – sem terra, pequeno proprietário com terra, médio proprietário, grande propriedade. Projeto Nordeste: classe média no campo. Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). Frentes de trabalho na contenção da calamidade até 1970 modifica-se para atender outros aspectos: melhorar rodovias e açudes, poços; trata-se de política de modernização que inclui a circulação de produtos e benefícios ao grupo hegemônico. Segundo ainda CAVALCANTI (1976) esses projetos são “políticas de redefinição regional do trabalho”.

planejado”¹³⁵ que no caso da irrigação, ficava a cargo da CODEVASF. No entanto, até 1976 a CODEVASF não teria alcançado 11% da meta inicial proposta desde seu surgimento em 1974. Isso já falava CAVALCANTI (1976), destacando as ações dos projetos de irrigação nordestinos, afirmando que, além do baixo número real de famílias incorporadas aos projetos (900 ao invés de 21.000), a desapropriação encontra-se aproximadamente seis vezes maior que a área relativa aos colonos incorporados, sendo esses colonos em sua maioria originários de outras áreas e Estados. Um dado significativo diz que, ao invés de 36 mil hectares irrigados, o DNOCS só efetivou 9 mil hectares até 1975.

Vimos que isso até os dias de hoje não mudou e que essa é uma das formas que o Estado, aliado aos empresários, encontra para colocar o trabalho e a renda da terra como relação central, ainda que não se coloque como paradigmático o aparente não uso da força de trabalho e da terra como mercadorias em realização.

O que mudou foi a prática do financiamento, antes realizado mediante planos de desenvolvimento regional através de Companhias e empresas estatais que alcançavam os empresários; agora são feitos diretamente ao empresário ou organizações não-governamentais, sob a forma de projetos de curta duração pontuais: crédito à pequena empresa, capacitação de trabalhadores, reestruturação ou estabelecimento de uma cadeia produtiva, entre outras ações que envolvem o fornecimento de crédito para o seu estabelecimento inicial.

Mas, ainda assim, as ações de âmbito nacional não deixaram o caráter infraestrutural como uma de suas metas. Conforme apresentamos no primeiro capítulo, as ações da CODEVASF – hoje ligada ao Ministério da Integração Nacional – e dos programas federais como “Luz para todos” e “Bolsa família” entre outros, ganham contornos infraestruturantes. Vimos isso no caso do município de Barra.

Neste município o foco era a implantação de uma infra-estrutura hídrica por se tratar de uma região semi-árida (que apresenta alguns cursos d’água perenes, como o rio São Francisco e Grande). Para SOBRINHO:

a referida agência de desenvolvimento [CODEVASF] atua em vários setores, como educação, saúde, transporte, assistência à agricultura etc., mas a sua atuação mais intensa volta-se ao setor agropecuário, desenvolvendo sobretudo os chamados projetos de irrigação, ora destinados à colonização, ora à implantação de empresas capitalistas – e geralmente mistos. Para a implantação dos referidos projetos, a empresa vem requerendo a desapropriação das áreas onde implanta a estrutura necessária ao desenvolvimento da irrigação (...) ao longo do vale, grandes áreas são

¹³⁵ CERQUEIRA (1988). Esta fase para outros autores é o período das “soluções econômicas”, na qual a hegemonia das soluções hidráulicas cede espaço a políticas relacionadas ao planejamento econômico, principalmente da SUDENE.

desapropriadas pela CODEVASF e destinadas a grandes e médias empresas para a implantação dos projetos de irrigação. Os antigos ocupantes, em sua maioria, deslocam-se para as cidades próximas ou para centros urbanos como São Paulo (SOBRINHO, 2006, p. 32).

A integração de ações estruturantes, capazes de *mobilizar o trabalho*¹³⁶ e formar os espaços¹³⁷, é também identificada por GIROTTO (2005) na atuação da CODEVASF:

a CODEVASF atua no sentido de fornecer as bases matérias e jurídicas necessárias para a reprodução da lógica global no local. Além de definir metas e planos, o órgão é responsável pela modernização das infra-estruturas da região, implantando novos fixos (pontes, estradas, ferrovias, sistemas de irrigação) e estruturando novos fluxos. Da mesma forma, é a CODEVASF a responsável por definir a normatização do uso desta nova territorialidade. Esta normatização do uso privilegia as grandes empresas detentoras de capital, informação e tecnologia, necessárias para o funcionamento da

¹³⁶ O sentido de mobilizar é o mesmo utilizado por GAUDEMAR (1977) quando fala do processo de mobilidade do trabalho. Aqui nos referimos ao fato de essas agências formarem pólos, colônias ou mesmo cooperativas empresarias, onde regularizam uma área e abrem vagas de emprego para o trabalho na fruticultura. As terras passam a ser privadas e o trabalho nelas é realizado por homens e mulheres, ex-roceiros ou ex-vaqueiros.

¹³⁷ O espaço produzido nessas relações, para utilizar um conceito bastante discutido na geografia (LEFEBVRE, 2000; HARVEY, 2006; SANTOS, 1979, 2004; SMITH, N., 1988; entre outros), revela alguns aspectos importantes, relacionados à materialidade das relações de produção.

É passado o período em que a geografia se preocupava só com as relações entre o Homem e a Natureza, ambos como fatos, objetividade da realidade sobre a qual só se podiam descrever os fenômenos aparentes, físico-climáticos, geobotânicos ou culturais. Para a interpretação dos Brejos, no entanto, isso não nos ajudaria a entender no momento atual a existência de certas relações: *parceria*, a *ajuda mútua*, se não fosse para querer modificá-las, introduzindo técnicas mais sofisticadas, tirando-os de um atraso secular.

Mas a geografia é mais que isso, a produção do espaço, como conceito e objeto, é a prova de que se pode observar muito mais do que aparece como real. A natureza é sociedade e a sociedade é segunda natureza. Assim, o caráter positivo e objetivo dos primeiros geógrafos se dialetiza, numa profusão mais crítica sobre as relações materiais.

O espaço geográfico até pode ainda ser planejado, ordenado, regionalizado (como de fato tem sido proposto), mas antes disso, ele é a formação social em desdobramento. Como um conjunto articulado em três níveis de totalidade – Mundo, território e lugar (SANTOS, 2004, p. 270). Tal elaboração coloca acento na técnica, e no seu desenvolvimento desigual de acumulação de tempos e técnicas, mas acaba por positivá-las juntamente com o trabalho. Vê-se o trabalho como transhistórico (POSTONE, 1993), e junto com ele o espaço, ainda que perceba nestes uma mudança de conteúdo, durante o desenvolvimento da sociedade. Resta para sua abordagem, a política que, se for mais adequada, poderá suprimir o desenvolvimento técnico desigual dos lugares no território.

David HARVEY (1982; 2006), assim como Niel SMITH (1988), pensará o espaço também em termos de acumulação e expansão. Aproximam-se de MARX (1998; 2008a), através de LUXEMBURGO (1991), encontrando na dimensão espacial uma contradição temporal, desvendando um importante aspecto do capital: sua busca pela simultaneidade. No entanto, afastam-se do próprio Marx por não criticar todos os fundamentos categoriais da relação capital, deixando uma delas, talvez a central, sem a devida crítica radical: o trabalho.

Dessa forma, apesar de perceber processos importantes, como a acumulação e expansão numa imbricada relação tempo-espaço, e exploração-sobreexploração, *mais-valia* relativa e absoluta juntas e encontrar na política estatal uma afirmação essencial do capital, salvaguardando-a mesmo em momentos críticos, acreditou demais em seus olhos, quando viu no Estado também uma possibilidade de contraposição ao capital. Assim ao ontologizar o trabalho, ontologizou o espaço e transformou o Estado num sujeito, uma possibilidade na política para salvar a geografia e, de lambuja, a modernização. Viu a sobreexploração como problema mas não viu que nem sempre é possível ser explorado. Não se livra dos grilhões da modernização se apegando a um santo qualquer, ainda mais se o santo é quase o próprio Deus: trabalho.

Desse modo, com tal olhar sobre as relações de produção, como formas articuladas de modos de produção capitalistas e não capitalistas, onde os não capitalistas são cada vez mais explorados, ainda que não se resolva a questão dos Brejos. Pois, ali, não se evidencia empiricamente esse processo, ao contrário, uma forma social com momentos diferentes onde justamente o que falta é isso – longe de nós querer com essa fala negar todas as mazelas do trabalho e sua precarização (ANTUNES, 2003), pois em se existir trabalho, de pronto esse é uma precarização das condições sociais.

reprodução desta estrutura, em detrimento do pequeno proprietário. Quando este consegue se manter em sua propriedade produzindo, acaba sendo subordinado por uma grande empresa no momento da comercialização da produção (GIROTTI, 2005, p. 06).

Acreditava-se que disso resultaria o progresso e o desenvolvimento da área, tida, desde sempre, como “abandonada” pelo poder estatal. No entanto, como desconfiamos, parece que a tal falta é fruto da modernização, e não a falta dela.

CONSIDERAÇÕES

Os momentos da modernização apresentam formas aparentemente isoladas umas das outras. Isso serve de motivo, em geral, para formulação de políticas de ajuste ou desenvolvimento que, em verdade, ao serem implementadas, revela logo o quanto não são capazes de estabelecer o pretendido. No entanto, justamente por isso realizam o processo, ainda que negativamente, ou seja, se impõe como modernização.

Os Brejos da Barra, formados nesse processo são positiva e negativamente momentos do mesmo, imbricados assim no desdobramento contraditório da atuação estatal da SUDENE e CODEVASF, mobilizando terra e trabalho no Vale e, assim, impondo preço de força de trabalho, preço da terra, estimulando a circulação de mercadorias entre outros.

Entendemos que esse processo ocorre distintamente em três momentos:

- a) Preâmbulos dos anos 1950: caracterizado pelo predomínio das relações onde o Estado e o “poder local” não são facilmente distinguíveis. Pode-se entender esse momento do processo como característico de um *momento regional* (TOLEDO, 2008; BOECHAT, 2009; LEITE, 2010);
- b) Anos 1950 aos 1990: caracterizando um momento em que Estado e “poder local” já são distinguíveis, ainda que atuem conjuntamente dada a concentração e centralização das ações modernizantes no *Estado*, destacando-se, entre outras, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF): *modernização retardatária* (KURZ, 2004) ou *região planejada* (TOLEDO, 2008; LEITE, 2010);
- c) Anos 1990 até hoje: *modernização retardatária* como “gestão do colapso”, caracterizado pela qualidade de se estabelecer, através do crédito estatal, em parceria público-privada, a transferência de renda e o estímulo ao consumo, os pressupostos modernizadores.

No momento atual, o capital social total, com a autonomização e desenvolvimento das

forças produtivas, recolocam o problema da reprodução balizada em processos produtivos que, a cada ciclo, dependem ainda mais do capital fictício, e outras que passam mais ciclos sem essa necessidade, apesar de terem se iniciado a partir dessa dependência. Mas o “interessante” dessa articulação e a ampliação da circulação de dinheiro (mesmo na forma desdobrada crédito) e do consumo, dadas a sua maior disponibilização através do Estado.

No entanto, justamente por se permitir utilizar desses artifícios, as possibilidades críticas aumentaram e o Estado assume isso gestando seu lento ruir. Essa aproximação só é possível por se tratar de momentos identificáveis, não facilmente, na complexa trama da realidade concreta e processual.

A modernização é o processo contraditório do desenvolvimento das forças produtivas (KURZ, 2004; MARX, 1998; 2008a,b), que tem por base a mobilização da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977) e a generalização da produção de mercadorias, marcada por *rupturas* essenciais, nas quais as formas concretas obscurecem os nexos formais críticos como aparentemente não-críticos. Essa dificuldade indica que as categorias devem ser problematizadas como um *duplo*: concreto e abstrato.

Então, para a análise ou interpretação desse processo é preciso um olhar atento às categorias desdobradas da forma de se relacionar pelo *valor*, como trabalho, mercadoria, dinheiro e crédito, junto com sua geração. Esse desdobramento é crítico, e com o desenvolvimento das forças produtivas, aprofunda a crise e entra em colapso (KURZ, 2004). No entanto, ainda assim, aparece como não crítico, podendo ser gestado como se fosse modernização.

Portanto, trata-se de um processo que é crítico, dada a necessidade de “superação” constante de contradições internas limitantes (por exemplo, desenvolvimento das forças produtivas e expulsão do trabalho do processo produtivo, atrelada à necessidade constante de gerar *mais-valia*).

Ainda que aparente ser um processo linear ou sucessivo, a modernização é o desdobramento categorial *não simultâneo*, colocando-se como sucessão. Isso gera uma realidade espaço-temporal fetichista, concreta e abstrata, *não simultânea*. É o capital (relação social total) como *cisão*, ou seja, divisão não total de categorias em desdobramento, que em momentos não sucessivos aparecem em *autonomização* (MARX, 2008a).

O caráter cindido e em desdobramento da modernização, em que as categorias não se apresentam com aparente autonomia (*não autonomizadas*), terá uma qualidade diferente, não menos crítica, se comparado aos momentos onde essa aparência de autonomia (Marx, 2008a) está posta. O Estado, contradição do capital, é um importante componente (não único) dessa

transmutação, assumindo (como a outra face do Capital) ações na tentativa de suprimir essas contradições, ou seja, ações que a qualifica como *modernização retardatária* (KURZ, 2004).

Cada momento, dado a qualidade da imbricação das categorias do capital, permite a identificação aparente de distinções na modernização. Primeiro, a contextualizada pelo *momento regional*, onde o Estado e poder local (com o monopólio da violência) são um só momento, ou seja, as categorias não estão autonomizadas na *região*; depois pela sua superação, onde o Estado se *autonomiza* do poder local, tomando para si o papel de “empreendedor” da modernização – agora *modernização retardatária* – duplamente característica: através de planejamento e desenvolvimento “regional” (em que predominam subsídios e financiamentos estatais) e outro de gestão integrada do território (marcados por parceria público-privada e transferência de renda), na qual as categorias autonomizadas podem, a depender de condições, aparecer fusionadas como se não fossem categorias *autonomizadas* (TOLEDO, 2008).

Percebe-se que, além dos investimentos nacionais e internacionais na estruturação viária e energética, parte fora destinada à agricultura, principalmente nos projetos de irrigação no vale do rio São Francisco. Isso contribuiu para uma reordenação fundiária e do trabalho – famílias foram realocadas, o que acarretou mudanças na forma de reprodução.

Enfatizamos a atuação estatal, mas não negamos que ela só é possível pela prática também particular, que faz a medição concreta, entre esta e o trabalhador. Falar em incentivo fiscal e subsídio é remeter à esfera particular financiada. É falar de produção de *mais-valia*. Ou quando estes se direcionam à mobilização da terra e, por consequência, do trabalho, nos empréstimos a grandes empresas que afirmam ocupar as fronteiras com produção de alimentos, mas que, em verdade, aplicam o dinheiro no mercado financeiro, aumentando sua renda, e dando calotes monumentais nas dívidas que têm com este Estado. Essas questões não se desvinculam, portanto, da produção geral de *mais-valia* e da situação ainda mais crítica que se encontra aquele que vende a força de trabalho para sua reprodução¹³⁸.

Nos Brejos da Barra (em alguns deles) isso se relacionou à elaboração do “Projeto Distrito Brejos da Barra” que, vinculado à CODEVASF em 2001 iniciou um plano de estruturação viária, de energia, saneamento e técnicas de aperfeiçoamento do trabalho para fruticultura em algumas das comunidades brejeiras, todos como parte da noção de Arranjo produtivo local evidenciada no primeiro capítulo, que será retomada no próximo capítulo quando nos aproximarmos da reprodução das relações de produção nos Brejos.

¹³⁸ Muitos autores enfatizam essa situação, observada no Brasil principalmente a partir dos anos 1960. Dentre eles, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Walter Porto-Gonçalves.

CAPÍTULO 3

A MIGRAÇÃO A PARTIR DOS BREJOS DA BARRA

Raramente o homem do povo é dono de alguma coisa no São Francisco, especialmente em se tratando de terra. (Wilson Lins, 1983)

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA MIGRAÇÃO A PARTIR DOS BREJOS DA BARRA

No capítulo anterior ao tratar da formação dos Brejos da Barra como momento da modernização e a modernização retardatária como outro momento, trouxemos alguns elementos sobre a discussão da mobilidade e mobilização do trabalho. Agora trataremos do fenômeno da migração, como expressão empírica dessa mobilidade e mobilização do trabalho e momento da reprodução de muitas famílias. Por esse motivo, não desvinculado do desdobramento categorial da mercadoria e do dinheiro.

No Brejo da Cabeceira do São Gonçalo mora senhor Antonio Milão. Ele conta que seu avô, Lourenço Rodrigues, chegou a esse Brejo por volta de 1915 com seus filhos, após comprar uma porção de terras (que hoje equivale a 1/3 desse Brejo) de um primo¹³⁹.

Esses primeiros moradores teriam se deslocado a partir do Brejo São Gonçalo, localizado mais à jusante e próximo ao rio Icatú, um afluente perene do rio São Francisco. O Brejo do São Gonçalo é um dos mais antigos dessa área, originado do processo já destacado (segundo capítulo), relacionado à mobilidade do trabalho no bojo da ocupação por grandes fazendas de gado no São Francisco e no próprio rio Icatú, por volta do século XVIII.

Conforme se apossavam das terras que viriam a ser os Brejos, possibilitavam a territorialização da forma regional, estabelecendo as relações sociais de produção, sendo eles moradores atrelados, direta ou indiretamente, às fazendas de gado como agregados (agricultores ou criadores), escravos ou posseiros “livres”, produtores de gêneros alimentícios e utensílios. Vinculavam-se e eram parte conformadora da dinâmica dos mercados e feiras de Ibiraba, Barra e Xique-Xique, no bojo do “sentido da colonização”.

Como parte da dinâmica de repartição de terra por herança, compra e venda de posses entre as famílias, essas foram aumentando sua área de ocupação total mas, ao mesmo tempo, diminuindo a área de cada posse, buscando sempre as margens dos riachos (permitindo o

¹³⁹ Cabe lembrar que essas compras são feitas sem nenhuma documentação e, em grande parte (ainda hoje), sem uso de moeda corrente, que é substituída por gado. As terras em verdade apropriadas e vendidas entre eles, são posses em áreas devolutas ou em fazendas registradas, no *registro paroquial*, mas que hoje não têm validade jurídica, conforme estabelece a Lei de Terras. Somente em alguns casos há um registro de posse no INCRA, com o qual conseguem empréstimos. E, como exceção, há aqueles que registraram a terra, pagando o Imposto Territorial Rural.

surgimento de outros Brejos). Entre eles o Brejo da Caroeira, do Barbosa, do Tamboril, do Mato Escuro (todos do Eixo São Gonçalo).

Essa ocupação, portanto, não é descolada do processo, expressando concretamente, uma ou mais de uma situação:

- expropriação por alguma fazenda de gado que se instalou às margens do São Francisco ou rio Grande, retirando os posseiros;
- fugas da situação de escravo das fazendas;
- fim de relação de agregamento por alguma crise na fazenda ou mesmo conflito;
- por retirância de outras áreas sertanejas mais secas, onde o acesso à água estava cerceado por famílias que monopolizavam o poder da terra.

Naquele momento, no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, a *caatinga* encontrava-se mais densa e a água do riacho ainda não havia vertido. Ao se instalar neste Brejo, eles derrubaram a mata primária do *baixio*, deixando apenas os buritis, que indicavam a existência de água em lençóis freáticos pouco profundos, onde faziam as cacimbas (buracos no solo) para retirar a água de beber e dar aos animais. Dessas cacimbas, após algum tempo de ocupação, verteu água, formando uma das nascentes do riacho São Gonçalo¹⁴⁰.

Ainda sobre essa dinâmica hídrica, é importante destacar a relação entre as nascentes dos riachos nesses Brejos e o rio São Francisco (mais à jusante). Conforme o rio São Francisco se apresenta em cheia ou vazante, assim é também a dinâmica dos riachos dos Brejos, sendo possível estabelecer uma relação entre a cronologia desses eventos¹⁴¹.

Em nosso último trabalho de campo no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, em outubro de 2010, o riacho São Gonçalo estava quase seco. O rio São Francisco em Barra também apresentava o nível de seu leito muito baixo, inclusive com formação de ilhas muito maiores que as observadas nos últimos anos em que estivemos lá (de 2005 a 2010).

¹⁴⁰ Esse evento é contado por vários brejeiros. A dinâmica hídrica dos riachos das veredas, nessa área em particular, constituída pelas *paleodunas* (AB'SABER, 2006) ou *dunas inativas* (BARRETO *et. al.*, 1999), estão relacionadas à dinâmica dos rios São Francisco, Icatú e Grande. Assim, alternam-se no tempo, períodos em que o lençol d' água tem a capacidade de aflorar e estabelecer o curso hídrico do riacho ou não, permanecendo como um lençol freático, mas muito próximo à superfície. Os principais estudos sobre essa área de dunas são os de BARRETO *et. al.* (1999) e AB'SABER (2006), que descrevem suas características geológicas e geomorfológicas no tempo geológico.

¹⁴¹ Entre 1915 e 1916 houve uma grande estiagem no semi-árido, coincidindo com o período aproximado de chegada de Lourenço Rodrigues ao Brejo da Cabeceira. No final desse período, ocorreu uma grande enchente no rio São Francisco, provocando o que os brejeiros denominam de o período em que o Brejo *embrejou* (verteu mais água que o normal, impossibilitando o plantio das roças). Anos mais tarde voltou ao fluxo "normal". O senhor Milão relata outro momento, nos anos 1960, quando o Brejo da Cabeceira do São Gonçalo embreja. Esse foi um dos motivos que fez com que seu pai migrasse para as roças de feijão recém formadas no município de Irecê. Realmente em 1959, no rio São Francisco, ocorreu uma grande cheia, fazendo seu leito subir mais de 10 metros. No fim dos anos 1970, Antônio Milão, já adulto, lembra que ele mesmo migrou para as roças de Irecê, pois o Brejo havia *embrejado* outra vez. Quando observamos os dados históricos sobre as cheias do São Francisco, vemos que em 1979 houve uma grande enchente nesse rio. Caderno de Campo 7.

Nos Brejos da Cabeceira do São Gonçalo e da Caroeira, à montante, no eixo São Gonçalo, os brejeiros, para poderem cultivar as roças, tem de “produzir o solo”, isso porque as areias das dunas e a *porção embrejada* de veredas não ofereciam as condições para o plantio direto¹⁴². No riacho São Gonçalo, as areias foram deslocadas antropicamente para as suas margens, formando aterros úmidos que se destinaram ao aumento da área de plantio, principalmente de cana-de-açúcar e mandioca, com intuito de produzir rapadura, cachaça e farinha de mandioca.

As longas distâncias até as feiras eram percorridas utilizando animais como mula e burra, para carregar as mercadorias: cargas de farinha de mandioca, rapadura e bombas de cachaça. Viviam neste momento de pequenas roças de mandioca, feijão arroz, nas porções mais úmidas, criando gado, coletando frutos, extraindo mel, resinas e caçando na *caatinga*. O sal era extraído de um afloramento no solo¹⁴³. As lamparinas utilizavam como combustível parte da folha do buriti e algodão, sendo a faísca dada por atrito entre pedras, conforme nos relata Antônio Milão:

gás [querosene], isqueiro... não isso é depois, antes tinha o *papa fogo* – botava o algodão no chifre do gado, pegava talo de buriti seco temperava [misturava] o algodão e batia a pedra preta da serra e saia faísca pra fazer o fogo... demora a pegar... nós sofriamos... um dia com chuva o fogo apagou a noite no caminho... sopramo o papa fogo e nada... botamos da pólvora da espingarda na cabaça e ela estourou... voou... [risos].¹⁴⁴

As famílias logo aumentaram, ampliando também em número de posses (e roças para o consumo próprio e comercialização) e expandindo em quantidade o número de Brejos. Essa é uma das formas que adquire a mobilidade do trabalho, a sua expressão territorial.

Tratamos disso ao analisar a formação dos Brejos. Agora abordaremos o fenômeno, da migração para ajudar a delinear pontualmente a sua ocorrência na modernização do Médio São Francisco e dos Brejos.

1.1 A MIGRAÇÃO BAIANA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO

A discussão em torno do trabalho e da migração é bastante presente no Brasil. Ambas são quase sempre diretamente relacionadas como causa e efeito. O trabalho, enfatizado como categoria necessária ao ser humano, pela qual este modifica a natureza ou realiza seu existir,

¹⁴² Sabemos que qualquer atividade agrícola demanda o trabalho para a formação da roça, salientamos apenas que, neste caso, as formações de veredas entre dunas de areia intensificam a baixa fertilidade e a acidez do solo de vereda (que se aproxima de um solo hidromórfico), dificultando ainda mais o processo.

¹⁴³ A técnica de extração foi relatada em minúcias por Seu Erasmo (hoje falecido) e Antonio Milão na Cabeceira do São Gonçalo. Barra - BA, fevereiro de 2009. Caderno de Campo 3.

¹⁴⁴ Entrevista com Antônio Milão no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, 2010. Caderno de Campo 7.

se apresenta nesses casos como característica direta ou indiretamente posta ou capaz de colocar em curso a migração. Essa, por sua vez, é quase sempre entendida como deslocamento num espaço geográfico, constituída por fluxos direcionados a partir de “locais de expulsão” para os de “atração”. Ou, mais elaboradamente, como aponta David Harvey, seria parte do processo social e econômico de *ajuste espacial* do capital, que coloca o trabalho (nos termos de precarização) como tendência da *acumulação via espoliação*, flexibilizando o uso da *força de trabalho* (HARVEY, 2004).

Na modernização o deslocamento espacial é parte fenomênica do processo que se expressa como migração e quase sempre é tomado como totalidade desse processo, sendo por vezes associada a uma falta ou excesso de planejamento.

Entender a migração apenas em termos de deslocamento espacial de população poderia nos levar a uma redução desse fenômeno e a uma análise puramente estatística. Por isso, ao tratar desse fenômeno tentaremos estabelecer sua crítica de maneira categorial, e não como problema a ser solucionado. Sem “romantizar” ou “naturalizar” migrantes e lugares, buscamos percebê-lo como parte de um contexto de formação e desdobramento da modernização relacionado ao desenvolvimento contraditório da relação capital,

Dessa forma, a categoria trabalho e sua mobilização ganha centralidade na análise, já que assim o é na realidade, ou seja, forma de mediação social (tempo socialmente necessário), e realidade crítica não só material.

O fenômeno da migração é um duplo processo de mobilidade e mobilização do trabalho não separado da forma social do capital. Opera não como parte de um processo no qual sua ocorrência se deva à falta de modernização, como necessário à normalização social, mas, ao contrário, como resultado histórico da mobilização/mobilidade do trabalho. Ocorre no momento atual posta pela contradição entre o Estado e as formas de capital fictício à ele associado.

Inicialmente observaremos a dinâmica migratória através de dados das instituições oficiais na tentativa de nos aproximar criticamente dessa abordagem quantitativa e da política por ela evidenciada. Porém, isso não significa declará-los como representantes do processo total, até mesmo porque a aparente cisão entre as formas da modernização, Estado e capital, é de fato imbricada contraditoriamente e, por isso, sua análise requer a crítica das categorias.

O conjunto de dados aqui organizados sobre população e migração no Nordeste e na Bahia¹⁴⁵ foi reunido após sua coleta e análise a partir da Superintendência de Estudos Sociais

¹⁴⁵ Trata-se principalmente de perceber que dificilmente a complexa realidade das migrações seria passível de coleta e disponibilização na forma de dados quantitativos.

e Econômicos da Bahia (SEI-BA) e do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Também recorreremos aos *sites* e outros materiais dessas instituições, além dos dados levantados por Pedro CALMON (1998). Em todos eles se sobressaem os dados relativos à população total e sobre a dinâmica populacional, seu crescimento vegetativo e migração (aqui expressa pelos deslocamentos espaciais).

Os dados dos censos nacionais de 1991, 2000 e 2010 (parcialmente disponibilizados) realizados pelo IBGE¹⁴⁶, evidenciam a dinâmica de crescimento populacional (tabela 12):

Tabela 12 – Crescimento populacional Macrorregiões e Estados, IBGE, 2010.

Macro-regiões e Estados	População Total e percentual comparativo do período			
	1991	2000	2010	Percentual aumento do período
Região Nordeste	42.472.733	47.756.893	53.081.950	15%
Região Sudeste	62.139.036	71.928.374	80.364.410	20%
São Paulo	31.174.556	36.691.512	41.262.199	18%
Bahia	11.857.936	13.075.120	14.016.906	15%

Fonte: IBGE, censos populacionais 1991, 2000 e 2010.

Tais dados não mostram o deslocamento (ou mobilidade) espacial de população, nem a mobilização do trabalho, já que não se referem às pessoas que, por diferentes motivos, encontram-se fora do lugar de nascimento por determinado período ou ininterruptamente. Destacam-se apenas as pessoas que moram nessas áreas, mas que podem ou não ser daí oriundas compondo o fenômeno migratório em curso.

Com uma perspectiva mais direcionada ao estudo da migração, o IBGE divulgou um recente estudo, denominado “Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil” (IBGE, 15/07/2011), no qual entende que diminuiu a proporção de migrantes entre as “Grandes Regiões” (Macro-regiões) brasileiras, como segue: entre 1995 e 2000, estes eram cerca de 3,3 milhões, passando a 2,8 milhões entre 2000-2004, por fim, a 2 milhões entre 2004 e 2009.

Para o Nordeste, a instituição afirma que apesar do saldo migratório ser negativo, ou seja, apontando que há migração a partir dessa região, estas não são tão expressivas como anteriormente (tabela 13).

¹⁴⁶ Até a finalização dessa dissertação, o IBGE não havia divulgado os novos dados do Censo 2010 sobre migrações. A contagem de população de 2007, também não traz essa informação, sendo, por esse motivo, utilizados os dados de 1991 e 2000. No entanto, em 15 de julho de 2011 este instituto lançou um estudo chamado: “Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil” (IBGE, 15/07/2011).

Tabela 13 – Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório das Grandes Regiões, 2004/2009, IBGE, 2011.

Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório das Grandes Regiões, 2004/2009						
Grandes Regiões	2004			2009		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Norte	330 660	266 919	63 741	184 634	219 793	-35.159
Nordeste	848 002	934 589	-86.587	541 733	729 602	-187.869
Sudeste	844 605	1 059 913	-215.308	656 386	668 801	-12.415
Sul	305 063	270 477	34 586	252 947	154 094	98 853
Centro-Oeste	534 879	331 311	203 568	418 143	281 553	136 590

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Porém, na tabela pode-se perceber que, no período apresentado, imigraram do Nordeste mais de 1,3 milhões de pessoas, e emigraram cerca de 1,6 milhões e, portanto, houve um saldo geral negativo de mais de 100.000 pessoas. Perguntamos-nos se 100.000 pessoas são desconsideráveis para a análise deste processo? Além disso, o fato de mais de 1 milhão de pessoas serem mobilizadas é tão insignificante assim?

Na tabela abaixo apresentamos os dados referentes à migração por estado da federação, considerando os períodos de 2000 à 2004 e de 2004 à 2009 (tabela 14). Percebe-se que, de fato, houve diminuição dos saldos líquidos da migração, afirmado no estudo, que “como observação de caráter geral, destaca-se uma tendência de diminuição do volume dos fluxos migratórios em todas as Unidades da Federação” (IBGE, 15/07/2011).

Tabela 14 – Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório, Unidades de federação – 2004/2009, IBGE 2011.

Unidades da Federação	2004				2009			
	Imi-grantes	Emi-grantes	Saldo líquido migratório	Índice de Eficácia Migratória	Imi-grantes	Emi-grantes	Saldo líquido migratório	Índice de Eficácia Migratória
Rondônia	49 046	55 239	(-) 6 193	(-) 0,06	34 249	32 206	2 043	0,03
Acre	14 777	13 212	1 565	0,06	13 059	13 026	33	0,00
Amazonas	64 001	52 928	11 073	0,09	63 102	35 594	27 508	0,28
Roraima	39 394	13 325	26 059	0,48	15 351	14 675	676	0,02
Pará	235 111	187 426	47 685	0,11	118 292	160 200	(-) 41 908	(-) 0,15
Amapá	32 525	18 281	14 244	0,28	19 987	11 073	8 914	0,29
Tocantins	82 312	112 004	(-) 29 692	(-) 0,15	50 491	82 916	(-) 32 425	(-) 0,24
Maranhão	180 924	258 016	(-) 77 092	(-) 0,18	125 387	154 859	(-) 29 472	(-) 0,11
Piauí	119 646	113 952	5 694	0,02	74 798	104 822	(-) 30 024	(-) 0,17
Ceará	141 680	120 574	21 106	0,08	93 740	98 073	(-) 4 333	(-) 0,02
Rio Grande do Norte	73 494	37 284	36 210	0,33	60 182	37 047	23 135	0,24
Paraíba	138 328	95 957	42 471	0,18	74 291	70 917	3 374	0,02
Pernambuco	179 932	204 868	(-) 24 936	(-) 0,06	100 769	107 334	(-) 6 565	(-) 0,03
Alagoas	81 318	85 668	(-) 4 350	(-) 0,03	43 936	80 757	(-) 36 821	(-) 0,30
Sergipe	45 843	43 258	2 585	0,03	37 736	36 573	1 163	0,02
Bahia	290 343	378 618	(-) 88 275	(-) 0,13	203 885	312 211	(-) 108 326	(-) 0,21
Minas Gerais	429 438	398 460	30 978	0,04	288 373	276 196	12 177	0,02
Espírito Santo	107 132	108 669	(-) 1 537	(-) 0,01	107 421	54 674	52 747	0,33
Rio de Janeiro	166 036	255 653	(-) 89 617	(-) 0,21	141 459	165 522	(-) 24 063	(-) 0,08
São Paulo	823 557	978 689	(-) 155 132	(-) 0,09	535 376	588 652	(-) 53 276	(-) 0,05
Paraná	260 478	271 182	(-) 10 704	(-) 0,02	203 613	171 868	31 745	0,08
Santa Catarina	214 287	139 268	75 019	0,21	194 033	113 545	80 488	0,26
Rio Grande do Sul	116 643	146 372	(-) 29 729	(-) 0,11	90 636	104 016	(-) 13 380	(-) 0,07
Mato Grosso do Sul	90 071	97 271	(-) 7 200	(-) 0,04	57 900	50 205	7 695	0,07
Mato Grosso	192 691	81 011	111 680	0,41	78 627	90 654	(-) 12 027	(-) 0,07
Goiás	315 571	168 574	146 997	0,30	264 087	135 031	129 056	0,32
Distrito Federal	152 073	199 982	(-) 47 909	(-) 0,14	149 903	138 037	11 866	0,04

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Nota: Exclusivo os imigrantes vindos de países estrangeiros.

No entanto, o *saldo líquido migratório* e o *índice de eficácia migratória* pouco dizem sobre a mobilização do trabalho, tanto que, ao se observar os dados absolutos de emigrantes e imigrantes, percebemos o quanto estes são bastante expressivos.

A partir do estudo da SEI-BA (2006), analisamos os dados disponíveis sobre a imigração e emigração por estado que, apesar de ser relativo aos quinquênios 1986-1991 e 1995-2000, nos ajuda a perceber parte do processo. Neste, a emigração relativa e absoluta do Estado da Bahia aumentou, passando de um total de 469.091 para 518.036 pessoas, mas que

“a incidência da emigração entre sua população de cinco anos ou mais de idade (4,5% no primeiro período e 4,4% no último), está longe de colocar o estado entre os de mais alta incidência emigratória do país ou mesmo da Região Nordeste” (SEI-BA, 2006, p. 33).

De fato, a Bahia se encontrava na décima posição em relação às outras 26 Unidades de Federação do Brasil quanto aos dados relativos, porém, ao se destacar apenas os dados absolutos, ela sobe para segunda posição, ficando abaixo apenas do estado de São Paulo. Isso revela que o fenômeno migratório a partir da Bahia foi, neste período, bastante relevante, ficando obscurecido, ou ao menos atenuado, na visão da SEI-BA, já que esta afirma: “em relação à emigração do estado da Bahia, apesar de apresentar um ainda muito significativo volume (segundo maior do País, conforme mencionado, com pouco mais de meio milhão de emigrantes registrados em 2000)” (SEI-BA, 2006, p. 82).

Se quinhentas mil pessoas significam pouco para o fenômeno migratório, afirmamos que uma já é demais para o estabelecimento da crítica ao trabalho e sua mobilização expressa também no fenômeno migratório.

Atualmente isso mudou um pouco, mas a perspectiva é também negativa. Segundo o estudo do IBGE (15/07/2011), a Bahia apresentava-se em segundo lugar, em 2009, considerando os números relativos e números absolutos no quesito emigração (tabela anterior). E, “na Bahia, confirma-se um quadro de estabilidade e de perda populacional em quase todos os municípios, exceto em parte do seu litoral, no oeste e na divisa com Pernambuco” (IBGE, 15/07/2011). Mas ainda chega a 56% o percentual de pessoas que deixam o Estado da Bahia migrando para São Paulo. Isso mostra a continuidade do fluxo de pessoas que saem da Bahia, principalmente em direção a São Paulo.

Quanto à chamada “migração de retorno”, o mesmo estudo mostra que há um expressivo número de pessoas que estão retornando ao estado da Bahia, no entanto, estes números revelam, percentualmente, uma queda de 25,65% para 15,01% de 2004 para 2009.

Passemos então as análises das migrações internas ao Estado da Bahia, a partir de dois estudos realizados pela SEI-BA (2006; 2007) referentes a essas migrações nos períodos 1980-1990 e 1995-2000.

O primeiro, SEI-BA (2006), coloca a necessidade de historicizar os fluxos de origem e de destino, como parte das transformações estruturais ocorridas tanto nos Estados para onde migram, como naqueles de onde emigram, revelando um método de interpretação que, como veremos adiante, situa-se entre o de caráter neoclássico e histórico-estrutural do fenômeno migratório. Isso se evidencia nas duas afirmações extraídas desse mesmo estudo a seguir:

Para além da busca de melhores oportunidades de trabalho, vem crescendo a importância de outras motivações nos deslocamentos demográficos com fins residenciais, a exemplo da perspectiva de uma vida mais tranquila, longe do *stress* e da violência cada vez mais presente nos grandes centros (SEI-BA, 2006, p. 55).

E ainda,

a migração é um fenômeno sociodemográfico altamente seletivo por se concentrar nas chamadas idades economicamente ativas, cuja explicação sempre esteve relacionada ao mundo do trabalho. Embora não se possa pensar a migração – e nenhum outro componente da dinâmica demográfica (fecundidade e mortalidade) – como decorrente exclusivo da esfera econômica (...) não se pode negar a estreita relação das questões econômicas com a decisão dos indivíduos de empreenderem movimentos migratórios (SEI-BA, 2006, p.18).

A seguir, assinala que, desde 1940, há certa tendência do “modelo de desenvolvimento” adotado (em âmbito federal) em concentrar a população em áreas urbanas e industriais. O Nordeste teria contribuído com uma grande gama de população, não só para as áreas urbanas, como também para as de fronteira. Ressalta ainda que a fórmula adotada seja a da manutenção da estrutura fundiária,

é importante acrescentar que a saída de pessoas das áreas rurais para o meio urbano do Centro-Sul foi influenciada também pela estrutura fundiária predominante no Nordeste (grande concentração de terras) que, associada às secas, dificultava ao pequeno agricultor sobreviver em sua propriedade, impelindo-o a buscar outras alternativas de trabalho (SEI- BA, 2006, p. 19).

Por fim, ainda que toda essa avaliação não se proponha à crítica ao trabalho e ao Estado de maneira categorial, ela identifica dois processos do fenômeno migratório: a tendência diferenciada da “migração de retorno”, e a tendência à migração para as regiões metropolitanas.

Esses dois processos realmente foram identificados também pelo IBGE (2000), tendo como base os dados relativos às décadas de 1980, 1990 e 2000. Hoje, as tendências encontradas pelo IBGE (2011), revelam que as “migrações de retorno” têm relativamente aumentado. Já sobre a migração em geral, afirma que os destinos dos migrantes são hoje as “cidades médias”, e não mais as metrópoles.

O fato de a migração ocorrer em “vários sentidos” precisa ser aprofundado. Mas, isso só é possível se houver uma aproximação da análise mais total, a da mobilização da força de trabalho (e os aspectos críticos que lhe colocam) caso se extrapole essa profusão de dados.

Mas, fiquemos com eles mais um pouco. Em outro estudo da SEI-BA (2007), relativo aos quinquênios de 1986-1991 e 1995-2000, é apresentado os dados sobre a migração enfatizando as Regiões Econômicas da Bahia.

O Médio São Francisco, em números absolutos de imigrantes interestaduais, passou de 4.175 pessoas (em 1986-1991) a 6.683 pessoas (1995-2000) oriundas de outros estados ou Regiões Econômicas. Em termos comparativos, entre as quinze regiões, ele se encontrava na décima quarta posição entre as regiões de maior concentração de imigrantes nos dois quinquênios analisados.

Quanto ao caráter oposto, de emigração, no primeiro quinquênio (em 1986-1991) o Médio São Francisco apresentou um total de 17.108 pessoas e no segundo quinquênio (1995-2000) esse número passou a 18.443 pessoas, mas sua posição dentre as quinze regiões caiu de décima primeira para décima terceira.

Portanto, em comparação com as outras regiões econômicas, o Médio São Francisco apresenta tanto um baixo índice de imigrantes, quanto de emigração, sendo sua dinâmica migratória em números relativos pouco expressivos nos dez anos avaliados.

Mesmo assim é importante perceber que as baixas taxas relativas escondem, por vezes, significativas taxas absolutas, principalmente se comparadas ao percentual total da população, em torno de 0,6% da população total dos emigrantes do Estado, e o próprio caráter de mobilização existente, além de destacar que tal dinâmica só se desenrola por não se desvincular da modernização em curso.

Por fim, todo esse conjunto de dados referentes a uma parte da dinâmica populacional nos ajuda a situar e nos aproximar melhor do recorte estudado. O fenômeno da migração mostrado compõe o quadro geral no qual se percebe uma importante relação entre os estados da Bahia e de São Paulo no tocante ao deslocamento populacional.

Também vimos como grande parte da dinâmica de migração (tanto de “partida”, como de “retorno”) os envolve e nos faz pensar sobre as motivações, características e particularidades relacionais com a totalidade da reprodução do capital. No entanto, isso nos mostra também que nem sempre esses dados são suficientes para evidenciar a trama da modernização, sendo preciso analisá-los tanto relativa quanto absolutamente.

A reprodução do trabalho pode, pela mobilização e mobilidade do trabalho, ser efetivada ou ao menos tentada em diferentes lugares. Pode-se permanecer muito tempo numa cidade, ou se pode ir e voltar dela mais de uma vez difusamente, e ainda que não se capte toda a trama, pode-se indagar ao menos o que a coloca em curso.

Portanto, a necessidade tautológica de se produzir e analisar dados com intuito de efetivar uma prática baseada nos resultados encontrados (nos próprios dados) não permite aprofundar na análise da contradição que coloca tal necessidade de planejamento ou a própria

realidade em sua dinâmica processual. Por isso, a pergunta sobre os porquês da mobilidade e mobilização da população entendida até então como migração precisa continuar sendo feita.

1.2 A MIGRAÇÃO BREJEIRA DA CABECEIRA DO SÃO GONÇALO

A migração brejeira da Cabeceira do São Gonçalo apresenta um aumento significativo nos últimos 30 anos. Os principais destinos são a sede do município de Barra (BA), Irecê (BA), Barreiras (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA), Brasília (DF), Goiânia (GO), Guarulhos (SP), São José dos Campos (SP) e São Paulo (SP)¹⁴⁷.

Os migrantes de alguns dos Brejos do eixo São Gonçalo são distribuídos assim: do Brejo Cabeceira do São Gonçalo e da Caroeira representam menos que 10% do total de famílias que têm pessoas que migraram e permanecem fora dos Brejos; já dos Brejos do Barbosa, do São Gonçalo e do Mato Escuro esse número é bem maior, chegando aos 30%.

No conjunto dessa migração, incluindo os que retornaram, nuances são perceptíveis no que se refere à sua ocorrência, duração e sazonalidade. Não há um padrão. Sua dinâmica, entendida como expressão fenomênica da mobilização do trabalho é, em determinados momentos, mais duradoura, alternando-se com momentos onde não ocorrem.

Nos trabalhos de campo, observamos que isso pode ou não se relacionar diretamente a capacidade da reprodução do trabalho, e que não depende só do que pode produzir diretamente da agricultura, extração ou beneficiamento, mais do quê podem conseguir vendendo ou comprando gado, com as aposentadorias, benefícios estatais, trabalho por dia.

Desse modo, as mais diversas formas e motivos aparentes pelas quais algumas pessoas migraram dos Brejos poderiam gerar uma profusão de interpretações, teorias, metodologias e políticas, ou seja, uma *questão migratória*¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Esses dados foram conseguidos em entrevistas com alguns dos moradores dos Brejos do eixo São Gonçalo: Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, da Caroeira, do Barbosa e do São Gonçalo. Destacamos entre eles os agentes de saúde: Odenilson Rodrigues Café (que atua na Cabeceira e na Caroeira) e Damásio Rodrigues (que atua na Caroeira, Barbosa e São Gonçalo). Cadernos de Campo 1, 2, 3 e 7.

¹⁴⁸ Até mesmo porque a ideia de que existe uma só interpretação possível do fenômeno foi bastante discutida por VAINER (1996; 1998), SALIM (1984; 1992), PÓVOA-NETO (2007), e nos encontros da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Essa dificuldade é da própria realidade, mas se reflete como uma dificuldade teórica que, conforme SALIM (1992) e VAINER (1984; 1996), se deve às práticas políticas que a envolve, gerando o que chamam de “questão migratória”, ou seja, “campo de enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração” (PÓVOA-NETO, 2007, p.12). Para SALIM, são “três elementos que constituirão a migração: a distância do deslocamento, o tempo de permanência, ou residência, e o local de origem e destino do fluxo como etapa migratória única e/ou última. Mas a migração não se reduz a transferência de um contingente humano, que em determinado período, desloca-se entre duas regiões, e muda de residência de forma permanente. Uma definição mais criteriosa teria que incluir outras possibilidades como, por exemplo, a migração de retorno dos naturais às suas áreas de origem e abranger também as migrações temporárias” (SALIM, 1992, p.121).

A partir disso, mas buscando também a crítica radical das categorias envolvidas nesse fenômeno, nos aproximaremos do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo.

Empiricamente, o fenômeno da migração não tem tanta expressividade como materialização de fluxos a partir desse Brejo. No entanto, o fato de existir tal deslocamento espacial de população coloca como paradigma a mobilidade e mobilização do trabalho, junto com suas outras questões implícitas (violência, poder, reprodução), tanto para quem permanece, como para quem migra. Isso foi observado nos discursos predominantes, nas conversas que tivemos com alguns brejeiros.

É cada vez mais comum ouvir dos brejeiros que as atividades realizadas, como a fabricação de cachaça e rapadura, farinha de mandioca, óleo de pequi, frutos e resinas coletados na caatinga, doce de buriti, a *saeta* de buriti, entre outros, são cada vez menos suficientes para sua reprodução. Afirmam que essa reprodução não é possível sem o auxílio de outras rendas – como aposentadorias, dinheiro de programas do governo, dinheiro enviado por parentes distantes que migraram ou mesmo o trabalho por dia em localidades próximas.

Isso se revela verdadeiro, já que nos Brejos ampliam-se significativamente o número de migrantes e de pessoas que querem migrar, sendo comum o seguinte discurso:

- Desejo de “crescer” e conhecer, econômica e intelectualmente;
- Diminuição da necessidade de grande quantidade e intensidade do trabalho;
- Manutenção de condições mínimas ou melhores para si e seus familiares, referente ao estudo, alimentação, vestuário, entre outros objetos de consumo;

E, no tocante a esses desejos e vontades, torna-se importante ressaltar os processos reais dessa migração. São eles:

- a) Migração a partir dos Brejos para “áreas próximas”, onde se assalariam durante poucos meses e retornam. Entre elas destacam-se: Irecê (BA), Barreiras (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA), e algumas cidades de Goiás;
- b) Migração a partir dos Brejos para áreas “mais distantes”, onde se assalariam durante longos períodos com a intenção de voltar;
- c) Migração a partir dos Brejos para áreas “mais distantes”, onde se assalariam sem a intenção de voltar;

Compondo ao menos três formas de entendimento:

- a) Migrantes que entendem sua situação como passageira e pensam em voltar;
- b) Migrantes que entendem sua situação como definitiva, querendo que os familiares os acompanhem;

- c) Situações mais complexas: imbricação de um duplo sentimento – partir para voltar e voltar para partir;

Todo esse conjunto, no entanto, se elevado à totalidade, faz da aparência a essência, obscurecendo realmente a realidade da mobilização do trabalho, ainda que em condições de crise do trabalho. Problematicemos adiante tal situação!

Essa realidade empírica da migração, ou seja, o fenômeno do processo de mobilização da força de trabalho a partir dos Brejos é importante para a interpretação do momento da sua modernização.

No Brejo da Cabeceira do São Gonçalo situam-se as menores áreas de posse, se comparadas aos Brejos mais à jusante destes, no eixo São Gonçalo (SOBRINHO, 2006). Sendo desigualmente interna a sua distribuição entre as famílias deste Brejo, alguns, com poucas terras e até sem terras, trabalham para outros brejeiros com mais condições, por dia ou em parceria, ou ainda, se deslocam para outro Brejo. Alguns também se deslocam para São Paulo em busca de vender sua força de trabalho momentaneamente para continuar vivendo no Brejo. Eles ficam empregados, quando conseguem, por algum tempo, e compram gado e terra, ou montam um negócio (como bar ou mercearia) e depois voltam para o Brejo, aparentemente noutra condição (não só positiva, mas negativamente).

Em geral, os que migram e conseguem garantir sua reprodução fora do Brejo tentam estimular os irmãos que aí permaneceram a migrar como eles. Entre outras justificativas, argumentam que o “valor” pago pelo dia de trabalho em São Paulo é mais alto: “em São Paulo o dia de trabalho já é R\$ 25,00 enquanto no Brejo é R\$ 10,00 e em Barra é R\$ 15,00. Este é um aspecto da reprodução geral do trabalho, em âmbito nacional, que qualifica e quantifica “diferentes” trabalhos, colocando-os em equiparação, permitindo tal atitude de deslocamento. Mobiliza-se por ser mobilizado antes, pela forma da relação, pelo nexo social de relação posto a todos: a forma trabalho.

Lindomar, morador do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, tem dois irmãos em São José dos Campos (SP) e diz que quer ir trabalhar com eles para comprar uma moto. Afirma que vai vender o cavalo e um garrote para comprar a passagem. Ele já havia morado em São José dos Campos (SP), entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, mas como não conseguiu ser registrado, e tinha que ajudar o pai nas roças no Brejo, voltou, e se encontrava aí até outubro de 2010.

Em entrevista concedida em outubro de 2010, Odenilson, morador do Brejo da Caroeira, nos relata um pouco desses aspectos do processo migratório de alguns brejeiros.

Erick: [Em São Paulo] Conseguem emprego de quê?

Odenilson: Uns trabalha de pintor, uns trabalha de construção, uns trabalha de fazer roupa, de vendedores, outros de entregar coisas... fazer entregas, área de montagem, outros trabalha de pedreiro, segurança... eu tenho um primo que trabalha lá de segurança.

Erick: Você conhece alguém que trabalha sem ser registrado, de vendedor ambulante, por exemplo?

Odenilson: Conheço, tem uns meninos de Tintino mesmo que não são registrados... trabalham como vendedor... Fazem peças e vendem, e diz que dá mais lucro do que se fossem registrados... e ganham bem... dois mil, dois mil e quinhentos reais... chega até três mil... ganha bem, o menino foi e comprou uma casa na Barra esses dias por dezessete mil reais. Mandou o dinheiro para o pai, e o pai pagou dezessete mil... ele quer voltar a morar na Bahia... sua mulher também trabalha... os dois trabalhando, né? e não tem filhos... Almir meu irmão também tira uma faixa de mil e quinhentos, dois mil, tem mês que tira até três mil... ele é pintor... trabalha muito, não tem dia e não tem hora... é de sábado à sábado... é puxado, só que tem um dinheiro a mais, né? Ele fecha uma empreita, contrata alguns pra trabalhar com ele... Gilmar filho de meu tio Milão trabalha com ele... serviço não falta, antes de acabar aquele já tem outro.¹⁴⁹

Depois, comenta sobre alguém que migrou com a intenção de voltar:

Odenilson: um cara foi pra São Paulo e comprou um tanto de terra... era dois herdeiros, cada um tinha ganhado cinco braças e dois palmos, aí ele comprou dos dois herdeiros... ele morou lá só sete meses, ele trabalhou e comprou esses terrenos aí... parece que ele ganhava R\$ 700,00 numa firma... e agora vai receber o seguro desemprego... plantou e agora tá construindo a casa... ele antes não tinha terra... a mãe tinha um pedacinho pequeno pra três filhos, vai dar? É o que eu falo, o sonho deles é trabalhar lá fora pra arrumar alguma coisa... e ele já tava casado e tem uma filhinha... se ele não tivesse feito isso não tinha adquirido a terra... agora vai trabalhar, tem o buriti, tem a manga, tem a cana, a mandioca, tem tudo, tá vendo aí?¹⁵⁰

O trabalho na terra (agricultura ou criação) é importante para a reprodução do brejeiro, sendo seu limite não só a fertilidade, mas o tamanho. Isso se relaciona à noção de divisão parcelar da posse dentro da dinâmica de crescimento da família, como um fator limitante da própria reprodução familiar ou aspecto de reprodução crítica. Mas que não pode ser naturalizado, e sim pensado como historicamente determinado na modernização. Só faz sentido por ser a *não simultaneidade* da produção social total da qual não se desvincula, ou seja, a dinâmica de produção e preços de outras áreas. No Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, em 2009, tivemos a oportunidade de conversar com um brejeiro que acabava de voltar de São Paulo, trazido por seu pai e irmão. Ele havia migrado em 2003 e passou cerca de cinco anos em São Paulo (São José dos Campos) trabalhando como pintor de prédios.

Em São José dos Campos morava e trabalhava junto com seu outro irmão. Porém, após uma forte crise de depressão, foi então trazido de volta aos Brejos. Segundo ele próprio relata, isso durou uns quatro meses: “Não falava com ninguém, dormia ao relento e pouco me

¹⁴⁹ Trecho de entrevista com Odenilson, Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA), outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

¹⁵⁰ Idem.

alimentava”. Há ainda outras atitudes que acompanhamos no trabalho de campo, que seriam resultado desse período em São Paulo, dentre elas a negação da alimentação ele fornecida por considerá-la de baixa qualidade (ênfatizando que comida de verdade era a de São Paulo) e o menosprezo aos modelos de roupas comum nos Brejos – usando as que trouxe de São Paulo (foto 3).

Foto 3 – Domingos, detalhe das roupas: calça *Jeans* e *moleton*. Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA. Erick Kluck, fev. de 2009.

Os outros moradores do Brejo, o tratavam como “desequilibrado”, tanto que a todo o momento sua mãe realizava ou o levava para as “rezas” a fim de resolver seus problemas.

Ao ser indagado sobre os motivos que o levou a sair pela primeira vez, e como foi tal empreendimento, afirma que um de seus irmãos já estava em São José dos Campos, como hóspede de um de seus primos, do Brejo da Caroeira, o qual o codinome é Café¹⁵¹, sempre o incentivando a migrar, “para conhecer” e se “profissionalizar”.

Após quase quatro meses ele melhorou um pouco e, apesar dessa dificuldade, reafirma o desejo de voltar para São José dos Campos. Isso porque, para ele lá se encontra de fato a vida, onde a comida e o jeito de falar são os corretos; onde é possível o conhecimento; e onde, por mais que você trabalhe para alguém, tem a liberdade de não depender da terra ou de chuva para se alimentar e comprar roupa ou ir a festas.

¹⁵¹ O Café é proprietário de um mini-mercado, o qual emprega por algum tempo alguns brejeiros, inclusive de outros Brejos. Vimos em outros momentos do trabalho de campo que este senhor (o *Café*) é um dos principais intermediadores dos moradores migrantes dos Brejos da Cabeceira do São Gonçalo e da Caroeira. Caderno de Campo 3, 5 e 7.

Em 2010 estivemos outra vez com ele no Brejo, e ainda estava em depressão. Segundo seu pai, ele não fala com ninguém, ficando o tempo todo entre o quarto onde dorme e a sala onde vê TV (mesmo quando se torna quase impossível ficar no interior da casa quando as temperaturas estão mais altas). Ele não ajuda no “trabalho” na roça e, além disso, gasta muito, principalmente com roupas:

Domingos não compra nada... ele já foi mais eu uma vez [na Barra]... agora quando compra, o “trem” dele é bom, você pode aprontar o dinheiro porque ele só compra o mais caro... no dia que levei ele, foi comprar uma calça por R\$ 50,00... dava pra comprar duas calças... ele optou pela marca mais cara...¹⁵²

Estes e outros fatos são recorrentes nos Brejos. Para José de Souza Martins, isso se relaciona a uma concepção de “ausência” (MARTINS, 1988), um importante aspecto subjetivo que caracteriza a *migração temporária*, porque, para ele, talvez esses migrantes não tenham encerrado o processo de migração, marcando uma incompleta dessocialização (da origem) e ressocialização (de destino). Esse migrante “é sempre o outro, o objeto e não o sujeito (...) a demora desse reencontro define migração temporária” (MARTINS, 1988, p.50). Após ter migrado, e ter entrado em contato com uma diversidade de situações diferentes, em forma de aparência, são colocados num constante dilema sobre suas vontades e desejos, sobre o que “gostariam de ser”, sobre o que jamais foram, e o que nunca serão.

Entendemos a importância dessa concepção, sendo ela reveladora do que concretamente ocorre ao sujeito que migra. Ainda assim, talvez se pudesse problematizar um pouco mais, colocando a questão de maneira negativa: haveria na forma de sociabilidade moderna, posta por categorias de mediação social como o trabalho e a mercadoria, lugar para o reencontro? Ou, de outra forma, se pensamos a mobilização do trabalho posta como relação social do capital, como “geradora” desse fenômeno, mesmo quando a migração aparenta ser definitiva, haverá tal reencontro? Se excluirmos a dimensão temporal, do caráter temporário da migração, o que resta não é só a mobilização dos sujeitos do capital?

Todas essas questões não são de fácil resposta, e talvez nem as encontremos empiricamente. No entanto, não é problema só da teoria, mas sim da prática social que obscurece parte do que lhe move. Daí a importância de se efetivar a crítica categorial destas relações.

Outro interlocutor no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo foi Gilmar. Em 2009, ele se mostrou bastante ansioso por conhecer São Paulo para trabalhar e estudar. Segundo ele, seu pai sempre afirmou que não gostava dessa ideia mas, ao mesmo tempo, percebia que sua

¹⁵² Trecho de entrevista com Antônio Milão, Odenilson e Lindomar, na Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA), outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

ansiedade o atrapalhava na “labuta” diária no Brejo. Gilmar tem um irmão e três primos em São José dos Campos e, segundo ele, cada reencontro aumenta sua vontade de se deslocar para lá, o que fez em 2010, onde permanece até hoje trabalhando com o irmão Valdeci como pintor.

No Brejo, estávamos conversando com seu pai quando soubemos que ele acabara de ser registrado na firma em que o irmão trabalha e que não poderia voltar para os Brejos em janeiro (de 2011) para o plantio da mandioca, como era esperado. Seu outro irmão, Lindomar, que está no Brejo da Cabeceira, quer muito voltar à São Paulo (SJC) onde esteve trabalhando com Valdeci cerca de um mês. Porém, voltou, pois os pais ficaram sozinhos no Brejo. A notícia de que seu irmão teria sido registrado, fez aumentar sua ansiedade de voltar a SJC, comentando que gostaria de voltar para lá, ganhar dinheiro para comprar uma moto e depois voltar.

Em nosso estudo, encontramos pessoas que saem dos Brejos com o intuito de conseguir dinheiro para adquirir roupas e acessórios; outros para comprar gado; outros para abrir um pequeno estabelecimento comercial (bar, mercearia, etc.); outros para comprar ou arrumar carro; outros ainda para comprar e vender aparelho de DVD; há ainda os que voltam para os Brejos (vindos de São Paulo) na época da moagem da cana, para auxiliar os familiares, principalmente os pais; outros só voltam de férias; outros para ver como estão o gado e a terra (à qual em geral deixa para algum familiar cuidar e usufruir enquanto permanece fora), mas, nem todos voltam, ou seja, permanecem na cidade para onde migrou, estabelecendo outros vínculos familiares¹⁵³.

Erick: Seu irmão então foi o primeiro a migrar do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo. Coragem, hein?

Odenilson: O sonho dele era ir para São Paulo, mas meu pai não deixou e fez ele casar com uma menina...

Erick: Mas botou na cabeça que ia ou tinha alguém lá?

Odenilson: Botou na cabeça que ia... tinha um cunhado dele lá, o João, mas não queria ir pra casa dele não... ele falava: eu quero ir pra São Paulo, chegando lá eu se viro...o pai foi buscar ele em Irecê pra casar com essa menina...

Erick: Por que ele estava lá em Irecê?

Odenilson: Pra juntar dinheiro nas roças de feijão pra ir pra São Paulo... casou com menina e três meses depois separaram, aí ele foi pra São Paulo...

Erick: Ele trabalhava com o que lá?

Odenilson: Ele trabalhava numa firma... *Oreon*... ele saía 6h e chegava 6h, quando eu estava lá em 1994... logo, mudou em SJC, bairro Santa Inês fez um quartinho que só cabia uma cama, onde só ia pra dormir... juntava dinheiro para comprar a cesta

¹⁵³ Estas questões surgiram das observações e conversas com Senhor Milão, Mazinho, Wadú, Grosso, Brinco, Laura, Ernestina, Agripina, Creuza e outros moradores e moradoras do Brejo. E aqueles que estão “fora”, em Guarulhos (SP): Heleno, Ademir, Gilmar, Adailson, entre outros. Caderno de Campo 1, 2, 3, 5 e 7.

para os filhos que mandava pelo correio... fazia o preciso no mato [fezes e urina]... não tinha banheiro não...¹⁵⁴

O que parece só sonho ou vontade é também determinação da forma de ser e se relacionar pelo valor. Uma objetividade de “melhorar as condições” materiais da vida, expressa também a reprodução da mesma. Ou ainda, quando se afirma o “conhecer mais sobre as coisas”, pensamos: não seria essa “forma conhecimento”, na sociabilidade moderna, a forma trabalho e mercadoria, colocadas como um produto de satisfação pessoal, ao mesmo tempo um “algo a mais” na sua mercadoria força de trabalho?

A reprodução crítica requer família grande, na verdade mão-de-obra, para o trabalho na roça ou na criação. Assim, não se poderia deixar os filhos migrarem. Temos como exemplo a insistência do senhor Lino para não deixar Almir sair do Brejo da Caroeira, indo buscá-lo em Irecê, para que não migrasse para mais longe (mas, vimos que não foi suficiente essa ação e Almir mora hoje em São José dos Campos-SP).

Com a ampliação da circulação do dinheiro (moeda) no Brejo, houve em parte uma supressão da necessidade de braços, não deixando menos crítica a situação. Esse filho, ao migrar, é uma perda por um lado (em vários aspectos passando pelo sentimento de saudade), pois, é uma força de trabalho a menos; no entanto, é um ganho, pela diminuição da despesa real e pela possibilidade deste ajudar com dinheiro na reprodução no Brejo (conseguido no lugar para onde migra). Se essa migração tem em parte uma garantia em dinheiro, pela aposentadoria dos pais, por exemplo, não se problematiza mais tanto esse aspecto, a não ser no sentido da saudade, tanto que se não for por motivo de doença, dificilmente se busca um filho migrante de volta.

Essa é uma das imbricações entre dinheiro (moeda e crédito) e a migração. No entanto, como forma, cabe lembrar que o dinheiro está sempre presente nas relações, como poupança em gado e em terra, como produto passível de comércio, como ajuda mútua, parceria, etc.

Portanto, as experiências pessoais são, ao mesmo tempo, forma social. Ou seja, formas dadas por relações objetivas (ou categorias sociais) subjetivadas, e assim obscurecidas na prática. Pensamos, portanto, que não se pode estancar a análise nesse momento prático empírico, ou concreto da aparência, mas sim perguntar sobre as mediações sociais e categorias sociais nelas envolvidas, como o trabalho, a mercadoria, o dinheiro, ainda que estas se mostrem praticamente apagadas numa fusão categorial.

¹⁵⁴ Trecho de entrevista, Odenilson, na Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA), outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

Pensamos ser essa perspectiva crítica categorial importante para a interpretação das afirmações dos brejeiros sobre a própria reprodução nos Brejos, tais como: “o Brejo é um lugar fraco para a manutenção da família”; “o trabalho é muito e não é valorizado”; “se não fosse à aposentadoria não teríamos como nos manter”; “nós do Brejo não temos instrução e precisamos ir para São Paulo para obter conhecimento”; “não conseguimos ir para São Paulo, pois não temos condições”; “devemos ficar para garantir o patrimônio que fora de nossos pais”; “devemos lutar como os mais velhos lutaram”; “hoje é difícil, mas a luta de nossos pais foi maior, pois não tinha estrada ou luz elétrica”; “nos Brejos não tem patrão”.

Isso nos permitiria estabelecer relações entre esses discursos e as práticas – assim como as recentes mudanças infraestruturais percebidas nos Brejos – com as migrações, sem querer “enquadrá-las” em uma “questão migratória”, apesar de essa discussão ser importante no campo da distribuição e luta social, não de sujeitos migrantes simplesmente, mas do trabalhador mobilizado e contra o trabalho.

Ainda que a observação empírica da migração neste caso pareça não ser importante para o estudo, por não constituir fluxos, podemos pensar que essa negatividade não é da teoria e sim do processo, e assim, precisa ser criticada.

1.3 ASPECTOS GERAIS DA MIGRAÇÃO A PARTIR DOS BREJOS

O Brejo da Cabeceira do São Gonçalo é um momento da migração, e essa o momento da mobilidade e mobilização do trabalho que historicamente se desdobra no conjunto de relações que colocam os Brejos no contexto do *desenvolvimento das forças produtivas* e modernização desde sua formação, expressa hoje pela *modernização retardatária* e seu *colapso*.

As relações de produção nesses lugares revelam também momentos críticos e de transformações, nas quais a produção, aparentemente não produtiva, se imbrica e se desdobra em outros momentos realmente produtivos, mesmo sendo quase todo o conjunto da produção social hoje fruto de financiamento ou estimulado improdutivamente no capital financeiro e fictício.

Conforme vimos, a mobilidade do trabalho da região era dificultada por uma série de fatores locais, mas o principal era a disponibilidade de terra e a pressão do *poder local* aliadas a falta de um mercado nacional do trabalho. Impor o trabalho como forma de mediação negativa e positiva foi o desdobramento da modernização.

Neste momento, como narram os relatórios da navegação baiana do São Francisco, ocorriam migrações de retirantes que extrapolavam o local e estavam aumentando entre os anos 1920 e 1930. Segundo CALMON (1998), o fluxo de migrantes baianos direcionava-se para abertura de ferrovias e trabalho nas roças de café. Isso fez com que, num último suspiro de demonstração de poder dos grandes proprietários de terras da Bahia, através do Estado (na tentativa de limitar a migração), estabelecessem uma lei no ano de 1924, pela qual se cobrava um imposto de 10 cruzeiros a mais para quem comprasse passagem de terceira classe para fora do Estado.

Porém, entre 1934 e 1937, o Governo do Estado de São Paulo, começou a subvencionar a migração de “nacionais”, demonstrando uma afronta e, ao mesmo tempo, garantindo a centralidade do poder frente às oligarquias baianas.

Num momento posterior, nos anos 1940 e 1950 registrou-se também um afluxo grande de migrantes partindo da região do Médio São Francisco, principalmente para o Mato Grosso e Goiás. Buscavam, nestas áreas, empregar-se em mineradoras e na abertura de novas fazendas de gado. Senhor Milão se lembra desse momento, quando seu irmão, Tercílio, foi para o Mato Grosso.

Milão: – Pois eu assisti o vapor chegar na pousada na beira do rio... era tangido a lenha... chegava dava aquele apito tão bonito... e chamava o povo...

Erick: – E saía muita gente do Brejo pra lá [para o Sul]?

Milão: – Saía do brejo pra lá e vinha gente de lá, do Mato Grosso, desses cantos aí... saía tudo daí... entrava nesse vapor e ia pra São Paulo, Mato Grosso... um irmão meu foi de vapor... ele entrava lá e dava com a mão em mim... e o vaporzão apitando...

Erick: – E era tempo de seca por aqui?

Milão: – Não... era tempo de chuva, direto, é naquele tempo que chovia... esse povo veio que foram... tudo de vapor... onde é que tinha ônibus? muita gente, toda vida com muita gente... década de 40, 50 e em 60 ainda via vapor... eu ia com meu pai pra Barra, escutava o vapor e ia correndo ver... gente muita naquele cais... gente tirando aquelas malas, malinhas... o vapor Benjamin, o mais bonito... a passagem era cara... Tercílio meu irmão foi pro Mato Grosso, era solteiro, ia pra trabalhar... em São Paulo... ia igual os meninos vão hoje.¹⁵⁵

O motivo alegado (mesmo sendo uma área de semi-árido) era excesso de chuva, que de fato ocorriam e representavam as grandes mazelas para alguns brejeiros. Mas o motivo não era só esse. Nem seu oposto, a seca. No *momento regional*, as terras mais bem localizadas e férteis eram dominadas por grandes proprietários. Assim, nos períodos de crise (em geral seca, mas também de cheias) voltava sua reprodução à subsistência, parecendo ser só esse motivo climático o fator dificultoso da reprodução. A sutileza do argumento é também a da realidade. Há certa naturalização da relação social que, na sua forma, obscurece que a

¹⁵⁵ Trecho de entrevista com o senhor Milão na Cabeceira do São Gonçalo, Barra (BA), outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

reprodução dificultada ou crítica também ocorre devido a articulação entre formas de trabalho e terra de maneira particular onde predominava o poder sobre a terra, sobre o trabalho e sobre o comércio.

Assim, mesmo que houvesse tanto a seca, como a chuva em excesso, e, aliado a isso o fato de serem solos arenosos (dunares), que dificultando a produção agrícola e a criação, nem por isso se poderia atribuir exclusivamente a esses fatores a reprodução crítica e a migração. Tratava-se de relações de poder e *monopólio da violência* (TOLEDO, 2008) dominando as relações de trabalho, travestidas em favores e obrigações, produção de mercadorias e reprodução crítica.

Superado o *momento regional*, no contexto das políticas de planejamento, outros fatores se tornam centrais: a política de colonização, infraestruturação energética estatal e particular, ambas desapropriando áreas. Por um lado, gerando a mobilização da força de trabalho para outras áreas, por outro, permitindo, em parte, a sua realização nas chamadas “frentes de trabalho” das obras do DNOCS e nos recentes projetos de irrigação.

Quanto ao primeiro aspecto, um exemplo é o do município de Irecê (BA) onde se destacava o plantio de feijão, desde os anos 1960, com as ações da SUDENE e CODEVSF.

Para lá migraram alguns brejeiros que, em alguns momentos, procuravam este lugar com intuito de conseguir dinheiro para comprar terra e gado, ou mesmo passagem para ir para São Paulo. Vimos os exemplos do senhor Milão do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, e de Almir, do Brejo da Caroeira.

Após os anos 1930, a migração pelo rio São Francisco, tendo a navegação, a ferrovia e, começa a aumentar em intensidade e posteriormente, as estradas de rodagem como meio de deslocamento. Esse é o momento em que o Estado está se autonomizando do *poder local*, ou nos termos já comentados, quando o *momento regional* inicia sua inflexão ao de *modernização retardatária*.

Alguns autores¹⁵⁶ trataram dessas migrações no Vale do São Francisco percebendo suas relações com as transformações ocorridas nas relações de trabalho como um todo no país e no mundo. O período em que as fazendas de café no Oeste paulista e no norte do Paraná, com seu sistema de colonato (MARTINS, 2010; BOECHAT, 2009), deixam de trazer imigrantes estrangeiros, os governos incentivam a busca de força de trabalho entre os nacionais, principalmente nordestinos. Muitos são então mobilizados do Médio São Francisco e outras áreas, buscando condições precárias de transportes nos chamados “paus de arara” e

¹⁵⁶ Cf. PIERSON (1972); LINS (1983); CALMON (1998); ESTRELA (2003); ANDRADE (1983; 2005) e OLIVEIRA (1976).

vapores, para alcançarem os terminais ferroviários de Pirapora, de onde partiam para São Paulo.

São importantes os estudos de ESTRELA (2003) e CALMON (1998), que mostram relatos tristes sobre as condições da migração, revelando inclusive situações nas quais alguns migrantes caminhavam centenas de quilômetros para chegar ao rio São Francisco; ou quando, noutro período, o da industrialização de São Paulo que coincidiu com os investimentos na produção de automóveis, eram comuns viagens de mais de três dias em caminhonetes superlotadas para se chegar a São Paulo.

Ao tratar das políticas de planejamento, destacando como intencionais os discursos e práticas estatais de modernização, não significa dizer que isso é o processo como um todo. O processo é a lógica e a prática social em curso, contraditório, colocando o Estado e suas ações, e não o contrário, apesar de parecer que isso seja uma verdade.

Dessa forma, falar da intenção posta como planejamento pelo Estado, através da SUDENE e CODEVASF, revela apenas que o processo da modernização está em curso, a ponto de este ter se autonomizado do *poder local* e, assim, estabelecido políticas públicas, que permitiram a aceleração de processos como o da mobilização do trabalho e da formação de um mercado de terras, entre outras. Mas essa “ação estatal” ou esse Estado não é uma totalidade em si mesma. É mais complexa a contradição da relação capital que coloca o Estado. Tanto o Estado como o capital são formas sociais que se contradizem, mas que nem por isso se opõe radicalmente. São também *abstrações reais* (KURZ, 2004) como o trabalho e a mercadoria.

Porém, é fato que as atuações estatais refletiram diretamente no fenômeno da migração, sendo esse momento marcado por um conjunto de ações pelas quais os trabalhadores foram formados (mobilização), deixando suas posses, tendo sua reprodução pautada na produção agrícola e criação ou extrativismo para “si mesmo”, com a implantação dos projetos de colonização (que, muitas vezes, nem são completamente postos em funcionamento); ou por barragens para geração de energia elétrica (que dificilmente terão em suas casas); ou para implantação de parques ou outras áreas de preservação ou conservação ambiental; entre outras.

Neste momento foi incentivada, inclusive com endividamento externo, a criação e fortalecimento do departamento 1 (bens de produção e de capital) e 2 (de bens de consumo duráveis, como a indústria automobilística) no Brasil. A força de trabalho mobilizada se direcionava aos grandes centros industriais em busca de sua venda. Mas, como se sabe desde Marx, o próprio processo tem a tendência de formar uma reserva de trabalhadores e, ao

mesmo tempo, expulsá-los do processo de trabalho pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas.

Não só no Vale do São Francisco, mas em diferentes áreas do Brasil, a mobilização do trabalho se colocou, impulsionando industrialização, a produção de álcool¹⁵⁷, entre outras, atividades que requeriam e expulsavam trabalhadores.

Isso teve mais abrangência até o momento de transformação dos processos produtivos dados pela automação e informatização dos meios de produção, que possibilitava a aparência de que o próprio processo de produção se sustentava ou se autofinanciava. No entanto, grandes somas de crédito eram colocadas em mãos de industriais por bancos e indiretamente pelo Estado, o *capital fictício* (MARX, 2008a). Não quer dizer que não ocorriam processos produtivos, mas que parte deles já funcionava somente na forma, não tendo a fundamentação produtiva como sustentáculo, ocorrendo um imbróglio entre produtivo e improdutivo (utilizando crédito).

Com a automação e informação, além da ampliação de setores ou autonomização destes a partir de ramos industriais, cresce o terceiro setor. Os ciclos produtivos requerem cada vez menos força de trabalho e se sustentam cada vez mais por financiamentos a crédito que se pagam com novas remessas de créditos. Assim, fica estabelecido que o desenvolvimento das forças produtivas, ao expulsar trabalho do processo de produção expulsa a “fonte” da *mais-valia* e, portanto, recorre a outros meios para sua reprodução (o capital fictício).

Neste jogo imbricado entre processos produtivos e improdutivos, o trabalho aparentemente perde além de sua materialidade, dado que se torna lugar comum à execução desses em processos não produtivos, a sua tão dolorosa conquista de direitos. Por isso, alguns denominarão esse processo de precarização do trabalho (MÉSZÁROS, 2010; ANTUNES, 2003; 2009; THOMAS JR., 2004) e das condições do trabalho de aumento da exploração.

Cabe salientar que, do nosso ponto de vista, não se trata aqui de defender o trabalho como mediação social e, apesar de reconhecermos a importância secular da luta de sindicatos e trabalhadores para sua manutenção e por menor exploração, pensamos que se trata de negatizar o processo como um todo, percebendo nessa luta a responsabilidade do trabalhador pela sua manutenção na condição de explorado.

Agora, nem isso se pode mais conseguir: o processo aprofundou sua crise e tornou o trabalhador um ser supérfluo. Mas, não tanto. Não se pode dele desfazer por completo.

¹⁵⁷ Cf. D’ INCÃO E MELLO (1976); SILVA (1999), entre outros.

Prende-o na forma do trabalho, ou seja, mistifica-se sua forma de agir e pensar, naturaliza-a, ainda que por fundamento não se execute mais o que no início dele se pedia. Coloca-o em condições ainda mais humilhantes, uma verdadeira *humilhação secundária* (HEIDEMANN, 2004), na qual se submete por não ter mais como lutar para ser diferente, luta para ter ainda a condição de explorado, pois isso não mais é uma obrigação do processo.

A situação de não encontrarem lugar para vender sua mercadoria mais valiosa, a força de trabalho, aparece colocada à milhares de pessoas no mundo. O trabalho foi para o brejo. Mas, como parte dele resiste na forma, ficamos abismados como esse ainda é realidade de exploração, fazendo o processo se mover negativamente¹⁵⁸.

André Gorz, em seu livro *Adeus ao proletariado* (1982), conclui que a fundamentação do valor dada pelo trabalho teria chegado ao fim com o desenvolvimento das forças produtivas balizado na flexibilização pós-fordista (microeletrônica, automação e informatização do processo de produção). Assim, sendo o trabalho desprovido de valor, levaria consigo toda uma classe, a do proletariado, a perder o sentido que os unia, estabelecendo a vitória do capital sobre o trabalho, mas não a vitória do capital sobre o sujeito.

Discordando dele, Ricardo Antunes afirmará o oposto em seu livro *Adeus ao trabalho?* (2003). Afirma que as transformações do processo produtivo geraram uma precarização do trabalho, tendo a *classe-que-vive-do-trabalho* uma tarefa maior ainda na luta contra a exploração cada vez extremada pelo capital, pois o terceiro setor e as terceirizações de ramos flexibilizaram os postos de trabalho, no sentido de esvair os direitos conquistados à duras penas no período de auge do sindicalismo. E este, por sua vez, mudou sua prática de ação, partindo para a adoção de metas de fundo de investimentos, preocupando-se menos com esses direitos e com a luta por melhores condições de trabalho e renda.

Para o GRUPO KRISIS (2003), Robert Kurz (2004, 2004a; só para citar duas), entre outros, essa é uma questão central. Ao aceitar as transformações no processo de produção, como desenvolvimento das forças produtivas, esses autores não afirmam, no entanto, a total desfundamentação do valor, como GORZ (1982), principalmente por ser essa uma mediação social, mais que só materialidade concreta. Assim, discordariam também de ANTUNES (2003; 2009), e a centralidade positiva e ontológica, nesta categoria do capital, pensando que este, por ser uma *abstração real* historicamente determinada, traz em si aspectos violentos

¹⁵⁸ Ser negativo se refere ao processo formal da mediação social fazendo frente à falta de substância do trabalho. No entanto, cabe salientar que, para nós, trata-se desde o início de um processo negativo por ser o trabalho abstração real, e a ele se associar diversas formas de violência.

obscurecidos e que devem ser radicalizados na análise. Por fim, seu entendimento sobre a questão se remete a sua crítica radical como mediação social e, por isso, ainda que uma parte de seu fundamento tenda a zero, a forma prevalece mediando relações que podem nem parecer trabalho. Há uma imbricação entre a forma valor, forma mercadoria e forma dinheiro, além da forma crédito, todas elas como forma de mediação social que tem a forma trabalho como pano de fundo.

Retomando o argumento da modernização, restaria dizer que essas transformações no processo produtivo não se desvinculam da modernização, mas são colocados por ela como financiamentos estatais a empresas particulares direta ou indiretamente, tendo os bancos papel essencial a partir do século XIX. O dispositivo do crédito e do capital fictício, transferência de renda para efetivação de políticas modernizadoras, como estruturação energética, industrial, de produção agrícola, entre outras foram as principais ações estabelecidas por governos “desenvolvimentistas” e “militares” no *pós-Segunda Guerra* nos países do *Terceiro Mundo* (KURZ, 2004).

Esse processo estabeleceu a transição de um *momento regional* para o de *modernização retardatária* e teve como centro a mobilização da terra e do trabalho, atreladas como se fosse uma “acumulação primitiva”. É e não é! É *não simultaneidade* (KURZ, 2004). Pois, é o negativo do processo em curso aparecendo como processo vitalício, se colocando empiricamente.

Essa “acumulação primitiva”, que aparece como uma exclusividade de cada formação territorial nacional, é a reprodução do capital social total em sua *não-simultaneidade*, onde se destaca a formação dos pressupostos categoriais do capital – a terra, o trabalho e capital – em nível nacional. Assim, é “acumulação primitiva” por ser formação dos pressupostos, mas não é um processo que se repõe de maneira *desigual e combinada*, como diria MARTINS (2010), HARVEY (1982; 1982a, 2006), ambos a partir de Rosa LUXEMBURGO (1991). Isso porque, como *não simultaneidade*, não se alcança o *status* de totalidade, e nem acontece de novo a história. Os pressupostos só se formam porque algo já foi posto, num processo anterior, violento e de ruptura. Tendo esse parâmetro, inclusive nacionalmente, as categorias só terão, a partir desse momento, a opção de aparecerem umas autonomizadas das outras (trabalhador, proprietário da terra e capitalista), ou de escamotear-se como *não aparente autonomia* (pois essas se fundem em um só sujeito). Extrair daí uma noção de *acumulação primitiva* que se repõe como propriedade do processo é esconder toda a violência inicial do processo (da qual não se pode desfazer) por trás de uma máscara de bom político e dizer bem alto: não tenho nada com isso.

Por isso, entendemos como *acumulação primitiva* aquela descrita por MARX (*O Capital*) ocorrida na Europa, no século XVIII, e como sua *não simultaneidade*, no caso do Brasil, o momento transitório e processual entre a *região e modernização retardatária*. A partir disso, só se revela categorialmente o que é tendencialmente: reprodução crítica. No entanto, contraditoriamente, são momentos de aparente acumulação (de relação capital) e não acumulação, nem por isso menos violento ou opressor. Mobiliza o trabalho, ou seja, acumula relação social capital, que não encontra, em grande medida, lugar para sua realização. Ou, mesmo mobilizado, permanece, quer ser empresário de si mesmo.

A sutil diferença se revela: é acumulação de relação social que empiricamente não se realiza totalmente, mas formalmente se coloca como nexos sociais. Não é primitiva e nem originária, mas é acumulação de relação capital, violenta, processual. Ações concretas impulsionadas ficticiamente, e assim sendo, não históricas e sim só lógico-ideológicas.

A migração num contexto onde o mercado de trabalho está em grande parte formado, senão empírico, mas formalmente, realmente mobilizando trabalhadores (que, muitas vezes, nem conseguirão encontrar lugar para venda de sua principal mercadoria) nos coloca diante da necessidade de um entendimento crítico dessas relações, sem deixar de lado o que é mais evidente, ainda que obscurecido pela própria forma de ser que são os aspectos empíricos.

Atualmente a migração para São Paulo a partir dos Brejos revelou a problemática geral da migração, ou seja, uma mobilização geral do trabalho. Porém, ocorre num momento em que o trabalho só se realiza como nexos sociais, demonstrando seu caráter crítico também na prática, mudando sua qualidade, o que alguns teóricos, como vimos, chamaram de *trabalho precarizado* ou informal (ANTUNES, 2003; THOMAS JR., 2004).

Esse caráter, se observado em si ou sem criticar a própria categoria que o fundamenta, o trabalho, esconde mais que revela a crise de mediação social, na qual, a mobilização da força de trabalho à todo o vapor, expresso nas migrações (sejam elas de partida ou retorno), não encontra solo firme para se realizar ou pouco o consegue.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1 CAMPOS DE ESTUDO DA MIGRAÇÃO

Essa complexidade de situações é interpretada de diferentes formas pelos estudiosos da migração. Em nossa revisão encontramos os que se referem à migração como deslocamento populacional no espaço, por um viés estritamente econômico, ou relacionado às

diferentes esferas de relações sociais. Também, os que entendem ser esse um fenômeno próprio da relação capitalista, por meio da qual a *força de trabalho*, historicamente determinada, aparece dotada da qualidade de mobilidade (GAUDEMAR, 1977). Parte desses estudos foi realizado por diferentes institutos e núcleos de pesquisa, além de centros e grupos de estudo¹⁵⁹, que se voltam para o fenômeno migratório vinculando-o à demografia. Os dados que sustentam suas análises são os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados (SEADE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Trata-se de um período em que a grande difusão de dados é central às políticas voltadas ao reordenamento territorial, planejamento ou zoneamento. A grande quantidade de artigos e estudos demográficos (incluindo os que tratam da migração como deslocamento populacional) serviu, de maneira direta ou indireta, à formação ou formulação de políticas públicas.

¹⁵⁹ Mesmo sabendo que estaríamos longe de esgotar tamanha variedade e amplitude de tais abordagens, tipologias e categorizações, destacaremos alguns deles. No Brasil, principalmente entre 1960 e 1980, surgem os centros de estudos de população e demografia. Informados por uma dinâmica que envolve tanto aspectos sócio-econômicos como políticos, coletando e correlacionando dados sobre população, não só do ponto de vista de sua reprodução demográfica, mas também na sua dimensão de mobilidade espacial.

Em 1967, é fundado o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, vinculado a UFMG, com a proposta de subsidiar cursos de especialização nas áreas de economia e demografia. As pesquisas realizadas nesse centro informam boa parte das pesquisas demográficas, relacionadas com o deslocamento populacional no espaço empírico e teoricamente. Entre outros estudos, destacam-se os de NOGUEIRA (1991) e MUNIZ (2004). Apesar de sua contribuição, estes estudos acabam por efetivar uma apologia positiva a migração, como fenômeno indiscutível.

Em 1969, é fundado o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), ligado ao Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Este centro dedica-se à pesquisa em Ciências Humanas e foca seus estudos sobre a realidade brasileira e assim como o CEDEPLAR, busca sistematizar os dados disponíveis sobre população. Destacam-se estudos sobre: transformações sócio-demográficas; demografia das desigualdades; gênero e gerações; e etnia.

Em 1977, no Rio de Janeiro, é fundada a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Desde 1978 realiza o Encontro Nacional de Estudos Populacionais, em que se priorizam as discussões científicas sobre demografia. Atua em grupos de trabalho sobre: migração; fecundidade, comportamento sexual e reprodutivo; população e gênero; população e história; população, espaço e ambiente; população e saúde; população e trabalho; demografia para negócios; gerações; e povos indígenas no Brasil. O grupo de trabalho sobre migração foi criado em 1991 e, desde 1997, este grupo de trabalho realiza (em alternância com o CEDEPLAR e o Núcleo de Estudos da População – NEPO) o Encontro Nacional sobre Migrações, no qual propõem discussões abertas sobre as diversas temáticas vinculadas à demografia, aos deslocamentos populacionais, às migrações.

Em 1984 foi fundado o Núcleo de Estudos da População (NEPO), vinculado à Universidade Estadual de Campinas, com a intenção de efetuar “uma pesquisa interdisciplinar que buscasse desvendar as interrelações entre os processos de transformação sócio-econômicos e a dinâmica demográfica do Estado de São Paulo” (NEPO, 2009).

No Rio de Janeiro existe o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-RJ) que trata das temáticas sobre migração e sociedade, além das políticas para refugiados.

Por fim, o Centro de Estudos Migratórios (CEM), Pastoral do Migrante e a Associação de Voluntários para Integração do Migrante, são importantes instituições que se dedicam ao estudo e ao estabelecimento de práticas políticas sobre a migração. A Pastoral do Migrante tem empenhado suas ações numa tendência que propõe a ideia de “mobilidade humana” e de fenômeno migratório, como fenômeno inerente ao ser humano.

Essas, ao antecipar soluções, destacam seu caráter político apologético da modernização. A ideia de uma “definição formal”, colocada por Hélión Póvoa Neto, revela sua preocupação com a superficialidade crítica do fenômeno que, até então, tem norteado políticas públicas (PÓVOA NETO, 2007). Baseado em SALIM (1984), afirma que os estudos sobre a *migração interna* constituiriam três troncos analíticos: neoclássicos, histórico-estruturais e os da mobilidade do trabalho.

Os estudos de migração denominados neoclássicos, segundo SALIM (1984), identificam que “os movimentos populacionais correspondem à mobilidade geográfica dos trabalhadores. Esta, por sua vez, surge de desequilíbrios espaciais dos ‘fatores de produção’: terra, capital e recursos naturais” (SALIM, 1992, p. 122). Portanto, evidencia-se a busca do equilíbrio das condições pessoais, econômico-sociais, como finalidade do migrar, revelando o caráter positivo e, ao mesmo tempo, cíclico ou fechado desse fenômeno.

Vimos que nos Brejo da Cabeceira do São Gonçalo parte das motivações dos brejeiros se enquadraria nesse caráter, principalmente quando afirmavam que sua vontade era a de migrar para crescer, intelectual e economicamente, para montar um negócio, “ajeitar a família”, obter conhecimento de “outra” realidade.

Não é de se estranhar, então, que a aceitação desse entendimento tenha vigorado, ou melhor, ainda vigore, nas esferas de planejamento e ordenamento espacial. Seu caráter progressista, no qual se revela a busca de uma “melhor condição” para reprodução, é o par “perfeito” de políticas e empreendimentos infra-estruturais e de expansão das forças produtivas. A estagnação, remetida ao isolamento do campo, é substituída pela luminosidade dinâmica dos centros urbanos industriais dos fins do século XIX e início do XX.

A *mobilidade perfeita*¹⁶⁰, presente nesse entendimento, é sempre almejada e tem por expressão as correntes migratórias identificadas e descritas, em formas de fluxos ou mesmo modelos mais elaborados, como os gravitacionais. Tal mobilidade é ontológica, ou entendida como inerente ao também ontológico “ser humano” e, por tal motivo, aparentemente destituída de contradição.

PÓVOA NETO afirma que, para essa corrente, “o indivíduo é a unidade de análise, e sua propensão natural ao movimento é um pressuposto” (PÓVOA NETO, 2007, p. 49), ou

¹⁶⁰ A *mobilidade perfeita*, segundo GAUDEMAR (1977), se reafirma no discurso neoclássico enquanto “as formas da mobilidade do trabalho não são mais do que mecanismos que permitem ao indivíduo aceder ou manter-se em locais em que sua satisfação, reduzida à sua transparência monetária, é máxima, não sendo a mobilidade do trabalho, mais do que o postulado de comportamento de um fator de produção, tornando possível a existência destes mecanismos” (GAUDEMAR, 1977, p. 145). Segundo PÓVOA NETO (2007) essa mobilidade deveria ser perfeita, assim como a tendência geral da circulação de mercadorias no espaço tendentes a uma homogeneidade.

seja, há certa dificuldade em se questionar a busca de melhores condições de vida baseadas na possibilidade de uma melhor remuneração do trabalho.

De fato, por esse viés, entende-se a busca por maior remuneração para garantir a reprodução, aspecto bastante destacado nas entrevistas individuais com os brejeiros. Sua relação com o consumo – aumenta recentemente com a abertura de escolas (que requer material e roupas adequadas); energia elétrica (que demanda não só o gasto com sua utilização, mas toda estruturação de fios e eletroeletrônicos dos mais diversos) – coloca aos brejeiros o paradigma da migração, porém de forma positiva, onde encontrar trabalho significa melhorar sua renda e, com isso, a vida.

Porém, Jean Paul de Gaudemar, sobre a mobilidade do trabalho, retoma as categorias trabalho e mercadoria, tecendo sua crítica aos estudiosos da migração, principalmente os demógrafos. Ao rever os estudos sobre migração e mobilidade do trabalho, ele delimita, também nos estudos neoclássicos, suas facetas intencionais e contraditórias. Assim,

face à imagem idílica mantida pelos discursos patronais governamentais - e seus semelhantes teóricos, os modelos neoclássicos – imagem de uma mobilidade ao mesmo tempo desejada pelos trabalhadores, que lhes traria vantagens pessoais, e desejáveis para o bem-estar coletivo e crescimento, ergue-se então a realidade de uma mobilidade suportada, provocando fluxos de homens apenas ao ritmo das contracções ou expansões do capital (GAUDEMAR, 1977, p. 23-24).

A personificação do capital por sujeitos atuantes em variadas esferas, sejam elas estatais ou não (parte das quais denomina patronais), revela-se como facetas contraditórias do próprio capital. Os neoclássicos, na tentativa de corrigir tal contradição, formularam modelos explicativos que tentam afirmar a relevância de uma posição pessoal e ordenadora do espaço.

O capitalismo, em sua reprodução crítica, busca “expandir seus domínios” no desenrolar das forças produtivas em números absolutos e também em sua intensificação. Esse processo, própria contradição em movimento, requer desfazer as ditas estagnações. Para isso, investem também em pesquisas e estatísticas que corroboram com tal desencadeamento de ações, em geral estatais, norteados pela demografia e suas análises quantitativas.

Gaudemar não deixa de ressaltar que tal interesse é próprio de um período em que a teoria perde espaço para a prática dos números, ou seja, para uma pluralidade de quantificações de deslocamentos (inclusive forçados).

Ao se colocar o trabalho como categoria ontológica, enfatizando-se apenas seu aspecto material, incorre-se num obscurecimento da realidade do trabalho no capitalismo. Portanto, ao se limitarem ao indivíduo e suas ações, como que independentes de um contexto sócio-econômico, baseiam as motivações das migrações na subjetividade. Segundo PEIXOTO

(2004), essa perspectiva, a qual chama de micro-sociológica, e privilegia uma visão holista em que, por fim, a decisão de migrar é sempre racional-individual baseada em valores (afetivos ou de tradição) e numa melhoria econômica¹⁶¹.

Mas e as migrações nos Brejos poderiam ser entendidas como vontade pessoal e necessidade individual apenas? Não seria o caso pensar sobre as relações mais estruturais que os envolve, com as relações sociais de produção?

Seriam então as relações de produção o impulso ou a negação da migração dos brejeiros. Como evidenciamos, mesmo tendo os meios de produção, terra e trabalho, sob seu domínio, falta-lhe muitas vezes o dinheiro (moeda). As incertezas e a dificuldade da produção, além dos baixos preços de mercado, os motivam a vender sua mercadoria preciosa, a *força de trabalho* por alguns momentos fora dos Brejos. Alguns em São Paulo (São José dos Campos e Guarulhos) outros em Goiás, em Minas Gerais, e no próprio estado da Bahia em geral com a perspectiva de um dia retornar. Desse modo, estabelecem redes de contato, buscam se empregar, mas nem sempre são bem sucedidos, nos mais diversos ramos de trabalho.

Portanto, seriam levados a migrar pela estrutura articulada da sociedade, na qual se enquadram como força de trabalho latente ou flutuante, na reserva, compondo o quadro mais geral que é o do modo de produção capitalista?

Os autores que partilham dessa forma de interpretação¹⁶² entendem que o fenômeno migratório relaciona-se aos aspectos econômicos e sociais, de distribuição dos fatores do capital, como o motivo da migração. Nesta, os dados importantes para o estabelecimento de fluxos migratórios são os da expropriação da terra, o crescimento industrial, o crescimento do setor de comércio e serviços, entre outros – ou seja, têm como base a contradição capital-trabalho (MARX, 1998), *desenvolvimento das forças produtivas e exército industrial de reserva*.

Com isso se positiva o trabalho, e a necessidade de busca de equilíbrio entre os locais de chegada e de partida, percebendo no Estado um importante agente promotor da migração, mas, que poderia (segundo eles se melhor administrado) propor políticas públicas que realmente resolvesse essa questão.

¹⁶¹ Para alguns autores, algumas das proposições dessa corrente constituem-se como abordagens *micro-econômicas* (ROCHA-TRINDADE, 1996; PEIXOTO, 2004) das migrações onde se destacam os *modelos de atração-repulsão* (ou *push-pull*), as *teorias do capital humano*, as *de ciclo de vida* e, por fim, as *de trajetória social*.

¹⁶² São eles Paul SINGER (1998), George MARTINE (1980), Sérgio Buarque de HOLANDA FILHO (1980), Douglas GRAHAM (1974), Itamar de SOUSA (1980), Eunice DURHAN (1978), entre outros. Seus estudos fundamentaram boa parte da discussão sobre a migração, incluindo a formação e a criação de Núcleos e centros de estudos sobre população que se volta para um olhar demográfico e sociológico do fenômeno.

Portanto, até o momento, as possibilidades de aproximação do fenômeno migratório, como vontade, condição natural, ou uma expressão das relações materiais, vinculadas à produção, nos deixam questões em aberto. Nelas o cerne do problema, quando encontrado, muda de aspecto e se recoloca em outro nível, esfera, ou situação, não permitindo seu esgotamento. Continua sendo uma questão do trabalho no capitalismo e de sua distribuição, não rompendo com sua ontologia.

Tudo isso corrobora para as migrações a partir dos Brejos, ainda que não sejam lá aparentes. Ou o brejeiro migra por necessidade e vontade de trabalhar, ou migra porque as condições de trabalho nos Brejos não permitem sua reprodução. Nesse sentido, não se supera o planejamento na modernização como fim último da busca de uma solução para a migração. Talvez, teoricamente, nem seja esse o intuito desses teóricos e sim apenas ajustá-la à crise do trabalho ou às políticas territoriais, deixando explícito que se trata mesmo de uma “questão migratória” e não uma crítica ao processo ou à modernização.

Com o intuito de criticar a visão neoclássica do fenômeno, mas ao mesmo tempo não descartando-a por completo, e ainda relacionando-a a outra, histórico-estrutural, surge uma problematização que vai em direção da crítica ao deslocamento espacial e ao trabalho no capitalismo. Sua virtude é a problematização e a relação entre as categorias do capital, principalmente o trabalho, não somente em sua forma de aparência como “deslocamento horizontal”, mas como “deslocamento vertical”, revelando uma preocupação com a formação da categoria e sua história.

Essa proposição se inicia com GAUDEMAR (1977) em seu estudo a partir de Karl Marx (*O capital*) e Michel Foucault (*Vigiar e Punir*), chamado *Mobilidade do Trabalho e acumulação do Capital*.

O trabalho, para este autor, teria duas determinações: a “liberdade positiva” e a “liberdade negativa” (GAUDEMAR, 1977; VAINER, 1998) como característica própria da força de trabalho historicamente determinada:

- a) Liberdade positiva: força de trabalho como mercadoria pertencente ao trabalhador que pode dela dispor à vontade¹⁶³;
- b) Liberdade negativa: o trabalhador não tem outra opção que não a de vender sua força de trabalho, disponibilizá-la no mercado, já que não tem os meios de produção para sua reprodução.

Desse modo,

¹⁶³ “Dispor à vontade” carrega um limite contraditório característico da análise do colapso, na qual, com o desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho é expulso do processo produtivo.

a produtividade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício da sua 'liberdade' [duplamente determinada] de se deixar sujeitar ao capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel quer dizer apto a deslocamentos e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

A liberdade, como um dos fundamentos do trabalho no capitalismo, tem seu negativo dado pelo fato de essa ser a única liberdade possível. No Brasil se destacam os estudos de SALIM (1984), VAINER (1996; 1998) e BECKER (1987), entre outros.

Isso coloca uma questão importante às outras correntes sobre o papel histórico e a imposição do trabalho e sua mobilidade no capitalismo. Percebendo essa negatividade como um elemento importante de ação do Estado, Gaudemar estabelece a crítica à mobilidade perfeita e aos fluxos, entendendo a migração como expressão da mobilidade e, assim, de uma ação política estatal.

Não se supera o Estado, mas se critica em parte o trabalho. Com esse passo, o estudo das migrações retoma um caráter crítico categorial perdido há muito nas discussões sobre o deslocamento populacional.

Como afirmamos inicialmente, nossa intenção aqui foi a apresentar algumas nuances sobre os troncos teóricos e as possíveis interpretações sobre o fenômeno nos Brejos. Longe de querer criar outra tipologia, deixamos questões em aberto sobre as particularidades contraditórias de seu entendimento e sua não crítica às próprias categorias.

Portanto, salientamos que o obscurecido nas falas e ações dos brejeiros é ao mesmo tempo, a busca pela reprodução, e mais precisamente, o acesso ao dinheiro (moeda), ou a sua aparente negação quando efetiva a reprodução pela subsistência. Mas, mesmo com essa negação, nem por isso ele deixa de ser a referência. É referência por ser *forma social* de mediação, que se consegue por outra: o trabalho. Ambos são *abstração real* (KURZ, 2004), ou desdobramento da *forma valor* (MARX, 1998) e por isso histórica e socialmente determinada.

2.2 MOBILIDADE ESPACIAL E MIGRAÇÃO: UMA DISCUSSÃO GEOGRÁFICA

No primeiro capítulo, os aspectos atuais das políticas de desenvolvimento indicaram a adoção e elaboração, por instituições públicas e particulares, de formas de ação e planos que se utilizam de conceitos e teorias geográficas.

Estas políticas de desenvolvimento que se apresentavam inicialmente destinadas à recuperação de regiões atrasadas, revelaram-se modernizadoras e, com isso, transformam a

reprodução das relações sociais pelo desenvolvimento das forças produtivas, infraestruturação e formação do mercado de trabalho e de terras, o desemprego, os baixos salários, desapropriações, expropriações, sobreexploração, entre outros. No entanto, essa situação quase sempre aparece como falta de gerenciamento ou má gestão Estatal (o que também pode ser verdade, mas não só) e não como algo próprio dessas ações modernizantes.

Alguns estudos geográficos ou não, utilizam métodos, conceitos e categorias que compõem um vasto rol de práticas diagnósticas, de planejamento e execução do chamado desenvolvimento regional, e agora territorial.

Tentaremos nos aproximar historicamente dos desdobramentos do estudo geográfico na análise da modernização, nos termos em que foram elaboradas e discutidas algumas de suas categorias e conceitos.

A aproximação e delimitação geográfica de uma “área” coloca logo de início uma pergunta sobre a própria Geografia e a prática dela derivada. Isso porque sua própria constituição é histórica e requer a retomada crítica constante de seus conceitos e categorias. Infelizmente (ou felizmente), para nós geógrafos, os limites críticos da Geografia, sejam eles a relação Homem *versus* Natureza; Sociedade *versus* Espaço; ou ainda, a Técnica *versus* Trabalho, é bastante complexo permitindo seu próprio questionamento como ciência.

Isso a faz aparecer como uma ciência de síntese (Alexandre Von Humboldt; Fredenrich Ratzel; Vidal de La Blache) da qual se depreenderia uma Geografia Geral e uma Geografia Regional; ou como um “ponto de vista” (como afirma Richard Hartshorne), pelo qual os diversos caracteres de uma área, *empiricamente significantes*, delimitariam o campo da Geografia como uma “ciência de diferenciação de áreas” (HARTSHORNE, 1978); ou ainda, *Crítica*, na qual o cerne é a discussão da *produção do espaço*, só para citar alguns de seus desdobramentos.

Até o momento neste estudo, vimos como as políticas de planejamento foram, na prática, modernizadoras, levando a regionalizar áreas territoriais para atuação direta nas relações sociais de produção, impulsionando a mobilização do trabalho e da terra.

O estudo geográfico, com suas categorias e conceitos pertinentes, teriam elementos para uma aproximação crítica dos processos imbricados na modernização?

Tratar sobre uma determinada porção do território nacional, como os Brejos da Barra (por exemplo), já é em si mesmo um ato objetivado, assim como entender a existência concreta desse território administrativo nacional que revela, ao mesmo tempo em que esconde, atitudes de classificação e determinação espacial que, às vezes, são naturalizadas. Atribuir naturalidade a coisas e relações sociais é o que precisamente se deve criticar.

No Século XIX a Geografia, legitimada pelo Estado ganha um *status* de campo do conhecimento. Dado o contexto histórico e social, seu conjunto de questões, métodos, conceitos e categorias foram marcados por diversos mecanicismos e naturalizações que, juntos, compunham o que ficou conhecido por geografia positivista ou tradicional (antropogeográfica e regional).

Sua derivação francesa, ou a *Geografia Regional* francesa, entendia que o conceito de *lugar* representava o núcleo central da observação geográfica, pois na escala do *lugar* se poderia apreender características particulares que guiariam a realização de uma *monografia regional* sobre o mesmo. Aspectos como clima, vegetação, relevo e população (que incluía cultura e trabalho) seriam os critérios observáveis no *lugar*, passíveis de comparação com outros, a ponto de delimitá-los. Portanto, a objetividade dos fenômenos seria um dado do *lugar*, cabendo ao geógrafo descrevê-los.

O *lugar*, nesse momento, era equivalente à *região*, ambos naturalizados, sendo a história de formação apenas algo pressuposto e classificável, diferenciador de *regiões*. A paisagem, expressão máxima da relação Homem-Natureza nesta linha de pensamento, era sua evidência empírica, a própria diferenciação, fruto de uma transformação efetivada pela técnica de trabalho do primeiro sobre o segundo. Ainda não se fala de *Segunda Natureza* (MARX, 1975; 1998; SANTOS, 2002).

Estes elementos não seriam suficientes para uma interpretação da modernização dos Brejos da Barra, principalmente por não abarcarem as relações sociais de produção como históricas.

Esse entendimento era diferente de outro que colocava como central uma determinação da natureza, mas ainda assim, não se desvinculava de relações estabelecidas por uma forma de pensar e agir também determinadas por regras costumeiras que se reproduziam quase da mesma forma, a qual denominava gênero de vida, cultura e suas técnicas, sem história de formação.

Todo esse conjunto constituiu o embasamento teórico e político de ocupação territorial no processo colonial africano e asiático (neocolonialismo) dada a crise do capital na Europa.

O olhar teórico geográfico sobre esse momento da mobilização da força de trabalho e seu deslocamento permitiu a elaboração de questões sobre o deslocamento humano, mobilidade espacial ou migração, em outros termos, que não o da teoria do valor¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Veremos como se desdobrou a teorização sobre esse processo. Salientamos, no entanto, que não é porque não o afirmavam em sua teoria, que o processo que tem como cerne a mediação pelo valor e suas contradições não estavam postas.

A geografia já fazia referência aos deslocamentos populacionais antes mesmo de adquirir tal *status* científico. Com Fredenrich Ratzel, geógrafo alemão do século XIX, em sua proposição sobre o “espaço vital”, entendia-se que o Estado deveria impulsionar e estimular a mobilidade populacional, alargando suas fronteiras pelo e para o comércio. Isso porque,

Esse mútuo interesse na vida repousa nas idéias e nos bens que tendem ao comércio entre os povos. Raramente foi possível a um Estado colocar barreiras a eles. Mas unilateralmente a regra tem sido a de atrair os Estados para os mesmos caminhos que eles já forçaram. Devido aos rumos semelhantes de expansão, e andando por caminhos parecidos, idéias e mercadorias, missionários e negociantes, freqüentemente se encontram juntos. Ambos aproximam os povos, criam similaridades entre eles, e com isso preparam o solo para o avanço político e a unificação (MORAES, 1990, p.180).

Fica evidente a naturalização de um movimento, como se fosse vital ao Estado expandir suas fronteiras através da mobilidade de população no espaço, numa espécie de “coesão cultural” que acompanha as relações comerciais. O espaço passível de territorialização era considerado em suas dimensões físicas e naturais: distância, profundidade e altura, além de diferentes climas e vegetações, nos quais se encontravam os povos por ele determinados. O trabalho parecia ser mobilizado apenas em seu aspecto espacial de deslocamento.

À Geografia caberia descrevê-los através de extensas *monografias regionais*, as quais serviriam como fonte de dados para futuros investimentos no processo de expansão. Nesse ínterim, os deslocamentos de população eram tratados praticamente nos termos do deslocamento espacial necessário e natural.

A preocupação com o deslocamento populacional também ocorreu ao geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, que o via como fenômeno necessário à dinâmica progressista e civilizatória, tendo como pano de fundo a colonização e a expansão comercial. Tal perspectiva relacionava o espaço como *meio* ou palco de atuação dos seres humanos e suas relações, estabelecendo como centralidade a *técnica* ou o trabalho como capacidade técnica (ou virtude humana) e não como mediação social de valor (MARX, 1998; 2008).

La Blache foi discípulo e, ao mesmo tempo, grande crítico das ideias de Ratzel, afirmando que o determinismo geográfico não seria absoluto, mas sim relativo. Assim, em seus “Princípios da Geografia Humana” coloca que,

Representa-se a Terra como ‘o palco onde se desenrola a atividade humana do homem’, sem refletir que o mesmo palco tem vida. O problema consiste em dosear as influências sofridas pelo homem, em aceitar que uma certa espécie de determinismo actuou no decurso dos acontecimentos da História. Assuntos sem dúvida sérios e interessantes, mas que para serem resolvidos exigem um conhecimento simultaneamente geral e profundo do mundo terrestre, conhecimento que já não possível obter senão recentemente (LA BLACHE, 1921, p. 29).

É de La Blache a noção de *meio*, como potência ecológica que pode agrupar e manter indivíduos heterogêneos: coabitação e correlação recíproca. Ele destaca a importância da comunicação, ou troca (de mercadorias), como necessária ao desenvolvimento (progresso). O isolamento geográfico geraria o definhamento. “A população humana é um fenômeno em marcha” (LA BLACHE, 1921, p. 42). Afirmar ainda, sobre as sociedades elementares:

Um fermento, porém, trabalhava essas sociedades elementares, impelia-as a crescer e expandir-se. Os rebentos delas encontravam-se assim, no mundo vasto, diante de condições cuja novidade podia repelir uns, mas que abria aos mais superiormente dotados, caminhos de rejuvenescimento e expansão (LA BLACHE, 1921, p. 85).

Essa ideia, além de expressar um dos motores da modernização, dados pela ideia de renovação e expansão, remete a outro conceito importante para o autor, o de *gênero de vida*¹⁶⁵. Esse tem como característica a potencial forma de mobilidade, já que se contrapõe ao de estagnação e isolamento, permitindo tanto adaptações técnicas no lugar, aperfeiçoamentos, como o impulso à busca de novos locais para a realização das atividades, quando do esgotamento de recursos. No encontro entre os gêneros diferentes estaria um dos motivos do progresso.

Nesse sentido, além de uma afirmação positiva da mobilidade (como movimento dos povos e migrações) evitando a estagnação do localismo, também ficaria justificada a colonização como possibilidade ou até necessidade de progresso para os povos.

Portanto, ao invés de um localismo, ganha importância a noção de *meio* ou *lugar* onde o *gênero de vida* garante sua qualidade móvel e relacional dado o necessário deslocamento dos povos, de corpo, alma e intenção que, em seus destinos, conceberiam a adequação dos espaços aos seus usos.

Evidencia-se, desse modo, o caráter de uma expansão que mascara a violência da imposição do encontro entre os *gêneros de vida*. Isso porque a noção de *lugar* esconde a de Estado e território, que dominava as afirmações anteriores, colocando em foco uma relação quase amigável do processo colonial, obscurecendo a noção central proposta por Marx (1975; 1998; 2008), contemporâneo de La Blache, no capítulo sobre a “assim chamada acumulação primitiva”, no qual enfatiza o fator de ruptura promovido pela generalização da forma mercadoria nesse processo.

¹⁶⁵ A noção de *gênero de vida* elaborada por La Blache explicita, segundo Moraes, “o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis” (MORAES, 2003, p.71).

O processo, que era entendido apenas como deslocamento humano e expansão espacial (positivos e lineares), era em verdade, a mobilização da força de trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas que, com a crise de acumulação do capital, era gestado pelo Estado mediando a situação e fazendo o processo aparecer como expansão.

A noção de deslocamento como fim último torna reduzida a fundamentação do valor e do trabalho. Além disso, enfatiza o que é posterior ao processo, não se aprofundando nas contradições próprias do desenvolvimento das forças produtivas já colocadas em questão por MARX (1998) nessa época.

Diante disso, entender os Brejos com essa chave de pensamento nos coloca diante de uma limitação ou redução, a partir da qual as formas categoriais continuariam obscurecidas pela realidade concreta da cultura, do lugar e de sua paisagem. As migrações seriam deslocamentos necessários, derivados da vontade e da própria forma de ser do gênero de vida, ao estilo neoclássico.

Na década de 1940, o geógrafo Maximilien Sorre propõe também estudos sobre os deslocamentos humanos no espaço (ou as migrações) pela disciplina geográfica, desenvolvendo conceitos que partem e aprofundam os propostos por La Blache. Para ele, “a corrente migratória tem interesse particular para o geógrafo. Seu estudo só se torna completo quando relacionado com a massa demográfica das regiões de partida e de chegada” (MEGALE, 1984, p. 138). Em seu modo de entender, a mobilidade (como deslocamento), seria inerente ao ser humano, cabendo à geografia e à demografia desvendá-los, como parte do estudo da “ecologia humana”. Assim,

o quadro aparentemente mais estável é apenas uma imagem mista e fugidia. O movimento surge como única realidade, a permanência como ilusão causada pela mobilidade atenuada, imperceptível, e as vezes também pelo emprego simultâneo de duas escalas diferentes de mobilidade: mobilidade dos grupos humanos, na pré-história e história, como ubiqüidade humana (MEGALE, 1984, p. 129).

Evidencia-se certa incapacidade de se escapar à mobilidade, sendo essa a natureza humana, tanto a pré-histórica quanto a histórica. Assim, apesar de reconhecer algo de fundamental, ou seja, todos estão potencialmente mobilizados, retira todo o caráter histórico da formação da mobilidade, fundamental ao entendimento da questão.

A essa mobilidade ele nomeia de “mobilidade geográfica” que “é exatamente a qualidade ou atributo do ecúmeno em formação e evolução constante” (MEGALE, 1983, p. 56). Esse ecúmeno seria o espaço em processo de ocupação pela população ou os espaços habitados onde se desenrolam as atividades de produção e reprodução humanas. Assim,

Este [ecúmeno] se apresenta, num primeiro momento, como permanente, o que garante o processo de socialização dentro de uma estrutura social determinada. Em seguida, o ecúmeno tem as características da mobilidade, ou seja, está sempre em movimento, através das migrações, sejam internas, sejam para fora ou de fora para dentro de seu contingente demográfico, o que garante ao lado da permanência, uma contínua e lenta alteração (MEGALE, 1984, p. 56).

Portanto, fica evidente uma aproximação e mesmo a dinamização da noção de *gênero de vida* de La Blache. Ao se esgotarem as possibilidades e recursos, ou tornarem-se instáveis as condições de sobrevivência num determinado *habitat* (meio físico humanizado pelo *gênero de vida*) o recurso à migração torna-se indispensável como expressão da mobilidade geográfica. Isso permitiria um novo equilíbrio do ecúmeno, ideia muito comum nos estudos de migração associada à teoria neoclássica da “mobilidade perfeita”.

Ainda no decorrer de sua exposição, descreve uma tipologia para o que chama de “graus de mobilidade” em relação ao lugar de origem ou *habitat*. Quando a mobilidade ocorre, até que se estabeleça um equilíbrio entre necessidades e recursos ou constituir-se o *habitat*, ela é denominada “mobilidade tendente à zero”; por outro lado, quando não se é possível reconhecer o *habitat*, encontram-se os indivíduos em “mobilidade total”, ou seja, são errantes perpétuos.

É interessante notar os fenômenos intermediários aos graus de mobilidade. São eles:

- migrações temporárias: há sempre um retorno ao *habitat* inicial;
- migrações rítmicas, sazonais ou diárias: as necessidades situam-se longe do *habitat*;
- migrações definitivas: se rompe o equilíbrio entre recursos e necessidades;
- quase máxima mobilidade: rompe-se o equilíbrio, povos nômades ou caçadores.

Com a tecnificação ampliada a mobilidade máxima seria alcançada negativamente, onde diferente de uma situação referida a um povo nômade, apareceria o denominado *hobo*, “simplesmente um homem da ‘fronteira’, deslocado numa época e em lugares onde a ‘fronteira’ não mais existe. Já não há lugar para ele no mundo mecanizado e motorizado, onde não encontra um ‘job’[serviço], não importa em que setor (MEGALE, 1984, p. 132-133). Ou seja, devido à tecnificação, uma categoria de trabalhador perde sua fundamentação categorial.

Isso se refere à dinâmica do *habitat*, que se coloca diferentemente do meio natural, na qual agora a figura do *hobo* reflete a problemática contraditória do desenvolvimento das forças produtivas. No momento em que Sorre escreve – o contexto, intenção política, e coerência teórica, mais precisamente sua *ecologia humana* – o aperfeiçoamento técnico só aparece como positivo, evidenciando uma consequência natural de adequação dos mais capazes e inadequação dos menos capazes.

A mobilidade geográfica, nesse caso, implicava uma busca pela reprodução, na qual o ser humano com a técnica aperfeiçoa o meio, e assim, estabelece contatos com outros grupos humanos, gerando uma unicidade técnica. Isto é o desenvolvimento das forças produtivas, mas que Sorre não a coloca como forma geral contraditória, remetendo-a a uma questão de aperfeiçoamento.

Entendemos, no entanto, que mesmo se aperfeiçoando, anos mais tarde, estaríamos fadados ao mesmo destino do *hobo*, pois não se trata só de aperfeiçoamento, mas da contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e expulsão da força de trabalho do processo de produção.

Portanto, apesar de aparecer nesta discussão um problema bastante importante da crítica, que associamos à crise do trabalho na modernização, não se realizou uma problematização sobre valor e sua crise de valorização. Ainda assim, a contribuição do conceito de *mobilidade geográfica* é muito importante para se pensar a mobilização, pois evidencia um aspecto concreto que não pode ser ignorado.

Paralelamente aos estudos de Max Sorre, entre outros, cresce em importância uma corrente autonomizada da geografia: a Demografia. Conformando um campo do pensamento, ela é responsável até hoje por formular métodos de pesquisa, executar a coleta, análise e interpretação de dados sobre população, sua dinâmica de crescimento e deslocamento espacial.

Trata-se também da base de políticas públicas nas quais o espaço aparece como distância e suporte do deslocamento. Ganha notoriedade e incentivo estatal e empresarial dado o contexto de desenvolvimento técnico produtivista em crise. Também se preocupam com as causas e consequências da migração, estudando aspectos como desemprego, transformação nos processos produtivos, crescimento das cidades, migração de retorno.

Todo esse conjunto nos coloca diante dos avanços e limites de parte da teorização geográfica que influenciaram políticas públicas estatais, ligadas à organização territorial e à mobilidade do trabalho nos termos dos *gêneros de vida e mobilidade geográfica*. A implosão do gênero de vida é a generalização das formas categoriais do capital, mas, diferente do que propõem esses autores, não há uma continuidade, evolução ou apenas relações de intercâmbio cultural, na sua diluição, mas sim rupturas, violências, imposições e coerções. O *gênero de vida*, algo só possível de observar anacronicamente, tem uma mudança qualitativa importante com o advento do capitalismo e, a partir daí, toda a história muda, tornando-se história do capital.

Por fim, nos anos 1950 ganha força no pós-Segunda Guerra um movimento de renovação da geografia. Trata-se da *Nova Geografia*, que buscou a integração com outras áreas, como a estatística e a cartografia, conformando um campo quantitativo e teórico¹⁶⁶.

Após ser institucionalizada na Europa no século XIX, a institucionalização da Geografia no Brasil teve alguns desdobramentos¹⁶⁷ importantes de serem aqui pontuados. Constituiu-se como um campo do conhecimento, instrumentalizando práticas de ação imbricadas como parte da modernização, principalmente pela função que seria atribuída aos geógrafos oficiais nos países recém independentes. Dois caminhos são necessários para uma aproximação da questão: a observação dos discursos e ações propostas pelos primeiros institutos e associações de geógrafos no Brasil, e o seu desdobramento nas universidades e nas políticas estatais.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, teve como principal objetivo o de estabelecer um reconhecimento documental e paisagístico do Brasil. Anos mais tarde, em 1894, seria fundada a Sociedade Brasileira de Geografia, que até 1945, era Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ). Entre seus objetivos estava: “a organização de seus espaços nacionais”. E, como a própria instituição reconhece, “consequentemente, as sociedades geográficas tornavam-se instrumento específico a serviço do Estado, pois as informações levantadas auxiliavam, sobretudo, no reconhecimento do território” (SBG, 03/2011). A partir de 1885, inicia-se a publicação de seu periódico: “Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”.

Em 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo, dois influentes geógrafos da época na França, Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, chegam ao Brasil numa conhecida missão que contava com outros membros para constituição dos cursos de ciências humanas desta universidade. Seus intuítos eram o de difundir formas de entendimento, produção de conhecimento (com métodos previamente elaborados), tendo um grande campo potencial de atuação atrelado às novas possibilidades da modernização que se encontrava no centro das ações estatais e particulares ocorridas pela opulência do café e início da industrialização neste país.

¹⁶⁶ Esta corrente foi posteriormente problematizada por proposições, como a da Geografia Crítica (SANTOS, 2002), que via nela uma produção geográfica atrelada às determinações de ordem técnica, legitimando poderes centrais estatais e empresariais. Assim, “o grande equívoco da chamada ‘geografia quantitativa’ foi o de considerar como um domínio teórico o que era apenas um método e, além domais, um método discutível” (SANTOS, 2002, p. 73).

¹⁶⁷ Não trataremos de todos os campos, ramos, troncos de estudo da geografia que se desdobraram no Brasil, deixando de citar, portanto autores e contribuições certamente importantes, como a geografia cultural, a geografia econômica, entre outras.

Nesse contexto de centralização estatal do poder territorial, em 1937 surgiu, da reunião entre o Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Nacional de Estatística, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde então, “o IBGE cumpre a sua missão: identifica e analisa o território, conta a população, mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem” (IBGE, 03/2011).

O Estado militarizado do “período autoritário” (OLIVEIRA, 1977) iniciado nos anos 1960, assume como meta a chamada “integração nacional” com políticas de desenvolvimento regional, acelerando o processo já iniciado com o “Plano de Metas” momento anterior por alguns denominados de “desenvolvimentista” (Celso Furtado, entre outros). Ganha campo nos institutos e universidades os estudos em geografia descritiva e estatística no Brasil.

Se inicialmente os institutos serviram para realizar um levantamento de dados sobre as diferentes “regiões” e “lugares” do país, à moda de uma geografia regional “lablachiana”, ampliada e revista também por uma geografia quantitativa, logo ela mesma se institucionalizaria como prática estatal.

Esse rápido panorama não abrange toda a complexidade do contexto e das próprias instituições em suas ações. No entanto, acreditamos que a partir desse olhar, possamos estabelecer uma crítica à positividade implícita do discurso da modernização do qual a geografia é um capítulo importante.

O caráter regionalista assumido por parte do campo da Geografia no Brasil dos anos 1940 e 1950, bem marcada nos estudos de Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo, entre outros, amplia e reescreve, mas não supera o caráter regional da geografia a qual, de certa forma, se filia. Manuel Correia de Andrade, nos anos 1960, contestará a *monografia regional*, apontando-a como positivista e limitada, propondo em sua teorização a crítica a este método, criando as bases do método regional próprio, que tem a empiria no centro, mas não totalmente desvinculada de processos históricos, sociais e econômicos mais amplos. Em sua vasta obra afirma a importância de uma *geografia crítica*, que problematize, mas ao mesmo tempo se faça pelo Estado.

Esse aspecto mereceria mais atenção, pois ao tratar separadamente o capital e Estado (mesmo que as relacione criticamente) minimiza a contradição, tentando encontrar alguma positividade num Estado “melhor gerido”. Isso leva a uma tautologia da modernização a qual pretende criticar, reduzindo a crítica aos termos da distribuição. O que não é pouco importante, já que coloca a possibilidade de crítica para a realidade concreta.

No entanto, isso quase sempre leva a formulações próprias da “geografia do planejamento”, garantindo fatias de um mercado “novo”, seja o do levantamento estatístico,

de população ou terra, seja na área de formação de professores e alunos, ou ainda, associado a geólogos e biólogos, não se preocupando em criticar seus próprios pressupostos, corroborando para a modernização em curso.

Modelos de “desenvolvimento” são propostos mas, como modernização, revelam logo sua faceta contraditória. Dentre outros: problemas da ampliação das desigualdades e crescimento urbano industrial; altos índices de migração; a violência e expropriação no campo (OLIVEIRA, 1986; 1988; 1991). Tais contradições geram insatisfações e uma profusão de estudos e pesquisas nas universidades públicas.

Neste contexto, constitui-se um campo de interpretação e elaboração teórica denominado *Geografia Crítica*, tendo por objeto o *espaço social* e as desigualdades técnicas e sócio-territoriais¹⁶⁸, entre outras importantes problemáticas. Destacam-se neste seguimento, apesar de suas diferentes posições, autores como Milton Santos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ana Fani Alessandri e Carlos, Amélia Luisa Damiani, Antonio Robert Moraes, Roberto Lobato Correa, Armando Correia da Silva, Ruy Moreira, entre outros.

A partir desse campo o olhar lançado sobre a realidade por um geógrafo (o “cientista do espaço”) teria a tarefa titânica de alcançar o espaço como um objeto de análise, agarrá-lo, destrinchá-lo, percebendo dele as conexões e características fundamentais de sua constituição nas suas mais variadas relações, como um produto social, valorizado, e não mais atributo da natureza a ser dominado como em seus primórdios.

O espaço é tomado em sua materialidade, concretamente palpável ou visível (ou seja, a aparência real de um conjunto heterogêneo de construções ou estruturas), como oriundo de relações sociais. Dele se tenta extrair todo segredo da modernização. Isso porque, de sua própria relação material constitutiva, depreendem-se formas de ações “concretas” impossíveis de fazer os geógrafos se enganarem. Afinal, como ignorar, no espaço (ou o espaço de) uma estrada ou uma hidrelétrica, todo um complexo de favelas? Ou ainda uma megalópole? Como não comparar estes espaços? Como não derivar deles a desigual expressão quantitativa de sua transformação pelo trabalho humano?

Para Milton Santos, o espaço geográfico pode ser entendido como o objeto da geografia, sendo uma espécie de síntese de ações e objetos¹⁶⁹. Para isso se apropria da categoria Formação Econômica Social (F.E.S.) de Marx, percebendo nela uma dimensão espacial.

¹⁶⁸ Também ver Maria Laura Silveira; Maria Adélia A. de Souza e Mônica Arroyo.

¹⁶⁹ Segundo Milton Santos, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p.63).

No livro *Espaço e Sociedade*, em um artigo publicado também na *Revista Antipode*¹⁷⁰ sobre a temática, Milton Santos afirma que a F.E.S “diz respeito a evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provem o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (SANTOS, 1979, p. 10). Mais adiante, coloca que, internamente, a F.E.S. é “a apreensão do particular como cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS, 1979, p. 12).

Em seguida, Santos coloca o acento dessa particularização do modo de produção (que entende também por diferenciação) no caráter espacial. Segundo ele, não se consegue dizer o que é modo de produção sem observar sua expressão concreta na Formação Social. Mas para isso, ainda se deve dar atenção ao espaço como dimensão produzida e que influencia novas produções, sendo a categoria Formação Social tratada como Formação Sócio-espacial (SANTOS, 1979, p.19), pois, “não há e jamais houve Formação Social independente do espaço. A sociedade não se pode tornar objetiva sem as formas geográficas” (SANTOS, 2002, p. 244). Desse modo, a Formação Sócio-espacial se relacionaria aos processos relativos ao território do Estado-Nação, como totalidade.

A Formação Social seria então uma forma particular que abarcaria uma sucessão de modos de produção porém, “antes do período tecnológico atual, vastos segmentos de espaço puderam escapar ao domínio, direto e indireto, do modo de produção dominante” (SANTOS, 2002, p. 15). Mas esse domínio não é a generalização das categorias do capital? Como algo escapa a um domínio historicamente constituído?

A questão de fundo é outra vez a ontologia do trabalho. O conceito de formação sócio-espacial obscurece em seus termos uma relação em que tanto o trabalho, como a natureza, aparecem pressupostos e, assim, o espaço ganha dimensão eterna. Desse modo, limita-se a crítica ao capital apenas à sua dimensão material concreta e não à forma abstrata a ela ligada, estabelecendo uma crítica à distribuição e não categorial à relação.

Em toda essa reflexão parece então que o espaço sempre foi uma produção humana, e produzir espaço através do trabalho foi sempre um resultado objetivo.

A natureza sempre foi o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava na fase pré-social. Mas, para que o animal homem se torne o animal social, é indispensável que ele também se torne o centro da natureza. Isto ele consegue pelo uso consciente dos instrumentos de trabalho. Nesse momento a natureza deixa de comandar as

¹⁷⁰ O título do artigo é “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”. *Antipode*, n 1, vol. 9, jan/fev de 1977.

ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho (SANTOS, 2002, p. 202).

E ainda,

Nosso enfoque é fundamentalmente baseado no fato de ser o espaço humano reconhecido, tal qual é, em qualquer que seja o período histórico, como um resultado da produção. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio” (SANTOS, 2002, p. 202).

Por esse motivo, revela aspectos críticos importantes da sociabilidade geral relativos a noção de totalidade e materialidade dessa dimensão geográfica. Com ela se chega a ideia que a desigualdade entre os espaços geográficos se origina de uma *desigualdade sócio-econômica e técnica*.

No entanto, ao entender o espaço como produção ontológica e não histórica, materializa-se a forma e a concretude. E, ainda, que reconheça a mudança do conteúdo, a forma é sempre a mesma. Com ela congela-se a crítica categorial e conceitual do trabalho, obscurecida pela da própria técnica e pelo espaço produzido como ação inerente ao homem¹⁷¹. Essa ontologia, fundamento da geografia crítica, é também um de seus limites, apesar de por ela ser possível reconhecer muitas das articulações que colocam a contradição da desigualdade social e econômica.

Se o espaço e o trabalho sempre existiram, só resta ao geógrafo entender sua dinâmica, tentando ajustá-la ou adequá-la ao “melhor” do progresso social. Porém, que progresso social é esse, quando se trata de um processo contraditório que tem por base a constante destituição de seu motor ou, em outros termos, se o fim último é só a valorização do valor (KURZ, 2004) posto como modernização?

Portanto, desde os estudos geográficos do final do século XIX e do início do século XX, marcados por descrições e determinismos, até a sua elaboração de caráter crítico-social à materialidade das contradições, com a Geografia Crítica, parece que alguns geógrafos fixam suas análises tendo como centro a própria materialidade do espaço produzido (SMITH, N. 2000; LEFEBVRE, 2000; HARVEY, 1982; 2004; 2006). Deixam, assim, uma questão em

¹⁷¹ Com isso não deixamos de reconhecer que muito tem se falado sobre as formas e conteúdos como caráter crítico da sociedade. Basta ver as proposições de Henri Lefebvre, David Harvey, Neil Smith, entre outros, que problematizam o espaço produzindo relacionando-o às categorias do capital e dele extraindo interpretações históricas. No entanto, todos eles têm no espaço um pressuposto, algo em que agarrar caso falte o capital. Entendemos que isso, negativamente, liga-o a categoria trabalho, como ontologia humana e recolocando outra vez a contradição capital.

aberto: a produção, que inclui trabalho e outras formas sociais de mediação, seria um desdobramento lógico ou historicamente determinado pelo desdobramento da relação capital violento e tautológico?

Com o planejamento, e mesmo parte da geografia crítica, afirmou-se, ao invés de negar, as categorias da modernização, como trabalho, mercadoria, propriedade, entre outras, através das políticas públicas de desenvolvimento regional e territorial.

Não é preciso salientar que esses conceitos extensamente discutidos na Geografia trazem em si questões de método e de interpretação bastante diversas e porque não divergentes no campo desta ciência. Diante disso, afirmamos nossa impossibilidade de abarcar todo o conjunto de proposições sobre eles, ficando apenas com alguns dos quais nos ajudam a interpretar os fenômenos.

Para a geografia tradicional, principalmente a francesa, como vimos, a região, se assemelhava ao *lugar*, sendo o objeto basilar do entendimento geográfico da época através das *monografias regionais*. Como dado da realidade, os fenômenos que caracterizavam a *região* eram objetivos para esses estudiosos, e, portanto, deveriam ser descritos e comparados.

Colocando em discussão esse conceito e relacionando-o com o de território, além das categorias do capital, retomamos a proposição de GOLDENSTEIN e SEABRA (1982) que, numa análise sobre as obras de Francisco de OLIVEIRA (1977) e Alain LIPIETZ (1988), colocaram em discussão a pertinência desses conceitos e categorias.

No artigo intitulado “Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização”, os autores sintetizam criticamente essas duas contribuições propositivas relacionadas a discussão de região. No caso de Francisco de Oliveira, a região seria uma forma do capital com dimensão espacial, não constituindo modos de produção diferentes, mas o produto do desenvolvimento desigual da divisão territorial do trabalho nacional. Sob a égide do capital monopolista associado ao Estado, essa poderia desaparecer tendencialmente conforme se processasse o aprofundamento crítico categorial dessa relação. Já para Alan LIPIETZ, o espaço territorial nacional seria constituído por modos de produção articulados sob a égide de um modo mais amplo que se associa a uma Formação Social total.

GOLDENSTEIN e SEABRA (1982) enveredaram seu estudo por categorias de *O capital* (MARX, 1998; 2008). Concluem que a Formação Social apresenta variadas formas, e que as dimensões econômicas, políticas e territoriais sobredeterminam o social e o nacional articulados, gerando, pela sua desigualdade, elementos de regionalização.

Estes, se personificados como função do Estado, recolocaria as contradições próprias da modernização, como de fato ocorreu nos momentos destacados em diversas obras sobre o “desenvolvimento regional brasileiro”¹⁷².

Assim, distanciando-se das “regiões-plano” de KAYSER (1969), como uma forma de articulação entre um centro dinâmico e áreas periféricas, ou dos *pólos de crescimento* (PERROUX, 1977), esses autores pensam a região como algo necessário, mas efêmero ao capital monopolista. Concordando em parte com essa ideia, SANTOS (2002) sustenta num primeiro momento, que

nas condições atuais da economia mundial, a região não é mais uma realidade viva dotada de uma coerência interna; ela é, principalmente, definida do exterior, como observou B. Kayser, e seus limites mudam em função de critérios diversos. Nestas condições a região deixou de existir em si mesma (SANTOS, 2002, p.40).

Porém, essa questão deixa ainda uma lacuna no consenso sobre o conceito ou, mais que isso, recoloca a necessidade de retomá-lo criticamente.

É o próprio Milton Santos que salienta a dificuldade de se desfazer do conceito de região, ainda que o momento atual indique isso, afirmando que a região mudou o conteúdo, sendo ela necessária ao capital:

Em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com extensão a todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome (SANTOS, 2004, p.246).

Nesse sentido, CASTRO (2002) ficaria mais satisfeita com esse autor pois, em seu artigo, apesar de ressaltar a magnitude de sua obra, reclama do papel secundário da região por ele estabelecido. Assim, em sua conclusão, afirma que

o retorno ao individualismo, a existência de múltiplas escalas de relações de poder, o aparecimento de novas estratégias de centro-periferia, os novos arranjos espaciais das solidariedades propiciadas pelas mudanças tecnológicas, o fortalecimento dos novos poderes regionais e locais como interlocutores das relações supra-nacionais, a valorização do meio ambiente nas escalas planetária e do cotidiano, reclamam da geografia um novo olhar para o território regional, não apenas como uma engrenagem de uma totalidade impositiva, mas como o continente de um conteúdo significativo (CASTRO, 2002).

¹⁷² Ver OLIVEIRA (1977), ANDRADE (2004), CONH (1978), CASTRO (1993; 2002), CARVALHO (1987), entre outras.

Por fim, excetuando-se a última, todas estas proposições, reúnem em si a crítica ao planejamento e ao mesmo tempo colocam o geógrafo diante de uma relação territorial dada pelo trabalho ou o próprio capital.

Ainda assim, pensamos que esta crítica poderia ser radicalizada, colocando-se em evidência os momentos de formação (particularização) e o desdobramento da região. A fundamentação categorial sofre transformações e, assim, ao invés de positivar sua existência ou inexistência atual, talvez pudéssemos negativá-la, com seus pares imbricados, fazendo a eles novas perguntas.

Antes vejamos rapidamente o território. A discussão sobre território¹⁷³ tem centralizado cada vez mais os debates teóricos e as propostas de políticas públicas, tendo um amplo leque de problematizações e pertinências. Em geral, ela se relaciona à gestão do espaço, onde os sujeitos sociais, identificados ou não culturalmente, são o centro da investigação. O uso que fazem do espaço, produzindo-o, e a relação deste com esferas estruturantes, estabelecem interpretações que vão desde a territorialidade (grau maior da relação identitária e cultural com o espaço) até a desterritorialização (grau mais elaborado da não relação identitária com o espaço).

O conceito de território, cada vez mais, se vincula ao de gestão: a gestão territorial, a qual em verdade, é uma gestão sobre a aplicabilidade financeira à base de crédito. Para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e incentivo à cultura, ao turismo, à geração de renda, à produção artesanal e industrial locais, esse conceito remete à dimensão espacial apropriada por seus sujeitos ou pelo Estado. Revela a possibilidade concreta do desdobramento categorial aparentemente sem limite, em suas diferentes positavações, como a do trabalho, do dinheiro, da propriedade (terra, empresa, cultural), tudo isso na escalar do lugar.

Portanto, a positividade das categorias modernas é aí extrema, principalmente por afirmarem que elas não fazem mais sentido, que foram suplantadas pelo fim da região, pela superação da teoria do valor ou pela homogeneização da relação capital social. Isso, no entanto, não teria suplantado a subjetividade, podendo, assim, ainda falar em identidade, cultura local ou tradicional, diferenças, em nível subjetivo. O indivíduo ganha o seu espaço, ou melhor, o seu território, mas agora com a vantagem de obter com ele a renda para sua reprodução, ainda que baseada no crédito.

¹⁷³ As proposições sobre o território apresentam uma infinidade de conceituações. São elas: territorialização, desterritorialização, reterritorialização, multiterritorialidade. Os principais autores são: Carlos Walter Porto Gonçalves; Rogério Hasbaert; Maria Adélia; Maria Laura Silveira; Milton Santos, entre muitos outros.

A noção de região, por teóricos que estudam o território, é deixada de lado por acreditarem que ela é carregada de vícios racionalistas do planejamento e até militar, obscurecendo as diferenças subjetivas, muito amplas para os padrões individualistas de hoje. Por isso foi suplantada, não só pela dinâmica do momento da relação capital, mas ideologicamente por esses conceitos relacionados ao território. Estes parecem mais adequados a funcionalidade, exigida hoje pelo capital, a de gestão, inclusive de sua crise. Vimos isso no primeiro capítulo, inclusive alguns de seus resultados práticos que, longe de querer positivá-los, tentamos entendê-los em sua negatividade.

Ambas as proposições conceituais, de região e território, carregam ainda questões que podem ser aprofundadas em sentido crítico.

Em suas pesquisas, TOLEDO (2008) e LEITE (2010) colocam que a região é o *momento regional*, relacionado diretamente com o momento *não simultâneo* do capital social total em formação. Como OLIVEIRA (1977), estes autores entendem que, a partir de 1930, no caso brasileiro, o Estado nacional assume as diretrizes da reprodução ampliada, mobilizando terra e o trabalho, revirando relações trabalhistas e sindicais, disponibilizando infraestrutura e subsídios aos projetos de desenvolvimento, efetivando uma transformação qualitativa na região, aparecendo como realidade empírica particular e como generalidade do capital social total em desdobramento.

Nesta leitura o caráter formador dos pressupostos do capital é o centro de uma análise regional, sendo seu desdobramento ou generalização, a destituição de sua objetividade concreta balizada no *poder local*, passando esta a ser objetivada e produzida pelo Estado (uma “região planejada”) (TOLEDO, 2008). Em essência, a região não deixou de ser uma expressão de relações que têm como centro o capital e sua contraditória reprodução, mas a qualidade de se ter o Estado atuando de forma a acelerar determinadas relações de acumulação influencia sua configuração e caracterização. O que, no momento da formação de seus próprios pressupostos, constituiria de fato uma região; logo depois, seria sua destituição em processo, deixando ainda a questão de sua existência em aberto.

O problema da região é, assim, um problema de formação e desdobramento categorial crítico, relacionado à formação do trabalho, do mercado de terra e do capital. O capital social total é, ao mesmo tempo, a sua própria forma de aparência categorial, colocando-se empiricamente no território nacional (a produção espacial) de forma contraditoriamente amalgamada como momentos de aparência de autonomia categorial e não aparência de autonomia, num processo de acumulação e não acumulação.

Portanto, seria possível estabelecer tal inflexão no entendimento deste conceito geográfico para alcançar radicalmente o caráter implícito da modernização, como desdobramento categorial crítico (e não como articulações, transições e crises de modos de produção)?

Neste breve estudo conceitual e categorial da Geografia, tentamos trazer algumas indagações sobre sua fundamentação e qual a apropriação que tem sido feita desse conhecimento. Cada vez mais, as elaborações teórico-metodológicas no mercado (tornadas prático-técnicas), efetivam, junto com as políticas governamentais, uma realidade empírica que se torna relevante criticar.

Os aspectos já tratados nesta parte, a migração, como fenômeno da modernização, ou seja, mobilização da força de trabalho e não somente deslocamento espacial, será retomado no próximo capítulo sobre a reprodução do trabalho nos Brejos da Barra.

CONSIDERAÇÕES

No primeiro e segundo capítulos vimos como o desenvolvimento das forças produtivas e a atuação do Estado proporcionaram ao trabalho mudanças qualitativas que deixaram o trabalhador em situação tão ou mais complicada que sua própria condição de ser trabalhador.

No início do terceiro capítulo, apresentamos a migração a partir dos Brejos, relacionando-a a alguns aspectos: necessidade e condição econômica, como parte de um mercado de trabalho em modernização. São as diferentes facetas de um mesmo processo.

Mais que acumular trabalhadores como *exército industrial de reserva*, o processo acumulou a relação capital (LEITE, 2010), trabalhadores mobilizados que, a cada momento, constituem acumulação e não acumulação (assalariamento e “consumo próprio” da produção), como forma de relação mediada por categorias desdobradas no processo social.

A geografia se desdobrou como ciência nesse processo. Vinculada ao Estado, efetuou diagnósticos e planos, recolocando positivamente as categorias da modernização.

Por isso, tentamos apresentar em parte como seus conceitos e categorias de entendimento da realidade serviram a formação de um conjunto de práticas e estratégias de atuação sobre o espaço e população.

Essa tautologia crítica é o próprio processo em curso e crise, expresso na crise categorial do trabalho, que aparece como não crítico, não paradigmática nem em sua superficialidade como valor-trabalho, mas individualizado, sempre positivo e necessário.

A mobilização geográfica e a migração são fenômenos relacionados ao trabalho e sua mobilização, historicamente constituída, na modernização. Vimos isso a partir dos momentos empíricos como uma profusão de possibilidades relacionadas com esse fenômeno.

Todos eles se colocam concretamente e constituem práticas reais dos sujeitos. Dessa forma, o que a aparência mostra como realidade em processo é a totalidade do capital social posto, *não simultaneamente*, como processo contraditório, mediado por categorias que se autonomizaram num momento da modernização, mas ainda assim podem aparecer fundidas, como se não fossem propriamente modernas.

Após apresentarmos seu histórico desdobramento e o momento atual finalizaremos no capítulo seguinte nosso estudo com a reprodução do trabalho do brejeiro, o qual tem a migração, como vimos, como uma de suas formas complexamente imbricada.

CAPÍTULO 4

A REPRODUÇÃO DO TRABALHO NOS BREJOS

Tinha gente que trabalhava pra ele... em vez de plantar cana ele criava gado... não botava cerca, o gado ficava solto de um lado à outro no curral... mas não era muito grande... mas tinha muito gado... ele era maçon... diz que pra arrumar dinheiro era só pegar o ovo da galinha preta, o primeiro ovo, colocar embaixo do braço e chocar trinta dias, dentro de casa sem ver ninguém... assim conta o povo... aí tem uma garrafa branca com tampa... quando o pinto nasce é da cor desse chapéu [preto]... aquele trenzinho preto que pergunta: onde é que eu entro; a pessoa diz é aqui [na garrafa] e tapa... fica vivo... diz que é o capeta... o que nasce não é pinto na, é o capeta... fazendo isso a pessoa enriquece... quando quer dinheiro só basta soltar... e diz quero dinheiro aqui... noutros dias já tem dinheiro à vontade...

(Odenilson, Brejo da Caroeira, 2010)

O dinheiro é pra gente movimentá... Deus dá o dinheiro é pra movimentá ele... pois se deixar parado ele não rende nada...

(Antonio Milão, Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, 2010).

Aquele é homem de valor... tem três cartões da 'Bolsa família' e a esposa tem um... compra do fumo à terra.

(Odenilson, Brejo da Caroeira, 2010).

No momento atual da modernização estão postos os pressupostos da relação social que tem como centralidade a mediação pelo trabalho e a produção de mercadorias. A reprodução do brejeiro, por essas mediações, se mostra empiricamente como momentos diferentes do mesmo processo: “consumo próprio” do produzido, venda de produtos nas feiras, recebimento de auxílios ou benefícios, trabalho fora dos Brejos. Apesar de parecerem ações isoladas, na prática elas são momentos de um mesmo processo historicamente constituído¹⁷⁴.

Até agora distinguimos alguns aspectos sobre os momentos da modernização dos Brejos particularizando um *momento regional*, e depois outro, o momento de *modernização retardatária*, ambos relacionados à mobilidade e à mobilização do trabalho (expressa pela migração) e sua crise. Antes, tínhamos nos aproximado do momento atual da modernização com foco nas ações estatais e particulares de desenvolvimento regional, avaliando parte de seus resultados. No entanto, faltavam-nos elementos importantes de análise, só dispostos com a pesquisa sobre a formação/modernização realizada no segundo e terceiro capítulo.

A reprodução do trabalho nos Brejos também não tinha sido aproximada em seus pormenores. Isso será realizado agora, pois teceremos considerações sobre o aumento da

¹⁷⁴ Neste capítulo nos aproximamos de algumas aspectos discutidos por Ana Cristina Mota Silva, em seu pós-Doutorado intitulado: *Circulação Simples, Reprodução Ampliada. Produção espacial e contradição Agrário-Urbana do município de Itapipoca-CE*, a qual propõe um olhar crítico à reprodução social e sua crise, entendendo os momentos da reprodução do lavrador como reprodução crítica (SILVA, 2008). Também se terá como referência os estudos de SOBRINHO (2006); ALVES (2006); LEITE (2010), entre outros.

circulação de dinheiro (moeda) e crédito nessa dinâmica, além da migração, observando com mais acuidade o Brejo da Cabeceira do São Gonçalo.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO BREJO DA CABECEIRA DO SÃO GONÇALO

Como tratamos na introdução desse estudo, em nossas observações empíricas sobre a organização objetiva do espaço da reprodução dos brejeiros da Cabeceira do São Gonçalo, verificamos a existência de, basicamente, duas faixas de terras particularmente apropriadas: o *brejo* e a *caatinga* (figura 6).

Figura 6 – Visão parcial do Brejo Cabeceira do São Gonçalo: faixas de brejo e caatinga. Fonte: Google Earth, 2010. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

O Brejo da Cabeceira do São Gonçalo pertence ao Eixo São Gonçalo. Ele é o mais à montante do riacho São Gonçalo, onde moram 51 famílias¹⁷⁵ (mapa 6). Todas elas, de certa

¹⁷⁵ O mapa indica um número menor de famílias por não destacar alguns moradores que estão no processo de formação de um núcleo familiar, morando na mesma parcela que o pai e mãe. Caderno de Campo 3 e 7.

forma, têm em sua origem um tronco comum – o da família de seu Lourenço Rodrigues Café, um dos pioneiros da ocupação desse lugar.

Mapa 6 – Famílias Brejo Cabeceira do São Gonçalo, 2010.

Fonte: Caderno de campo 7, 2010. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

Essas, em conjunto, ocupam uma área de aproximadamente 100 hectares, sendo variáveis de 0,5 a 2,0 hectares a área de *posse* de cada família – considerando que alguns (poucos) não possuem terras, tornando-se, muitas vezes, vaqueiros ou trabalhadores diaristas. As terras de uso comum totalizam aproximadamente 250 hectares.

Cada *posse* no *brejo* apresenta uma porção mais úmida do terreno que denominam *baixo* (foto 4 e 5), onde se situam o riacho e as margens aterradas. E o *alto*, porção mais seca e arenosa.

Foto 4 – Vista geral do baixo, respectivas plantações e os buritis. Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA. Erick Kluck, out. 2010.

Foto 5 – Moradores do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo no *baixo* próximo ao riacho. Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA. Erick Kluck, fev. 2007.

Na primeira porção encontra-se o buriti (foto 6), do qual utilizam o tronco, a palha e o fruto em sua reprodução: com o tronco se faz o coxo e os mourões da casa; com a palha se faz o balaio, o tipiti, a peneira e a cobertura da casa; e com o fruto a *saeta*, o óleo e o doce.

Foto 6 – Vereda de buritis no baixo com roças de cana. Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA. Erick Kluck, fev. 2009.

Também é nesta área que realizam o plantio da cana-de-açúcar, por vezes de milho e arroz, e mandioca (na estiagem), além de reservarem espaços de pasto (*manga*) para os animais como burras, mulas, jumentos e bois – estes últimos sendo utilizados na moagem da cana. Por situar-se aí o riacho, os moradores tomam banho e fazem as cacimbas para recolher água potável para beberem¹⁷⁶.

Na transição entre o *baixo* e o *alto*, plantam árvores frutíferas e frondosas, como manga, coco, abacate, caju, mangaba, de onde retiram frutas e aproveitam a sombra. O terreno aí, apesar de ser em grande parte constituído por areia, é ainda úmido devido à proximidade com do riacho.

Contiguamente¹⁷⁷ ao *baixo* tem-se a porção denominada *alto*. Nela encontramos as benfeitorias, a casa de morada (foto 7 e 8) e pequenas hortas e criações de animais, como as

¹⁷⁶ Em alguns poucos casos, os moradores instalaram bombas de água e fizeram seus banheiros no *alto*, próximo à casa de morada.

¹⁷⁷ Salientamos que nenhuma dessas porções é estritamente isolada, existindo entre elas zonas de transição onde se interconectam duas ou mais características predominantes em uma ou outra.

de galinha ou porcos. Algumas famílias chegam a plantar feijão, capim, melancia e mandioca nesta porção, irrigando-a com baldes de água – somente uma família até o momento tinha a bomba d’água para efetivar a irrigação.

Foto 7 – Casa de morada no alto. Brejo Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA. Erick Kluck, fev. 2009.

Os terrenos aí são mais áridos e arenosos, sendo difícil até o deslocamento a pé. As benfeitorias em geral são – a depender dos recursos financeiros da família – o engenho de cana, o alambique, uma casa de farinha (com forno, ralador e prensa) e depósitos.

Foto 8 – Visão geral do *alto*. Ao lado esquerdo encontra-se a casa de morada. No direito, cercado com madeira está a horta. E, ao fundo, uma casa de farinha. Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA. Erick Kluck, fev. 2009.

A casa é o local onde dormem, realizam suas refeições e recebem as visitas. Elas se dividem em três partes: uma primeira – que se constitui pelos quartos, pela sala e cozinha – onde dormem, colocam sofás, armários, mesas e cadeiras (e, mais recentemente, eletrodomésticos). Outra, que serve como depósito de ferramentas e parte de sua produção: cachaça, rapadura, farinha de mandioca, *saeta*, entre outros. E, por fim, outra onde tem o forno à lenha¹⁷⁸, e baldes com água para lavar as panelas e outras louças. Até o nosso último trabalho de campo em outubro de 2010, nenhuma casa tinha banheiro.

Nas proximidades da casa, à noite, acendem a fogueira onde contam causos ou apenas conversam sobre o dia e os acontecimentos de que têm notícia através do rádio (e, cada vez mais da TV) além das idas à cidade, ou fazem negócios de gado e outros produtos.

No caso da Cabeceira do São Gonçalo (mas também acontece no Brejo da Caroeira) existe uma área, não contígua à *posse*, onde estabelecem roças de mandioca, melancia, feijão, arroz ou milho, de uso semelhante (das porções) ao descrito até o momento – excetuando-se a presença das benfeitorias e casa de morada (que dão lugar aos *ranchos*¹⁷⁹). Esta é denominada *Caris*. Comentaremos mais sobre sua existência e importância para esse Brejo mais adiante.

¹⁷⁸ Algumas famílias alternam o seu uso com os fogões industrializados que funcionam com o “gás de cozinha”.

¹⁷⁹ Os *ranchos* são pequenas construções feitas com palha de buriti ou adobe, que servem de proteção do sol excessivo ou para descanso, além de guardar ferramentas, água e algum mantimento. Sua função é a estadia por curto período, enquanto trabalham nestas roças.

A *caatinga* se situa contiguamente disposta aos fundos dos *altos*, oposta ao *brejo*. Ela é composta pelas porções: caatinga e chapada (ou tabuleiro)¹⁸⁰ (foto 9 e 10).

Foto 9 e 10 – Chapada e caatinga. Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA. Erick Kluck, fev. 2006.

A *caatinga* é de *uso comum*, com o acesso permitido aos moradores do Brejo para realização de atividades, tais como criação e extrativismo. Esse *uso comum*, identificado em muitas outras áreas do Brasil – ver estudos sobre a terra de uso comum de CAMPOS (2000); GERMANI (2006; 2007); ALMEIDA (1989; 2006); DIEGUES (2001), entre outros – é uma mediação social e, por isso, é categoria social. Assim, é desdobramento da modernização e, apesar de parecer particular, é categoria social total do capital. Isso se pode perceber na prática. Quando se coloca objetividade de valor numa coisa qualquer, essa coisa se torna coisa social, e então pela forma social de mediação passa a poder participar do mundo das coisas. Ganha assim um valor de uso. Esse estabelecido coloca junto sua contradição o valor de troca. Ambas em potencia são facilmente colocadas em relação pela relação social de produção estabelecida, caso seja necessário. Um exemplo é no Brejo foi a tentativa de um morador de

¹⁸⁰ Preferimos utilizar as expressões usadas nos Brejos pelas quais diferenciam as duas porções na *caatinga*. A caatinga é constituída por vegetação onde predomina o xique-xique, a macambira, a palma, o mandacaru, e diversos outros vegetais de pequeno e médio porte, específicos das dunas e veredas (AB'SABER, 2006), mas muito semelhantes aos do domínio morfoclimático da Caatinga (AB'SABER, 2003). Já a chapada tem seu solo e vegetação semelhantes às áreas dos domínios dos cerrados (AB'SABER, 2003).

cercar na área de uso comum, uma parcela para alimentar seu gado e coletar lenha, afirmando que essa era sua parte relativa. Em oposição a essa iniciativa, os outros moradores decidiram acatar a decisão deste com a seguinte condição. Seu gado só poderia circular e se alimentar nessa parcela, sem sair pela *caatinga* à fora. Rapidamente ele desistiu da ideia percebendo que seu gado definharia na primeira estação seca. O que temos nessa relação senão uma objetivação que envolve o valor de uso; as potencialidades de produção (na criação) como categoria moderna? A norma é todos utilizam as terras comuns, sem que se estabeleçam cercas ou apropriações individuais. No máximo algumas convenções como a que não permite a retirada de muita lenha na área comum próxima à casa do vizinho e sim próximo à de quem retira.

Nessas duas porções buscam madeiras (para os fornos e construção das casas), frutos diversos (como a maniçoba, o murici, o pequi, o puçá e a mangaba), resinas, mel, caça, e ainda criam os viventes (gado, cabras, porcos) soltos. Não existem cercas visíveis. No entanto, cada família entende que o fundo de sua *posse* é, de certa forma, sua extensão, tendo ela um domínio prioritário, apesar do uso comum.

As cercas só aparecem no *brejo* como um dispositivo de proteção das roças nas *posses* diante dos animais (bois, porcos, cabras, entre outros) que permanecem quase todo o tempo nas terras comuns da *caatinga*, onde se alimentam.

Na *caatinga*, o gado, principalmente o bovino, circula por grandes áreas, voltando para lamber o sal e beber água nos becos. Caso ele demore a aparecer, ou seja necessário juntá-los para uma engorda mais rápida, trabalho no engenho, troca por terra, venda ou abate mesmo, será necessário contratar um vaqueiro¹⁸¹.

Junto com a criação solta do gado, a caça de pequenos animais é livre, assim como a retirada de resinas e mel. No entanto, para retirada de lenha e de madeira, há limitações, não por cercas aparentes, mas pelo reconhecimento estabelecido costumeiramente pelas famílias.

Segundo os entrevistados, a retirada de frutas como a mangaba é também livre. No entanto, estão ocorrendo alguns problemas em relação a sua coleta. A mangaba, fruta que tem sua ocorrência nas áreas de *caatingas* (principalmente nas chapadas ou tabuleiros), serve tanto para a alimentação do gado quanto para a composição da dieta alimentar do brejeiro, principalmente no período de seca, além de ser vendida para atravessadores de fábricas de polpa de suco.

¹⁸¹ Este antigamente era pago no sistema de *quarteação*. Mas, segundo os moradores do Brejo, Milão e Joaquim, hoje ele é pago por dia, entre R\$ 8,00 e 10,00 o dia de serviço. Caderno de Campo 7.

Por esse motivo, recentemente tem ocorrido insatisfações ou mesmo desentendimentos entre os brejeiros sobre a sua coleta para a venda no período de seca. Os atravessadores circulam nos Brejos com tratores e caminhões para comprar esse fruto, pagando baixos preços. Os brejeiros se dividem: enquanto algumas famílias vêem nessa coleta a oportunidade de conseguir dinheiro, outros se preocupam com o gado que, sem esse alimento, emagrece nas caatingas. Isso remete ao mesmo fim: a reprodução do brejeiro. Algo parecido ocorre com a excessiva retirada de lenha nos períodos de moagem e na reconstrução de casas (com adobe).

Por fim, o mapa abaixo mostra a disposição das porções, incluindo a localização concreta de parte das casas e benfeitorias do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo (mapa 7).

Mapa 7 – Disposição espacial das porções no Brejo.

Fonte: Caderno de campo 7, 2010. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

Como se pode observar, nem todas as famílias têm os instrumentos ou meios de produção e as *posses* são de tamanhos diferentes. Assim como na terra de uso comum, nessas não há cercas, a não ser para impedir o acesso dos animais¹⁸².

A realidade vivida e relatada pelos próprios moradores dos Brejos da Cabeceira do São Gonçalo compõe, com nossas observações empíricas, aspectos fundamentais ao reconhecimento de sua reprodução.

As recentes transformações infraestruturais, como a abertura de estradas e a instalação da rede de distribuição de energia elétrica, proporcionaram em alguns Brejos uma redução no tempo de trabalho necessário e na quantidade de força de trabalho para produção de farinha de mandioca, rapadura e cachaça. Como veremos mais adiante, essas transformações são incentivadas pelo Estado e por empresários, por meios de políticas públicas que têm como discurso comum a “urgente necessidade de retirar essas famílias do atraso”, como se o processo de modernização as tivesse deixado de lado ou esquecidas.

Discordamos da ideia do atraso e, ao mesmo tempo, colocamos que a questão não se refere só às ações do Estado como sujeito, mas sim de uma imbricação crítica categorial onde as ações do Estado, através de crédito, empréstimos e financiamentos, se revela como possibilidade de manutenção de uma forma de mediação social crítica. Assim, é processo contraditório no qual se imbricam Estado, empresário e trabalhador.

Na produção de cachaça e rapadura, a mudança tem sido a instalação de engenhos de ferro (foto 11), substituindo os de madeira (foto 12).

Fotos 11 e 12 – À direita engenho de ferro que substituiu em 2009, o engenho de madeira (foto esquerda) no Brejo Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA. Erick Kluck, 2009 e 2005.

Para tanto, houve a necessidade de pagamento parcelado desse meio de produção.

¹⁸² Como não existem cercas delimitando as posses, os moradores nos ajudaram a entender até onde era o limite de cada família. Um pedaço de madeira ou rocha, que chamam de “piquete”, quase invisível a quem não é morador, e mesmo árvores servem de limites.

Antônio Milão: – É, quando comprei esse engenho de ferro o rapaz antes veio [de Vitória da Conquista (BA)] deixar aqui... queria fazer “rolo” nos bois de engenho... meu menino falou não faz rolo não, seu engenho [de madeira] ainda está bom... outra vez o rapaz voltou, deixou o engenho e falou que desta vez o engenho não voltava... deixou e levou meu nome... daí paguei pelo banco... em duas prestações...
Erick: – Precisou pedir empréstimo?
Milão: – Não, graças à Deus... e este ano não pagamos ninguém, só meu menino moeu... [nesse engenho] a garapa sai logo de carrada [grande quantidade]... era de repente e a gente moía dois tachos e um alambique... aumentou a produção e melhorou o adubo pro terreno.¹⁸³

Isso é mais recorrente principalmente nos últimos cinco anos. No trecho transcrito da entrevista com Milão em fevereiro de 2006, abaixo, um mês após efetivarem a implantação da rede de energia elétrica (foto 13), este se mostrava preocupado mas, ao mesmo tempo, planejava sua reprodução com a disponibilidade da energia elétrica:

se só cuidar da energia e não cuidar da roça não tem nem como pagar ela. Isso é só para gastar, não vai dar lucro não. Eu já expliquei aqui pros meus filhos... se vocês puder fazer um bom negócio, [arrumar] um ponto de negócio [bar/mercearia], coloca aí um fio na energia pra gelar a geladeira, a cerveja, o frango que vem de lá pra botar aí a carne fresca vocês compram e bota pra vender. Aí dá lucro¹⁸⁴.

Foto 13 – Funcionários da Companhia Elétrica da Bahia (COELBA) conectando a recém instalada rede elétrica no Brejo da Caroeira, Barra – BA. Erick Kluck, fev. 2006.

Percebe-se em sua fala que a reprodução através da agricultura já é colocada como uma opção para os momentos de crise, frente à possibilidade de gerir um comércio, mas que,

¹⁸³ Trecho de entrevista realizada com seu Antônio Rodrigues Milão, morador do Brejo Cabeceira do São Gonçalo. Barra - BA, fevereiro de 2009. Caderno de Campo 3.

¹⁸⁴ Trecho de entrevista realizada com seu Antônio Rodrigues Milão, morador do Brejo Cabeceira do São Gonçalo. Barra - BA, fevereiro de 2006. Caderno de Campo 2.

por isso, não deve ser totalmente abandonada. Usar a energia sem a perspectiva de realizar uma atividade rentável (“lucro”) é para ele fadada ao fracasso. Assim, não abandonar a agricultura é a garantia da reprodução mínima.

As estradas implantadas nesse processo possibilitaram a diminuição relativa do tempo para deslocar a mercadoria, contribuindo, junto com a eletrificação da produção, no processo de ampliação e intensificação da produção para comercialização. Essa intensificação e ampliação das trocas geram um aumento da circulação de moeda nos Brejos. Mas, ao mesmo tempo em que parece baixar os custos de produção, ao entrar em relação com outras mercadorias produzidas industrialmente, se mostra sua “desvalorização”, dada pelos baixos preços alcançados. Assim, o que aparece como vantagem num momento, torna-se desvantagem no outro, e ainda piora quando a intensificação incorreu em endividamento¹⁸⁵, no caso da instalação de motores.

Antes da implantação das atuais estradas, existiam caminhos abertos na *caatinga* fechada, da largura de uma mula com carga (cerca de um metro e meio). As mulas carregavam às vezes 90 litros de cachaça e uma pessoa montada. Outras duas cargas de rapadura (cada carga de rapadura contém 50 rapaduras, cada uma com cerca de 1,5 kg). Do caminho, Antônio Milão se lembra do som da broaca¹⁸⁶ roçando os galhos da *caatinga* “brbrbrbbr...” durante três dias de viagem, com paradas à noite para descanso.

Por dentro da *caatinga*, nos *caminhos* abertos pelos brejeiros, chegava-se também à Xique-Xique onde vendiam boa parte de sua produção de cachaça, rapadura e pequi, e compravam o que precisavam. Num trecho de entrevista Milão conta que:

caminhava a feira para Xique-Xique, pra dar de comer a estes filhos... carga de cachaça, carga de rapadura, carga de pequi. Jumento deitando, chuva, escuro, jumento perdido - eu não gosto nem de lembrar, mas lembro e conto que é pra mostrar aos menino que hoje eles tão na boa. Todo dia digo a eles: hoje vocês tão na

¹⁸⁵ Ao ressaltar esse endividamento, salientamos que não se pode entender somente seu aspecto concretamente negativo, e sim sua forma negativa como problema de mediação social. O endividamento não é só a falta de dinheiro, mas é o próprio dinheiro, por ser crédito, por possibilitar consumo. O dinheiro é sempre um duplo. Assim como a mercadoria, porém mais abrangente por ser o equivalente geral de todas as mercadorias. Se a força de trabalho é também uma mercadoria, ela também é um duplo. Desse modo, pode se conjecturar que sua relação como mediação social do valor, ainda que se mostre concretamente visível de um jeito, pode significar negativamente outro na realidade.

Por isso, trabalho para si, ou trabalho para outro, que num momento da análise (o segundo caso) revela a exploração, a mais-valia, logo em seguida coloca o mesmo paradigma ao primeiro momento que, além de ser trabalho, é também exploração, a exploração de si mesmo. Melhor ou pior para alguns, não apaga o fato de serem abstrações reais da sociedade, formas de mediação social.

Toda essa imbricação, obscurecida na prática, é a forma de ser da relação social total. Por isso, tratamos de momentos e não de modos de produção. E também de não simultaneidade ao invés de formação social.

¹⁸⁶ Broaca é uma caixa confeccionada em couro para carregar objetos e alimentos. Caderno de Campo 1.

boa mas quem sofreu foi eu, de pé daqui pro Icatu, lá para Ibiraba pra pegar a canoa pra Xique-Xique¹⁸⁷.

A partir de 2001, alguns desses caminhos foram ampliados em largura e outros transformados em estradas. Com isso, os moradores do Brejo incluem a atividade de transporte em suas possibilidades de reprodução. Em 2004, um morador do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo iniciou essa atividade, colocando uma caminhonete do tipo *C-10* (*Chevrolet*)¹⁸⁸ para circular levando mercadorias e passageiros.

Hoje essa atividade já conta com pelo menos quatro famílias (sem contar aqueles contratados pela prefeitura para levar os alunos à escola). Como vimos em campo, a disponibilização de empréstimos, vinculados à aposentadoria ou o Bolsa família, permitiu a algumas pessoas adquirir carros e motos. As condições destes, no entanto, são em grande parte bastante precárias, sendo comum a quebra, a falta de segurança, ou, rapidamente, assim o ficam por causa das condições das estradas (fotos 14).

Foto 14 - Transporte para o Brejo Cabeceira do São Gonçalo, Barra - BA. Erick Kluck, 2009.

¹⁸⁷ Trecho de entrevista realizada com seu Antônio Rodrigues Milão, morador do Brejo Cabeceira do São Gonçalo. Barra - BA, fevereiro de 2009. Caderno de Campo 3.

¹⁸⁸ Os carros são do modelo caminhonete pick-up *C-10 da Chevrolet*. Eles apresentam várias adaptações para adequação à sua necessidade e condição da estrada. Entre elas destaca-se: motor à combustão que utiliza gás “GLP” (“gás de cozinha”) e, na carroceria, tábuas que servem como bancos para passageiros.

Outra forma de consegui-los é vender parte de suas terras ou gado. Mas nem todos conseguem sua reprodução total dessa atividade, recorrendo a roças e empréstimos para comprar peças do carro. Outros migram para São Paulo, juntam dinheiro e compram o carro para esse fim nos Brejos. Trata-se de uma complexa relação de reprodução.

As distâncias entre os Brejos e a sede municipal situam-se entre 30km e 70km¹⁸⁹ (fotos 15 e 16). É aí que realizam suas compras e vendem sua produção, retiram dinheiro de aposentadoria ou benefício, fazem empréstimos, entre outras atividades.

Fotos 15 e 16 – Estradas de areia e embrejadas. Brejos da Barra, Barra – BA. Erick Kluck, 2005 e 2009.

A mais recente estrada aberta, em 2008, passa pelo Brejo dos Brejinhos, ligando o povoado ribeirinho de Porto de Palha ao Brejo do Mato Escuro, no Eixo São Gonçalo. Isso fez com que o tempo de viagem entre os Brejos da Cabeceira do São Gonçalo à sede municipal de Barra diminuísse em até 5 horas¹⁹⁰. Em termos de percurso, significou um “encurtamento” de 20 km, passando de 70 km para 50 km.

Para ir da Cabeceira do São Gonçalo à Barra, o transporte de “carros” tem frequência mais regular e o preço estabelecido: no caso de um adulto sem portar mercadorias, R\$ 20,00, se tiver portando um saco, é cobrada uma taxa extra de R\$ 5,00 (por saco); se é aposentado, a passagem é de R\$ 25,00 pois, segundo eles, o aposentado tem mais condição. Há também os fretamentos, que variam de R\$ 250,00 a R\$ 300,00.

Alguns moradores da Cabeceira, para diminuir o gasto com o transporte, levam de mula (animal) seus produtos até o Brejo da Mutuca e de lá vão de carro até Barra¹⁹¹. Do Brejo da Mutuca para a Barra, a passagem é R\$ 15,00. No entanto, o tempo total da viagem

¹⁸⁹ As estradas em sua maioria, a depender da localização do Brejo, se encontram submersas por áreas embrejadas e/ou cobertas por areia, e quase sempre são esburacadas.

¹⁹⁰ Antes, como dissemos, essa viagem se realizava de mula, em até três dias; ou pela estrada antiga de Ibiraba, em até 12 horas.

¹⁹¹ Mesmo sendo uma aparente diminuição do custo de produção, só se saberá se isso ocorreu depois de ter comparado seu produto com outros vendidos no mercado.

aumenta em um dia. Antônio Milão afirma: “Ninguém mais quer o animal... eu não quero mais o animal; animal pra quê se hoje tem o carro? a moto? Tem que comprar é o gado, garrote, pois aí dá lucro! Esses outros não servem mais”¹⁹².

As estradas são utilizadas também por caminhões (do tipo “carreta”), frequentes na época da colheita da mangaba (setembro e outubro) e da manga (dezembro, janeiro e fevereiro). Isso provoca sua rápida deterioração, ficando perigosa para a circulação dos carros durante o outro período do ano, até que num novo ciclo dessas frutas, a prefeitura do município as revitaliza para que as carretas circulem sem maiores problemas.

O rio São Francisco também é muito utilizado para transporte de produtos oriundos de alguns desses Brejos. As pequenas embarcações (canoas) carregadas de cachaça, rapadura, farinha de mandioca, encaminham-se para os portos de Barra e Xique-Xique, onde se situam os principais mercados e feiras.

Ainda que as estradas tenham realmente proporcionado uma diminuição no tempo de circulação da mercadoria e a eletrificação tenha possibilitado a diminuição do tempo de trabalho necessário, todo o conjunto, que revela o tempo de produção, ainda será, no mercado, igualado com outros. Disso poderá resultar, ao ser comparado os gastos com a produção – melhorias técnicas (intensificação), o endividamento, os pagamentos por dia de serviço e o próprio salário – o resultado não surpreendente do baixo custo de venda e a incapacidade dessa reprodução ser realizada.

Portanto, um “fio condutor” da análise precisa percorrer não só as formas aparentes, mas também as formas de mediação social, como a mercadoria, o trabalho, o preço, o dinheiro e seu desdobramento em crédito, além das ações estatais e particulares na forma de políticas públicas de desenvolvimento e gestão territorial.

A seguir, nos aproximaremos mais da reprodução do trabalho no momento atual da modernização, tentando relacionar as categorias que se apresentam aparentemente fusionadas no processo de produção brejeiro. E, na outra, das ações estatais e desdobramentos do crédito como modernização.

1.1 A REPRODUÇÃO DO TRABALHO, POSSE E TERRA DE USO COMUM NOS BREJOS

A propriedade da terra se baseia na *posse*, sendo passada “de geração a geração”, através da sua partilha, conforme a tradição ou costume¹⁹³. Desse modo, as posses, em muitos

¹⁹² Trecho de entrevista realizada com seu Antônio Rodrigues Milão, morador do Brejo Cabeceira do São Gonçalo. Barra - BA, outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

casos, se apresentam menores, sendo necessárias, conforme afirmam os brejeiros, de “novas” áreas para sua reprodução. Essas devem ser compradas ou trocadas com outras pessoas da própria comunidade. Nesse processo, alguns brejeiros tornaram-se sem terra. Outros migraram para outras comunidades, cidades ou mesmo outro estado.

As posses nos Brejos proporcionam aos possuidores a apropriação de uma parcela no *brejo* e o acesso a terra de *uso comum*. Além disso, alguns têm ainda uma outra posse no chamados *Caris*. As posses nos Caris, adquiridas por apossamento ou compra de outros brejeiros, tem na Cabeceira do São Gonçalo a seguinte configuração, mostrada no croqui abaixo (figura 7):

Figura 7 – Caris, Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, Barra – BA, 2011.

Os caris são essenciais à reprodução dos brejeiros, pois se trata de uma porção de terra agricultável que aumenta sua produção. Conforme SOBRINHO (2006), os brejeiros utilizam, além dessas posses, outros apossamentos mais afastados e de difícil acesso, nos

¹⁹³ A tradição e o costume não se desligam das categorias que os colocam como modernização. É o próprio processo em curso.

*baixios*¹⁹⁴ e também as Serras (no caso do Brejo das Umburanas). As posses nos *Caris* e nas Serras podem ser conseguidas por herança, compra ou venda (se for para alguém dos Brejos). Já as dos *baixios*, em geral, são itinerantes para não “gastar” o solo.

As famílias que não tem terra nos *Caris*, por não terem condições de comprar, procuram as dos *baixios*, mas para isso devem ter animais de transporte e pessoas nas famílias em quantidade suficiente para realizar as atividades, pois essas são mais distantes e requerem abertura de caminhos na caatinga. Essa necessidade de outros espaços de produção é uma das características que evidenciam, pela forma de relação e situação, parte do que denominam “fraqueza” dos Brejos. Vimos como esse caráter foi constituído historicamente.

Portanto, quando associamos parte das migrações com a “fraqueza” dos Brejos não generalizamos que somente as famílias em maior dificuldade de reprodução são as que mais migram, por exemplo, aquelas que não têm a roça dos *Caris*. Percebemos empiricamente que as famílias sem roças nos *Caris* e que recorrem aos *baixios*, no caso do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, não migram.

Ao indagarmos esse motivo, afirmam não terem o mínimo recurso (dinheiro) para migrar e que não teriam como manter a família aqui e lá. Além disso, não poderiam deixar a terra e os animais sem cuidado, com risco de perder o parco meio de reprodução.

A terra nos Brejos, de maneira geral, é tratada como um patrimônio familiar. Sua apropriação é fundada, entre outras coisas, pelas atividades nelas realizadas e, como vimos, podem ser assim diferenciadas: há uma faixa, mais úmida de apropriação individual (familiar) que é utilizada para o plantio de culturas temporárias (como cana-de-açúcar, milho, mandioca e mamona); há outra, de uso comum, com áreas mais secas e com vegetação de cerrado e caatinga, para criação do gado e outros animais soltos. Alguns brejeiros levam também seu gado às margens do Rio São Francisco em setembro e outubro para a engorda (ou para se livrarem do mal da castanheira¹⁹⁵). Se tiver condições pagam para isso cerca de R\$ 200,00 por cabeça por esse período. Isso ocorre quando há um longo período de seca na caatinga¹⁹⁶.

Sobre o trabalho no Brejo Cabeceira do São Gonçalo pode-se afirmar que predominam o da agricultura (nas roças de cana, mandioca, feijão, milho, arroz, melancia, entre outras), da

¹⁹⁴ São porções de terras semi-úmidas que estão às vezes no entremeio de caatingas (terras comuns), em pequenos vales, um pouco mais úmidos, onde encontram possibilidade de fazer as roças.

¹⁹⁵ O mal da castanheira se refere à floração da castanheira, que ocorre em outubro, na caatinga. Segundo os moradores, o gado não pode comer as castanhas e, por isso, são levados a lugares onde não ocorra esse tipo de vegetação, como nas margens do São Francisco ou porções nas faixas de Brejo.

¹⁹⁶ Alguns poucos brejeiros da Cabeceira e da Caroeira têm parcelas de terras nas margens do São Francisco, que utilizam para fazerem as roças de vazante: feijão, milho, mandioca. O rio São Francisco também é a referência para os brejeiros pela possibilidade de transporte e por ser a fonte do barro que utilizam para fazer seus fornos.

criação de animais¹⁹⁷ (que inclui o trabalho do vaqueiro) e do extrativismo, realizados ora familiarmente (ou seja, pelo produtor direto e seus familiares), ora em parceria, por *ajuda mútua*, ora por contrato de trabalho por dia e, em menor dimensão, o assalariado.

Erick: Para ajudar na roça o senhor paga almoço, ou diária em dinheiro?

Milão: Em dinheiro, cerca de quinze reais por dia eles estão cobrando.

Erick: Essas pessoas não têm terra aqui?

Milão: Não... eles tem terra, mas eles ganham esse dinheiro por fora, para ajudar... são parentes nossos... aí eles vem aqui e falam: “eu quero uns dois dias...três dias... precisamos trabalhar”. E a gente quer fazer a planta ligeiro.

Erick: E tem pessoas aqui que ainda trabalham ‘na meia, ou na terça’?

Milão: tem, tem gente que trabalha na meia... ôxe! eles plantam é muito na meia... eu mesmo quando Lindomar [seu filho que quer ir para São Paulo] sair eu vou plantar tudo na meia... com meus netos... e o genro...¹⁹⁸

O “trabalho familiar” se organiza de forma diversa, com atribuições definidas entre as partes, ou seja, homens, mulheres e crianças. Essa divisão por gênero é bem clara, existindo alguns serviços que são executados exclusivamente por mulheres e crianças e outros por mulheres. Enquanto os primeiros realizam as chamadas tarefas domésticas (tais como: preparo das refeições, lida com animais de criação, pequenas hortas e cuidados com filhos menores), os outros são responsáveis pelo comércio, pela busca de materiais para construção das casas, caça e maior parte da lida na roça – mesmo que, em épocas de colheita, plantio, durante a moagem da cana e na produção de farinha, todos participam ativamente. Quando a família é pequena – por não ter muitos filhos ou por esses terem migrado ou falecido – estratégias são criadas para equilibrar essa divisão. Uma delas é apadrinhar o filho de outras famílias mais numerosas e com menos recursos; outra é pagar os serviços a filhos de outros para auxiliar nos serviços na roça. Tudo isso para que se garanta a reprodução.

Nesse caso, é comum também recorrer ao trabalhador pago dia. Alguns brejeiros, para compor sua reprodução, trabalham pelo pagamento diário na abertura de novas roças, de semeaduras ou mesmo na colheita, construção, ampliação ou reforma das casas e no fabrico da farinha, cachaça e rapadura.

Se antes predominava, conforme Milão nos relata, as trocas de dia de serviço, a parceria, a *ajuda mútua*, tudo isso para efetivar a extração, a agricultura e até mesmo a comercialização na cidade, hoje ele afirma que tudo se resolve com o dinheiro. Segundo ele,

¹⁹⁷ Os animais em geral são criados para auxiliar no transporte e produção. No transporte, utilizam-se basicamente as mulas e jumentos. Já para os trabalhos na roça e no engenho são utilizados os bois que, além disso, servem como “moeda de troca” e de “poupança” para esse sertanejo, que pode num momento de maior insuficiência na reprodução vendê-lo para comprar terra e ou produtos.

¹⁹⁸ Entrevista realizada com Antônio Milão do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Odenilson do Brejo da Caroeira. Barra - BA, outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

as pessoas têm procurado mais o trabalho por dia que a parceria, principalmente os mais jovens. Quem tem a Bolsa Família ou a aposentadoria é mais procurado¹⁹⁹.

Essa mudança não revela outra coisa senão que as formas categoriais de mediação social total colocam sua realidade, apesar de aparecerem como se só fossem relações de ajuda, parceria ou mesmo atividades familiares. É isso concretamente, mas também é formalmente categorias do capital social total, como imbricação da relação, revela o quão crítico é toda essa reprodução nos Brejos. Isso ficou evidente na substituição de algumas dessas formas pelo trabalho pago por dia, com a ampliação do acesso ao dinheiro (moeda).

Nos Brejos, outro aspecto relacionado aos momentos do trabalho são as brincadeiras e o descanso. Eles se intercalam, sem muita precisão, configurando na aparência uma inseparabilidade entre atividades de lazer e de produção. Entendemos que isso traz a impressão de que as outras formas de organização do processo produtivo, em outros lugares, são “mais perversas” por não dedicarem essa atenção à “subjetividade lúdica do ser humano” (algo comum na atualidade pois algumas empresas colocam a disposição de seus funcionários jogos eletrônicos ou incentivam o relaxamento pré, pós e durante a jornada de trabalho).

Mas, por outro lado, tudo isso nos coloca a seguinte questão: haveria de fato uma distinção tão radical entre o momento de trabalho e o momento de lazer, a ponto de termos a ilusória e romântica vontade de ter alguém contando histórias enquanto somos explorados?

O tempo em que não estão diretamente envolvidos no processo de trabalho é aparência de não trabalho. Ou seja, não deixa de fazer referência ao trabalho, como objetivação social ou *abstração real*. É trabalho também, “pago” por outro trabalhador enquanto este descansa. Não queremos assim positivar o trabalho e nem afirmar que todos deveriam trabalhar ainda mais, mas, apenas apresentar sua negatividade.

A objetividade posta nessas relações (trabalho e não trabalho) de produção é formalmente semelhante e, assim, comparável no mercado com outras (na troca de mercadorias), ou ainda que se “opte” por não vender, e sim consumir o produzido, é “contabilizado” como “não gasto” ou diminuição dos custos de reprodução.

Portanto, toda não separação entre atividades, trabalho, brincadeira e outras relações, não podem ser tomadas só como resistência à *forma mercadoria* (ou ao capitalismo), mas

¹⁹⁹ Nenhuma das duas situações podem ser tidas como processo natural, ou seja, a ampliação da circulação do dinheiro (moeda e crédito) não significa que toda a relação já não era monetarizada. O exemplo está na própria fala de Milão quando afirma as trocas de dia de serviço, ou a parceria e ajuda mútua. São todas formas onde a moeda não aparece, mas o intuito é diminuir os custos da reprodução, para que essa seja possível, ou seja, diminuição do custo do trabalho, é que tempo socialmente necessário. A expressão material dessa forma do valor pode ser dada em preço (expressão quantitativa da media social dos tempos de trabalho) ou diretamente em dinheiro.

como parte de sua viabilização crítica. Para retratar parte da reprodução do brejeiro, apresentamos as suas atividades distribuídas²⁰⁰ no ano conforme o quadro abaixo (figura 8).

Figura 8 – Produção no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Caroeira, Barra – BA, 2010.

Estas atividades representam, em parte, o conjunto da reprodução brejeira. No entanto, como afirmamos, nem sempre todas as famílias têm as mesmas condições de efetivá-las por completo. Há momentos em que essas são dificultadas pela falta de terras, pela seca

²⁰⁰ Cabe salientar que a caça e o extrativismo predominam o ano todo, variando a intensidade conforme à estiagem.

prolongada, pela perda da fertilidade dos solos, ou ainda, pela queda do preço de mercado e falta de “braços” (mão-de-obra ou “força de trabalho”) na própria família. Essas dificuldades ocorrem ainda que recorram ao trabalho pago por dia ou à realização de parceiras, além do assalariamento em outros lugares (migração).

O plantio da cana-de-açúcar, segundo os brejeiros da Cabeceira do São Gonçalo, além de demorado, por causa da pouca fertilidade da terra, não rende muita cachaça e rapadura, o que faz com que não consigam uma renda suficiente para sua reprodução. No entanto, isso não se deve só a essas características em si mesmas, mas também porque essas são, ao mesmo tempo, momentos da relação social total que impõe a média social de tempo de trabalho e, com isso, o preço.

O brejeiro recorre então ao plantio de milho, arroz, feijão, mandioca nas roças nos *Caris*, e, à coleta de pequi, buriti, entre outras, na caatinga e chapada, para compor a alimentação e a renda através de seu beneficiamento e venda na cidade. Ainda que só produzissem para “próprio consumo”, esse já seria consumo social e, portanto, diminuição dos custos de reprodução. Não se trata de resistência, já que em outros momentos isso não ocorre e a venda dos produtos é uma opção.

Se a *subsistência* é entendida como uma totalidade, que garante a reprodução do brejeiro, contabilizando nela o que foi produzido para o “próprio consumo”, ou, por outro lado, a venda no mercado (apenas para garantir aquilo que não produz), em ambos os casos, a contradição está posta. Ou seja, é *tempo de trabalho socialmente necessário*. Assim, a suficiência ou não da reprodução, e o ato de recorrer à produção para “consumo próprio” em alguns momentos e, em outros, se utilizarem da venda nos mercados, só mostra a centralidade, obscurecida na aparência concreta (como trabalho familiar, *ajuda mútua* ou parceria) de ser tempo de trabalho (demora ou rapidez) socialmente necessário (salário desse trabalho).

Ficam nesse processo obscurecidas também as condições de produção, sendo comparados apenas os preços. Essa é a forma (o preço) pela qual a produção se mostra rentável ou não rentável. A rentabilidade pode ser pensada antes mesmo da produção, mas só sua realidade prática, no mercado, permitira verificar se foi rentável ou não e, portanto, produzirá ainda que não tenha certeza de sua rentabilidade.

Por ser ação antes do pensamento, produção antes da circulação, em geral se produz para depois pensar se deveria ter produzido ou não. Só em alguns momentos, por poder comparar pela experiência os custos de produção (frustrada ou não de algum momento), optará por produzir ou não determinados produtos.

Vejamos empiricamente parte desse processo. Odenilson do Brejo da Caroeira afirma que as pessoas deveriam “pensar melhor” na hora de plantar arroz, porque hoje ele tem um custo baixo de compra no mercado mas, por comparação, um alto custo de produção no Brejo: “já que tem outra coisa fácil pra plantar que ele pode tirar o dinheiro pra comprar o arroz... por que não tá muito caro e ali [apontando para uma pequena roça] não vai dar muito... ali vai dar sete ou oito saco”²⁰¹. Essa outra coisa “fácil” de plantar pode ser a mandioca ou a cana-de-açúcar. O arroz no mercado, mecanizado, mais que o produzido no Brejo por causa do tempo de trabalho. Por isso a sugestão de Odenilson, que é prática recorrente no Brejo, é utilizar esse tempo de produção em outra cultura. O arroz só é utilizado para “consumo próprio” apenas para diminuir os gastos com as compras em Barra. Vender não é a opção mais utilizada, apesar de existir quem se aventure.

Neste sentido, cabe observarmos a produção e o preço alcançado de venda dos produtos comercializados²⁰² por uma família brejeira²⁰³, na tabela abaixo (tabela 15):

²⁰¹ Entrevista realizada com Milão do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Odenilson do Brejo da Caroeira. Barra - BA, outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

²⁰² Na Cabeceira do São Gonçalo alguns produtos como o arroz, feijão, milho, melancia, ou são produzidos em pequena escala, substituindo a compra, ou são em parte trocados por outros produtos. Muito pouco se comercializa no mercado. Mas isso não é uma verdade para outros Brejos como o da Umburana, da Mutuca, ou o Brejo do Saco, onde essa produção alcança os mercados de Barra, Xique-Xique e Ibiraba. A carne também é outro item pouco comercializado. Se utilizam da caça e essa é disponibilizada aos outros vizinhos como uma *ajuda mútua*.

²⁰³ O termo *família brejeira* é apenas uma aproximação para o fato de tratar-se de uma reprodução que pode ser feita por uma quantidade mínima de pessoas, cerca de dois adultos homens, uma mulher adulta mulheres e duas crianças. Na falta de um ou mais membros, pode-se recorrer ao contrato por dia e à parceria. Caso seja maior o número, poderá variar, dependendo da terra disponível, o tempo e a quantidade da produção. Em nosso caso, os custos de produção não são explicitados, pois dependerão de outros fatores contabilizados de duas formas: quando se tem que contratar alguém ou dividir na meia ou na terça. Ou quando comparamos os preços de um produto no mercado com outro de mesmo tipo, podendo aproximar por sua variação uma estimativa de custo da produção. Para uma aproximação mais completa dos custos de produção seriam necessários a análise de mais alguns elementos, mas que não são passíveis de cálculo, como o trabalho dos familiares e a “ajuda mútua”, mas que fazem diferença quando estão ou não estão presentes. Por fim, ao que pudemos apurar em campo, a realidade das famílias do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, desta margem para baixo, haja visto que nem todos têm a mesma quantidade de terra e instrumentos de trabalho. Só como exemplo, seu Wadu tem 17 filhos e apenas um engenho de madeira e 0,5 (ha) de terra, e não tem roça nos Caris.

Tabela 15 – Produção²⁰⁴ e preço de venda de mercadorias no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, 2010

Produto	Produção	Quantidade	Preço R\$	
			Unidade	Total
Óleo de pequi	2 a 3 dias	3 litros	10,00	30,00
Manga	1 dia	4 caixas	16,00	54,00
Óleo de castanheira	3 dias	3 litros	30,00	90,00
Mangaba	2 dias	12 caixas	8,00	96,00
Farinha de mandioca	10 dias*	30 quilos	2,00	60,00
Cachaça	4 dias*	90 litros	1,00	90,00
Rapadura	30 dias*	750 rapaduras	3,00	2.250,00

Fonte: Caderno de campo 7, 2010. Elaborado por Erick Kluck, 2011. * Só o beneficiamento, sem considerar plantio, colheita, comércio.

Tais dados mostram a quantidade produzida adequada aos dias necessários para a produção, nas condições apresentadas em nota. Esses serão a base de outra (tabela 16), onde destacamos a produção anual dos principais produtos (aproximada da realidade empírica), conforme relatado por Odenilson. Salientamos que, no começo de nossa conversa destacamos como parâmetro uma posse de terra de 01 ha.

Tabela 16 – Produção de uma família Brejo da Cabeceira do São Gonçalo, 2010

Produto	Produção	Quantidade	Preço R\$	
			Unidade	Total
Óleo de pequi	12 dias	12 litros	10,00	120,00
Manga	8 dias	32 caixas	4,00	128,00
Óleo de castanheira	9 dias	9 litros	30,00	270,00
Mangaba	10 dias	60 caixas	8,00	480,00
Farinha de mandioca	10 dias*	30 quilos	2,00	60,00
Cachaça	4 dias*	90 litros	1,00	90,00
Rapadura	30 dias*	750 rapaduras	3,00	2.250,00
Totais	—	—	—	3.298,00

Fonte: Caderno de campo 7, 2010. Elaborado por Erick Kluck, 2011. * Só o beneficiamento, sem considerar plantio, colheita, comércio.

²⁰⁴ Lembrando que a produção aqui é equivalente a um ciclo curto e mínimo, e que não tem duração no ano, por serem sazonais os cultivos. Consideraram-se, além dos pormenores da nota anterior, as condições de parte das forças produtivas: o engenho é de ferro mas, tanto ele, quanto o ralador de mandioca, não são elétricos.

Podemos ver que, sem considerar possíveis auxílios (aposentadorias, benefícios estatais, dinheiro de filho que migrou) e, ao mesmo tempo, sem considerar custos de transporte e eventuais pagamentos por dia (tanto recebidos como pagos) temos a seguinte renda bruta, por pessoa, no caso de uma família de cinco pessoas: R\$ 55,00 por mês ou R\$ 1,85 por dia. Cabe salientar que essa quantia ainda não considera que, para sua reprodução, recorrem a compras na cidade, onde se gasta com frete, entre outros encargos.

Percebemos que essa família fictícia – mas que segundo Odenilson poderia representar uma família concretamente existente no Brejo, caso conseguissem ter todo o aparato produtivo, e condições destacadas – deverá recorrer então ao trabalho por dia, a migração, à *ajuda mútua*, aos benefícios e, ainda, à produção para o próprio consumo para se manter. Isso porque, além dos gastos com a própria produção, que não se cobrem com ela, ainda existem os gastos, com roupas, calçados, fretes, festas, material escolar, ferramentas (e outros insumos), entre outros.

Esta é a reprodução crítica que temos empiricamente percebido nos Brejos. Ao efetivar sua reprodução, ainda que se utilize a *ajuda mútua*, a parceria, o trabalho por dia ou o trabalho familiar, isso só significa que a modernização, com suas categorias lógicas e históricas, são postas, ainda que aparentemente obscurecidas nessas concretas relações. E, caso consigam se reproduzir somente a partir do seu trabalho (para consumo próprio) eles terão como parâmetros todos os elementos já descritos, podendo acessá-los a qualquer momento de maior crise.

É a alternância entre momentos de acumulação e não acumulação (subsistência), que revela a reprodução crítica. Fosse só acumulação, não mudaria muito o processo, significando talvez um desenvolvimento das forças produtivas que, contraditoriamente, levaria a outro momento de crise. A contradição é a negação do momento positivo ou a positivação de um momento negativo. É tautológico e dialético. Essa é a modernização em curso, posto e pressuposto das relações sociais de produção modernas, e não sua falta ou ausência.

Portanto, formas objetivadas que aparecem como próprias das relações de parentesco entre elas as trocas de dias de serviço, o pagamento pelo “trabalho” diário, o uso em comum de instrumentos, a cessão em forma de parceira de porções de terras, aos menos abastados, para plantio das roças, entre outras situações, são formas de mediação social comparáveis ao trabalho que tem o sentido de diminuir os custos de reprodução da família. Não são uma totalidade particular ou singular, e sim formas modernas de relação social.

Na longa passagem abaixo, Joaquim, Agripina e Joel, em entrevistas realizadas no ano de 2005, já nos mostram parte dessas relações, das quais podemos perceber a imbricação da reprodução social total ou a reprodução crítica:

Sobrinho: Sr. Joaquim, deixe eu fazer uma pergunta para o senhor: todo mundo aqui tem terra? Todos os moradores daqui, cada um tem o seu pedacinho de terra?

Joaquim: tem. Cada qual tem seu pedacinho de terra.

Sobrinho: e as terras são suficiente para as pessoas plantarem ou não, tem uns que a terra não dá...

J: tem uns que a terra não dá, é pouca, é pequena. Tem gente que o palminho de terra é pouco, é. Uns têm mais um pouquinho, mas tem gente que não tem.

Sobrinho: e esses que têm pouca terra como é que... a terra é suficiente pra colher, para alimentar a família, ou às vezes não?

J: não. Tem deles que fraquim, coitados que não dá pra alimentar.

Sobrinho: e como é que eles fazem pra...

J: e tem vez que, quem tem mais eles vai lá pedir na meia, né? Ou pranta, né? Mais os outros, né não?

Sobrinho: e na meia o que se planta na meia, planta-se de tudo na meia...

J: é cana, é a mandioca, é assim desse jeito.

Sobrinho: e como é que funciona a partilha, o serviço do plantio, como é que é? Como é que é, desde o plantio, o dono da terra entra com o que e o trabalhador...

J: aqui as pessoas que têm muita, as pessoas dá na meia, né? Que se der 50 rapadura, eles têm... funciona na meia. Se for na terça, se der 50 ele só tem 25.

Sobrinho: aí o que vai plantar, o trabalhador, ele prepara a terra e planta? Fica zelando e depois ele que mói também, não...

J: eles ajuda. Todos os dois ajuda. Os dois faz junto, né não?

Sobrinho: e o serviço do plantio tudo aí é só ele, ou o dono da terra ajuda?

J: é só ele. Tem vez que é só ele. E tem vez que o cumpanheiro ajuda também.

Joel: se a pessoa que for plantar, tipo eu... meu pai tem a terra, e se eu for plantar ele não me ajudar aí eu vou ganhar mais, fica na terça.

Sobrinho: quando é na terça o trabalhador faz tudo sozinho?

Joel: faz tudo sozinho. Até a semente, a moagem. É ele que entra com tudo.

Sobrinho: seu pai só entra com os bois?

J: só com a oficina.

Sobrinho: até os bois tem que ser de quem vai plantar...

J: é tem é na terça.

Sobrinho: agora, se for na meia, aí já ajuda moer, a colher tudo, né não?

J: É a partida na meia. E se for arroz se for na meia, tem vez que o dono da terra ainda dá a semente, pra prantar o arroz, pra ser na meia. Se for na terça...

Sobrinho: mas aí todo trabalho é feito por quem vai plantar...

J: É por quem vai plantar.

Sobrinho: assim funciona com a mandioca também...

J: Também do mesmo jeito...

Sobrinho: e esses que não tem oficina... que a gente sabe que nem todos tem oficina.

J: Quem trabalha na meia vem colher aqui.

Joel: quem não tem, todo mundo é vizim, é legal.

J: Aí esses aí tão trabaiaando aí, a oficina é minha.

Joel: é que eles não têm. O meu tio ali ele não tem oficina. Mais meu pai é que não têm nada, não cobra nada. Então mói aí, usa os bois também, o engenho, as pessoas também ajuda... meus irmãos, eles não têm pessoas suficiente pra moer, tanger os bois eles ajuda eles, ninguém cobra nada não.

Sobrinho: que é parente.

J: Que é parente, é fãmia, é primo, né não. Mesmo que não seja primo nem tio a gente ajuda também... sendo da comunidade. Aqui nós mora tudo aqui. Se nós num fizer com a comunidade...²⁰⁵

²⁰⁵ Entrevista realizada com Antônio Milão do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo por José de Sousa Sobrinho e Erick Kluck. Barra (BA), julho de 2005. Caderno de Campo 1.

Como se percebe nessas falas, a presença de *ajuda mútua* e parceria são essenciais na manutenção da comunidade. Através delas, as famílias com dificuldades na reprodução conseguem manter-se momentaneamente e vice-versa.

A divisão na meia ou na terça, conforme vimos, obedecem a um cálculo de tempo de trabalho e quantidade da produção. Isso não é outra coisa senão a forma objetivada do valor, ou trabalho.

Agora esse ano eu vou botar uns meeiros aí nas roças... se o Lindomar for embora [filho que quer ir pra São Paulo] ou então eu vou plantar pasto... eu boto os bois no pasto e engordo... posso até comprar uns garrotes magros... aí deixo de plantar cana... só deixo um pedaço pra rapadura... eu não fico sem rapadura e a cachaça... o povo quer comprar cachaça é de litro, mas não vendo... agora tá na época, tem muita cachaça... então guardo... até acabar as outras... vendo um litro desse por quatro reais [o preço na safra é 2 reais o litro]²⁰⁶.

Essas formas concretas utilizadas para diminuir os custos da reprodução, que têm como mediação o trabalho, ampliam a margem limitante, com a produção para consumo próprio. O cálculo entre o que se deve produzir e o que deve comprar, baseado nas altas e baixas dos preços é feito, e isso é uma das características que iguala o Brejo a qualquer outro *lugar* no processo de modernização.

Por fim, ao observar a realidade brejeira, no tocante ao “trabalho” e produção de mercadorias, evidenciamos suas diversas formas que têm no amparo comunitário e utilização da terra comum a aparente “minimização” de mazelas. Desse modo, a reprodução do trabalho, pautada em concretas relações de parceria e *ajuda mútua*, uso comum da terra, além de “trabalho” por dia, obscurecem a aparente autonomia das categorias da modernização, como a renda da terra, o salário e o lucro, mas por elas são ao mesmo tempo referidas como parâmetros e sentidos.

A reprodução crítica, ou seja, essa situação quase sempre limite a qual o brejeiro vive, leva em alguns casos à migração. Trata-se da mobilização do trabalho, posta pela forma social subjetivada, ligando também empiricamente o Brejo com outras áreas.

Os trabalhadores homens migram para as roças de feijão de Irecê (BA), a Luis Eduardo Magalhães (BA) e Barreiras (BA), para trabalhar no agronegócio da soja e do algodão, à Rio Verde (GO), para trabalhar em plantações de cebola, à Brasília (DF) para trabalhar no comércio, à São Paulo, Guarulhos e São José dos Campos para trabalhar na construção civil, comércio e serviços, e em alguns casos na indústria.²⁰⁷

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Cabe salientar que comércio e serviços envolvem os trabalhos por empreitada e o autônomo (chamado também de ambulante).

As trabalhadoras mulheres, em sua maioria, vão para Barra, trabalhar em casa de outras pessoas como “empregadas domésticas” e “diaristas”.

O desdobrar categorial deste processo foi tratado antes para o Médio São Francisco onde comentamos rapidamente sobre os momentos de mudança no mercado de trabalho das décadas de 1970 e 1980, para a de 1990 e 2000.

Afirmamos nossa concordância com o processo identificado por outros autores sobre a diminuição da oferta de emprego em firmas ou empresas do ramo industrial, e o aumento nas de comércio e nos serviços, além da construção civil de uma maneira bastante geral. Isso, segundo HARVEY (1982), estaria relacionado a uma mudança qualitativa no processo produtivo que teria passado por uma flexibilização.

Um exemplo é o de Ademir que, ao sair do Brejo do São Gonçalo em direção a São Paulo para trabalhar com irmãos na cidade de Guarulhos, passou cerca de dez meses desempregado, dependendo desses familiares para sua reprodução. Nesse ínterim, efetuava compras para alguns amigos dos Brejos que lhe encomendavam aparelhos de som; TVs, liquidificador, entre outros, a partir da chegada da energia elétrica nos Brejos. Percebeu que poderia conseguir com essa atividade algum rendimento, passando a vender esses eletroeletrônicos por encomenda (DVDs e outros aparelhos) buscando-os constantemente em São Paulo. Para comprá-los, no entanto, se endivida, faz empréstimos, e vende também a prazo. Dessa forma, endividado e indo do Brejo à São Paulo e de São Paulo ao Brejo, reproduz sua vida: torna-se nos dizeres de Kurz, “um empresário de si mesmo” (KURZ, 2004).

Não se trata de simples precarização do trabalho, mas sim um processo mais crítico que afirma a crise dessa categoria, e coloca o trabalho historicamente determinado como obsoleto. No entanto, ainda capaz de ser colocado como mediação social do valor. Isso revela a chamada *humilhação secundária* da qual tratou HEIDEMANN (2004).

Ser endividado é ter também a forma dinheiro como mediação e, portanto, não significa só a falta dele. Assim, pode se manter criticamente, como muitos brejeiros com os quais estivemos.

É nesse contexto que passamos à última parte, onde tratamos da reprodução do trabalho nos Brejos no momento atual imbricado ao desdobramento do dinheiro em crédito.

1.2 O CRÉDITO ESTATAL E PARTICULAR NOS BREJOS: PARA NÃO COLAPSAR

A partir dessa abordagem prático-teórica que relaciona as formas empíricas como o próprio processo, trataremos dos Brejos da Barra no momento atual, quando a *modernização retardatária* aparece como forma de gestão do colapso.

A trama concreta dessa análise é a imbricação entre reprodução do trabalho, infraestruturação energética e hídrica e o crédito estatal (subsídios estatais a pequenas e médias empresas e os programas de renda mínima) e particular (empréstimos pessoais por agências financeiras e bancos privados), como momentos de um único processo.

Nos Brejos, parte desse conjunto de ações reúne-se em torno das políticas de desenvolvimento regional integrado ou na gestão territorial proposta pela CODEVASF através da organização de um Arranjo Produtivo Local (ALP).

No primeiro capítulo tratamos dessas políticas de gestão territorial buscando sua relação com a infraestruturação via dívida interna e o que disso resultava ao trabalhador. Também ressaltamos como isso se torna uma qualidade do momento atual, diferindo das formas de atuação até a década de 1990, quando se priorizava políticas de desenvolvimento regional com endividamento externo e abertura de fronteiras agrícolas. Mas porque houve essa inflexão? Como se processa e o que resulta para a sociedade?

Falar de endividamento estatal é falar de capital fictício e, ao mesmo tempo, da imbricação de credores, em geral bancos e empresas. Para o Estado, subsidiar ou investir significa fornecer uma grande soma de dinheiro de forma não diretamente produtiva. Investe para que outros efetivem sua parcela de lucro ou continue no caminho do endividamento. Para conseguir esse dinheiro de investimento infraestrutural ou de subsídio, o Estado tem alguns meios: emissão de títulos da dívida pública a credores no exterior ou internamente lastreado pelo tesouro nacional; cobrança de impostos e gerenciamento da previdência social. Para que isso não se estanque, é necessário sua movimentação, não podendo deixar de fazer dívidas e de pagá-las, num processo constante. Paga com o que não tem, mas com a possibilidade de talvez ter, isso já é o suficiente (pelo menos aparentemente). Mas só se cumprir determinadas exigências: infraestrutura, manutenção da taxa de juros em alta (mas sem extrapolar limiar de lucratividade financeira), disponibilização de dinheiro para consumo (colocação de dinheiro na circulação geral), tudo isso territorialmente alocado, gestado e contabilizado.

Vimos anteriormente algumas dessas ações, como a eletrificação rural e a construção de estradas. Agora as vincularemos a um conjunto de políticas públicas e particulares as quais

realmente estavam relacionadas, na tentativa de entender a atuação modernizadora do Estado no atual contexto nos Brejos.

Coordenado pela CODEVASF, foi iniciado em 2001 a organização de um Arranjo Produtivo Local nos Brejos da Barra. Trata-se do *Projeto Distrito Brejos da Barra*, executado por uma Organização Não-Governamental, que tinha como meta promover a irrigação, para produção de frutas, e a capacitação técnica do trabalhador do campo, através do *Projeto Amanhã* em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Além disso, caberia ao *Projeto* executar obras de infraestrutura, como eletrificação rural, estradas e prédios escolares nos Brejos²⁰⁸.

A eletrificação rural iniciada neste projeto revelou-se paradigmática ao brejeiro no tocante à reprodução, que envolve produção e consumo de mercadorias. Se inicialmente era só uma expectativa, que dificilmente abrangeria os Brejos, logo ganhou impulso com o programa do Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS”, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia.

Apesar de só aparecer como desenvolvimento e garantia de fartos recursos, numa trama que envolve estruturação energética articulada por diversas vias ao crescimento da disponibilidade de dinheiro (moeda) por Bolsas estatais, o aumento da demanda por produtos (estimulando momentaneamente a produção e o consumo), é também crise sendo gestada. Tal crise é a do endividamento interno do Estado e do endividamento geral.

Tal crise é assim do próprio capital social total que para continuar sua reprodução necessita da sua ficcionalização (que relaciona o Estado e empresário pelo capital fictício), pois, só a demanda de produção e consumo pelo desenvolvimento das forças produtivas não são suficientes para tal “odisséia financeira”. Ainda mais se a cada momento menos trabalho necessário é utilizado na produção, ou seja, menos mais-valia é produzida e colocada em circulação.

Dessa forma, como “demanda necessária”, dada a “melhoria da qualidade de vida” (como apregoa o discurso comum sobre o tema) a eletrificação rural é, mais que isso, uma “sobrevida” à forma de mediação social trabalho e mercadoria.

²⁰⁸ Em sua forma esse Arranjo Produtivo Local (ALP) visava a constituição e o estímulo à infraestruturação da fruticultura irrigada nos Brejos, através de ações conjuntas de entidades como a Diocese de Barra e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as ONGs Distrito Brejos da Barra e Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), o Exército Brasileiro, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Prefeitura do Município de Barra, e o Governo Federal (anos 1990 e 2010) através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), Ministério da Integração Nacional (MI), e também por influência do Deputado Federal na época, o sr. João Leão.

A CODEVASF, conforme SOBRINHO, “no âmbito da produção, o Distrito Projeto Brejos da Barra iniciou a intervenção a partir da venda de mudas de caju anão precoce, manga e mangaba aos agricultores brejeiros, além de incentivar à prática da piscicultura e criação de caprinos” (SOBRINHO, 2006, p. 35). Também, executou capacitação técnica da força de trabalho, cadastramento da terra, disponibilização de crédito para compra de sementes, mudas e ferramentas, entre outras. Construiu ainda um galpão de beneficiamento de frutas a *BARRAFRUTOS*²⁰⁹. Isso gerou grandes expectativas nos moradores dos Brejos e, conforme assinala SOBRINHO (2006),

sob pretexto de melhorar a qualidade de vida dos brejeiros, está uma intenção maior constante da filosofia desenvolvimentista do vale: torná-los produtores de mercadorias (...) As prometidas técnicas a serem aplicadas no processo produtivo (se concretizadas) implicarão na remodelação da sua tradicional relação tempo-espço e em maiores custos de produção, assim como noutros sentidos das atividades de reprodução das suas vidas, a saber: aumentar a produção e consumo de mercadorias. Pois o aumento do que se considera necessidade será uma constante e certamente repercutirá como intensificação do trabalho no seu meio, os brejos (SOBRINHO, 2006, p. 83).

Essa visão, que aos olhos do Governo, poderia parecer sombria e muito pessimista, se mostrou ainda mais negativa. A *BARRAFRUTOS*, empresa montada para o beneficiamento das frutas (processamento, armazenamento e distribuição), produto final de todo um conjunto técnico creditício articulado, inclusive com o estímulo ao abandono da plantação de cana ou mandioca, colocou suas máquinas em funcionamento apenas no dia da inauguração. Segundo GIROTTO (2005), a *BARRAFRUTOS*

deveria funcionar com o gerenciamento da Parmalat, que seria a responsável pela comercialização da produção local, basicamente de manga, caju e mangaba. A Parmalat receberia toda a infra-estrutura necessária para a sua implantação no território local. Mas com a crise financeira (...) que levou a Parmalat a diminuir suas atividades no Brasil e no mundo, a fábrica nunca chegou a funcionar. E a tão anunciada autonomia do lugar frente ao mundo acabou se realizando apenas como discurso (GIROTTO, 2005, p. 10).

Não mais fora ouvido um motor sequer. Ainda assim, seis anos depois, a esperança de desenvolvimento ou de garantias para um futuro do brejeiro girava em torno, ao menos na voz de nosso interlocutor, das expectativas criadas naquele momento:

Erick: O que acha que falta em Barra?

Odenilson: Falta uma empresa de fruta... uma firma pra colher a manga, pra fazer o suco, empregaria muita gente... fábrica pra fazer polpa de fruta, saeta...muita coisa, a mangaba... porque, vamos supor um pai tem dez filhos e os meninos forem crescendo... onde ele vai sobreviver com um pedacinho pequeno de terra? Eles vão crescendo e depende de ganhar dinheiro... como é que eles vão ganhar dinheiro? Aí

²⁰⁹ Portanto, foram investidos milhões de reais oriundos do Governo Federal, solicitados em sua maioria ao Ministério da Integração Nacional, pelo principal *lobby* do município, o Deputado João Leão.

eles pensam de sair pra fora, pra ganhar dinheiro... ir pra São Paulo, ganhar dinheiro... e a vida lá não é fácil, né? Então, eu acharia bom a Barra investir mais nisso, em indústria que vem pra jogar o jovem para ter um serviço pra ele, porque aqui não dá pra sobreviver... eu acho importante os deputados e os vereadores, o prefeito da cidade se organizarem...

Erick: Mas é a *BARRAFRUTOS*, que iniciou suas atividades em Barra, está desativada?

Odenilson: É o Distrito Brejos da Barra... eu assisti as reuniões deles lá... era a CODEVASF... olha, eu fiz o levantamento das frutas e de quanto produzia aqui no Brejo, e era muita fruta [manga, caju, mangaba] que dava pra funcionar a fábrica... não só desses Brejos [Cabeceira, Caroeira e Barbosa], mas outros Brejos fez o levantamento, não sei porque que não funcionou... o Distrito veio aí só pra comer dinheiro do povo... porque fez aquele levantamento de plantar mangaba, planta manga, o caju, e nessa época o pessoal plantaram tudo... mas cadê a empresa pra funcionar isso aí? Fazer o suco? Tai, muita gente tem pé de manga, mas perdeu, pois ta produzindo mas não tem quem compra... eles enricaram, ganharam muito dinheiro nisso²¹⁰.

Ele conclui, ao final da conversa, que todo esse processo serviu para duas coisas: gerar endividamento e fazer cair o preço da manga, já que a maioria dos brejeiros participantes desse projeto²¹¹ tem ainda os pés de manga produzindo em grande quantidade, a ponto do seu preço não passar de R\$ 4,00 para uma caixa com 100 mangas²¹².

Portanto, a atuação do Estado, através da ONG Distrito Projeto Brejos da Barra, não pode ser entendida simplesmente por um viés de imposição nos termos de um “Estado-sujeito” que tem a intenção de transformar o modo de vida tradicional.

A participação neste foi por adesão! Mas, o que é a adesão senão também uma revelação de uma situação crítica de reprodução (conforme argumentamos) no momento atual da modernização? Portanto, a relação é mais complexa. Um jogo entre uma perspectiva de desenvolvimento e sua prática, revelando expectativas positivas, em relação ao Estado e ao empreendimento, e frustrações, relegadas ao próprio Estado – a uma desorganização geral, falta de estímulo político, falta de capacitação, falta de investimento, entre muitas outras – que devolvem o problema ao mundo das possibilidades sempre renovadas (mas não menos críticas) da modernização, exigindo uma melhor solução da próxima vez! Mas pouco se critica ou se queixa da falta de coerência do próprio processo em curso.

Mesmo que a fábrica fosse colocada em funcionamento, as máquinas é que iriam realizar boa parte dos processos de transformação. Aos brejeiros restaria apenas o fardo de

²¹⁰ Entrevista realizada com moradores do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo por Erick Kluck. Barra (BA), outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

²¹¹ Nem todos dos mais de 70 Brejos participaram do projeto Distrito Brejos da Barra. No entanto, os Brejos envolvidos eram os mais próximos da sede municipal e os mais povoados. São eles: Brejo da Japira, Brejo da Mutuca, Brejo dos Olhos D' Água, Brejo da Gamboa, Brejo do Saco, Brejo do São Gonçalo, Brejinhos, Brejo do Mato escuro, Brejo do Limoeiro, Brejo do Santo Antonio, Brejo Maria da Paz e Brejo da Baixa Grande.

²¹² Para se ter uma ideia do lucro comercial envolvido no negócio da manga, no mesmo período, na sede municipal de Barra, uma manga no mercado custava em média R\$ 1,00.

produzir um ou dois tipos específicos de produtos, direcionando-o a essa fábrica que, pelo processo atrelado ao desenvolvimento das forças produtivas geral, pagaria cada vez menos pela sua produção.

Ao mesmo tempo, as capacitações técnicas estimuladas por esse projeto se colocariam cada vez mais como uma necessidade, diferenciando-se das utilizadas pelos brejeiros que, contraditoriamente, apareceriam como “atrasadas” e fadadas ao fracasso. O fracasso na verdade, é do próprio processo, que tem por base o *desenvolvimento das forças produtivas* expulsando o trabalho do processo produtivo e, com isso, destituindo-se tendencialmente do que lhe dá sentido.

O trabalho como mediação social precisa ser negado e, ainda que esta categoria se mostre atualmente agonizante, ela precisa de mais um empurrãozinho para a cova, que não pode ser dado por nenhuma prática alternativa dentro de seus próprios termos.

Assim sobrevive como forma de relação, ainda que de materialidade tenha restado pouco, mas suficiente para colocar todos num só pensamento: “o que precisamos é de mais trabalho e geração de renda!”

Junto com isso, um “fôlego” ao trabalho foi permitido também por um endividamento geral particular dos brejeiros; e do Estado, o pagamento a empreiteiras pelas construções de estradas e eletrificação rural, o galpão da *BARRAFRUTOS*, entre outros. Mobilizou-se capital fictício através do Estado, que com essa forma de atuação de gestão territorial, é o grande gestor da dívida, antes externa e agora interna, a qual, em outros termos é *mais-valia* desdobrada em juros, que este paga por ter pedido emprestado a credores externos, o dinheiro investido nessas aventuras da geração de emprego e renda num mundo colapsado.

Para finalizar essa parte sobre as ações nos Brejos, não se pode deixar de salientar os programas de “renda mínima” como a *Bolsa Família* do Governo Federal (que agregou outros programas, como “Bolsa Escola” e “Fome Zero”) e o aumento de empréstimos pessoais.

O *Bolsa Família* fornece um pequeno recurso “extra” (em dinheiro) para cada família que tem os filhos na escola com frequência regular. Esse, assim como as aposentadorias pelo Fundo do Trabalhador Rural, e os empréstimos pessoais, são os atuais vetores de monetarização (moeda) que possibilitam o acesso a bens de consumo e o aumento do endividamento, características antes não percebidas com tal ênfase. Em alguns casos, devido ao grau de “distanciamento” das atividades nas roças e beneficiamento de produtos, esse rendimento se tornou a única fonte de renda desses “sujeitos”.

Essa é uma característica do atual momento da modernização. Segundo o Grupo Krisis, “o programa de renda mínima funciona como veículo, isto é, como instrumento de

redução de custos estatais e como versão miserável da transferência de riqueza social, que substitui os seguros sociais em colapso” (KRISIS, 2005, p. 85). Já SILVA (2008), afirma que há “uma crise da sociedade como um todo que realiza a mercadoria com a ajuda do Estado. Aquilo que aparece como contribuição do Estado é a incapacidade de o capital repor seu processo de circulação e o consumo é o substituto da valorização” (SILVA, 2008, p. 279).

O Estado aparece às vezes como mediador, e outras como principal “sujeito” da ação estruturante – ou seja, possibilitando ampliação do consumo de mercadorias através de obras de grande monta, como estradas, hidroelétricas, colonização agrária, programas de renda mínima, entre outros, junto com o endividamento, a formação de um mercado informal de terras e de mobilização da força de trabalho.

SOBRINHO, em seu mestrado sobre os Brejos da Barra, relacionou essas estruturas à aliança de interesses entre Estado e classes políticas empresariais agropecuárias que fundamentavam suas ações na implementação de estradas, escolas, casas, projetos de irrigação e preservação, entre outros:

é nesse contexto que se realizam as intervenções nos Brejos da Barra, cujos potenciais produtivos são visados pelos desenvolvimentistas a fim de introduzir uma outra racionalidade na produção, culminando, assim, com alterações no modo de vida tradicional inerentes às comunidades brejeiras. Conforme discurso da agência de desenvolvimento – o Distrito Projeto Brejos da Barra, as investidas naqueles espaços se justificam como uma medida para tirar as comunidades brejeiras do isolamento, do sofrimento, levando até elas o desenvolvimento, o progresso e disponibilizando-lhes as técnicas modernas de produção (SOBRINHO, 2006, p.74).

No entanto, entendemos que se trata de relações que no Brasil se iniciam nos anos 1960, conforme afirmamos antes (concordando em parte com Francisco de Oliveira). O Estado passa a assumir o papel central na garantia da reprodução do capital, ainda que isso pareça apenas mediação de relações particulares do capital empresarial nacional. São as duas coisas, por causa da imbricação contraditória entre capital e Estado. Isto foi muito bem formulado por Robert Kurz, em seu livro “O Colapso da Modernização” no qual expõe os termos dessa contradição historicamente determinada (KURZ, 2004).

A noção, muito difundida, de um “Estado sujeito” ou de um “capital (capitalista) sujeito” esconde sua imbricação negativa de serem personificações da relação capital. Mas aparecem concretamente diferentes, um dependente do outro, tendo a política e outras mediações sociais envolvidas, como o trabalho.

Se antes se buscava empréstimos junto ao Estado na forma de subsídios, como vimos, para implantação de processos produtivos industriais e infraestruturais energéticos ou de transporte, hoje isso continua. Ocorre que o dinheiro de impostos e empréstimos estrangeiros

foi substituído por *capitais fictícios* que têm como lastro a própria possibilidade de lucro, e não mais só os processos reais (teve algum dia?). Prevalece a possibilidade de fazer dívida sobre os seus possíveis pagamentos. Por exemplo, ter a garantia de que o governo não irá modificar demasiadamente as taxas de juros e que irá manter um ritmo de investimentos em obras e transferência de renda para consumo, fomentar tecnologia, entre outros, é o que se pede como garantia de novos empréstimos, e não mais a capacidade real produtiva, apesar dessa não ser abandonada totalmente, ficando como componente da média.

No primeiro capítulo ainda não tínhamos apresentado esses elementos para a discussão sobre o crédito e a ação estatal. Agora, munido de alguns exemplos empíricos, percebemos o quanto se faz verdadeira essa dinâmica na qual o Estado e o capital mostram-se imbricados na contenção da crise (sem conseguir) fornecendo-lhe mais fôlego, ou seja, permitindo sua sobrevida cada vez mais fictícia.

As ações estatais a partir da década de 1990, contexto de uma “abertura comercial” e a chamada “guerra fiscal”, faz com que alguns dos antigos planos e agências de financiamento se aperfeiçoem, tenham uma ação mais pontual ou localizada territorialmente, ao invés de geral ou regionalmente. Como vimos no início, os investimentos no Médio São Francisco direcionaram-se em grande parte à produção de frutas irrigadas, extração de lenha, plantação de cana-de-açúcar, soja, mamona e implantação de infra-estrutura hídrica.

A maioria dessas ações foi pautada pela disponibilização de créditos pelo Estado por meio de transferência direta ou indireta de renda, entre elas, a *Bolsa Família*, aliado aos já existentes Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar (PRONAF), incentivo às pequenas empresas, além das aposentadorias.

Nos Brejos, essa maior disponibilidade de dinheiro (moeda e crédito) revelou algumas mudanças práticas no cotidiano das relações entre os brejeiros. O aumento do trabalho por dia, ao invés da troca de dia de serviço é um exemplo. As roças de cana-de-açúcar, mandioca, feijão, arroz, são cuidadas agora mais por trabalhadores diaristas pagos com dinheiro das aposentadorias ou benefícios que pelos próprios posseiros.

Os brejeiros da Cabeceira do São Gonçalo afirmam que, ao invés de trabalhar em suas roças, os filhos dos posseiros mais velhos trabalham em roças alheias, por dia. Assim conseguem o dinheiro para ir às festas, comprar roupas, comprar eletroeletrônicos etc.

Segundo Milão, muitos jovens dependem economicamente dos pais, abandonando as roças, pois sabem que o mínimo (alimentação e parte do vestuário) está garantido por esses benefícios. Desse modo, “preferem” utilizar esse “tempo” para estudar ou ir para festas. Relacionado a isso, comenta que o consumo, e até mesmo em parte a forma de produzir, tem

se modificado na Cabeceira do São Gonçalo. Inicia sua fala exemplificando como era antes, nos tempos dos vapores no São Francisco:

Erick: E esses vapores traziam mercadorias?

Milão: “Ôxe! trazia pra Barra, o arroz, o feijão, de toda mercadoria... comprava rapadura e levava... trazia muito trem... panela, roupa (o mascate)... não vendia roupa feita, vendia era o pano... as peças de pano... fazia a roupa aqui... esta mãe de Odenilson era costureira... nós pagava ela, era cunhada nossa, pra fazer as calças e as camisas... se não fizesse não vestia... mas hoje tem roupa de todo jeito... tem roupa na feira de R\$ 1,50 tem coisa barata... baldão, panela... hoje tá na boa... uma calça de um homem custar R\$ 1,50? Tá barato de vestir roupa... calça tem à vontade... uns caro... faltou chuva e muitos não trabalharam, só querem andar assim [bem arrumados]... estão com o cartão [Bolsa Família] e tacam na cerveja... não plantam coisa da roça... moderno, moderno [jovem] que tem toda força... leva o cartão pra Barra, compra carne e farinha... e se botasse na roça cada vez mais, não aumentava as coisas? Mas muitos não querem, tá na boa do cartão, todo mês tem aquele dinheiro... o aposento do pai dando ao filho... e se eles juntassem mais na roça pra crescer? tinha ano que eu apanhava cinco sacos de feijão de feijão de corda... cansei de debulhar mais ela [esposa]... na mão, apanhava as cargas de feijão lá [na roça dos Caris que fica à meia légua] de jumento... chegava pra debulhar de noite... mesmo se chovesse. Agora [porque ta período seco e é mais difícil plantar] os mais modernos não viriam pra roça não... têm medo de sol... aqui na Cabeceira não forma uma batata, por que não planta... a banana... o jovem quer andar bem vestido, bem lorde, bem comido... não compram roupa de R\$ 1,50 compram é de R\$ 40,00. Ai vem o povo de Pernambuco [no brejo], vendendo umas panelas, facão, enxada, cavadeira, carrinho de mão, perfume, cueca, calcinha, sandália, toalha de mesa, roupa de cama, toalhas de R\$ 20,00 e lá na Barra uma toalha grande, boa por R\$ 15,00 ou R\$ 10,00... só faz um ano que eles andam por aqui...”²¹³

Essa passagem mostra como a reprodução do brejeiro é crítica. Mesmo com a clara demonstração de que antes era “mais sofrido” e que o “jovem tá na boa”, isso só é possível pela mediação mais centrada na forma crédito e dinheiro (moeda) na aposentadoria e no cartão da Bolsa Família.

Caso não tivessem o acesso a esses benefícios, dado o desenvolvimento das forças produtivas que colocam essas mercadorias (antes mais caras) a preços bem mais acessíveis nos Brejos, não se conseguiria comprá-los, nem se fossem ainda mais baratos, pois o processo de “barateamento” das mercadorias atingiu a produção brejeira também, tanto que a constante reclamação é referida à “fraqueza dos Brejos”.

Na passagem a seguir, Milão destaca a importância do dinheiro, e o domínio de suas formas: circulação e pagamento²¹⁴:

Milão: é obrigado a ter cabeça pra fazer negócio... um homem que não sabe ler como eu né? Mas eu sei planejar minhas coisas... todo mundo aqui faz assim, tem negócio, compra o trem pra vender... pra você ver, eu vou contar aqui uma história: um cara do Olho D’Água [outro brejo], quando eu era solteiro, veio vender um fumo (que lá trabalha muito na fábrica de fumo), três metros de fumo, comprei... mas nesse tempo eu não pitava... meu pai sim... aí ele tirou pra mim uma quarta de fumo

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Não só lá. Há muitos casos em outras áreas que se utilizam do gado dessa forma.

[duas quartas era meio metro]. Aí eu disse, eu vou vender o fumo... fui em direção ao Brejo [Limoeiro] oferecendo... e o povo dizendo que não tinha dinheiro... e fiado eu não vendia... só vendo à dinheiro... cheguei numa tia minha, mas ela disse que não queria... aí ela disse: você quer dar esse fumo num porquinho pequeno? eu disse quero... tá feito o negócio... ela disse: quando o porco crescer eu mando o recado pra você vim buscar o porco... quando veio o recado e cheguei lá o porco tava dessa altura [alto], grande, gordo, fazia prazer... trouxe o porco vivo... deixei ele criar aí nas roças... quando eu casei um cara chegou aqui e comprou o porco... e eu comprei dez braças de terra, nesse tempo a terra era barata [1966] na Caroeira [Tamboril]... hoje quem mora lá é um SOBRINHO meu... ele comprou de mim... depois que casei pra montar essa oficina deu trabalho, né? não tinha dinheiro pra montar o engenho... um tanque pra fazer a cachaça... aí eu vendi aquele terreno lá e comprei bomba, garrafão, montei o tanque e paguei meu irmão pra fazer o engenho, com o dinheiro dessa terra... tudo saiu do dinheiro desse fumo... o negócio que vai fazendo e vai aumentando... foi coisa que admirei... parecia nada... naquele tempo se fumasse só tinha virado fumaça no mundo... e eu botei ele pra render... o cara pra comprar essa terra minha vendeu um boião grande... e agora o engenho tá com meu filho Brinco... não vendi não dei pra ele... só compra e vende se for gado... outras coisas eu dou... a roça o terreno... eu vendi dois gado pra comprar esse terreno de cima e dois pra comprar o terreno de baixo... os herdeiro chegava e queria, e eu não queria deixar os de fora entrar... antes dinheiro no bolso era difícil... mas hoje em dia com dinheiro...²¹⁵

A habilidade com dinheiro é tanta que se extrai dela algo além de sua forma de moeda, mostrando o quanto esse é mais que só materialidade concreta. Por isso, parte do dinheiro que consegue acumular investe em compra de gado (garrote, boi e a vaca). Assim, ao soltarem-nos na caatinga, crescem e se reproduzem, permitindo a obtenção de renda com a venda de parte de sua prole. Em momentos de crise ou de ampliação das roças, utilizam esse gado para troca ou venda.

Ultimamente, essa compra de gado é feita acumulando (quando é possível) o dinheiro oriundo de aposentadoria ou *Bolsa Família*, ou decorre de empréstimos feitos junto a bancos e agências financeiras. O primeiro empréstimo que Antônio Milão fez, com sua esposa, foi utilizado para este fim:

Erick: – E o povo faz empréstimo?

Antônio Milão: – Faz, eu já fiz duas vezes... nós compramos dois garrotes... da outra vez foi o engenho... a mulher fez... comprou dois garrotes... tirou R\$ 1.400,00...

Erick: – E qual é a vantagem de fazer empréstimo pra comprar garrote? Porque, no empréstimo você vai pagando a prestação com juros...

Antônio Milão: – Mas o garrote a gente bota ele no pasto... não demora ele dá o dinheiro... você compra ele por R\$ 500,00, como eu comprei dois por R\$ 1.000,00 e só um já botaram [ofereceram] R\$ 1.200,00 já recuperou o dinheiro do empréstimo... o povo diz que não é vantagem, mas recupera... você compra por exemplo... já não tão comprando garrotinho de R\$ 200,00 ou R\$ 300,00... aí você faz um empréstimo de R\$ 1.000,00 ou mil e tanto... aí emprega em garrote e joga ele aí no pasto, Deus dando a chuva... e quando for dois anos você já rendeu... já recuperou... o povo tá fazendo isso pra render... tem gente que faz empréstimo compra dois ou três... e aí vai transferindo, pra render, se aquele crescer, se vender um compra três garrotes... ali mesmo tem um homem, que gosta de passar aí, fez um empréstimo comprou um boi e deu o boi em quatro garrotes... e os garrotes vão

²¹⁵ Entrevista realizada com moradores do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo por Erick Kluck. Barra (BA), outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

crescendo e daqui uns dias tá de cinco a dez... se você fica com ele lá no banco? ... o dinheiro é pra gente movimentá... Deus dá o dinheiro é pra movimentá ele... pois se deixar parado ele não rende nada... eu desde de pequeno que luto com coisa... eu tenho uma coisa e aí eu a emprego... eu digo aos meus filhos, mas eles não sabem muitas vezes jogá... o Brinco [Juracy] já sabe jogá, ele e a mulher dele é muito ativa...

Erick: – Isso tudo faz de cabeça? não anota nada?

Antônio Milão: – De cabeça... se um chegar aqui e oferecer um boi, eu já sei onde tem dois garrotes... pra fazer rolo nele... eu já to com a cabeça onde é que vou aplicar ele... lá tem um homem e eu já vou lá aplicar, fazer negócio com ele...²¹⁶

Esta prática revela que o mais importante é o próprio processo, a reprodução do capital, onde se alternam momentos de acumulação e não acumulação. Concretamente essa disponibilidade de dinheiro (na forma de crédito) parece algo novo, mas, como desdobramento formal o dinheiro é uma mediação comum nos Brejos, principalmente na criação do gado para poupança, quando se antecipa um pagamento na compra do garrote esperando que cresça, podendo recuperar seu investimento, acrescido de renda (juro), na venda do animal grande.

O fato de esse garrote se alimentar na caatinga permite ao brejeiro uma diminuição nos custos de reprodução, fazendo com que essa relação seja realmente um poupar. O dinheiro que investiu será recuperado meses depois com juros acrescidos que consegue na venda do animal, isso porque o boi tem um preço maior que o do garrote no mercado.

Isso não é natural. Trata-se de uma mediação social na qual se “define” esse preço pela média de todos os trabalhos (tempo social médio necessário) para o crescimento do boi (que inclui trabalho assalariado e outras técnicas de produção). Assim, quem faz o brejeiro ter direito ao juro, mesmo que não tenha pagado²¹⁷ quase nada pela alimentação do boi, é a sociedade, da qual ele faz parte, pela definição desse preço.

Não se pode esquecer que o preço, balizado em trabalho, inclui o trabalho assalariado, revertendo ao dono do boi e dos meios de produção para sua criação o direito de apropriar-se da *mais-valia*. Dessa forma, na média geral dos empreendimentos mais lucrativos será constituído o preço. Se, como vimos, os juros são também uma diferença de preço que se baseia no trabalho e na *mais-valia*, significa que a poupança efetuada pelo brejeiro é parte dessa mediação social, é *mais-valia* (inclusive a que extraiu de si mesmo). Mas os custos de produção diminuídos e o auferir de *mais-valia* na comparação com outros criadores de boi (com técnicas que diminuem o tempo de trabalho) faz o preço de seu boi ser baixo no mercado geral bovino. Isso mostra o quanto a *poupança* em gado, como forma do dinheiro, é

²¹⁶ Entrevista realizada com moradores do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo por Erick Kluck. Barra (BA), outubro de 2010. caderno de Campo 7.

²¹⁷ A não ser o próprio trabalho de zelar, que também é parte componente do tempo social total de trabalho aqui entendido como seu salário e seu lucro.

um aspecto importante da reprodução do brejeiro, ainda que, na média social, revele a reprodução crítica.

Não é o dinheiro, na forma moeda (agora mais presente no Brejo) que gera a complexidade da relação e a destituição dos costumes. Pois o dinheiro como forma de mediação existe desde a formação dos Brejos, na forma mercadoria e trabalho não desdobrado, como forma do valor. Por isso, o que aparece agora como algo novo é a reprodução aparentemente nova do velho, ou seja, se antes o dinheiro se realizava mais formal que empiricamente, como mediação social, agora ele, na forma crédito e papel moeda mostra sua centralidade e concretude não mais obscurecida na forma da troca de dias de favores, na parceria, na *ajuda mútua* ou na troca direta.

Abaixo trazemos mais um exemplo em que se relaciona o trabalho, o dinheiro e sua objetivação nas relações nos Brejos. A atividade doméstica, relegada à mulher na relação, inclui o carregar a água em grandes baldes na cabeça, do *baixo* para o *alto*, na areia (o que dificulta o caminhar). A esposa de Antônio Milão, dona Ernestina, com seus setenta anos de idade executa essa tarefa diariamente e várias vezes ao dia. Para minimizar esse desgaste, contrataram uma “zeladeira”²¹⁸.

Porém, após seis meses, Antônio Milão, vendeu um dos bois (comprados com dinheiro do empréstimo) e resolveu colocar uma bomba d’água no *alto* para diminuir a “labuta” de dona Ernestina, ao mesmo tempo em que dispensava os serviços da *zeladeira*:

Erick: – Por que é importante colocar a água aqui pra cima [no *alto*]?

Antônio Milão: – É que nós estava com uma zeladeira, pagando [R\$ 50,00 por mês], toda vida dentro de casa [trabalhou por seis meses]... mas também ela trabalhou muito... foram R\$ 300,00... agora dispensei ela...²¹⁹

Portanto, a forma de rendimento (que teve sua origem num empréstimo, ou seja, disponibilidade de crédito) permitiu inclusive uma pequena acumulação. Parte desta foi investida e proporcionou a expulsão da força de trabalho, diminuindo os custos da reprodução. Isso é um exemplo empírico que, apesar de bastante localizado, mostra a forma pela qual se traveste a crise do trabalho e o colapso da modernização.

Todo esse conjunto de iniciativas (empréstimos, aposentadorias, benefícios e subsídios estatais) levou, em pouco tempo, a uma mudança perceptível nos hábitos alimentares e de consumo da população brejeira. Esta se vincula à eletrificação, estruturação de estradas, construção de escolas, entre outras, sendo os principais produtos: eletrodomésticos, peças de

²¹⁸ Pessoa contratada para ajudar nos afazeres domésticos: comida, limpeza da casa e transporte de água.

²¹⁹ Entrevista realizada com moradores do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo por Erick Kluck. Barra (BA), outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

carro, bebidas alcoólicas, refrigerantes, potes plásticos, roupas e tênis, mochilas, cosméticos etc. O concomitante aumento de bares e do consumo de bebidas alcoólicas fabricadas em outros lugares como a cerveja e o conhaque, também é notório, assim como a presença do descarte aumentado e em qualquer lugar de embalagens plásticas.

Portanto o crédito vinculado ao consumo possibilitou um aumento diferencial na demanda por produtos fabricados em indústrias, até mesmo do exterior. Para intermediar essas relações houve a ampliação da circulação de dinheiro e também de créditos, oriundos de transferência de renda e de diversos projetos diversos com verbas federais, além de aposentadorias e benefícios.

Os brejeiros fazem mais empréstimos atualmente para comprar eletrodomésticos e móveis para as casas, colocar “ piso frio ” e aumentar “ pé direito ” das casas; substituir o telhado de palha de buriti por telhas de barro, e também para comprar bombas d’água. Aumentam, com isso, a demanda de mercadorias. É notório o aumento de lojas em barra que vendem eletroeletrônicos e materiais de construção nos últimos cinco anos.

Os empréstimos no *Banco Votorantin financeira*, para efetivar esse consumo, são estimados entre R\$ 3.000,00 a 8.000,00 para os brejeiros. Segundo Odenilson, no Brejo da Cabeceira do São Gonçalo existe um total de 20 TVs e 10 geladeiras, além de muitos aparelhos de som (lembrando que são 51 famílias no total). A TV custa, em média, R\$ 400,00 e a antena parabólica R\$ 500,00. Quando não fazem empréstimos, compram à vista ou parcelado; outros ainda vendem o gado ou até mesmo partes pequenas de terra para sua compra²²⁰. Para ele, a aposentadoria e a Bolsa família (com rendimentos entre R\$ 90,00 e 120,00 por filho) são os maiores responsáveis pela monetarização (moeda) do brejeiro e por esse consumo de eletrodomésticos.

Antes, segundo ele, era considerado rico no Brejo quem tinha terra. Hoje se fala: “aquele é homem de valor... tem três cartões da *Bolsa família* e a esposa tem um... compra do fumo à terra”.

O cálculo *a priori* se coloca como fundamental as relações. Por isso entendemos que não é uma *economia de excedente*, que por vezes é associada ao agricultor, na qual os sujeitos não efetivam a todo o momento uma acumulação.

Erick: esses cálculos vocês fazem tudo “de cabeça”? Não anotam nada?

²²⁰ O preço da terra no Brejo da cabeceira do São Gonçalo é de R\$ 400,00 por braça (2,5m de frente e de fundo depende da profundidade do brejo com limite à terra de uso comum). Entrevista realizada com moradores do Brejo da Cabeceira do São Gonçalo por Erick Kluck. Barra (BA), outubro de 2010. Caderno de Campo 7.

Milão: De cabeça... se um chegar aqui e oferecer um boi, eu já sei onde tem dois garrotes... pra fazer rolo nele... eu já to com a cabeça onde é que vou aplicar ele... lá tem um homem e eu já vou lá aplicar, fazer negócio com ele... boi gordo, garrote fraco, já joga ele aqui no pasto... eu tinha aquele boi bordado... gente andava aqui atrás desse boi... tava um leilão... e eu segurando aquele boi que desde pequeno eu tinha amizade... aquele boi era atendido, igual a um cachorro que a gente cria... vinha gente de longe, e eu dizia não vendo meu boi... aí uma cara chegou aqui com uma vaca e um garrote (uma vaca boa) a vaca deu dez arroba e o garrote deu oito... fiz o negócio... mas nesse dia eu não dormi um pingão... imaginando esse boi... ainda mandei esses meninos irem desmanchar o negócio... mandei matar a vaca pra comprar outro boi que o cara me ofereceu aí... quando eu matei a vaca vi que ela tinha um bezerro dentro... se tivesse esperado um pouco... deu dez arroba... aí Dicinho, meu afilhado perguntou se queria comprar o boi preto pois sabia que tinha matado a vaca) eu disse compro... comprei por R\$ 600,00 a vaca deu R\$ 900,00...”
 Erick: E aqui se vende boi para fazer negócio com terra?
 Milão: Vende, vende o boi e compra a terra... mas não faz rolo [troca direta]... é mais trocar pelo dinheiro e depois compra a terra... eu mesmo não faço...

Este é mais um exemplo que, antes mesmo do dinheiro (materializado como moeda) circular com mais frequência pelos Brejos, a monetarização, as relações pelo dinheiro, trabalho e mercadoria, já se faziam presentes.

Sintetizando um pouco essa profusão de casos²²¹ sobre a reprodução do trabalho sob essa forma creditícia, destacamos:

- a) Ampliação do crédito estatal e particular para produção direta: compra de sementes e fertilizantes, pagamento de mão-de-obra, transporte, terra, aumento da casa, energia, alimentos, carros, entre outros;
- b) Crédito para consumo: compra de móveis, eletrodomésticos e alimentos;
- c) Crédito para futuros rendimentos: compra de gado e terra com intuito de colocar em rendimento.

Estes são alguns exemplos que nos revelam a forma concreta de algumas relações. Disponibilizar energia e junto a isso a transferência de renda dinamizou o consumo e proporcionou um fôlego à crise de acumulação do capital dado o desenvolvimento das forças produtivas. O endividamento interno do país com essa infraestruturação e a disponibilidade de crédito e dinheiro para empresas e pessoas, aumentou. Mas, ao mesmo tempo, proporcionou um aumento na produção de mercadorias, consumo e de diversos ramos de comércio e serviços, fazendo com que todo o processo pareça crescente. No entanto, o que se repõe com tudo isso é mais uma vez a crise, dado o próprio “superaquecimento” industrial e do mercado.

²²¹ Entrevistas concedidas por moradores dos Brejos da Cabeceira do São Gonçalo e da Caroeira, ambos nos Brejos da Barra (BA), durante os trabalhos de campo realizados em fevereiro de 2009 e outubro de 2010. Caderno de Campo 3 e 7.

CONSIDERAÇÕES

Com as aproximações sobre a formação e a passagem ao momento da *modernização (retardatária)*, ampliamos a observação de seus subsequentes desdobramentos em seu momento atual nos Brejos, em que a reprodução não é mais a da acumulação para a metrópole como o sentido do processo, mas o da formação de um mercado nacional de terra e trabalho (LEITE, 2010) e, como OLIVEIRA (1977), da “divisão regional do trabalho” e sua crise.

A modernização, posta no contexto do planejamento e financiamento estatal, constitui a formação de um mercado nacional de terra e de trabalho e o caráter da *subsistência* e das formas particulares da reprodução muda de qualidade. Sua referência passou a ser esse desdobramento categorial e não mais o paradigma da formação. Assim, o que parece ser *subsistência* é, ao mesmo tempo, reprodução crítica (o outro da reprodução ampliada), ou ainda a tentativa de diminuir os custos da reprodução.

Ainda que esse aspecto possa não mais fazer sentido num contexto no qual o capital, passou a se reproduzir nacionalmente, e colocou com isso um caráter comum a todas as regiões, observamos situações em que o caráter de produção para o “próprio consumo” é um momento da reprodução.

Nos Brejos, empiricamente, a busca pela *subsistência* é de fato uma alternativa que caracteriza a reprodução crítica. Neste caso além de outros aspectos, isso se relaciona ao que os moradores chamam de “fraqueza dos Brejos”. Esse caráter, como vimos, não deve ser entendido em si mesmo, mas como desdobramento categorial e relação social total.

Se antes não se podia sair da região por conta do monopólio da violência implementado pelas oligarquias nas suas diversas relações como comentamos, no momento em que o Estado assume a modernização e se forma um mercado nacional do trabalho, juntamente com um estímulo à formação de um mercado de terra (aspecto que coloca o trabalho em mobilização em vários casos) não se “prende” mais o trabalhador à terra. Este passa a ter como opção (não fácil, simples ou sem atributos violentos) à saída para outros locais onde possa vender sua força de trabalho.

Conseguir isso não revela rompimento total com suas famílias e, ao mesmo tempo, se coloca como paradigma aos que ficam. Assim está posta a mobilização do trabalho, como aspecto integrado à *autonomização* do Estado.

Quem precisa migrar, argumenta, no caso do Brejo, a busca por mais conhecimento; por melhoria financeira; pelo futuro da reprodução da família; pela garantia mínima de alimentação, entre outros. Quem fica, argumenta que as condições têm melhorado para alguns

e não vale à pena sair para virar empregado na cidade, pois é muito sofrida. Outros, ainda dizem que não precisam migrar, pois conseguem tudo o que precisam na roça ali mesmo ou com pequenas vendas no mercado, completando a sua reprodução.

Estes três momentos da reprodução não estão separados da totalidade da reprodução do capital social total, seja pela produção de mercadorias (que envolve a circulação) e o mercado de trabalho. E assim, por mais que pareça uma alternativa positiva, frente ao fato de que antes não podiam nem mesmo migrar, podemos perceber, ao nos aproximarmos de sua concretude, que eles revelam também a negatividade geral da forma de reprodução posta pela modernização, como por exemplo, em relação às condições do trabalho, ao endividamento, à perda da terra, à violência.

Portanto, o que era realizado antes aparentemente como estratégia de reprodução “da vida” frente à impossibilidade de migrar ou de ter onde vender a força de trabalho, tornou-se, ainda que negativamente, também uma opção num mercado de trabalho mais permissível a migração. Isso porque, em muitos casos, o brejeiro pode vender a força de trabalho nas condições postas, como parte das frentes de trabalho e de colonização agrícola, ambas financiadas pelo Estado.

Parte dessas questões foi tratada por diversos autores da chamada *teoria do campesinato*²²² que reúne um conjunto de categorias e conceitos relacionados e corroboram para a elaboração de uma ou mais interpretações críticas sobre a expropriação da terra, a reforma agrária, o modo de vida camponês, os movimentos sociais de luta pela terra e a questão agrária a ela imbricada. Essas questões são por eles tomadas como centrais, concluindo que seria, portanto, necessário lutar pelo trabalho livre das formas opressivas e pela propriedade da terra.

Suas indagações e proposições auxiliaram a fundamentação de um campo de análise das relações sociais no campo que, no Brasil, foram desenvolvidos principalmente pela Geografia Agrária e pela Sociologia Rural, nas universidades e nos movimentos sociais.

Portanto, a suma importância dessa discussão, tanto teórica quanto empírica, tanto social quanto política e econômica, e ainda sua influência em planos governamentais e de

²²² Por teoria do campesinato entendemos o conjunto de obras, pesquisas e estudos que se referem ao cabedal teórico relacionado ao conceito de *camponês* como classe econômica ou modo de vida. Entre os principais autores brasileiros e estrangeiros: Karl Kautsky, Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo, Alexander CHAYANOV, Theodor Shanin, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr., José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Margarida Maria Moura, Otávio Guilherme Velho, Afrânio Garcia Jr., Marta Inês de Medeiros Marques, para ficar apenas com alguns.

proposição de políticas públicas²²³, nos permite pensar, em alguns outros aspectos relacionados à questão colocada no início sobre a modernização dos Brejos da Barra:

- a) a questão da *unidade econômica* camponesa, que se amarra a da subsistência;
- b) o seu caráter de totalidade (modo de vida);
- c) a questão da subordinação do produto do trabalho camponês ao capital.

Sobre o primeiro ponto, cabe retomar o conceito de *unidade econômica camponesa*, de Alexander CHAYANOV (1974; 1981). As relações, nas quais a terra não aparece separada dos meios de produção juntamente com o trabalho, configurariam a característica de um sujeito denominado *camponês*. Este se organizaria na *unidade econômica camponesa*, compondo uma totalidade, de maneira subordinada ao capital (pelo produto do trabalho, pelo preço, pelo favor etc.). Mas, tendo a possibilidade da independência pelo trabalho, por este não configurar uma forma capitalista (por aparecer de maneira não assalariada, por exemplo).

Isso nos remete à questão: como essa reprodução é possível num contexto em que há um conjunto de coerções, talvez não muito explícitas, mobilizando-os? Qual o fundamento, ainda que formal, para tamanha singularidade?

Theodor SHANIN (2005), mas não só ele, parece positivar essa questão ao tratar de maneira geral da dinâmica do camponês, percebendo nela um caráter de independência frente à opressão do capital, sobrelevando a forma trabalho. Segundo ele, essa forma permitiria a flexibilização deste sujeito, a ponto deste, em determinados momentos, voltar à terra e extrair de lá sua subsistência (reprodução) e, em outros momentos, se deslocar para a cidade, complementando essa reprodução ou permanecendo mais tempo. Trata-se de um caráter no qual este sujeito se adapta ou se adequa às crises, mas sem perder por inteiro o seu atributo fundamental de ser *camponês*. É claro que essa proposta é mais complexa que nossa síntese, mas não adentraremos seus pormenores, ficando apenas com o que lhe é fundante: a relação que o *camponês* estabelece com o capital, como oposição e de sobrevivência, marcada por uma reprodução crítica e de resistência.

O segundo ponto imbrica-se ao primeiro, no qual se percebe que o entendimento sobre a unidade camponesa, como forma *não capitalista*, ainda que tenha *flexibilidade*, revela-se para esta corrente como uma *totalidade*, dada como *modo de produção*. Esta adquire características próprias e configurações costumeiras ou tradicionais que, com o passar do

²²³ Nos furtaremos ao necessário debate, para tratar apenas da questão da *unidade econômica camponesa* (CHAYANOV, 1974), deixando implícitas as outras questões teóricas, entre elas a “diferenciação do campesinato”; se o camponês está ou não em contradição com o capitalismo? Se ele existe, se desaparecerá, perecerá (se adaptará ou flexibilizará) ou se recriará neste sistema ou a ele irá se contrapor? Se é possível falar em camponês como classe (e, portanto conceito)? Se camponês é apenas uma noção política?

tempo, naturalizam o seu constructo social, balizado em relações de trabalho e de produção de mercadorias, pautando ressignificações não da crítica categorial do capital, mas somente da crítica ao que o capital (visto como sujeito e não relação social) aparentemente deixou de realizar ou de permitir à realização.

Por fim, essas questões revelam que a *totalidade* exaltada como *modo de produção não capitalista* mais esconde que revela a contradição. Isso porque permitem o vislumbre de que a parte e o todo estariam em relação, como quer o cerne da teoria, desigualmente combinados, sendo um subordinado e o outro o sujeito do processo.

Uma pergunta é admissível: tudo isso é possível mesmo se a totalidade é a da reprodução do trabalho de maneira ampliada, ainda que em crise? Seria sobreexploração e acumulação por espoliação como vê HARVEY (2004) e outros?

Se a resposta for sim, seria o capital, pela relação capital-trabalho, precarizado (ANTUNES, 2003; THOMAS JR., 2004) pela falta de possibilidade de inserção?

Conforme os próprios termos do trabalho e o contexto atual do desenvolvimento das forças produtivas, teríamos a impossibilidade da realização, devido à crise, não sendo, portanto, uma solução para a crise. Também a positivação pode ser problematizada quando observamos as realidades empíricas: trabalho na mangaba; trabalho na caça; trabalho na cidade dormindo em quartinho sem banheiro; entre outras situações que nos fazem problematizar o trabalho como precário, mas também, quando se apresentam casos como depressão e outros, percebemos que há algo de errado não só com o trabalho, mas com a forma de se relacionar mediada pelo valor que, entre outros aspectos, faz a mediação do trabalho e da mercadoria.

Assim, por mais que trabalhe para *subsistência*, o brejeiro está garantindo apenas a reprodução mínima negativa; quando trabalha fora (para outros, no Brejo ou distante dele), garante o mínimo para sobrevivência e consumo dessas novas formas de relação; e quando não trabalha e precisa dos auxílios do Estado se imbricam mais relações contraditórias do crédito que o repõe como necessário à dimensão da reprodução.

Conforme vimos, sair do Brejo para alguns é situação extrema, é reprodução crítica. Para outros, também é parte da reprodução crítica, porém, com aparência de não crítica, pela condição de quem migra, quando é para um emprego certo; ou para comprar objetos de revenda; ou para estudar, ainda assim, não entendemos esse caráter como positivo, e sim como uma negativa forma do processo.

Por fim, mesmo entendendo que tais imbricações são personificações da relação capital, é importante frisar suas outras facetas e personificações dadas no crédito e

rendimentos que, por vezes, permitem a reprodução crítica dos brejeiros e estimulam, segundo vimos, sua busca cada vez mais ampliada, pela mediação do consumo de uma “nova” leva de produtos. Sua acessibilidade, dada por formas como aposentadorias, créditos bancários e de outras agências financeiras e rendimentos de programas “de renda mínima” governamentais, tornam-se a garantia do consumo, ao mesmo tempo em que alavanca a intensificação da produção, com melhorias técnicas nos instrumentos e maquinário de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo tentou entender que a modernização e o moderno (como forma de expressão) têm como centralidade as formas de sociabilidade, ou mediação, trabalho e mercadoria, apresentando-se como aparência de ser e ser em realização crítica. Como vimos, esse processo, ou relação capital, é entendido por KURZ (2004a) como *abstração real*, a partir da noção de *fetice*, proposta por MARX (1998).

A dificuldade em se apresentar, mesmo que em parte, o arcabouço teórico com o qual dialogamos foi evidente. Escamotear momentaneamente a realidade em processo, paralisando-a, certamente incorre em muitas falhas, podendo em muitos casos nem tocar o cerne da complexidade da relação social capital. Mesmo tendo plena convicção do reducionismo implícito na abordagem de um fenômeno, nos parece que este caminho é importante para uma abordagem crítica.

Portanto, mesmo longe de alcançar tal profundidade crítica, esse estudo tentou problematizar o caráter objetivo da materialidade, pensando, nesse contexto do colapso da modernização, quais aspectos ajudariam no entendimento sobre a mobilização e a migração.

A reprodução do capital social no momento atual aparece dotada de “infinitas” possibilidades, dado o desenvolvimento tecnológico (da comunicação, da infraestrutura, da automação industrial, entre outras) ou desenvolvimento das forças produtivas e seu suporte financeiro: o crédito.

O Brasil na última década adotou políticas econômicas de aceleração da infraestruturação, produção energética e industrial, aliada à transferência de renda – com políticas sociais e de capacitação da pequena e grande empresa da força de trabalho (disponibilizando de “micros” e “macros” créditos), possibilitando a criação de postos de trabalho e o acesso ao consumo a milhares de famílias. Uma profusão de cursos, especializações e mesmo de ramos de serviços (ligados a hotelaria, segurança pessoal e patrimonial, turismo, alimentação, informática, comunicação social, propaganda), fazem com que o trabalhador se desdobre em cursos noturnos, dois ou três empregos formais e informais, estágios não remunerados, entre outros.

Porém, o que se falseia nessa aparente “melhoria” geral?

O trabalhador, na busca por fazer parte disso, desdobra-se, capacita-se, atualiza-se, recicla-se, e ainda assim, poucos conseguem tal inserção nesse mundo que o explora. Essa é a contradição, momentos de aparente exploração se confundindo com os de exploração real tudo aparecendo como modernização.

O trabalho em setores diversos, produtivos ou não produtivos, perfaz os momentos de acumulação e não acumulação (negativamente, como dívida). Ainda assim é processo. Basta

lembrar como a forma dinheiro, em sua dupla qualidade de ser meio de pagamento ou meio de circulação, obscurece que até mesmo o endividamento é dinheiro e não a falta dele.

O mesmo ocorre com a forma trabalho que, produtivo ou não produtivo, não deixa de ser, numa sociedade cuja sociabilidade decorre dessa mediação social de valor, um nexos social relevante, apesar de crítico.

Em nosso estudo, vimos que atualmente esse impulso modernizador, à base de crédito, ativou diferentes ramos, produtivos ou improdutivos que, por essa complexidade, nos revelam pouco sobre seu caráter material.

Neste contexto em que os muitos ramos, antes comportados em fábricas ou indústrias, se autonomizam em serviços dos mais diversos, dividindo ainda mais as impossibilidades da reprodução concreta do capital, se dinamiza o caráter fictício dada a profusão de novos empréstimos bancários.

Por menos lucrativo que seja um negócio de qualquer ramo, e que a tendência dele seja a falência breve, o fato de ter conseguido o empréstimo permitiu um novo fôlego ao processo. Isso serve para o crédito pessoal do dono do quiosque da esquina até para os gigantes do setor de construção civil de alguma metrópole.

No caso de grandes obras infraestruturais, é o Estado que apela para uma espécie de empréstimo, vendendo títulos ou papéis da dívida pública para pagar empresas terceirizadas ou empreiteiras. Esse processo, que não é novo, atualmente tem relação direta com as políticas de desenvolvimento territorial. Evidenciamos alguns de seus aspectos em nosso estudo sobre os Brejos da Barra.

Trata-se de políticas de modernização que têm o endividamento interno em sua base, promovendo a disponibilização de créditos e de infraestrutura, mobilizando o trabalho e a terra, capacitando força de trabalho, entre outros, subsidiado por meio de altos impostos e venda desses papéis de dívida comprados por credores nacionais e internacionais.

A negatividade está posta. É o processo negativo que se move como positivo. Por que a surpresa? Assim é a modernização: a constante destituição de seu fundamento.

Quando na Europa e nos Estados Unidos, na década de 1920 e 1930 os proletários se uniram e exigiram melhores condições de trabalho (que, no capitalismo equivale, a dizer, melhores condições de exploração) através de sindicatos, pareciam prever a possível quebra geral das Bolsas, dado o liberalismo extremo que, ao mesmo tempo em que desenvolvia as forças produtivas (numa modernização acelerada), tinha seus limites e pagava baixos salários aos trabalhadores.

Mas, o acúmulo de dinheiro sem possibilidade de transformá-lo em capital é crise. Um grande reorganizar de capitalistas, inclusive com proposição de outras regras: distribuir ao invés de entesourar.

Isso permitiu, momentaneamente, o aparente estancamento da crise e ainda certa simpatia da classe mais ameaçadora do momento: a classe trabalhadora. As forças produtivas voltavam a ser mais vigiadas pelo Estado, após um período de aventura liberal. Os mais radicais tornaram-se socialistas. Assim, a modernização se travestiu de um caráter estatal declaradamente forte que tinha como meta a “retirada” de todos do “atraso”.

No “mundo socialista”, por exemplo, a meta era desenvolver as forças produtivas através do Estado, no qual todos eram um único trabalhador e o Estado o patrão. Esse, como bom patrão, ficava com a *mais-valia*, que investia em excursões espaciais ou gastava com a sua própria manutenção, garantindo a industrialização e a produção de alimentos, a educação e a saúde.

A esse momento KURZ (2004) denomina de *modernização recuperadora*, quando o Estado assume o desenvolvimento das forças produtivas de maneira acelerada, visando alcançar o desenvolvimento dos centros mais dinâmicos do capitalismo. O colapso era questão de tempo. Desenvolver as forças produtivas sem concorrência interna tornou-se algo insustentável dado o alto custo de reprodução que tinha como parâmetro as outras nações não socialistas.

Ao mesmo tempo, dizer que isso foi uma vitória do mundo capitalista é não perceber que ambos são fruto do mesmo processo contraditório e crítico que não tem simpatias por nada e ninguém.

Devido à limitação gerada, não por uma simples superprodução, mas por uma superprodução aliada a uma desvalorização, logo se mostrou crítico outra vez. Daí os constantes calotes no pagamento de dívidas, devido à coincidência entre desenvolvimento das forças produtivas, queda do preço dos produtos e desemprego em massa.

Como se resolveu esse imbróglio? Aumentando a produção, claro! Subsidiou-se o investimento em mais tecnologia, como se o problema fosse a falta dela. Ao mesmo tempo criou-se dinheiro creditício nos bancos (com suporte do Estado) e, assim, todos passaram a ter acesso ao crédito, podendo então comprar a prazo ou investir em um negócio próprio (já que trabalhar em ramos industriais é cada vez mais difícil). Com o aumento do consumo, a demanda por produtos aumentou, garantindo momentos de aparente estabilidade no mercado.

Por isso não surpreende que seus resultados sejam a colocação de mais pessoas no mercado de trabalho, mobilizadas, ainda que esse mercado esteja expulsando trabalhadores, já

que nem mesmo os ramos não-industriais não suportam tanta gente: tudo aparece saturado – vendedores ambulantes, pedreiros, pintores, seguranças, serventes, agentes de viagem, educadores, motoristas, atendentes, entre centenas de profissões.

Mas, a crítica encontrou outra vez a forma de deixar o caminho livre, ao menos por algum momento, à “superação” desta crise: transferiu renda, distribuiu a riqueza produzida – que no capitalismo é a *mais-valia* – ou criada, o capital fictício. Dessa forma, restabelece, cria ou incentiva a produção e consumo de milhares de pessoas, alargando mais um pouco a sobrevida da reprodução.

Esse é o contexto atual no qual o Brasil, a partir de um imenso endividamento interno, encontra saída para suas aventuras estruturantes e mobilizadoras, balizadas numa bolha de ar maior que seu imenso território, mas que, no entanto, é ceifada de realidades concretas sofridas e miseráveis de trabalhadores que não alcançam nem a possibilidade de ser explorado, tornando-se ou permanecendo endividados, preocupados, depressivos, exauridos e mal alimentados.

Nos Brejos da Barra não foi diferente, colocando-se aos brejeiros paradigmas evidenciados empiricamente que retomamos e relacionamos com as políticas de desenvolvimento, o Projeto Distrito Brejos da Barra, mas, não só isso, são o próprio processo e suas formas de mediação, trabalho, mercadoria, dinheiro e crédito, dentre outras, se desdobrando.

Os resultados foram diversos: endividamento geral, formação de um “mercado” de venda de posses, estruturação energética e de estradas; capacitação técnica; mobilização do trabalho; ampliação da monocultura em alguns Brejos. E, por fim, a implantação de um “elefante branco” a fábrica de polpas *BARRAFRUTOS*, como o estimulante prático-ideológico de expectativas, pela qual o brejeiro via a possibilidade de reprodução completada na venda de sua produção, que nunca funcionou.

Isso tudo, apesar de parecer incompetência do Estado em gerir os recursos públicos, ou intenção parcimoniosa de disponibilizar dinheiro na forma de crédito a empresários (que não pagaram e nem pagarão a dívida), é o processo que tem como centro a reprodução ampliada, seja qual for a forma empírica realizada. Ou seja, se for mais rentável a colocação do endividamento do que a própria produção, isso será feito, até porque endividamento é reprodução do dinheiro. Por outro lado, observamos que a produção de mercadorias era apenas uma coisa dentre outras como a infraestruturação que proporcionou ou possibilitou a ampliação da circulação entre a Barra e os Brejos através das estradas; o consumo de eletrodomésticos com a eletrificação; o consumo em geral com o crédito (particular),

aposentadorias e subsídios ou benefícios estatais; a capacitação e qualificação da força de trabalho com os cursos regulares e extra-curriculares das escolas, entre outros.

Sem considerar diretamente esta atuação, que na prática se realizou empiricamente em parte dos Brejos, noutros, como os da Cabeceira do São Gonçalo e da Caroeira, a reprodução brejeira anual da maioria das famílias se pauta em atividades agrícolas e de beneficiamento, seguida da criação de animais e extrativismo. O comércio da produção é realizado em boa parte do ano, com diferentes produtos centrais: rapadura, cachaça, farinha de mandioca, saeta, óleo de pequi, de mamona, de buriti, de castanheira, mangaba, manga e o mel.

Como vimos, vendem, mas também dele se utilizam diretamente para “consumo próprio”. Esses momentos compõem o mercado, no qual a reprodução do brejeiro se coloca como uma reprodução crítica.

Os brejeiros dividem entre os herdeiros a terra o quanto for necessário, mas se essa não é suficiente para sua reprodução, trabalham por dia para outros. Quanto mais cresce a população, menos se tem terra para a reprodução, mais migração ocorre. Porém, a conclusão não pode ser mecânica, mas histórica e processual.

A maioria das famílias na Cabeceira do São Gonçalo, em vários momentos do ano, recorre à produção para “consumo próprio” ou mesmo ao benefício para não ficar sem ter o que comer. Entendemos que a situação extrema da fome dificilmente se coloca dada as relações de parentesco e ajuda mútua predominante. Mas, justamente por isso, ao invés de só positivar, percebemos através delas a negatividade da relação, ou seja, sem querer ver nelas só virtude, mas sim o porquê de sua ocorrência. Ao fazer isso, e observando outros aspectos econômicos, vimos o quanto a sua reprodução é realmente crítica nos termos da impossibilidade de manutenção do mínimo necessário à alimentação e vestuário.

A cada momento mudam as formas pela qual o posseiro, agregado, morador, se reproduz, pagando ou não a renda, vendendo ou não sua força de trabalho. Na Colônia, conforme Caio Prado Jr., esse era um dos momentos do mercado Europeu, dado seu caráter relacional evidenciado pelo autor com a noção de “sentido da colonização” (PRADO JR., 2002).

O “consumo próprio” seria para OLIVEIRA (1977) e MARTINS (2010) a subsistência ou uma forma não capitalista, subordinada ao capital, com a função de rebaixar os custos de produção social ao mesmo tempo em que os supriria. Portanto, teria relação com formas mais abstratas da relação capital, ainda que eles não reconheçam como momento do mesmo e sim como uma totalidade separada.

Para FURTADO (1991), que entende esse “consumo próprio” também como subsistência, isso é a marca do atraso e das relações de poder, travestidas de relações de compadrio, que não deixa a força de trabalho e com ela a modernização seguir o rumo tomado em outros países. Significa mesmo uma *involução econômica*. A questão, para ele, era retirá-los das relações atrasadas, incentivando a tornarem-se mão-de-obra assalariada, nas indústrias.

Porém, OLIVEIRA (1977) o critica justamente por considerá-las atraso, e pela sua exigência de modernização. Para ele, as oligarquias agiam como Estado, por tê-lo capturado, e depois de sua “descaptação”, nos anos 1930, é capturado pelo capital monopolista internacional. Portanto, as categoriais sociais do capital se apresentavam fusionadas, separando-se após 1930, mas ainda perfazendo a modernização. A questão se mostra mais estrutural, sendo o capital, na sua dinâmica monopolista, capaz, através do Estado, de propor políticas de desenvolvimento e modernização que submetem tanto o campo quanto a cidade aos seus desígnios, de maneira combinada.

O processo identificado por esses autores revela muitos aspectos importantes da realidade histórica e seu desdobramento. A *subsistência* seria um caráter já atrelado ao mercado nacional da força de trabalho, podendo o camponês, lavrador, trabalhador do campo, seja qual for sua definição, mobilizado, de fato deslocar-se em busca de vendê-la onde for possível.

Podemos pensar que a “subsistência” hoje observada nos Brejos, nos termos de PRADO JR. (2002), mudou qualitativamente, se relacionando mais com os propostos por OLIVEIRA (1977). Isso porque, o Estado de fato se autonomizou do *poder local*, permitindo a mobilização dos trabalhadores em escala nacional com políticas de modernização.

No entanto, não entendemos que a subsistência configura relações *não capitalistas* – OLIVEIRA (1977), MARTINS (2010) e (OLIVEIRA, 1986) – subordinadas, e sim momentos de um mesmo processo. É contradição e não oposição ou combinação. É o brejeiro recorrendo ao consumo “próprio” num momento (crítico, como seca, gasto com transporte, falta de trabalhadores, etc.) e em outro à venda da força de trabalho – sem tratar isso como “flexibilidade camponesa” (SHANIN, 2005). Ambos são momentos da reprodução. É “consumo próprio”, mas, por isso mesmo, é consumo social, é contraditoriamente reprodução crítica.

A migração, um fenômeno em ascensão nesses Brejos, revelou-se como parte dessa reprodução, realizada nos momentos mais críticos da reprodução, mas também em outros de parcial acumulação. Isso se deveu à própria condição (ter dinheiro na forma de moeda) que era necessária alcançar para se poder migrar.

Tudo isso num contexto de estruturação energética, de estradas e de capacitação técnica e educacional, além da disponibilização de renda pela Bolsa Família, mas sem ser diretamente relacionados. Assim, não há relação direta entre a migração e a “pobreza” ou “riqueza” (material) de alguns brejeiros, mas é fato que a reprodução crítica potencializa, junto com outros aspectos, a mobilização do trabalho.

Perguntamo-nos se todo esse conjunto seria a falta de modernização (atraso) ou seria o próprio processo em sua contraditória forma de ser. Ficamos com a segunda resposta.

Pelo viés da geografia, abriram-se os seguintes caminhos para o entendimento dos Brejos da Barra:

- a) Um conjunto de comunidades *camponesas*, onde prevalecem as relações *não capitalistas* de produção, subordinado ao capitalismo, dinamizando-o e possibilitando sua existência – OLIVEIRA (1986; 1988; 1991), THOMAS JR. (2004), MARQUES (2008), SOBRINHO (2006);
- b) *Formações econômicas regionais*, onde as relações de subordinação e subsistência se vinculariam a *poderes locais* latifundiários (arcaicos, semi-feudais), que as impediriam de participar do mundo tecnificado e moderno, posto pela industrialização nacional (MAMIGONIAN, 1998; 2010);
- c) *Formações sócio-espaciais* na escala do lugar, que justificariam a existência do conceito de região pautada na noção *forma-conteúdo*, onde o conteúdo mudaria ainda que as formas de todas as relações sejam semelhantes (SANTOS, 1979; 2002; 2004);
- d) *Fundos territoriais* ou espaços potenciais da modernização estatal (MORAES, 2002);
- e) *Fronteira* ou áreas de *ajuste espacial* do capital, na qual se desdobraria, pela atual forma da acumulação capital, *acumulação por espoliação*, os processos de sobreexploração do trabalho (HARVEY, 2004);

No entanto, apesar de sua importância, pensamos que tais entendimentos não possibilitariam abranger as contradições mais fundamentais da modernização e sua forma de expressão espacial.

Em diálogo crítico com parte dessas proposições, a leitura de GOLDENSTEIN e SEABRA (1982), nos permitiram pensar, junto com o que propõe TOLEDO (2008), questões relacionadas ao *desenvolvimento das forças produtivas* e da *divisão social e territorial do trabalho* como parte do entendimento crítico sobre o conceito de região, para melhor aproximação dos Brejos da Barra. Deixamos de lado algumas questões pertinentes à Geografia, como a técnica e o espaço, para tratar do trabalho de sua mobilização.

Com isso foi possível observar que os aspectos relacionados à formação dos Brejos coincidiam com a *territorialização da forma regional* do capital, expressão da *não simultaneidade*. Isso ocorreu através das categorias do capital em desdobramento formal e concreto, da produção de mercadorias e mobilidade do trabalho.

Este processo se baseia no *sentido da colonização* (PRADO JR., 2002), quando há indistinção entre o *poder local* e o Estado, e as relações são imbricadas (produção de mercadoria, parceria, agregamento, quarteação, entre outras), ou seja, estão em territorialização os pressupostos da relação capital (LEITE, 2010).

Os Brejos surgem nesse contexto como parte do processo de mobilização territorial da propriedade e do trabalho no bojo do sistema de sesmarias. Como terras inicialmente “sobrantes” (SILVA, 2008), entre fazendas, pouco férteis e distantes, foram ocupadas efetivamente, apesar das dificuldades, por pequenos posseiros brejeiros.

Essas terras também foram centralizadas por grandes posseiros, a partir da Lei de Terras de 1850, ainda que não fossem por eles diretamente ocupadas (por apresentarem condições de baixa produtividade ou por serem distantes). Entendemos que isso revela uma negatividade: manutenção do poder da terra e do trabalho pela posse justificada no então Registro Ecclesial, ainda que não fossem utilizadas para produção direta de mercadorias.

Por ser assim constituído, faz mais sentido a afirmação sobre a “fraqueza dos brejos”. Solos não muito férteis, distantes, onde as parcelas de terra são muito subdivididas, não possibilitando, por esses e outros motivos, a reprodução completa do brejeiro, tendo por vezes que migrar. É evidente a presença da *ajuda mútua* e de outras formas de relação que colocam a maioria das famílias como um corpo único, não harmônico, “minimizando” o extremo limite da reprodução crítica, que seria a fome, mas não o fato de ser reprodução crítica. No entanto, ao observar negativamente, entendemos que isso só revela sua “criticidade”, colocada em curso por relações que tem na mediação do trabalho, o desdobramento da forma valor e da mercadoria, sua fundamentação abstrata e real.

Não afirmamos que a qualidade daquele momento é a mesma que a atual. Discutimos sobre a passagem de um *momento regional* (TOLEDO, 2008) ao momento de *modernização retardatária* (KURZ, 2004), ambos como desdobramentos de relações categoriais da modernização, que se materializam através das ações dos sujeitos sociais que as personificam.

Esses desdobramentos das relações possibilitam, por exemplo, a identificação do Estado de um lado e do *poder local* de outro, ainda que um aja em favor do outro e ambos pela reprodução das relações sociais do capital. A isso TOLEDO (2008), a partir de Marx

(2008a), identificou como *autonomização*, bem marcada na mudança de posição do monopólio da violência, saindo do poder local para se fixar a estrutura do Estado.

Trata-se de um momento em que se evidencia a centralização das ações e possibilidades de financiamento e o endividamento do Estado. Outra medida é a transferência de renda regionalmente para proporcionar a modernização em âmbito territorial administrativo, concentrando esses no processo de produção industrial e agropecuário, condicionando a mobilização da terra e do trabalho. Tudo isso, através da criação de Superintendências e Companhias de desenvolvimento regional e planejamento, como por exemplo, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Nesse contexto, a geografia se oficializa e serve de arcabouço teórico quantitativo para a elaboração e a coleta de dados sobre as “regiões” desse território nacional com o IBGE, entre outros.

A modernização revela-se *modernização retardatária*. A *não simultaneidade*, como aspecto empírico relevante, faz o Brasil (e suas “regiões”) parecer composto por fragmentos de atraso que precisariam ser modernizados – como se já não fossem desde que os portugueses aqui pisaram.

Se a fronteira ou as possibilidades de expansão do capital para seu não desfalecimento ocorriam com a mobilização do trabalho e da terra colocada em curso nessa modernização planejada, capital fictício (mas em outra escala), com a ampliação de seu uso, há de fato a uma maior possibilidade de alargamento da *fronteira* (MARTINS, 1997; HARVEY, 2006) posta por uma demasiada exploração do trabalho como intenção última. No entanto, vimos que essa aparente forma de sobreacumulação esconde a contradição entre acumulação e crise de acumulação, ou seja, a alternância ou a profusão de processos produtivos e improdutos imbricados que, em grande parte, só são colocados em ação por tais dispositivos creditícios.

A negatividade da reprodução é colocada como potencialidade de modernização, dada a capacidade cada vez maior do endividamento estatal e particular mostrado nos estrondosos “valores” orçamentários de obras infraestruturais ou de incremento produtivo, balizados no capital fictício. As infraestruturas e transferências de renda entram nesse bojo colocando as formas aparentemente antigas com aparente roupagem nova aos diversos lugares.

Vimos isso nos Brejos. Outra questão é a da subsistência – que não significa só “consumir o que produz”, mas também um recurso de passível utilização conforme a dinâmica da reprodução o solicita. E quando não é utilizada, deixa aberta a possibilidade da

reprodução por outras formas. Entre elas, os brejeiros recorrem às instâncias provedoras de crédito e rendimentos ou ao trabalho fora dos Brejos.

A migração, se observada só com essa perspectiva da necessidade de trabalhos esporádicos nas vizinhanças ou na cidade, como uma saída costumeira e prevista por um modo de vida para garantir a reprodução em momentos de crise, poderia induzir a análise a duas naturalizações: a do trabalho e a do deslocamento.

Entendemos que isso é uma forma de relação social que tem centralidade também na mediação pelo dinheiro e trabalho. Assim, não compõe totalidade, mas momentos da totalidade que é a relação capital. O que esses momentos (produzir para vender, produzir para consumir) revelam é a fusão entre trabalho, renda e lucro, personificados por esse sujeito e colocados em movimento por suas práticas cotidianas da relação capital.

Tanto que nas condições de aumento da jornada de trabalho (não em um emprego, mas em vários) e rebaixamento dos salários geral (isso quando é possível encontrá-lo), em muitos casos, nem a produção para consumo, nem o trabalho fora dos Brejos, são suficientes para viabilizar a reprodução desse trabalhador. Isso sem contar o caráter rotativo que este trabalho ganhou a partir dos anos 1990, conforme vimos no primeiro e no terceiro capítulos, onde os “retornos” e “partidas” tornam-se mais frequentes, entre a Barra e São Paulo, por exemplo.

Portanto, os desdobramentos do momento anterior (momento regional) nos deixaram questões importantes relacionadas à reprodução do trabalho nos Brejos da Barra. Como vimos, essa reprodução, em verdade, é parte da reprodução do capital social total, ainda que aparentemente não se mostre assim, principalmente por parecer participar de um circuito menor de relações comerciais (dadas pela venda de cachaça e rapadura em feiras municipais) e por se voltar à produção do próprio alimento. Porém, as formas desdobradas do dinheiro dadas pelo crédito e empréstimos, que parecem algo muito recente (e, empiricamente, com esse aspecto são mesmo) formalmente são práticas constantemente efetivadas, como vimos nos casos apresentados.

Com as migrações para diversos lugares, tenta no mercado de trabalho, a qual sua força de trabalho já é negativamente parte, encontrar emprego. Coloca-se como parte da mobilização do trabalho geral, onde encontra situações e condições de trabalho bastante difíceis, que o faz, por vezes, retornar a sua produção na roça na tentativa de efetivar sua reprodução.

De fato, o mercado de trabalho vem mudando desde os anos 1970, conforme apontam HARVEY (1982); ANTUNES (2003); KURZ (2004), entre outros autores. Partindo de uma análise sobre o desenvolvimento das forças produtivas e a terceirização ou flexibilização do

trabalho e do trabalhador, esses autores dialogam sobre o caráter crítico que, no caso dos dois primeiros, o trabalho ganharia e, no caso de KURZ, sempre foram e só aprofundam sua crise. Pensamos que esta flexibilização tratada por HARVEY (1982) tem mais relação com o desenvolvimento das forças produtivas, expulsando o trabalho do processo de produção, como fim ou ao menos crise do trabalho, e não como quer ANTUNES (2003), como excesso de exploração, devendo lutar contra a precarização atual do trabalho. Ainda assim, diferente de GORZ (1982) que afirma o fim do valor, posto pelo trabalho que não garante mais sua valorização, aspecto que o remete apenas à formalidade do processo. O problema de se entender a categoria trabalho como trabalho precário é que se esconde qualquer coerção passada de sua imposição como forma social de mediação (MARX, 1998).

Nesse sentido, da crise da categoria trabalho, esta não deixa de ser a mediação social e, por essa negatividade, da contradição da reprodução crítica, coloca-se empiricamente como realidade factual dos trabalhadores.

Portanto, o trabalho hoje se reproduz de maneira produtiva e improdutiva, mas não podemos entendê-lo superficialmente dizendo que, por isso, está *precarizado*; e nem positivá-lo dizendo ser essa categoria essencial à união da chamada “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2003), mas sim estabelecendo a crítica categorial do valor.

Para David Harvey a modernização é marcada pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital em expansão, que positivamente supera, momentaneamente, a negatividade imanente, ou seja, “quanto mais difícil se torna a intensificação mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital” (HARVEY, 2006, p. 48). Desse modo, sempre se coloca em pauta uma “solução” (com certo grau de posituação), como processo necessário à manutenção do capital. Mesmo quando entende que

o comércio exterior talvez se contraponha a tendência à margem de lucro decrescente, pois barateia os elementos do capital constante e das necessidades, permitindo a apropriação de uma crescente mais-valia (...) devido ao aumento da taxa de acumulação, isso apenas acelera a queda da margem de lucro a longo prazo (Marx) (HARVEY, 2006, p. 55).

Conclui logo que a expansão do comércio exterior é a reposição de uma crise futura. Mas, apesar de ressaltar desse aspecto crítico, o aumento de capital como uma contradição (no qual o valor ampliado como fim necessário do processo em verdade diminui), de fato, acredita existir “solução”, mesmo que provisória, pela presença de relações *não capitalistas* de produção, nos “novos” espaços de produção e circulação “abertos” nesse processo. Esse entendimento provavelmente resulta do conceito de “acumulação” de Rosa Luxemburgo, do qual se deriva o seu de “acumulação por espoliação”.

Ambos entendem a existência de modos *não capitalistas* de produção apropriados e recriados pelo capitalismo, em sua expansão, do qual provém a *acumulação*. Desse modo, “o capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica” (HARVEY, 2004, p. 64).

Para KURZ (2004) trata-se de um processo crítico, revelado pelas nuances de atuação do Estado, como personificação do capital, à frente da *modernização retardatária*.

Se levado ao extremo, o que aparece como acumulação é um duplo acumulação e crise que, contraditoriamente, se desdobram como se só fosse positivo pois, segundo HARVEY, o capital na fronteira, em busca de um *ajuste espacial*, acumularia novos capitais, originários, prontos para uso. Isso não é bem verdade, se observarmos que se trata de um processo contraditório. O que aparece como não capitalista é formalmente relação capital com não aparência de autonomia, na qual as categorias trabalho, terra e capital se fundem num só sujeito. A sutileza é que a contradição, para David Harvey, é o fato de o capital precisar dessas relações *não capitalistas* para o seu desdobrar, como se essas não fossem da contradição capital e sim externa, no máximo subordinadas, restando um caráter político importante de resistência. Essa resistência, no entanto, apesar de aparecer fora dos termos do capital, repõe por contradição, seu desdobrar e, assim, não se supera.

O *ajuste espacial* considerado por HARVEY (2004) levaria, portanto, a uma redução do espaço como possibilidade política (mesmo que momentânea), sem realmente estabelecer uma crítica do capital. Esse espaço, como tempo materializado e fetichizado, conforme propõe também LEFEBVRE (2000), é superado pela atuação creditícia e financeira do capital. Porém, esse mesmo espaço é outra vez colocado como possível sem que dele se faça a crítica categorial necessária. Ou seja, exalta-se uma potencialidade material, como espaço possível à acumulação, quando, pela análise categorial, essa só se revela como *abstração real* dada a potencialidade da forma autonomizada ser um fetiche moderno que se coloca realmente.

Portanto, é o possível da impossibilidade que se realiza como aparência e realidade de espaço, mas não um espaço de outro modo de produção (*não capitalista*), “pronto” para uso pelo “modo usurpador” capitalista. Como problema ou objeto da geografia, o espaço tem sido apenas entendido de maneira reduzida, deixando-o pronto para que o planejamento [capital personificado no planejador geralmente estatal] faça dele seu *leitmotiv* de ser e existir.

Ao relacionar o trabalho como um caráter humano e o espaço como sua produção, sem analisar historicamente sua formação atrelada à dinâmica da modernização, fica-se diante de

uma ontologia do trabalho ligada a uma ontologia do espaço, não se superando o caráter negativo de seu desdobramento material obscurecido.

Portanto, com a crítica categorial, o “espaço” revela-se complexo, pois um dos seus momentos é, concordando com Robert Kurz, “espaço desvinculado”

o espaço social da produção capitalista é o espaço funcional da economia empresarial, um lugar social específico, que não se determina essencialmente pela sua forma material, mas pela sua função social, como espaço da valorização do valor (...) Trata-se de um espaço totalmente "desvinculado" [heräusgelöst] de todo o processo da vida (...) Esta "desvinculação" foi também um processo histórico, estreitamente ligado à revolução militar dos primórdios da modernidade, à inovação das armas de fogo e à daí decorrente "desvinculação" da máquina militar face à sociedade (exércitos permanentes, absolutismo, estado burocrático unificado, etc.), que por seu lado trouxe consigo a insaciável fome de dinheiro dos primeiros regimes despóticos militares apoiados nas armas de fogo, a monetarização das taxas feudais, e por fim, após passar por vários graus intermédios (manufaturas estatais, indústrias agrárias baseadas em mão-de-obra escrava, etc.), a transformação da população em uma massa homogênea de material de valorização do trabalho abstracto (KURZ, 2004a).

Como propõe o autor, o “espaço desvinculado” é estabelecido somente como uma esfera integrante da *abstração real* da *forma-valor*, relegando ao capitalismo esta faceta espacial fetichizada realmente *cisionada* de relação social. É também imbricação das formas *autonomizadas*. Mas, como esta é toda a relação social, ou seja, formas autonomizadas em processo, e, ao mesmo tempo, afirmamos sempre que não há homogeneidade, só resta dizer que falar de espaço é uma aporia.

Pensamos em entendê-la da seguinte maneira: no momento atual, a relação capital aparece com suas categorias fusionadas, constituindo, contraditoriamente, aos espaços desvinculados, o que chamariamos de espaços de vínculo. Essa ousadia nos ajudaria a entender o quiproquó que são os Brejos da Barra, mas só poderia ser feita como pergunta e não como afirmação. Assim é que aproveitamos este momento da dissertação, das considerações, para deixar em aberto essa questão.

Desse modo, colocado pela *abstração real* do valor, o *espaço de vínculo* seria qualitativamente diferenciado do espaço desvinculado pelo momento de não aparência de autonomia das categorias do capital – terra, trabalho e capital – em que estas se autonomizaram e constituem a modernização em processo, crise e colapso.

Este *espaço de vínculo* transcenderia o geográfico e a ele se contraporiria, mas também revelaria materialidade sem a ela limitar-se. Ao mesmo tempo, se colocaria com a aparência de ser particular. Querer medi-lo, enquadrá-lo, mapeá-lo, seria sempre dupla abstração (ou duplo fetiche).

O caráter de *vínculo* ou *desvinculado*, como momentos do espaço, tem como limite a fusão e difusão das categorias autonomizadas. Essa forma de entender coloca como totalidade o capital (relação social) ou a relação na qual as coisas aparecem, em graus diferentes, como capital. Não é oposição entre vínculo e desvínculo, e sim contradição.

No entanto, o que isso ajuda na crítica espacial? Talvez a entender que o espaço não é passível de planejamento – a não ser aquele apologético da modernização ou da política vigente, por ser contradição em processo. Além disso, permite colocar em questão outras análises que se valem do espaço como positividade material (o “verdadeiro” espaço geográfico) no qual se efetuam deslocamentos, como por exemplo, aqueles referentes ao fenômeno da migração.

Os Brejos, materialidade da posse (parcelas) e do uso comum, onde se desdobram essas categorias, mas que na aparência decorrem como se fossem fundidas, marcando uma determinação geográfica, o espaço de vínculo. Existem outros?

Sim, sempre que se marcarem relações nas quais, a depender do momento, a não aparência de autonomia se coloca. Esse é um caráter crítico da reprodução do capital sob o colapso.

Portanto, para ousar mais um pouco, o espaço de vínculo seria o espaço da simultaneidade negativa, a negação e a afirmação da *subsistência*, o “consumo próprio”, “o empresariar” da própria miséria, ou seja, a reprodução do trabalho como positividade moderna.

Referências Bibliográficas

FONTES PRIMÁRIAS

1. DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

Seção Colonial / Provincial - Ordens Régias, Provisões, Alvarás; Documentos da Assembléia Legislativa Provincial (de 1835 a 1837); Registros Eclesiais de Terras; Tombo da Casa da Torre:

Caixa 4659.

Seção de Arquivos Judiciários - Processos Crimes, Cíveis e Inventários desde o período Colonial; Livros de Notas de cartórios da capital e do interior do Estado; Ordens Régias;

Seção de Arquivos Republicanos - Secretarias de Governo, Processos, Títulos de Terras, Documentos e Marcas de Fábrica da Junta Comercial, Entrada e Saída de Passageiros no Porto de Salvador, Processos de Terras; Jornais:

Caixa 1821. Maço 112

Caixa 2367. Maço 120. Documento número 439 (361).

Caixa 2369. Maço 124.

Caixa 2374. Maço 141. Documento 436 (541);

Caixa 2382. Maço 163. Documentos 509 (601);

Caixa 2386. Maço 178. Documento 634 (747);

Caixa 2388. Maço 186; 187. Documentos 718; 736;

Caixas 2389 e 2390. Maços 189 e 190. Documentos 760; 762; 771; 775; 778;

Caixa 2391. Maço 192. Documentos 790; 792; 796;

Caixa 2399. Maço 209. Documento 926.

Seção Fazendária / Alfandegária - Documentos relativos a questões econômicas, fiscais e aduaneiras entre os séculos XVIII e XX, Registros de Guardamoria, Termos de Entrada, Balanços Arrecadação e Vistoria, Entrada e saída de Mercadorias.

2. CADERNOS DE CAMPO²²⁴

CADERNO DE CAMPO 1 – Trabalho de campo no Vale do rio São Francisco: sedes municipais mineiras: Pirapora, Morro da Garça, Andrequicé, Cordisburgo, São Francisco, São Romão, Itacarambi; e baianas: Manga, Carinhonha, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama e Barra; nos Brejos: Brejo do Campo Alegre, Brejo da Umburana, Brejo do Limoeiro, Brejo da Caroeira, Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Brejo da Mutuca. Todos em Barra. Junho de 2005.

CADERNO DE CAMPO 2 – Trabalho de campo na sede municipal baiana de Xique-Xique e de Barra; povoados de Marreca Velha, Marreca Nova, Itaguaçu em Xique-Xique; e Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Brejo da Caroeira, em Barra. Janeiro e Fevereiro de 2006.

²²⁴ Faz referência também às transcrições de entrevistas realizadas no período.

CADERNO DE CAMPO 3 – Trabalho de campo na sede municipal de Barra; Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Brejo da Caroeira. Janeiro e Fevereiro de 2009.

CADERNO DE CAMPO 4 – Pesquisa no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, e no Centro de Estudos e Ação Social, todos em Salvador, Bahia. Julho de 2009.

CADERNO DE CAMPO 5 – Trabalho de campo no Bairro dos Pimentas em Guarulhos (SP). Outubro de 2009.

CADERNO DE CAMPO 6 – Pesquisa no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia em Salvador, Bahia. Julho de 2010.

CADERNO DE CAMPO 7 – Trabalho de campo na sede municipal de Barra; Brejo da Cabeceira do São Gonçalo e Brejo da Caroeira, em Barra. Outubro de 2010.

Fontes secundárias

AB’SABER, Aziz Nacib. Sertões e Sertanejos – Uma geografia Humana Sofrida. Dossiê Nordeste seco. Revista Estudos Avançados, São Paulo, vol. 13, nº. 36, 1999.

_____. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *O paleodeserto de Xique-Xique*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, vol. 20, nº. 56, jan/abr 2006.

ALCÂNTARA, Denílson Moreira de. Fundo de Pasto: os espaços comuns de nossos dias. Relatório de Iniciação Científica. Projeto GeografAR, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2002.

_____. Fundo de Pasto na Bahia: uma história de resistência. Relatório de Iniciação Científica. Projeto GeografAR, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2004.

ALCOFORADO, Fernando. Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia. Tese de doutorado. Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003. Retirado do site: www.tesisenxarxa.net, em 22 de abril de 2011.

ALFREDO, Anselmo. *A Negatividade e a Crítica à Crítica Crítica: sobre Espaço Tempo e Modernização*. In: Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB). Fortaleza, 2009.

_____. *Formação Econômico Social Brasileira: Mobilização do Trabalho e Configurações Territoriais*. Texto não publicado, 2005.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio - uso comum e conflitos*. In: CASTRO, E. M.; HEBETTE, J. (Org.) *Na Trilha dos Grandes Projetos*, Belém, NAEA/UFPA, 1989.
- _____. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- _____. *Tradição e mudança: a organização do espaço na área rural e urbana e na área de irrigação do Sub-Médio São Francisco*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *Produção de energia e modernização do Vale do São Francisco*. *Revista de Economia Política*. Volume 1, n. 04. São Paulo, jan.-mar. de 1984.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez, 2003.
- _____. *O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). <http://www.abep.org.br>. Acesso em: 20 de setembro de 2009.
- BEAUJEU-GARNIER, JACQUELINE. *Geografia de População*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 10 de abril de 2011.
- BARRETO, A. M. F. et. al. "O campo de dunas inativas do médio Rio São Francisco, Bahia". In: Schobbenhaus, C. et. al. *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil* (1999). <http://sigep.cprm.gov.br/sitio056/sitio056.htm>. Acesso em: 20/08/2009.
- BECKER, Olga Maria Schild. "Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos". In: CASTRO, I. E. et al. *Explorações geográficas. Percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- BLOCH, Didier. *As Frutas Amargas do Velho Chico*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

- BOECHAT, Cássio Arruda. *A região do Colonato: mobilização do trabalho a autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) no Oeste Paulista*. 2009. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BORGES, Manuel Medeiros. *Descrição dos municípios da Bacia do São Francisco*. Salvador, 1901.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1999.
- BULHÕES, A. M. de Oliveira. *Estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco: estudos definitivos de Alagoinhas ao Joazeiro e Casa Nova*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1874.
- BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos planejamento e clientelismo no nordeste*. Rio de Janeiro/Fortaleza: Garamond/BNB, 2008.
- CALMON, Jorge. *As estradas corriam para o Sul: Migração Nordestina para São Paulo*. Salvador: EGBA, 1998.
- CAMELO FILHO, José Vieira. A dinâmica política, econômica e social do rio São Francisco e do seu vale. Revista do Departamento de Geografia, número 17, 2005. www.geografia.fflch.usp.br. Acesso em: 20 de abril de 2011.
- CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de Uso Comum no Brasil: Um Estudo de Suas Diferentes Formas*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2001.
- CARDIM, S. C.; Vieira, P. T.; Viégas, J. L. (s/d). Análise da estrutura fundiária Brasileira. www.incra.gov.br. Acesso em: 20 de abril de 2011.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O Nordeste e o regime autoritário*. São Paulo: Hucitec/SUDENE, 1987.
- CASTRO, Iná Elias de. “Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar”. In: Souza, M. A. et al. (Orgs.) *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.
- _____. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>. Acesso em: julho de 2011.

- CAVALCANTI, Clóvis et al. Projetos de irrigação no Nordeste. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, número 98. Salvador, 1976.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL (CEAS). Especial SUDENE. In: *Cadernos do Ceas*, s/n. Salvador, s/d.
- CERQUEIRA, Paulo Cezar Lisboa. A seca no contexto social do Nordeste. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, número 115. Salvador, 1988.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- _____. “Sobre Teoria dos Sistemas Não Capitalistas”. In: Silva, J. G.; Stolcke, V. *A questão Agrária*. São Paulo, 1981.
- COELHO NETO, Agripino Souza. A irrigação no Médio São Francisco e a produção da seletividade socioespacial. In: *Série Estudos e Pesquisas (SEP)*. Dossiê: Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia, número 73. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2006.
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO (CBHSF), 2004. www.saofrancisco.cbh.gov.br. Acesso em: 20 de abril de 2011.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO (CODEVASF) www.codevasf.gov.br/programas_acoes/projeto-amanha. Acesso em: 20 de abril de 2010.
- _____. www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial/arranjos-produtivos-locais/arranjos-produtivos-locais. Acesso em: 16 de março de 2010.
- _____. Plano de Valorização do Vale do São Francisco (PLANVASF), 1986. www.codevasf.gov.br. Acesso em: 20 de abril de 2011.
- COMISSÃO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO (CEDVSF). Relatório Final da Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Brasília: Senado Federal, 1995. www.senado.gov.br. Acesso em: 15 de abril de 2011.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Projeto de Irrigação Baixio de Irecê na Bacia do São Francisco expulsa pequenos agricultores. CPT Juazeiro (BA), 2008. www.cpt.ba.br Acesso em: 20 de abril de 2011.
- _____. *Agricultores deixam terras sob forte aparato policial*. <http://www.cptba.org.br>. Acesso em: 20 de abril de 2011.

- COSTA LEITE, Luís Joaquim. *O vale do São Francisco. Relatório apresentado ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Povoamento*. Rio de Janeiro: Depto. Estatística e Publicidade, 1953.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- D'INCÃO E MELLO, M. C. O *"Bóia-Fria": acumulação e miséria*, 4.^a ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.
- DAMIANI, Amelia Luisa. "Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo". In: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. (org.). *Geografias de São Paulo*, v.1. São Paulo: Contexto, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (orgs.). *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo: NUPAUB, 2001.
- DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da.; DINIZ, Mariângela. *Rio São Francisco: Vapores e vapozeiros*. Edição dos autores: Minas Gerais, 2009.
- DURHAN, Eunice R. *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas/Edusp/Fapesp, 2003.
- _____. *Três felicidades e um desengano: A experiência dos beradeiros de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA*. Dissertação (Doutorado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – a formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Globo/Publifolha, 2000.
- FASSIN, Didier. Exclusion, underclass, marginalidad. *Revue Française de Sociologie*, XXXVII, 1996.
- FERREIRA JR., Hamilton de; et. al. *Arranjo Produtivo Local e Política Pública na Bahia*. In: VI Encontro de Economia Baiana, em setembro de 2010, p. 10-11. <http://www.mesteco.ufba.br/scripts/arquivos/1342011111921.pdf>. Acesso em: 26 de abril de 2011.
- FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA (FCA). *Sobre a Ferrovia Centro Atlântica*. www.fcasa.com.br/sobre-a-fca/historia/. Acesso em: 20 de abril de 2011.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem escravocrata*. São Paulo: IEB, 1979.
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: Formação Histórico-cultural. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, número 181. Salvador, 1999.

- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do Trabalho e acumulação do Capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GALVAN, C. G. et. al. O Médio São Francisco: Confins do Sertão Baiano. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, número 26. Salvador, 1973.
- GEORGE, Pierre. *Geografia da População*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- GERMANI, Guiomar Inez. *Assentamentos Rurais no Médio São Francisco (Bahia-Brasil): Políticas Públicas, Conflitos e Resistências*. In: Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Equador, 2007. <http://www.alasru.org>. Acesso em: abril de 2008.
- _____. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. In: *GeoTextos: revista da Pós-Graduação em Geografia/IGEO/UFBA*. Salvador, v. 2, n 2. dez. 2006, p.115-147.
- GIROTTO, E. D. *O Futuro do Passado: regionalismo e transformação espacial no Sertão Baiano*. Texto inédito cedido pelo autor, 2005.
- GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*. Número 1. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, 1982.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado (para além do socialismo)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GRAHAM, Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872 - 1970*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Série Relatórios de Pesquisa, nº 16), 1984.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- GRUPO PENSA. Cadeia produtiva de Bioenergia. 2008. www.codevasf.gov.br/principal/estudos.../relatorios/bioenergia.doc. Acesso em: 18 de abril de 2011.
- HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Relatório concernente a exploração do Rio São Francisco (1852 - 1854)*. Rio de Janeiro: Typografia Moderna de Georges Bertrand, s/d.
- HARRIS, Jonh H. & TODARO, Michel P. *Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores*. In: *Migração Interna: textos selecionados*, Vol. 1. Trad. MOURA, Hélio Augusto de. Fortaleza: ETENE/BNB, 1980.

- HARTSHORNE, Richard. *Propósito e Natureza da Geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre a Origem da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola, 1982.
- _____. *Los limites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982a.
- _____. *Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da Silva. *Simpósio Internacional de Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- _____. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: WITTE, D. A. de. (Org.) *Migração, discriminação e alternativas. Serviço Pastoral dos Migrantes*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- HOLANDA FILHO, Sergio Buarque de & GRAHAM, Douglas H. *As Migrações Inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil*. In: *Migração Interna: textos selecionados*, Vol. 2. Trad. MOURA, Hélio Augusto de. Fortaleza: ETENE/BNB, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2000: Migração e Deslocamento resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. *Deslocamentos Populacionais no Brasil*. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/deslocamentos.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2011.
- _____. <http://www.ibge.gov.br/home/diseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm>. Acesso em: março de 2011.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). *A irrigação no Brasil: situação e diretrizes*. Brasília: IICA, 2008. <http://www.iica.int>. Acesso em: 10 de março de 2011.
- JAPPE, ANSELM. *Guy Debord*. Lisboa: Antígona, 2008.
- JÚNIA, Raquel. 2010. <http://educampo.ning.com/profiles/blogs/a-questao-agraria-no-brasil>. Acesso em: 15 de abril de 2011.
- KAYSER, Bernard. *A região como objeto de estudo da Geografia*. In GEORGE, Pierre et alli. *Geografia Ativa*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- KRUSCHEWSKY, Gabino. *A invasão do São Francisco – CPI das terras do São Francisco*. Salvador, Bahia, 1968.

KURZ, Robert, *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. A substância do Capital: o trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. In: *Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, 2004a. www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em: abril de 2007.

_____. Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora. (Original) *Subjektlose Herrschaft. Zur Aufhebung einer verkürzten Gesellschaftskritik*. *Revista Krisis*, nº 13, 1993. www.obeco.no.sapo.pt. Acesso em: novembro de 2006.

_____. O pós-marxismo e o fetiche do trabalho: sobre a contradição histórica na teoria de Marx. In: *Revista Krisis* 15, 1995. www.obeco.no.sapo.pt. Acesso em: abril 2007.

_____. *Os Últimos Combates*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Ler Marx*. (Original) *Marx Lesen*, Frankfurt am Main: Eichborn, 2001. www.obeco.no.sapo.pt. Acesso em: março de 2007.

_____. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde a da teoria. In: *EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias*, 2007. <http://obeco.planetaclix.pt>. Acesso em: fevereiro de 2009.

_____. *A Ascensão do dinheiro aos céus*. 1995. <http://antivalor.vilabol.uol.com.br> Acesso em: fevereiro de 2009.

_____. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora, Minas Gerais: Editora UFJF-Pazulin, 2004.

_____. A falta de autonomia do Estado e os limites da Política. Quatro teses sobre a crise da regulação política. (Original) *Die Unselbständigkeit des Staates und die Grenzen der Politik*. *Revista de Indicadores Econômicos FEE*. 1995. www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em: abril de 2005.

_____. Acabou-se a brincadeira – A viragem do espírito do tempo ocidental: regresso da auto-responsabilização ao autoritarismo coercivo. (Original) *Schluss mit Lustig. Die Wende des westlichen Zeitgeistes: Von der ‘Selbstverantwortung’ zurück zum zwanghaften Autoritarismus*. 2003. <http://www.reocities.com/grupokrisis2003/rkurz135.htm>. Acesso em: abril de 2011.

LA BLACHE, Paul Vidal. *Princípios da Geografia Humana*. Lisboa: Cosmo, 1921.

LARA, Lessandra. *PAC 2 prevê investimento de R\$ 439 bilhões para construir ferrovias. 2011*. <http://www.blogdaconstrucao.com.br/pac-2-preve-investimento-de-r-439-bilhoes-para-construir-ferrovias>. Acesso em: abril de 2011.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – O Município e o Regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

- LEE, Everett S. *Uma teoria sobre a migração*. In: Migração Interna: textos selecionados, Vol. 1. Trad. MOURA, Hélio Augusto de. ETENE/BNB, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. *Critique de la Vie Quotidienne III: De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien)*. Paris: Arche, 1981.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- LEITE, Carolina Gonçalves. *Modernização e mobilização do trabalho no Vale do Jequitinhonha*. 2006. Relatório final (Iniciação Científica). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador "bóia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LEMOS, Cristina; PALHANO, Alexandre. *Arranjo Produtivo Coureiro-Calçadista de Campina Grande/PB*. 2000. <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: abril de 2011.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história Territorial do Brasil – sesmarias e Terras Devolutas*. Coleção *Fac Símile*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo (Ensaio Popular)*. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, vol. 1, 1986.
- LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu Espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. In: *Estudos CEBRAP 5*, São Paulo, 1974.
- LUKÁCS, George. *Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Calor Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- MALVEZZI, Roberto. *Brasil Rural, 2011*. www.cptba.org.br. Acesso em: abril de 2011.
- MAMIGONIAN, A. (Org.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. Florianópolis: Editora 34/Banco do Brasil/CNPq/PPG/UFSC, 1998.
- _____. *O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil*. 2010. http://fmauriciograboais.org.br/beta/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=226. Acesso em: 19 de julho de 2011.

MARQUES, Marta Inês de Medeiros. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB*. 1991. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO*. 2000. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo.

_____. A atualidade do conceito de camponês. *Revista NERA*, ano 11, N. 12 janeiro/junho de 2008. http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2010.

MARTINE, George. *Sugestões para o censo demográfico: migrações internas no Brasil*. In: *Migração Interna: textos selecionados*, Vol. 1. Trad. MOURA, Hélio Augusto de. Fortaleza: ETENE/BNB, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Imigração e a crise do Brasil agrário*, São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: *Não Há Terra para Plantar neste Verão*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *O Poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos Confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas* - Introdução de Erick Hobsbawn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Politica (Grundrisse) 1857~1858*. Vol. II. México: Siglo XXI, 1997.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 2. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 3. Volumes 4, 5 e 6. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008a.

- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MEIRA, Aparício Mansur. *É uma realidade triste de aceitar, mas vamos aos fatos... as conclusões ficam por sua conta!!!* 2008. http://velhochico.net/index_arquivos/Page398L.htm. Acesso em: fevereiro 2010.
- MEGALE, Januário Francisco (Org.) *Max Sorre: Geografia*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1984.
- _____. *Geografia e Sociologia em Max Sorre*. São Paulo: IPE-USP, 1983.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *A crise estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: maio de 2011.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). *EIA-RIMA, Projetos de Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco – ANA/GEF/PNUMA/OEA*, 2004. www.integracao.gov.br. Acesso em: 15 de abril de 2009.
- _____. www.antaq.gov.br/portal/pdf/Palestras/PalestraAntonioValenca.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2011.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (MP). *Proposta de dissolução da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE*, 2008. http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_exti_ncao_FRANAVE.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2010.
- MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Relatório de Gestão (2007): Companhia de Navegação do São Francisco (“liquidação”)*. Governo Federal, 2008. www2.transportes.gov.br/RelatorioGestao/2007/FRANAVE/RelatorioGestao.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2009.
- MIRANDA, Agenor Augusto de. *O Rio São Francisco como base de desenvolvimento econômico do nosso vasto interior*. São Paulo: Editora Nacional, 1941.
- MORAES, Antonio Robert & Costa, Wanderley Messias da. *A Valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORAES, Antonio Robert. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Geografia: pequena Historia Crítica*. São Paulo: Hucitec, 2003.

- _____. O sertão: um “outro” geográfico. In: *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.
- _____. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOURA, Hélio Augusto de. (org.) *Migração Interna: textos selecionados*. Volume 1 e 2. Fortaleza: ETENE/BNB, 1980.
- MUNIZ, Jerônimo Oliveira. *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. In: Social Science Computing Cooperative. University of Wisconsin, 2008. Disponível em: www.ssc.wisc.edu. Acesso em: novembro de 2008.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: EDUFBA/ Feira de Santana: UEFS, 2008.
- _____. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil (Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA/ Feira de Santana: UEFS, 2005.
- NOGUEIRA, Olinto José Oliveira. *Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria*. In: *Análise e Conjuntura*. Volume 6, nº 1, 1991. www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura. Acesso em: julho de 2008.
- NORONHA, Eduardo. Informal, Ilegal e Injusto: Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil. *RBCS*, vol.18, nº 53, out 2003.
- NOU, E. A. V.; Costa, N. L. (coord.). *Diagnóstico da qualidade ambiental da bacia do Rio São Francisco: sub-bacias do oeste baiano e Sobradinho*. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, Primeira Divisão de Geociências do Nordeste, 1994.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777 – 1808*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (NEPO). www.nepo.unicamp.br. Acesso em: 12 de setembro de 2009.
- NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (NIEM). www.ippur.ufrj.br. Acesso em: 10 de maio de 2011.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1988.
- _____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco M. de. A produção dos homens: Notas sobre a Reprodução da População sob o Capital. In: *Estudos CEBRAP* 16, São Paulo. 1976.

- _____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Navegação Venturosa – Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Crítica à Razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Luanne A.; Costa, F. M.; Amaral, A. S. Reflexões sobre qualificação e empreendedorismo em um arranjo produtivo local. In: *Anais... III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Gepal, 2008. www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/luanne.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2011.
- OLIVEIRA, Nelson. Notas sobre a recente expansão industrial na Bahia. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, número 112. Salvador, 1987.
- PANG, Eul Soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEIXOTO, João. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas. In: *Socius Working Papers*, nº11, 2004, Lisboa. <http://pascal.iseg.utl.pt>. Acesso em: abril de 2009.
- PERROUX, F. “O conceito de pólo de crescimento”. In: *Schwartzmann, J. (Org.). Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Tomo I, II e III, Ministério do Interior – Superintendência do Vale do São Francisco, Rio de Janeiro, 1972.
- POCHMANN, Márcio. “O Excedente de Mão-de-obra no Município de São Paulo”. In: *CUT, Mapa do Trabalho Informal do Município de São Paulo*. São Paulo, CUT, 2000.
- POMPONET, André. Caminhos para o Oeste: perspectivas para a infraestrutura de transportes na Bahia. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2007 e perspectiva*, Salvador, v. 17, n. 3, p. 1067-1076, out./dez. 2007.
- POSTONE, Moishe. *Repensando a crítica de Marx ao capitalismo*. 1993. http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/outros/postone_01.htm. Acesso em: janeiro de 2007.
- PÓVOA NETO, Helion. “Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise”. In: *Simpósio Internacional de Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- PROJETO COMPETIR. *Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais. Metodologia de Intervenção*. S/d. <http://www.cadenasdevaloryppp.org>. Acesso em: abril de 2011.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

- RAVENSTEIN, E.G. *As Leis da Migração*. In: Migração Interna: textos selecionados, Vol. 1. Trad. MOURA, Hélio Augusto de. Fortaleza: ETENE/BNB, 1980.
- RITZ, Armin. Fenômenos de dependência na economia baiana. In: *Cadernos do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social*, número 22. Salvador, 1972.
- ROBERTS, W. Milnor. *Relatório da comissão hidraulica sobre o exame do Rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Typografia Franceza de Frederico Arevedson, 1860.
- ROCHA, Geraldo. *Rio São Francisco: Fator Precípua para existência do Brasil*. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1983.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das migrações*. Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa, 1996.
- SÁ JR., Francisco. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. In: *Estudos CEBRAP 3*, São Paulo. 1974.
- SALIM, Celso Amorim. “Migrações Internas: a necessidade de novos paradigmas”. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de População*. Abep, 1984.
- _____. “Migração: o fato e a controvérsia teórica”. In: *Anais... VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Campinas: Abep, 1992.
- SAMPAIO, Teodoro (Santana, José Carlos Barreto - org.). *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. São Paulo: Vozes, 1979.
- _____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SCHOLZ, Roswitha. Sexo no Capitalismo: teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado. www.obeco.no.sapo.pt. Acesso em: 10 novembro de 2010.
- _____. Forma social e totalidade concreta. *Exit!* nº 06, out. de 2009. www.obeco.no.sapo.pt. Acesso em: 25 de novembro de 2010.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização: Bairro e vida de bairro. São Paulo: In *Revista Travessia*, v.13, n.38, 2000.
- SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, ano 7, fev. 1992.
- SILVA, Ana Cristina Mota. *Circulação Simples, Reprodução Ampliada. Produção espacial e contradição Agrário-Urbana do município de Itapipoca-CE*. 2008. Pós-Doutorado em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- SILVA, Lúcia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio- Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.
- SHANIN, Theodor. A Definição de Camponês: Conceituação e Desconceituação – O velho e o novo em uma discussão Marxista. *Revista NERA*. Ano 8, n.7, jul./dez. 2005. Presidente Prudente: NERA, 2005.
- _____. *La clase incomoda: sociologia política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SJAASTAD, Larry A. *Os custos e os retornos da migração*. In: Migração Interna: textos selecionados, Vol. 1. Trad. MOURA, Hélio Augusto de. Fortaleza: ETENE/BNB, 1980.
- SMITH, Adam. *A riqueza das Nações*. (Coleção: os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOBRINHO, José de Sousa. *Brejos da Barra: Comunidades Camponesas no Processo de Des-envolvimento do Vale do São Francisco*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (SBG). <http://www.socbrasileiradegografia.com.br/historia.html>. Acesso em: março de 2011.
- SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho espiritual e corporal. Para a epistemologia da história ocidental*. www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em: setembro de 2009.
- SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1980.
- SIQUEIRA, Ruben. “Olhar crítico sobre o modelo de desenvolvimento do rio São Francisco”. In: *Anais do Seminário Olhares sobre a revitalização da bacia do São Francisco – Grupo de Trabalho do São Francisco*. Salvador, 2007. www.inga.ba.gov.br. Acesso em: 20 de abril de 2011.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. *Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos*. (Série estudos e pesquisas, 76). Salvador: SEI, 2006.
- _____. *Panorama da migração dos municípios baianos em 1995-2000*. (Série estudos e pesquisas, 77). Salvador: SEI, 2007.

THOMAS JR., Antônio (org.). *Geografia e Trabalho no Século XXI*. Presidente Prudente: Centelha, 2004.

_____. Por trás dos canaviais os (nós) da cana: (uma contribuição para o entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista) 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODARO, Michel P. *A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos*. In: *Migração Interna: textos selecionados*, Vol. 1. Trad. MOURA, Hélio Augusto de. Fortaleza: ETENE/BNB, 1980.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A mobilização do trabalho nas Lavras Baianas*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *A Região das Lavras Baianas*. 2008. Doutorado (em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Uma pergunta sobre o conceito de região de Francisco de Oliveira*. Texto não publicado, 2010.

UNGER, Nancy Mangabeira. *Da foz à Nascente: um recado do rio*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

VAINER, Carlos Bernardo. A violência como fator migratório, silêncios teóricos e evidências empíricas. *Travessia, revista do migrante*, São Paulo, n. 9. p. 5-9, mai./ago., 1996.

_____. “Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório”. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 11, 1998, Caxambu. *Anais... São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP*, 1998, p. 819-835. www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf. Acesso em: maio 2011.

VALE DO SÃO FRANCISCO (VSF). www.valedosaofrancisco.com.br. Acesso em: maio de 2007.

VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias (VALEC). [www.valec.gov.br/download/demonstrativo/2010/3\)VALEC_NOTAS_EXPLICATIVAS.pdf](http://www.valec.gov.br/download/demonstrativo/2010/3)VALEC_NOTAS_EXPLICATIVAS.pdf). Acesso em: 25 de abril de 2011.

VELLOSO, A. L., SAMPAIO, E. V. S. B., PAREYN, F.G. C. *ECORREGIÕES Propostas para o Bioma Caatinga*. Recife: Associação Plantas do Nordeste/Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil, 2002.

WOORTMAN, Klaas. *Com Parente Não se Negueia: O campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

ZARUR, Jorge. *A Bacia do Médio São Francisco (Uma Análise Regional)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1947.

SÍTIOS ACESSADOS

www.abep.nepo.unicamp.br
www.cedeplar.ufmg.br
www.codevasf.gov.br
www.ibge.gov.br
www.mi.gov.br
www.nepo.unicamp.br/nepo
www.sudene.gov.br
www.mds.gov.br
www.mda.gov.br
www.ana.gov.br
www.barra.ba.gov.br
www.sei.ba.gov.br
www.seagri.ba.gov.br
www.ba.gov.br
www.comunicacao.ba.gov.br

ANEXOS

ANEXO 01

Estabelecimentos por grupo de área total dos municípios da RE do Médio São Francisco, IBGE, 1995						
Municípios	Minifúndios e pequenas propriedades			Média Propriedade		Grandes propriedades
	Menos de 10 (ha)	10 a menos de 100 (ha)	100 a menos de 200 (ha)	200 a menos de 500 (ha)	500 a menos de 2000 (ha)	2000 (ha) e mais
Barra	2.025	442	55	60	43	27
Buritirama	1.273	603	88	45	23	2
Ibotirama	562	431	61	33	32	4
Morpará	87	344	63	39	29	9
Bom J. da Lapa	1.662	1.137	152	108	54	13
Carinhanha	297	2.116	168	93	45	8
Feira da Mata	310	540	74	61	26	4
Paratinga	835	1.363	51	23	2	1
S. do Ramalho	541	4.040	88	23	8	4
Sítio do Mato	153	184	39	18	12	11
Iuiú	205	421	62	46	31	10
Malhada	872	670	48	39	36	25
Matina	793	807	60	43	13	-
R. de Santana	2.177	1.976	181	115	48	7
Totais	11.792	15.074	1190	746	402	125

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

ANEXO 02

Estabelecimentos por grupos de área total (ha) dos Municípios da RE do Médio São Francisco, IBGE, 2006						
Municípios	Minifúndios e pequenas propriedades			Média Propriedade		Grandes propriedades
	Menos de 10 (ha)	10 a menos de 100 (ha)	100 a menos de 200 (ha)	200 a menos de 500 (ha)	500 a menos de 2000 (ha)	
Barra	2.483	643	162	278	23	7
Bom Jesus da Lapa	1.223	1.725	669	792	54	4
Buritirama	669	1.003	280	420	12	4
Carinhanha	191	1.978	243	1.284	41	5
Feira da Mata	96	642	112	355	25	3
Ibotirama	550	619	255	254	13	7
Iuiú	214	418	110	197	45	4
Malhada	910	656	261	297	27	9
Matina	700	867	373	341	10	-
Morpará	162	737	130	323	35	7
Paratinga	1.261	2.581	1.034	1.147	13	-
Riacho de Santana	949	1.673	648	746	30	-
Serra do Ramalho	111	3.012	49	2.627	8	4
Sítio do Mato	279	1.120	84	936	17	7
Totais	9.798	17.674	4.410	9.997	353	61

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

ANEXO 03

Área total dos estabelecimentos por grupos de áreas dos municípios da RE do Médio São Francisco, 2006						
Municípios	Minifúndios e pequenas propriedades			Média Propriedade		Grandes propriedades
	Menos de 10 (ha)	10 a menos de 100 (ha)	100 a menos de 200 (ha)	200 a menos de 500 (ha)	500 a menos de 2000 (ha)	2000 (ha) e mais
Barra	5.398	25.897	13.872	17.336	21.389	57.303
Bom Jesus da Lapa	5.453	48.549	17.095	20.875	50.543	41.236
Buritirama	2.286	33.586	13.711	6.959	10.151	15.707
Carinhanha	875	69.815	20.996	23097	37.185	26.407
Feira da Mata	539	23.496	10.058	13964	24.051	14.500
Ibotirama	1.866	18.037	6.520	12698	12.327	22.623
Iuiú	772	14.924	9.307	7840	48.306	14.240
Malhada	2.864	18.171	6.258	8744	23.736	37.454
Matina	2.708	25.032	6.385	10328	4.970	-
Morpará	690	28.968	12.129	18499	33.156	31.312
Paratinga	5.092	67.875	7.777	8209	7.064	-
Riacho de Santana	4.026	47.995	16.227	24119	30.531	-
Serra do Ramalho	472	88.172	19.940	11898	9.581	22.831
Sítio do Mato	913	36.578	3.791	3037	15.709	50.397
Totais	33.954	547.095	164.066	187.603	328.699	334.010

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

ANEXO 04

Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, Bahia. Série histórica (1975/2006)						
Ano	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)		
	Total	Menos de 10 ha	1000 ha e mais	Total	Menos de 10 ha	1000 ha e mais
1975	548.123	294.574	2.756	25.263.546	1.054.966	7.038.340
1985	739.006	424.528	3.780	33.431.402	1.442.426	12.161.703
1995	699.126	401.734	3.563	29.842.900	1.373.887	10.307.151
2006	761.528	436.390	3.414	29.180.559	1.369.883	10.390.532

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006, série histórica. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

Relação percentual entre o número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, Bahia. Série histórica (1975/2006)				
Ano	Percentual do número de estabelecimentos agropecuários		Percentual da área dos estabelecimentos agropecuários	
	Menos de 10 ha	1000 ha e mais	Menos de 10 ha	1000 ha e mais
1975	53,8	46,2	4	96
1985	57,5	42,5	4,3	95,7
1995	57,4	42,6	4,6	95,4
2006	57,3	42,7	4,7	95,3

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006, série histórica. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

ANEXO 5

Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade na semana de referência								
Brasil, Unidade da Federação e Municípios	Condição de atividade por ano Ano							
	Economicamente ativa		Não economicamente ativa		Relação de ativação e desativação 1991 para 2000		Preponderância ativa sobre a não ativa em 1991 e 2000	
	1991	2000	1991	2000	Ativa	Não Ativa	1991	2000
Brasil	58.455.803	77.467.473	54.403.775	59.442.884	19.011.670	5.039.109	4.052.048	18.024.589
Bahia	4.165.339	5.613.079	4.608.220	4.776.040	1.447.740	167.820	- 442.881	837.039
Barra - BA	10.703	14.556	16.107	17.479	3.853	1.372	- 5.404	- 2.923
Região Econômica MSF*	90.352	114.090	111.732	126.968	23.738	15.236	- 21.380	- 12.878
Barreiras e Juazeiro	80.621	132.379	84.153	105.369	51.758	21.216	- 3.532	27.010

* Inclui o município de Barra.

Fonte: IBGE censo de 1991 e 2000. Elaborado por Erick Kluck, 2011.

ANEXO 6

Imagens de documentos com a transcrição de trechos do Tombo da Casa da Torre¹

“Digo eu Baltazar dos Reis que tomo de arrendamento ao Ilmo Coronel Ignácio Dantas dos Reis Leite como procurador da Casa da Torre o Citio denominado Juazeiro no districto da Villa de Jerimoabo Comarca da Bahia extremando com as Fazendas que tem divisas umas digo circunvizinhas onde constam seus arrendamentos partindo ao meio essa mais ainda constam as suas benfeitorias pagando eu anualmente dois mil R obrigando a esta satisfação os meus bens ... e futuros, aos mais bens esperados e sendo além obrigado a despejar quando me for determinado pelos ditos senhores [... ..?] sem opor nenhuma duvida a firmeza do referido pelo ilmo José Caetano de Faria por mim representado por eu não saber escrever. 1 de fevereiro de 1831”.

¹ Tombo da Casa da Torre (1815-1839) e (1812-1855). Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Caixas 4636 e 4637

Digo eu abaixo assignado q' tomo de
 arrendamento ao Ilmo Manuel Fernandes de
 Mattos como procurador da Ilma Casa da Torre a
 Fazenda denominada Gameleira extremos do alto
 do Itapicurú da Serra Província da Bahia cuja
 Fazenda extremará a partir do Sul com a Fazenda
 do Quinquinque ahonde chega os limites da
 fazenda e para a fazenda do Catu na Lagoa dos
 Araticuns e com a Fazenda Lagoa Salgada no
 Boquerão da fazenda para Riacho e seus os
 mesmos meus limites cuja Fazenda pagarei da
 renda anual a quantia de 6.000 R obrigando a
 esta satisfação os meus bens presentes e futuros
 moveis e de Reis é delles o mais bens parados
 tendo eu alem disso obrigado a despejar da
 fazenda quando me for determinado pelos ilmos
 ou por quem seu poder tiver sem contenda
 alguma de justiça nem opor a menor duvida nem
 pedir benfeitorias e seus ao fazer presença para
 firmar da referida passo esta por mim tão
 somente asgnada e asino com duas testemunhas
 com o ilmo Procurador: Fazenda do Riacho 11
 de agosto de 1858.

Com test.
 Manuel Fernandes de Mattos
 Manuel Fernandes de Mattos

“Digo eu abaixo assignado q' tomo de
 arrendamento ao Ilmo Manuel Fernandes de
 Mattos como procurador da Ilma Casa da Torre a
 Fazenda denominada Gameleira extremos do alto
 do Itapicurú da Serra Província da Bahia cuja
 Fazenda extremará a partir do Sul com a Fazenda
 do Quinquinque ahonde chega os limites da
 fazenda e para a fazenda do Catu na Lagoa dos
 Araticuns e com a Fazenda Lagoa Salgada no
 Boquerão da fazenda para Riacho e seus os
 mesmos meus limites cuja Fazenda pagarei da
 renda anual a quantia de 6.000 R obrigando a
 esta satisfação os meus bens presentes e futuros
 moveis e de Reis é delles o mais bens parados
 tendo eu alem disso obrigado a despejar da
 fazenda quando me for determinado pelos ilmos
 ou por quem seu poder tiver sem contenda
 alguma de justiça nem opor a menor duvida nem
 pedir benfeitorias e seus ao fazer presença para
 firmar da referida passo esta por mim tão
 somente asgnada e asino com duas testemunhas
 com o ilmo Procurador: Fazenda do Riacho 11
 de agosto de 1858”.

ANEXO 7

Primeiro prazo (maio) e segundo prazo (julho) de Registros em 1858: Freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande ¹								
Referencia no mapa	Referencia no registro	Declarante de posse	Nome da posse	Limites (conforme registro)	“Proprietários” Anteriores	Tamanho aproximado	Valor do registro	Data
A	44	Francisco Rodrigues de Jesus e Candido de Jesus Lima	Terras na Fazenda do Saccão (C)	Margem do Rio São Francisco (4 léguas); Terra de Antonio Joaquim Dezidério e Silva (baixo); Tanque da Jurema (acima);	Luiz de Souza Nogueira (1850)	4 léguas (quadradas)	1. 842 R	25/05/1858
B	45	Francisco Rodrigues de Jesus	Terras na Fazenda do Saccão (C)	Na margem do Rio São Francisco (4 léguas); Terra de Antonio Joaquim Dezidério e Silva (baixo); Tanque da Jurema (acima);	Luiz de Souza Nogueira (1850)	4 léguas (quadradas)	1.832 R	25/05/1858
C	78	Raimundo Netto Martins	Posse de terra na Fazenda do Saccão	Terra de Antonio Joaquim Dezidério e Silva (baixo); Tanque da Jurema (acima);	–	4 léguas (quadradas)	1.400 R	01/07/1858
D	79	Nicolau Sancho Pereira de Franca	Posse de terra na Fazenda do Saccão (H)	Terra de Antonio Joaquim Dezidério e Silva (baixo); Tanque da Jurema (cima);	Clemente Sancho Pereira de Franca	4 léguas (quadradas)	–	01/07/1858
E	54	João [Carlos?] Sobrinho	Posse na Vereda do Icatú	[Jacarandá?]	–	3 X 1 léguas	1.880 R	15/07/1858
F	47	Maria Joaquina Ferreira Vianna e filhos: Antonio da Costa Vianna e Venancio da Costa Vianna	Posse de terra no Brejo São Gonçalo (H)	Terras de Antonio Barboza Vieira/Tanque do Peba (nascente); Terras de Leandro da Costa Vianna/ Antonio Mendes da Costa (poente); Fazenda do Brejinho (S); Fazenda do Limoeiro (N)	Leandro Leite [Proença?] e Vicente da Costa Vianna	2.400 braças X 2 léguas	1.542 R	26/05/1858
G	254	Raimundo Ferreira Alves e Antonio Costa de Macedo (irmãos)	Posse na Fazenda do Limoeiro (H)	Margem esquerda do riacho Icatú; Curral das Egoas (nascente); Fazenda Curral Novo (S); Riacho Icatú (poente);	Herança da mãe	2 léguas quadradas	1.400 R	15/07/1858

¹ Pesquisa realizada em julho de 2010, no Arquivo do Estado da Bahia. Arquivos Coloniais e Provinciais. Governo da Província. Série Agricultura. Registros eclesiais de terras Caixa 4659. Caderno de Campo 6.

H	255	Manoel do Rego Mello	Posse na Fazenda do Limoeiro (H)	Dois Riachos (cima); Curral das Egoas (baixo); Fazenda de São Gonçalo (S);	Herdada	2 X 3 léguas	1.500 R	16/07/1858
I	260	Fausto Ferreira Leite	Posse no Brejo do São Gonçalo (C)	Terra de João Ferreira Leite (nascente); Terra de Antonio Barbosa Vieira (poente); Vereda do Brejinho (S); Brejo Curral das Egoas (N)	Bento Ferreira Leite	0,5 X 2 léguas	1.537 R	16/07/1858
J	261	Fausto Ferreira Leite	Posse no Brejo do São Gonçalo (H)	Terra de Leandro da Costa Viana e Antonio Mendes da Costa (nascente); Cabeceiras dos Brejos dos Olhos D'Água (poente); Brejo da Japira (S);	—	1,5 X 3 léguas	1.530 R	16/07/1858
L	257	Antonio F. de Correia	Posse Vereda do Brejinho (C)	Vereda do Brejinho; Fazenda Porto Alegre (S); Caatinga do Brejo São Gonçalo (N); Terra da Sra. Maria da Paixão (nascente);	Manoel Pereira de Sousa	100 braças X 2 léguas	1.130 R	16/07/1858
M	259	Bernardo José de Oliveira	Posse Vereda do Brejinho (C)	Terra de Francisco Borges do Rego (nascente); Terra de Manuel do Rego (N); Fazenda do Porto Alegre Baixa Grande (S); Brejo do São Gonçalo (N);	João Pereira de Sousa	200 Braças X 2,5 léguas	1.920 R	16/07/1858
N	258	Francisco Borges do Rego	Posse Vereda do Brejinho (C)	Fazenda do Porto Alegre/ Baixa Grande (S); Brejo do São Gonçalo (N);	Manuel Pereira de Sousa	300 Braças X 2,5 léguas	1.924 R	16/07/1858
O	248	José de C. Armando Lemos	Posse no Brejo da Japira (C)	Fazenda do Riacho/ Taboleiro Grande/Cabeceiras da Mutuca (N); Brejo de Santo Antonio (S); Fazenda da Sambaíba (nascente)	Francisco Ferreira Lopes	9 X 3 léguas	1.640 R	15/07/1858
P	245	Agostinho Passos	Posse no Brejo da Japira	Cabeceiras da Mutuca (N); Fazenda Sambaíba (nascente); Brejo Santo Antonio (poente); Fazenda do Riacho (S)	—	8 X 3 léguas	1.880 R; e um exemplar de terra	15/07/1858
Q	240	Inocência Correia Lopes	Posse em São José e no Brejo da Japira (H)	Fazenda Sambaíba/ [Bolotão] (nascente); Brejo Santo Antonio/ Areia Preta (poente); Fazenda do Riacho/ Caatinga do Taboleiro Grande (S) e Cabeceiras da Mutuca (N).	Ana Maria do Sacramento e Francisco Correia Lopes	7,5 X 3,5 léguas	1.600 R	15/07/1858
R	22	José Antonio dos Santos	Posse de terra no Brejo da Japira (H)	Fazenda da Sambaíba (nascente); Brejo Santo Antonio/Areia Preta (poente); Fazenda do Riacho (S);	Leandro Leite P.	3 X 7 léguas	1.492 R	29/05/1858

S	23	Filippi Nery Barreto	Posse de terra no Brejo da Japira (C)	Fazenda da Sambaíba (nascente); Brejo Santo Antonio/Areia Preta (poente);	Manoel Gomes de Hollanda	3 X 3,5 léguas	1.440 R	31/05/1858
T	310	Maria Geralda do Nascimento	Posse no Brejo dos Olhos D'Água (H)	Brejo de Santo Antonio (S); Brejo das Umburanas (N); Brejo da Japira (nascente); Cume da Serra dos Olhos D'Água (poente)	Manuel da Cruz Braga	3 X 3 léguas	1.340 R	18/07/1858
U	312	Antonio Rodrigues de Mesquita	Posse no Brejo dos Olhos D'Água (C)	Brejo de Santo Antonio (S); Brejo das Umburanas/ Serra Talhada (N); Brejo da Japira (nascente); Cume da Serra dos Olhos D'Água (poente)	Seu Felippi	3 X 3 léguas	–	18/07/1858
V	280	João Francisco Correa	Posse na Fazenda Umburanas (C)	Fazenda da Caraíba de João Rodrigues (baixo); Serra (cima); Fazenda dos Olhos D'Água (S)	Theobaldo José de Carvalho	4 X 8 léguas	1.850 R	17/07/1858

Imagens de documentos com a transcrição de trechos dos Registros Eclesiais²²⁷ da Freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (Barra-BA), primeiro e segundo prazo, 1858 – referentes à área atual dos Brejos da Barra:

a) Brejo Maria da Paz

“Registro de uma parte das terras do Brejo da Maria Paz deste termo, pertencente ao Coronel Antonio Mariani e seus filhos assina abaixo e declara.

O coronel Antonio Mariani declara que possui pró indivizo com seus filhos Antonio Mariani Jr. e Donna Maria Joanina Mariani, uma parte do Brejo da Maria Paz [um dos Brejos da Barra], nesta Freguesia que limita ao sul com outras terras do declarante no Brejo de Santo Antonio no lugar denominado passagem do canivete ao norte com o Brejo da Maria Paz de que é possuidor Faustino Martins [Soares?], no lugar da Ilhota, tendo quinhentas braças, pouco mais pouco menos de extensão; ao poente com as mesmas terras do declarante; e ao nascente com o Brejo da Tapera, tendo uma légua pouco mais pouco menos de extensão a qual terra houve por compras feitas a Manoel Martins Soares, e José Soares da Cruz, que a houveram por herança dos seus antepassados e a Balthazar Barbosa, que havia comprado anteriormente a outros interessados. Villa da Barra quinze de Abril de mil oitocentos e sincoenta e oito = Antonio Mariani= conforme o outro exemplar que entregou a parte, apresentado nesta data. Villa da Barra, sinco de Maio de mil oitocentos e sincoenta e oito. O Vigário José Gregório dos Santos = Recebeste mil cento e dezoito = Nada mais constava do dito exemplar para aqui registrei, ao qual me reporto. Villa da Barra 5 de Maio de 1858.

Assina José Gregório dos Santos”

²²⁷ Tombo da Casa da Torre (1815-1839) e (1812-1855). Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais. Caixas 4636 e 4637

b) Brejo dos Olhos D' Água

Registro de uma parte das terras em comum a outros possuidores no Brejo dos Olhos D' Água deste termo, pertencente ao Coronel Antonio Mariani e seus filhos assina abaixo se declara.

O coronel Antonio Mariani declara que possui pró indivizo com seus filhos Antonio Mariani Jr. e Donna Maria Joana Mariani, uma posse de terras no Brejo dos Olhos D'água nesta Freguesia que limita ao sul com o Brejo de Santo Antonio, ao Norte com o das Umburanas, com três léguas de extensão pouco mais pouco menos, ao nascente com o brejo da Tapera e ao poente com a Serra dos Olhos D'água, com três léguas de extensão pouco mais pouco menos a qual posse houve por compra feita a Manoel Francisco Correa Bravo, que também havia comprado a Ignacio de Loiola Silva e Manoel Ignacio da Silva, que as houveram por herança de seus antepassados. Villa da Barra quinze de Abril de mil oitocentos e sincoenta e oito = Antonio Mariani= conforme o outro exemplar que entregou a parte, apresentado nesta data. Villa da Barra, sinco de Maio de mil oitocentos e sincoenta e oito. O Vigário José Gregório dos Santos = Recebeste mil cento e dezoito = Nada mais constava do dito exemplar para aqui registrei, ao qual me reporto. Villa da Barra 5 de Maio de 1858. Assina José Gregório dos Santos.

c) Registro Brejo do São Gonçalo

“Registro de duas partes de terras no lugar denominado Brejo do São Gonçalo desta Freguesia, pertencente a Francisco Ferreira Leite como trás abaixo asinagnado.

Francisco Ferreira leite, morador desta Freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande declara que possui duas posses de terras no Brejo de São Gonçalo desta mesma Freguesia, a qual limita ao nascente com seu sobrinho João Ferreira Leite, ao poente com o senhor Antonio Barbosa Vianna, tendo de estenção pouco mais ou menos meia legoa, ao Sul com a fazenda do Brejinho, ao Norte com o Brejo do curral das Egoas, tendo de extensão duas legoas pouco mais ou menos, cujas terras houvera por compra a seu irmão Bento Ferreira Leite, e este houvera por herança de nossos antepassados, e por força de lei dou dois exemplares, um que fica em seu poder, e outra que fica lançado no registro deste primeiro prazo. Villa da Barra quatorze de julho de mil oitocentos e sincoenta e oito = Francisco Ferreira Leite = conforme o outro exemplar que entregou a parte, apresentado nesta data. Villa da Barra, quatorze de julho de mil oitocentos e sincoenta e oito. O Vigário José Gregório dos Santos = Recebeste quinhentos e trinta e oito = Nada mais constava do dito exemplar para aqui registrei, ao qual me reporto. Villa da Barra 14 de julho de 1858. Assina José Gregório dos Santos”.

d) Registro no Brejo do São Gonçalo

“Registro de huma parte de terra no Brejo do São Gonçalo desta Freguesia, pertencente a Fausto Ferreira Leite como trás abaixo asinagnado a declaração..

Fauto Ferreira leite, morador desta Freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande declara que possui huma parte das terras do Brejo de São Gonçalo desta mesma Freguesia, a qual limita ao nascente com seu sobrinho Leandro da Costa Vianna e Antonio Mendes da Costa do lugarejo, ao poente com a cabeceira do Brejo dos Olhos D’Água, tendo de estenção huma legoa pouco mais ou menos, ao Sul com o Brejo da Japira ao Norte com o brejo das Cabeceiras das Caraíbas, tendo de extensão três legoas pouco mais ou menos, cujas terras possuem declarada por herança de seus antepassados, e por força de lei dou dois exemplares, um que fica em seu poder, e outra que fica lançado no registro deste primeiro prazo. Villa da Barra quatorze de julho de mil oitocentos e sincoenta e oito = Francisco Ferreira Leite = conforme o outro exemplar que entregou a parte, apresentado nesta data. Villa da Barra, quatorze de julho de mil oitocentos e sincoenta e oito. O Vigário José Gregório dos Santos = Recebeste quinhentos e sessenta = Nada mais constava do dito exemplar para aqui registrei, ao qual me reporto. Villa da Barra 14 de julho de 1858. Assina José Gregório dos Santos”.